

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RONES AURELIANO DE SOUSA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL 2 E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

UBERLÂNDIA/MG

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

RONES AURELIANO DE SOUSA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL 2 E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Tese de apresentado ao programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título em doutor em Filosofia.

Área de concentração: História, Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior.

UBERLÂNDIA/MG

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S725 Sousa, Rones Aureliano de, 1979-
2026 O ensino de Filosofia no ensino fundamental 2 e sua
contribuição para uma educação antirracista [recurso eletrônico] /
Rones Aureliano de Sousa. - 2026.

Orientador: José Benedito de Almeida Júnior.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Filosofia.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026.405>
Inclui bibliografia.

1. Filosofia. I. Almeida Júnior, José Benedito de ,1965-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Filosofia.
III. Título.

CDU: 1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1U, Sala 1U117 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-
MG, CEP 38400-902
Telefone: 3239-4558 - www.posfil.ifilo.ufu.br - ppgfil@ifilo.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Filosofia				
Defesa de:	Tese de Doutorado 008/26, PPGFIL				
Data:	Dez de julho de dois mil e vinte seis	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	19:00
Matrícula do Discente:	12413FIL008				
Nome do Discente:	Rones Aureliano de Sousa				
Título do Trabalho:	O ensino de Filosofia no Ensino Fundamental 2 e sua contribuição para uma educação antirracista				
Área de concentração:	Filosofia				
Linha de pesquisa:	História, Sociedade e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Concepções de conhecimento e antropologia na história do pensamento ocidental				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 5M 201 (CEPFI), Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Filosofia, assim composta: Professores Doutores: Antônia Aparecida Rosa; Luciana Xavier de Castro; Neli Edite dos Santos; Vanilda Honória dos Santos e José Benedito Almeida Júnior orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). José Benedito Almeida Júnior, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **José Benedito de Almeida Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/07/2026, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanilda Honória dos Santos, Usuário Externo**, em 15/07/2026, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neli Edite dos Santos, Usuário Externo**, em 15/07/2026, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônia Aparecida Rosa, Usuário Externo**, em 20/07/2026, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Xavier de Castro, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 21/07/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7460834** e o código CRC **CE885BB7**.

RONES AURELIANO DE SOUSA

**O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL 2 E SUA
CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA**

Tese de apresentado ao programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título em doutor em Filosofia.

Área de concentração: História, Sociedade e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. José Benedito de Almeida Júnior.

Uberlândia, 10 de julho de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Benedito de Almeida Junior – IFILO/UFU (Orientador)

Prof.^a Dra. Antônia Aparecida Rosa – SEE de M.G.

Prof.^a Dra. Vanilda Honória dos Santos – SEE de M.G.

Prof.^a Dra. Luciana Xavier de Castro – Eseba/UFU

Prof.^a Dra. Neli Edite dos Santos – Eseba/UFU

AGRADECIMENTOS

Mas como poderei retribuir ao Senhor por tudo o que Ele me tem dado? (Sl 115, 12). Impossível retribuir tudo aquilo que o Senhor Deus fez e tem feito em meu favor, pois, sua misericórdia para comigo é eterna, bem como o ânimo que o Espírito Santo me concede todas as manhãs. Para a maior honra e glória do nome de Jesus, minha profissão, meus estudos, minha tese, minha vida.

Minha gratidão à minha família. À minha digníssima esposa Ana Lílian que contribuiu em tudo – tudo mesmo – para que essa tese fosse escrita. Ao meu amado filho Miguel, que, simplesmente com sua existência me inspirou a ser uma pessoa e um acadêmico melhor. À minha mãe, Nair, que não poupou esforços para que eu e meus dois irmãos tivéssemos condições de estudar, sobretudo, na educação básica. À minha irmã mais velha, Léa, que desbravou os caminhos da universidade federal em nossa família sendo a primeira a ingressar na UFU e, silenciosamente, me dizer que pretos e pobres podem acessar esse lugar. Ao meu irmão mais novo, Wendel, que muitas vezes me auxiliou na parte técnica operacional deste trabalho.

Minha infinita gratidão ao meu orientador, o professor Dr. José Benedito de Almeida Júnior. Esteve comigo desde a graduação quando fiz meu projeto de TCC, orientação no mestrado e no doutorado. Com ele, aprendi que a vida pode ser mais leve; que erros são oportunidades de crescimento; e ratifiquei minha percepção de que para ensinar, não há necessidade de humilhar. Ele é um verdadeiro mestre, um pai acadêmico para mim e admirado por seus orientandos e orientandas.

Agradeço aos meus irmãos e minhas irmãs de caminhada do Grupo de Oração São Miguel Arcanjo do movimento da Renovação Carismática Católica. O convívio semanal, as partilhas de oração e vida, e também as orações de intercessão por este período de estudos, contribuíram para o bom êxito de minhas pesquisas.

Estendo, carinhosamente, meus agradecimentos aos colegas da comunidade ESEBA. É um trabalho que me proporciona felicidade. Aos colegas que sempre desenvolvem parcerias com a área de Filosofia e aos estudantes que nos fazem acreditar que a educação ainda vale muito a pena. Aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEA) e do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFU) por me sustentar e subsidiar na luta antirracista. De modo especial, agradeço à professora Dra. Núbia Silvia Guimarães, diretora da Eseba, que sempre é muito solícita e muito se empenhou em me auxiliar nos procedimentos para a continuidade de minha licença qualificação.

E, por fim, agradeço às professoras da banca de minha qualificação e defesa pela leitura atenta de meu trabalho e pelas valiosas sugestões de melhoramento; e também à todos e todas que fazem parte do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

Dedico esta tese à minha digníssima esposa Ana Lílian que é a minha inspiração maior e companheira de toda a vida. Foi ela quem me incentivou a estudar, desde a graduação, passando pela aprovação no concurso da Eseba, especialização, mestrado, até a conclusão desta tese. Também dedico este trabalho ao meu amado filho Miguel, a quem me esforço para dar um bom exemplo. Foi ele quem tornou a vida e as leituras mais leves, agradáveis e edificantes.

Deus é bom sempre. Sempre Deus é bom.

RESUMO

Este trabalho nasce do incômodo de, enquanto professor de Filosofia do Ensino Fundamental 2 (6º ao 9º ano – estudantes entre 12 a 15 anos de idade), trabalhar apenas com os autores canônicos. Com o passar do tempo, alinhado com minhas leituras e ações antirracistas, tornou-se inconcebível não abarcar em minha docência, discussões como Filosofia africana, afro-brasileira, indígenas e feminismos. Considera que o racismo é um problema social determinante em nossa sociedade, possui diversas formas de interseccionalidades e é manifestado por indivíduos e perpetrado pelas diferentes instituições. Comprovadamente, alguns filósofos europeus, por meio de suas teorias, contribuíram com o fortalecimento do racismo. No entanto, entendemos que, também por meio de teorias, a Filosofia deve construir uma epistemologia antirracista, mais especificamente, voltada para o campo do ensino de Filosofia numa perspectiva intercultural. A criação de tal epistemologia é uma maneira de enfrentar o racismo, que tem suas raízes na ordem social vigente. Objetivamos oferecer uma proposta metodológica decolonial para o ensino fundamental 2, acessível às crianças e adolescentes para que se desenvolva neles o caráter crítico, reflexivo e sistemático e, assim, comprovar que o conteúdo curricular de Filosofia pode ser antirracista. Objetivamos também, aos estudantes negros e negras desta faixa etária, proporcionar empoderamento e fortalecimento identitário ao valorizar a história, cultura e saberes afro-brasileiros. Fizemos isso ao apresentar a eles e elas, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Sílvio de Almeida, enquanto filósofas e filósofo afro-brasileiros, com seus principais conceitos. Alcançado nosso intento, almejamos contribuir para a descolonização do pensamento brasileiro, ou seja, fazer com que o pensamento brasileiro não esteja apenas vinculado às ideias de escravidão, segregação e inferiorização do povo negro, mas ao contrário, que sua história seja resgatada, estudada e valorizada.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Ensino Fundamental 2; Educação Antirracista; Criação de proposta decolonial de Filosofia.

ABSTRACT

This work stems from the discomfort of, as a Middle School Philosophy teacher, (6th to 9th grades – students from 12 to 15 years of age), working only with canonical authors. In the course of time, aligned with my anti-racist readings and actions, it has become inconceivable not to include discussions such as african, afro-brazilian, indigenous philosophy, and feminisms in my teaching. Racism is considered a determining social problem in our society, has multiple forms of intersectionalities, and is manifested by individuals and perpetrated by different institutions. It has been proved that some european philosophers, through their theories, contributed to the strengthening of racism. However, we understand that, also through theories, Philosophy must build an anti-racist epistemology, more specifically, focused on the field of Philosophy teaching from an intercultural perspective. The development of such an epistemology is a way to confront racism, which has its roots in the existing social order. We aimed to offer a decolonial methodological proposal for the final years of Middle School, accessible to children and teenagers, so that critical, reflective and systematic thinking can be developed, and thus prove that Philosophy curriculum content can be anti-racist. We also aimed to provide empowerment and identity strengthening to black students of this age group by valuing afro-brazilian history, culture and knowledge. We did this by introducing them to Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro and Sílvio de Almeida, as afro-brazilian philosophers, with their main concepts. Having achieved our goal, we aim to contribute to the decolonization of brazilian thought, that is, to ensure that brazilian thought is not only linked to ideas of slavery, segregation and inferiorization of the black people, but on the contrary, that its history be recovered, studied and valued.

Key words: Philosophy teaching; Middle School; Anti-racist education; Creation of a decolonial Philosophy proposal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1: UMA ANÁLISE POLÍTICA SOBRE AS PRINCIPAIS LEIS QUE IMPACTARAM A VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA	19
2. CAPÍTULO 2: FILOSOFIA AFRICANA.....	47
2.1. Grécia ou Egito? O eurocentrismo se apossou da Filosofia.....	47
2.2. O racismo enalteceu a filosofia grega em detrimento da filosofia africana.....	53
2.3. Teorias de alguns filósofos africanos anteriores aos da tradição grega.....	60
2.4. Filosofia africana lusófona.....	66
3. CAPÍTULO 3: FILOSOFIA AFROBRASILEIRA.....	71
3.1 Pois, bem: temos Filosofia afro-brasileira de qualidade.....	71
3.2 O impacto do dispositivo de racialidade nas crianças e adolescentes.....	72
3.3 Ações do GEPEA como forma de reagir ao dispositivo de racialidade.....	79
3.4 Conceição Evaristo: escrever para bem viver.....	85
3.5 Sou criança e adolescente negro/a: quem vai me representar?.....	93
3.6 Crianças e adolescentes negros/as também têm lugar de fala.....	98
3.7 O racismo estruturado em nossa sociedade.....	104
3.8 Sobre o conceito e livro Racismo Recreativo.....	109
3.9 Racismo recreativo? Só se for para você: alguns casos de racismo ocorridos na Eseba.....	116
3.10 O outro do outro do outro precisa se empoderar.....	120
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	130
APÊNDICE: ATIVIDADES DECOLONIAIS DE FILOSOFIA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	144
a) Introdução sobre a necessidade de um currículo decolonial de Filosofia no ensino fundamental.....	144
b) Informações importantes aos docentes sobre as atividades.....	149
c) Atividades decoloniais de Filosofia do 6º ano do ensino fundamental.....	151

INTRODUÇÃO

Homem preto no Brasil, professor de Filosofia do Ensino Fundamental 2. Graduado e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Alguém que mudou completamente o direcionamento da pesquisa do doutorado em relação à de mestrado por ter ampliado a consciência racial e entender a necessidade de se viver e trabalhar de forma antirracista. Um professor que enxerga, cotidianamente, o sofrimento nos rostos e corpos dos estudantes negros e negras, vítimas de racismo no interior da escola. Alguém que quando encontra algum adulto negro ou negra dentro dos muros da escola, estes e estas não são, necessariamente, meus colegas professores e professoras, diretores ou diretoras, mas estão, geralmente, em outros cargos, geralmente, técnicos administrativos, vigilância ou limpeza. Assim, inicio minha apresentação e, nas próximas linhas, me proponho a apresentar, rapidamente, minha trajetória acadêmica e profissional para dar a conhecer minha motivação de se trabalhar em prol de uma Filosofia antirracista.

Ao iniciar a graduação em Filosofia pela UFU em 2001, percebi que a opção do curso era trabalhar com os autores canônicos, ou seja, autores cujas obras são consideradas de valor universal ou mesmo a norma, o que achei muito natural, até pelo fato de não conhecer outros e ter tido contato apenas com eles no ensino médio e no cursinho pré-vestibular. Compartilho outras percepções que também não me incomodaram à época. A primeira diz respeito às bibliografias disponibilizadas, pois, elas não contemplavam as teorias de nenhuma filósofa, seja da nacionalidade que fosse. A segunda é que, ao longo do curso com duração de cinco anos, dos aproximadamente quinze professores, apenas duas eram mulheres, sendo que uma delas era professora de Francês, lotada no curso de Letras, logo, apenas uma era filósofa. A terceira é que os professores não disponibilizaram bibliografia que trabalhavam Filosofia com crianças e, nem ao menos os professores citavam que a casa possuía uma escola de educação básica.

Ao concluir o curso de graduação em 2006, tive a convicção de abandonar a área do comércio, do qual trabalhava para investir na carreira docente e ministrar aulas de Filosofia, a princípio, no ensino médio. Fui informado por uma colega da turma, que haveria um processo seletivo para contratação de professores substitutos, com duração de contrato de dois anos, para ocupar a vaga de uma professora que se aposentou da

área de Iniciação Filosófica da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia – Eseba/UFU. Confesso que fiquei surpreso ao saber que a universidade em que acabara de me formar tinha uma escola de educação básica que oferta a disciplina de Filosofia e ao longo de cinco anos não tomei conhecimento desse fato. Feliz com a possibilidade, mas de certo modo apreensivo por não ter recebido orientação na graduação de como ministrar aulas de Filosofia para crianças e adolescentes, enfrentei o desafio, me preparei bastante e fui classificado em segundo lugar para o referido processo que ofereceu apenas uma vaga. Logo tomei conhecimento que, em breve, outra professora se aposentaria e eu seria convocado. Mas antes que isso ocorresse, a professora aprovada no processo, conseguiu uma bolsa de pós-graduação e foi dedicar-se ao seu mestrado.

Ao ser convocado, fiquei muito feliz em atingir minha meta de me tornar um docente e ao mesmo tempo tive que enfrentar quatro situações igualmente desafiadoras: a primeira era trabalhar com crianças a partir de seis anos de idade; a segunda era selecionar conteúdos filosóficos adequados a serem ministrados para esta faixa etária; a terceira, compor um área denominada Iniciação Filosófica, que antes era constituída apenas por psicólogas que tinham um olhar direcionado para o pensar reflexivo apenas e que não trabalhavam com a tradição filosófica e a quarta, era ser o único corpo negro retinto masculino (já houve mulheres negras na docência, mas não me recordo e algum professor negro que me antecedeu) no universo da escola, majoritariamente branco.

Assumi as turmas no final de outubro de 2007, ou seja, quase encerrando o ano letivo. Tive a oportunidade de conversar com a professora que abria mão do cargo. A mesma me doou seu caderno de planejamento, o qual me ajudou a descobrir o que tinha sido ministrado, oferecendo-me dicas do que poderia ser trabalhado adiante. Aos poucos, ao longo dos dois anos, fui planejando e acumulando material com base em autores e teorias da tradição filosófica com linguagem acessível ao referido público.

Durante meu período de contrato, a área foi se renovando e ao final de outubro de 2009 meu contrato temporário de dois anos se encerrou, já com a área, não mais Iniciação Filosófica, mas Filosofia, constituída exclusivamente por professores/as graduados/as em Filosofia. Em 2010, um grande número de professores e professoras do quadro permanente da Eseba se aposentaria, desse modo, houve um concurso para repor tais vagas e duas foram destinadas à área de Filosofia. Com a graça de Deus fui aprovado, juntamente com uma professora que também já fora docente substituta na Eseba e que já trabalhava com conteúdo da tradição filosófica em suas aulas. Nossa

experiência nos fez chegar à conclusão que seria necessário organizar nosso material didático para que os autores e suas teorias não fossem trabalhados aleatoriamente ou sem critério algum. Desse modo, pesquisamos bastante e construímos uma proposta metodológica que se tornou nosso programa de curso, com concepções de ensino e aprendizagem, com fundamentos filosóficos e pedagógicos e diretrizes curriculares. Esse material passou a ser nosso Parâmetro Curricular da Eseba (PCE) que todas as áreas são orientadas a possuir. Esse PCE sofre alterações sempre que necessário.

A Eseba, por ser um colégio de aplicação no interior de uma universidade federal, além de trabalhar na perspectiva do ensino, pesquisa, extensão, representatividade e gestão, também trabalha por meio de projetos envolvendo estudantes extra classe e no contraturno; comissões de trabalho e grupos de pesquisa envolvendo tanto docentes quanto discentes. Há vários anos, participo de uma comissão que trata de questões raciais. Entendendo sua relevância e a necessidade de aprofundar essa temática com os estudantes, criamos, juntamente com uma professora de outra área de conhecimento, um Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEA). No entanto, nossa experiência nos fez entender que trabalhar estas questões com um número limitado de estudantes não seria suficiente, mas deveria se expandir para o interior da sala de aula para que toda a escola pudesse ter uma educação antirracista por meio de, mesmo que básico, um letramento racial.

Trabalhar apenas com os autores canônicos, o que fiz desde sempre, me apresentava como natural. Como o passar do tempo, alinhado com minhas leituras e ações antirracistas, deixou de ser natural e, ao contrário, passou a ser para mim um incômodo o nosso Parâmetro Curricular Educacional (PCE) abarcar, apenas superficialmente, discussões como Filosofia africana, afro-brasileira, indígenas e feminismos. Tais desafios me fizeram pensar e me motivaram escrever esta tese. Considero este trabalho, inclusive, como um ponto de virada em minha carreira docente, pois, encerra um olhar filosófico exclusivamente eurocêntrico e abre espaço para novas perspectivas metodológicas e conceituais ao dialogar com outras culturas, pois, certamente, o pensar filosófico não é exclusivo ou mesmo de propriedade do povo europeu.

Após dar a conhecer um pouco sobre a minha motivação para esta pesquisa, podemos discorrer um pouco mais em que ela consiste.

Esta pesquisa considera que o racismo é um problema social determinante em nossa sociedade, possui diversas formas de interseccionalidades e é manifestado por

indivíduos e perpetrado pelas diferentes instituições. Sabemos, por exemplo, que nenhuma criança nasce racista ou com qualquer forma de discriminação, mas vai construindo essas características ao longo do tempo, com o convívio social e com atitudes de quem as educam. A partir do momento em que as crianças e adolescentes entram em contato com saberes de diferentes culturas e com histórias de resistência, promove-se o olhar crítico e consciente da história dos diferentes povos que compõem a sociedade brasileira, repudiando por consequência, toda e qualquer atitude racista na sociedade em geral e, especificamente, no espaço escolar.

Entendemos que a Filosofia, por ter plenas condições para tal feito, deve construir uma epistemologia antirracista, mais especificamente, voltada para o campo do ensino de Filosofia numa perspectiva intercultural. A criação de tal epistemologia é uma maneira de enfrentar o racismo, que tem suas raízes na ordem social vigente. Para enfrenta-lo é preciso haver uma mudança social profunda e, no sentido de contribuir com esta mudança, apresenta-se neste trabalho, quatro objetivos, a saber. O primeiro é comprovar que o conteúdo curricular de Filosofia pode ser antirracista ao oferecer uma proposta metodológica decolonial para o ensino fundamental 2, acessível às crianças e adolescentes para que se desenvolva neles o caráter crítico, reflexivo e sistemático. O segundo se refere aos estudantes e comunidade escolar em geral. Em relação aos estudantes negros e negras do ensino fundamental 2, proporcionar empoderamento e fortalecimento identitário ao valorizar a história, cultura e saberes afro-brasileiros; em relação aos estudantes brancos e brancas, oportunizar a compreensão de que são beneficiários dos privilégios da branquitude e que são convocados a engajar na luta antirracista para que a nossa sociedade seja mais justa, ética, tolerante e menos preconceituosa; à comunidade escolar, em geral, desenvolver consciências críticas que promovam a valorização da diversidade e o respeito às diferentes culturas, especialmente as populações de origem africanas. O terceiro é desmistificar a falácia de que a Filosofia nasceu na Grécia, pois, comprovadamente já existia Filosofia autêntica no continente africano anteriormente aos filósofos gregos canônicos. Por fim, o quarto objetivo é apresentar aos estudantes do ensino fundamental 2, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Sílvio de Almeida, enquanto filósofas e filósofo afro-brasileiros, com seus principais conceitos. Alcançado nosso intento, almejamos contribuir para a descolonização do pensamento brasileiro, ou seja, fazer com que o

pensamento brasileiro não esteja apenas vinculado às ideias de escravidão, segregação e inferiorização do povo negro.

Nossa hipótese é que, a partir do acúmulo de conhecimentos e teorias das tradições filosóficas africanas e afro-brasileiras, pesquisas de estudiosos e estudiosas na temática racial, a disciplina de Filosofia poder ser ensinada para o nível fundamental 2 com conteúdo filosófico antirracista de autores africanos e afro-brasileiros, com suas originais teorias. Ela ainda, por suas características essenciais, é um ambiente epistêmico fundamental que pode contribuir para uma educação antirracista e multicultural.

Gostaríamos de, na sequência, apresentar o mapa para a construção de nossa sequência didática.

No primeiro capítulo, optamos por fazer uma análise política sobre as principais leis que impactaram a vida da população negra brasileira. Dividimos o capítulo em dois tópicos: no primeiro, relacionamos o racismo com as leis pré-abolição que contribuíram para desqualificar a pessoa negra onde, explicitamos a existência do racismo no Brasil; demonstramos não existir consenso na definição de racismo; apresentamos os argumentos do filósofo nascido na República Democrática do Congo e naturalizado brasileiro, Kabengele Munanga que diferencia o racismo praticado no Brasil do praticado nos Estados Unidos; ainda utilizamos a explicação de Munanga para exemplificar o racismo existente nas escolas; diferenciamos bullying de racismo; tratamos da injúria racial que agora equipara-se a lei de racismo e discursamos sobre o racismo enquanto construção histórica. No segundo tópico do primeiro capítulo, fizemos uma análise política das leis pós-abolição e dos movimentos sociais que impactaram positivamente a vida da população negra que objetivaram restaurar sua dignidade, entendendo que as leis e os movimentos sociais estão intrinsecamente interligados. Abordamos os seguintes movimentos: Revolta da Chibata, Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro, Movimento Negro Unificado, Dia da Consciência Negra e Zumbi, Geledés, Fundação Palmares e Marcha Zumbi dos Palmares. Em relação às leis, apresentamos a 12.990/2014, que trata sobre a reserva de vagas para negros e negras em concursos federais; a 14.532/2023 que trata da injúria racial; a 12.519/11 e 14.759/23: Zumbi e Consciência Negra, respectivamente; a 7.668/88 sobre a Fundação dos Palmares; a 7.71/89, conhecida como Lei Caó que define o crime de racismo; a 12.288: Estatuto da Igualdade Racial; a 10.639/2003

destacando uma pesquisa do Instituto Geledés que apresenta alguns motivos pelos quais a lei existe, mas os professores e as professoras não a seguem e a 11.645/2008. Discutimos sobre a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), sobre o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT) e abordamos a questão da reparação histórica, por meio da lei de cotas e apresentamos como se dá a reserva de vagas no Cap. Eseba/UFU.

No segundo capítulo, optamos por tratar de Filosofia africana. Dividimos o capítulo em quatro tópicos. No primeiro, demonstramos que o eurocentrismo se apossou da Filosofia. Fizemos isso demonstrando que os livros didáticos reforçam no imaginário popular de que a Filosofia é grega; fizemos uma crítica ao eurocentrismo que sustenta esta verdade; conceituamos eurocentrismo com autores que trabalham esta temática; procuramos compreender como se deu a rápida ascensão da ideologia eurocêntrica e demonstramos nosso estranhamento da sedução europeia dos povos que subjuga e; concordamos que existiu uma Filosofia genuína na Grécia, mas que a Europa não é o centro do universo. No segundo tópico, apresentamos que o racismo enalteceu a filosofia grega em detrimento da filosofia africana, apresentamos nossa discordância de que a Filosofia nasceu na Grécia e demonstramos que a Filosofia Africana é anterior e relacionamos o racismo com a suposta origem grega da filosofia. No terceiro tópico, apresentamos teorias de alguns filósofos africanos anteriores aos da tradição grega por meio de uma lista dos filósofos africanos de Imhotep a Amenemope e citamos outros filósofos africanos mundialmente conhecidos. No quarto e último tópico deste segundo capítulo, tratamos de Filosofia Lusófona, por meio de dois filósofos africanos de língua portuguesa, José Paulino Castiano e Severino Elias Ngoenha, para mostrar que existe uma filosofia aforrefenciada, negra, autônoma, para além da Filosofia Francófona e da Filosofia Anglófona.

No terceiro capítulo apresentamos uma Filosofia autenticamente afrobrasileira – não a mera reprodução da Filosofia grega – que discute as africanidades na Filosofia. Apresentamos vida e obra de autores/as negros/as para desmistificar a ideia do racismo científico que defende a inferiorização intelectual do povo negro. Os quatro principais pilares desta pesquisa são: Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Sílvia de Almeida. Iniciamos com filósofa paulista e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, Sueli Carneiro, uma das principais expoentes da temática racial no

Brasil. Seu trabalho nos auxiliou a entender como o feminismo negro pode auxiliar as crianças e adolescentes pretos e pretas do Ensino Fundamental a reagirem ao dispositivo de racialidade. Na sequência, nos amparamos na vida e obra da mineira Conceição Evaristo teve uma brilhante carreira como professora universitária atuando como linguista e escritora de gêneros da poesia, romance, contos e ensaios onde aborda muitas vezes a temática afro-brasileira, valoriza o protagonismo feminino, evidencia e denuncia a discriminação racial. Assim, suas obras são realistas e discutem questões de gênero e etnia. Destacaremos em sua obra o conceito de Escrevivências. Na sequência, abordamos a questão da representatividade do povo negro. Ainda neste capítulo, trouxemos ao diálogo a jovem filósofa Djamila Ribeiro, organizadora da Coleção Feminismos Plurais, autora de várias obras e ganhadora de inúmeros prêmios, tornou-se conhecida no país por seu ativismo na internet. Dela, abordaremos o conceito de Lugar de Fala, tanto falado, mas pouco compreendido e mal utilizado. Trouxemos também para a discussão o filósofo Sílvio de Almeida para compreendermos como o racismo estrutural afeta os estudantes da educação básica e como se desvencilhar desta opressão. Ao desenvolver o conceito ele explica o funcionamento de nossa sociedade, a percepção do povo branco em relação ao povo preto, a questão dos estereótipos e o papel da política nesta temática e, como forma de combate ao racismo estrutural, apresentamos a Semana Preta do Cap. Ezequiel/UFU. Para finalizar as discussões deste terceiro capítulo, nos utilizamos dos conceitos racismo recreativo de Adilson José Moreira para demonstrarmos e discutir alguns casos de racismo na Ezequiel. Nos utilizamos também do conceito de empoderamento de Joice Berth, para demonstrar como as crianças e adolescentes podem se empoderar, a fim sofrerem menos as consequências do racismo.

Optamos pela não escrita de um quarto capítulo, mas apresentar um apêndice com atividades decoloniais de Filosofia do 6º ano do ensino fundamental 2, fundamentado nas teorias e reflexões dos autores e autoras citadas anteriormente. A referida apresentação se dá pelo fato de os currículos atuais serem eurocêntricos e não responderem a questões próprias da realidade brasileira. Além disso, a proposta decolonial visa superar a diferença narrativa em histórias e culturas pretas que são constantemente negadas ou sofrem violentas tentativas de apagamento. Tal proposta não busca meramente a noção da diversidade de conteúdo, mas a noção da existência em si do povo preto como grupo humano que muito contribuiu e ainda contribui com a história da humanidade. Para tanto proporemos reflexões sociais, raciais e questionaremos a postura eurocêntrica colonial preservada nos currículos

tradicionais. Nosso pré-requisito foi criar uma proposta includente que permita a aprendizagem sobre a diversidade das histórias e culturas do povo preto.

Além destas quatro significativas referências para a Filosofia negra brasileira, contaremos com o auxílio de alguns conceitos e teorias de filósofos e filósofas como Lélia Gonzalez, Wanderson Flor do Nascimento, Renato Nogueira e os já citados, Adilson Moreira e Joice Berth, dentre outros. Para auxiliar nas reflexões, faremos uso de conceitos de filósofos e filósofas de outras nacionalidades tais como Angela Davis, bell hooks, Chimamanda Ngozi Adichie, Grada Kilomba, Kabengele Munanda, Achille Mbembe, José Castiano, Severino Ngoenha, Théophile Obenga, dentre outras e outros.

Durante séculos, nós, negros, fomos sequestrados, humilhados, separados de nossas famílias, escravizados e submetidos à toda espécie de desumanidades. Para prejudicar a nossa honra, foram criadas histórias de que éramos preguiçosos, maus, maliciosos, estúpidos, estupradores, prostitutas, analfabetos e, vejam, até canibais. O capitalismo-racial fez com que chegassem até mesmo a supor que não tínhamos alma. Foram derrubadas as vergonhosas teorias científicas de que éramos inferiores ao povo branco na inteligência e em tantas outras habilidades. Foram ainda derrubadas as barreiras físicas de segregação (Apartheid). Com grandes lutas, suor e sangue, muitas batalhas foram vencidas, mas a guerra ainda não acabou. Resta vencer o racismo e todo tipo de preconceito. A luta é grande. Esta tese se apresenta como uma ferramenta de luta antirracista. Estamos dispostos a lutar.

1. CAPÍTULO 1: UMA ANÁLISE POLÍTICA SOBRE AS PRINCIPAIS LEIS QUE IMPACTARAM A VIDA DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA

a) O racismo e as leis pré-abolição que contribuíram para desqualificar a pessoa negra

Existe racismo no Brasil. Existe racismo nas escolas de educação básica brasileiras. Certamente ninguém ao ler estas afirmações questionará sua veracidade. Muitas, certamente, se colocarão no grupo de pessoas não racistas. Mas como defende Adilson Moreira (MOREIRA, 2019), não existe racismo sem racistas. Tais pessoas esquecem-se talvez, ou mesmo não sabem que apenas não ser racista é insuficiente, mas como nos ensina Angela Davis, o necessário é ser antirracista (DAVIS, 2016). Ninguém se torna antirracista ou racista de um momento para o outro, pois, tanto o antirracismo quanto o racismo são construções históricas.

Não encontraremos na literatura especializada, uma única definição de racismo, pois, cada área de conhecimento, tais como a Biologia, Sociologia, História, Filosofia, Psicologia, tratam vertentes específicas sobre o termo. No entanto, há um consenso: o racismo é um fenômeno que hierarquiza a sociedade humana, justificando que um povo subjuguem outros para civilizá-los. Única definição não há, mas inúmeros são os tipos de racismos existentes, de modelos, dinâmicas e consequências diferentes. Podemos citar o racismo individual, estrutural, institucional, recreativo, religioso, cultural, ambiental, dentre outras modalidades.

O antropólogo Kabengele Munanga (2019)¹, nascido na República Democrática do Congo e naturalizado brasileiro, explica que nos Estados Unidos o racismo é denominado de origem, ou seja, se o indivíduo tem ao menos 1% de sangue negro, ele é negro. Desse modo, certamente os que no Brasil denominamos pardos, para os norte-americanos são considerados negros. Já no Brasil, o racismo é considerado de marca, ou seja, o indivíduo é considerado negro devido a sua aparência. Outra característica do racismo brasileiro é que não é explicitado e institucionalizado em forma de lei, mas silencioso e velado, sendo mais tênue com os ricos e mais severo com os pobres. Ele

¹ Em palestra em evento na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em 29 de agosto de 2019. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fuCJeI0IQdg&t=39s>. Acesso em 02out2025.

ainda acrescenta que o racismo à brasileira mata duas vezes: por meio do genocídio dos jovens negros nas periferias e por inibição da consciência das vítimas, levando as pessoas acreditarem que não existe racismo no Brasil. Esse argumento contribui para se criar o mito da democracia racial, que defende que as raças são iguais e não há discriminação devido ao fato da grande miscigenação pelos relacionamentos entre negros e brancos. Segundo Kabengele, no Brasil, o racismo é o crime perfeito.

Destacamos a linha de pensamento de Munanga, porque nas escolas de educação básica, público-alvo de nossa análise, ocorre exatamente assim. O racismo de marca se faz valer, sobretudo, em relação aos estudantes pobres. Quando as vítimas relatam os casos, dificilmente os supostos agressores assumem seus atos e, quando assumem, utilizam o subterfúgio da brincadeira. Brincadeira, certamente não é, pois, esta pressupõe o desejo e o consentimento de ambas as partes. Percebe-se visivelmente o desejo de o estudante agressor escapar das responsabilidades da violência que praticou. Parece que a prática racista não é errada, mas se assumir racista é vergonhoso.

Identificado algum caso de racismo, por se tratar de crianças e adolescentes, seja no interior da escola ou fora dela, é difícil a aplicação de alguma medida punitiva. Já para os adultos, a violência é mais fácil de ser identificada e punida. A lei nº 14.532/2023 tornou a injúria racial um crime imprescritível e inafiançável. O que antes era um subterfúgio, alegando-se se tratar de um crime de menor poder ofensivo, agora se equipara ao crime de racismo, tendo punições maiores e mais rigorosas.

Como dissemos anteriormente, o racismo é uma construção histórica e agora nos propomos a apresentar uma linha de raciocínio de como nossa sociedade se constituiu racista. Certamente essa construção se inicia quando a população branca se achou no direito de ir a outro continente sequestrar as pessoas negras para impor-lhes uma escravidão por se julgar superior a elas. Junte-se a isso que o Brasil foi o país que mais recebeu africanos escravizados durante o tráfico transatlântico; foi um período longo que perdurou por quase 400 anos, ou seja, a maior parte da história do país é marcado pela escravização; a escravização teve um impacto profundo desde a economia até a cultura brasileira e é o que se percebe até os dias atuais; inúmeras modalidades racistas – tais como o recreativo, por exemplo – se encarregaram de desqualificar a dignidade e respeitabilidade do povo negro para garantir que lugares de poder sejam ocupados exclusivamente por pessoas brancas; a escravização não foi romantizada como é retratada nos livros didáticos e nosso país foi o último das Américas a abolir a escravidão. Condições desumanas como trabalhar cerca de 15 horas diariamente, não ter

boa alimentação e nem condições dignas de saúde e higiene, comprovaram que não havia romantismo no processo de escravização; as diversas formas de resistência direta – tais como as fugas individuais e em massa, formação de quilombos, o assassinato de senhores, compra de alforrias, negociações com os senhores por melhores condições de vida, desobediência e sabotagens – e as formas de resistência indireta – cultivo dos laços familiares, o cultivo e prática da religiosidade, alianças com outros grupos, participação em movimentos abolicionistas, por exemplo – comprovam que os escravizados não eram passivos à escravização da qual foram submetidos. A resistência dos escravizados, a pressão de outros países com a Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro e os movimentos abolicionistas liderados por José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e André Rebouças foram cruciais para o término da escravização.

Até aqui, optamos por abordar alguns aspectos relevantes do racismo. Gostaríamos de, nas próximas linhas, tratar de um aspecto importante: as leis que impactaram, positiva e negativamente, a vida da população negra. Não sendo possível tratar de todas, elegemos a já anteriormente citada Lei nº 14.532/2023, que trata injúria racial; leis desde o processo de independência de nosso país com a primeira Constituição até os desdobramentos atuais provenientes das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

Em 07 de setembro de 1822, oficialmente, o Brasil conquista sua independência. Mas de que Brasil estamos nos referindo: o do branquitude ou dos negros escravizados e oprimidos? Certamente algumas pessoas foram privilegiadas, outras pararam de sofrer, mas o que se constata historicamente é que a situação da população negra permanece, se não a mesma, pior. Talvez a escravidão tenha apenas vestido outra roupagem, pois, os negros escravizados continuaram sofrendo as mesmas desumanidades do período colonial. A 1ª Constituição Federal Brasileira que data de 1824 garante esta hipótese, pois, nela não se faz menção a população negra, sugerindo, desde o início, o projeto de país que ignora os direitos desta população. Ela assegura instrução primária e gratuita para todos os cidadãos, no entanto, os escravos não eram considerados cidadãos e o art. 6º explicita que a escola era reservada apenas aos cidadãos brasileiros, exatamente para vetar o acesso dos escravizados.

Ter vetado o acesso à educação formal já seria um castigo imenso, mas a população negra tinha desafios maiores a se preocupar, pois, o tráfico negreiro ainda persistia normalmente. Muitos países já não tinham esta prática e ainda pressionavam os

países que ainda insistiam nesta crueldade. A Inglaterra era um destes países e em 1826 pressionava o Brasil no intuito de que ele findasse o tráfico negreiro. Existiu, por parte do governo brasileiro, um comprometimento que ficou apenas na promessa. Para ratificar que a preocupação com a população negra não existia, mas esta era voltada exclusivamente a população branca, no ano seguinte, em 15 de outubro 1827, Dom Pedro I baixa um decreto imperial determinando a criação de escolas de primeiras letras, o que veio a se tornar a primeira lei de educação pública primária do país. Nesta data, até os dias de hoje, é comemorado o dia do professor e da professora. Certamente não há necessidade de dizer que tal decreto imperial não citava a presença de crianças negras escravizadas. Também não há necessidade de dizer, uma vez que a realidade do professorado é explícita em nosso país, que o/a professor/a não ganhou muito mais do que uma data para dizer que é sua, evidentemente, uma data comemorativa apenas não é suficiente para demonstrar a dignidade desta ilustre profissão em meio a tanto desprestígio profissional, sobretudo, nos dias atuais.

O Brasil insiste em resistir às pressões da Inglaterra, mantém o tráfico negreiro e ainda faz pior, ao invés de privilegiar a população negra escravizada, três anos depois, em 1830, cria artigos no Código Penal brasileiro para permitir que os escravizados fossem submetidos à cruéis castigos físicos, como os acima citados. De tão intensas, as penalidades mais se assemelhavam a suplícios do que a castigos, o que fazia com que a expectativa de vida dos negros escravizados fosse muito baixa, não passando de 30 anos, sendo que o trabalho forçado não ultrapassava 10 anos.

Em 1831 a pressão dos ingleses se intensificara e em resposta, foi criada no Brasil a Lei de 7 de novembro de 1831, mais conhecida como Lei Feijó. A mesma proibia o tráfico negreiro no Brasil e declarava livres, todos os africanos trazidos ao Brasil após sua promulgação. No entanto, não houve nenhum tipo de fiscalização, o que contribuiu para que tal lei não fosse cumprida, mas ao contrário, foi totalmente ignorada. Desta lei é que surgiu a expressão “só para inglês ver”. Já o que era visto, de fato, foi a determinação de o governo brasileiro cercear a população negra dos espaços de poder, fechando-lhe as portas da instrução escolar. Em Minas Gerais, em 1835, foi criada a primeira lei que vetava a participação de escravizados nas escolas e no Rio Grande do Sul o veto foi ainda pior, pois, existia uma legislação de 1837 que interditava o acesso de negros a escolas, ainda que fossem livres. O projeto de país se demonstrava cada vez mais nítido: analfabetos não são sujeitos políticos, logo, não votam e nem

participam das criações das leis e, conseqüentemente não seriam beneficiados por estas leis e jamais assumiriam cargos capazes de mudar a realidade em que estavam submetidos.

Se já não fosse suficiente nosso Código Penal Brasileiro permitir que os escravizados fossem submetidos à cruéis castigos físicos e que lhes fossem negados direitos à educação, o governo brasileiro ainda cria, em 1941, o Decreto 3.688/1941, popularmente chamada de Lei da vadiagem, que consistia em punir as pessoas aptas ao trabalho, mas que se encontravam ociosas. Apesar de a lei não citar explicitamente as pessoas negras e mesmo sabendo que existem pessoas brancas pobres, o público-alvo da lei era as pessoas negras. Certamente tal norma se apresentava como racista e inconstitucional, pois, criminaliza a pobreza e afeta desproporcionalmente a população negra. Ela foi tardiamente revogada em 2021 pelo projeto de Lei 1.212/2021, no entanto, até nos dias atuais a população negra sofre suas conseqüências. Não raro nas abordagens policiais a pessoas negras, um dos primeiros argumentos em defesa delas é dizer que são trabalhadoras e apresentar a carteira de trabalho.

O ano de 1850 foi determinante para ratificar o projeto de país que não contemplava, em nenhum aspecto, a ascensão da população negra. Foram criadas duas leis: a nº 581 de 04 de setembro de 1850 e a nº 601 de 18 de setembro de 1850. A primeira, recebeu o nome de seu autor, o deputado Eusébio de Queirós e objetivava o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil. Assim como a Lei Feijó, esta não foi perfeita, pois, enquanto a Feijó foi ignorada até por falta de fiscalização, a Eusébio de Queirós proibia apenas o tráfico transatlântico, mas internamente o tráfico permanecia. Além disso, a mesma não foi criada para devolver a dignidade do povo negro, mas para aliviar a pressão exercida pela Inglaterra e diminuir a influência britânica em nosso país. A lei ainda trouxe como conseqüência o aumento do custo do trabalho escravizado, o que incentivou alguns fazendeiros a substituir a mão-de-obra negra por imigrantes europeus financiados pelo governo brasileiro. O que na realidade se apresentava apenas como uma simples substituição de mão-de-obra, na realidade fazia parte de um plano de embranquecimento do país. Esta substituição reorganizou a política de acesso à terra, trata-se da Lei nº 601, mais conhecida como Lei de Terras. Foi a primeira legislação brasileira a organizar a propriedade fundiária. O que esta lei proporcionou de positivo à população negra? Nada, mas ao contrário, ela veio na contramão do processo abolicionista ocorrido no séc. XIX. Se prestou atenção, percebeu que a primeira lei dista

da outra por apenas 14 dias. Coincidência? Ao se tratar de artifícios que prejudicam a ascensão da população negra no Brasil não há coincidência, mas um projeto muito bem arquitetado pela branquitude brasileira. Vamos compreender. Depois da suposta independência do Brasil, Dom Pedro I encerra o sistema de distribuição de terras existente desde as capitanias hereditárias, conhecido como sesmarias. A maioria dos proprietários de terras no Brasil eram posseiros. Com a lei, estes receberam a posse oficial destas terras e se tornaram grandes latifundiários. Foram ainda beneficiados com a proibição legal de invasão de terras no país. Desse modo, inicialmente foram beneficiados ao terem a permissão de invadir e se apropriar de terras alheias e posteriormente foram beneficiados ao terem a garantia legal de que ninguém – população negra, evidentemente – invadissem, agora, oficialmente suas terras. O processo de abolição estava em curso, mas ainda era possível verificar uma cruel situação: antes da Lei Áurea, os africanos eram obrigados a trabalhar para os brancos pelo violento uso da força; após a suposta abolição, não sendo proprietários de terras para produzir e nem ao menos para morar, se viram obrigados a trabalhar para os brancos por necessidade. Uma pergunta retórica se faz ecoar: quando e quantos negros libertos após a suposta abolição teriam condições de adquirir terras? Para termos a resposta, basta verificarmos qual a porcentagem de negros latifundiários no Brasil atualmente.

Três anos depois, em 1853, o foco se volta novamente ao cerceamento a instrução escolar. Em Alagoas, de acordo com Santos (2013, p. 67), “os Regulamentos da Instrução Pública provincial excluía aqueles que eram submetidos ao cativeiro do direito a escolarização, que declara ‘não podem frequentar as escolas públicas os que tiverem moléstia contagiosa e escravos’”. No ano seguinte, em 1854, faz-se conhecer o decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1.854, conhecido como Decreto Couto Ferraz que permitia ao Estado o controle sobre professores e estudantes das escolas públicas determinando quem poderia estudar e a quem era interdito o acesso nestes estabelecimentos primários e secundários. Diferentemente de hoje que existe a preocupação em ofertar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o decreto acima citado, previa a exclusão de negros adultos e de crianças com moléstias, uma vez que as crianças negras eram associadas a doenças como a varíola e tuberculose, que eram doenças contagiosas da época.

A partir da década de 1870, a escravidão tornou-se um tema de debate internacional, com pressões externas e discussões acaloradas no país. Inclui-se neste

contexto, as discussões acerca de tornar o Brasil um país moderno e concluiu-se que uma alternativa eficaz seria por meio de um intenso movimento de escolarização. Neste sentido, neste mesmo ano, foram criadas escolas noturnas para trabalhadores (HILSDORF, 2003, p. 50). O Estado da Paraíba foi uma das poucas exceções em que não havia proibição para nenhum tipo de aluno.

Em 28 de setembro de 1871, para amenizar os ânimos em resposta às pressões internacionais, o governo brasileiro cria a Lei nº 2.040, de 1871, popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre. Esta lei determinou que os filhos das mulheres escravizadas estariam livres, pois, objetivava acabar gradativamente com a escravidão brasileira. A princípio, sem os conhecimentos práticos da aplicabilidade da lei, a mesma pode parecer um avanço social, mas foi apenas uma entre tantas outras violências cometidas contra as mulheres negras escravizadas. Durante a gravidez sofria as mais diversas formas de tortura física e eram submetidas a trabalhos forçados; o ato do parto se assemelhava ao de um animal, onde a mulher negra tinha duas vezes e meia mais chances de morrer do que a mulher branca e após o parto, além das dores físicas, padecia da dor de ter seus filhos arrancados de seus braços para ser entregues ao seu senhor (GONZALEZ, 2020). Bell Hooks (2020) afirmou que: “ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação”. As mulheres escravizadas não foram beneficiadas com esta lei, ao contrário, foram vítimas desta, que, de tão desumana, mais se assemelha a um instrumento de tortura. Assim como as mulheres de hoje, que sofrem outros tipos de escravidões modernas, não querem ter apenas o ventre livre, mas também seus corpos e mente, para que possam ser reconhecidas por suas inúmeras qualidades e não pelos açoitamentos – físicos e emocionais – que conseguem suportar cotidianamente nesta sociedade racista e machista.

Na realidade, a maior mudança social com a Lei do Ventre Livre, foi no âmbito judicial pelo fato de – ao menos oficialmente – as crianças negras começaram a serem reconhecidas como cidadãs, no entanto, esse reconhecimento não foi convertido em direitos. Isso só ocorreu na teoria para aliviar as pressões que o Brasil sofria da Inglaterra; na prática, não houve mudanças na vida cotidiana, uma vez que as crianças, obviamente sem autonomia, ficavam sob a tutela dos senhores de suas mães até completarem 8 anos de idade. Após este período o senhor poderia escolher entregá-la ao Estado e receber uma indenização ou utilizar de seus serviços até os 21 anos de idade.

Podemos nos perguntar: seriam estas crianças nascidas livres tão bem tratadas pelos senhores de suas mães assim como tratavam seus próprios filhos ou receberiam o mesmo tratamento de um escravizado qualquer? Percebe-se nitidamente a inversão de valores e o pacto da branquitude se fazendo valer. O senhor que escraviza a mãe, provavelmente faz de seu filho seu escravo até os 8 anos, depois oficialmente até os 21 anos e ainda tem direito de receber do Estado uma indenização. Após esta idade, como poderia ele exercer plenamente sua cidadania? Difícil imaginar.

A Corte, em 1879, publicou o Decreto nº 7.247 que determinava a obrigatoriedade do ensino, não mencionando escravos, libertos ou ingênuos – filhos livres das mulheres escravizadas. Certamente este teve ligação com a Lei do Ventre Livre porque a partir daquele ano, os senhores deveriam optar por entregar ao Estado os filhos das escravas nascidos após 1871 ou mantê-los em seu poder e educá-los. Em 1880, em Mato Grosso, o artigo 65 deslocava para cada professor a responsabilidade pela escolha dos alunos (SÁ; SIQUEIRA, 2000). Este fato nos leva a acreditar que o Estado queria se isentar da tomada de decisão racista e transferir sua responsabilidade para a individualidade do professor. Em nosso entendimento, a interdição teria grandes possibilidades de continuar, uma vez que o professorado, acostumado com os alunos brancos, poderia recear receber estudantes negros. Se até nos dias atuais alguns professores/as tem esse medo, supomos que naquela época seria bem pior por causa dos intensos prejuízos associados à imagem da população negra.

No ano de 1884, os Estados do Ceará e Amazonas se anteciparam e aboliram a escravidão antes do restante do país. Eles acompanharam a criação, no ano seguinte, da Lei nº 3.270, de 1885, mais conhecida como Lei dos Sexagenários. Tal lei foi simplesmente uma falácia, uma vez que uma insignificativa parcela da população negra alcançava esta idade. Como vimos anteriormente, a expectativa média de vida dos escravizados era muito baixa, 30 anos apenas. Na realidade a lei foi mais uma tentativa de conter o abolicionismo imediato.

Chegamos, enfim, em 13 de maio de 1888. Para muitos otimistas, com a assinatura da Lei nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, seria o término do longo e cruel período de escravização no Brasil. Um pensamento equivocado. Em livros didáticos da década de 1980, a Princesa Isabel era apresentada como a princesa de bom coração que, com terna compaixão pela população negra, contrariando toda a corte, deu

liberdade aos escravizados. Para um roteiro de filme até faria sucesso, no entanto, na vida real, o cenário se apresentou como mais uma violência. A lei só foi assinada porque as pressões internacionais estavam insustentáveis. Como era de se esperar, não houve medidas compensatórias. Os escravizados não tiveram direitos a nenhum tipo de indenização; não tiveram oportunidades de trabalho e escola; como não tinham dinheiro para comprar terras ou casas, se viram obrigados a morar nas periferias da cidade em condições mais do que precárias, o que conhecemos hoje por favelas. Os ex-escravizados enfrentaram dificuldades econômicas significativas após a emancipação. Eles frequentemente careciam de recursos e propriedades e não tinham acesso a empregos remunerados. Muitos acabaram trabalhando nas mesmas plantações ou em condições de trabalho semelhantes às da escravidão, mas agora como trabalhadores assalariados.

Neste cenário, em vários Estados brasileiros, até a década de 1930, ainda existiam diversos registros de leis de cerceamento das pessoas escravizadas aos estabelecimentos de ensino. Mesmo após cinquenta e dois anos da abolição da escravatura, em 1940 ainda aparece explicitamente a palavra negro na legislação escolar como uma proibição. Apenas na década de 1960, ou seja, mais de setenta anos após a assinatura da Lei Áurea, houve uma ampliação na rede de ensino público e o ingresso da pessoa negra começa a se tornar uma realidade, mas apenas na Constituição de 1988 o negro foi oficialmente inserido no processo educativo, ou seja, houve uma lacuna de cem anos desde a suposta abolição da escravatura.

Mediante a apresentação e análises destas leis, não há como alguém justificar racionalmente ou sustentar a visão romântica de que a escravização brasileira não foi violenta como em outros países. Foi tanto quanto ou até mais violenta. Comprovações jurídicas sustentam o argumento de que ela foi uma das mais intensas do mundo. Oficialmente a escravização acabou no Brasil, mas deixou uma herança racista tão enraizada, que somente com muita luta antirracista para se amenizar os prejuízos.

Enfim, a pessoa negra, após um processo de intensa luta, à luz da disputa pela educação escolar, consegue sua inserção oficial nos estabelecimentos escolares. Foi uma batalha ganha, mas a guerra está muito longe de terminar. Após tantos anos de interdição, esta inserção não seria facilmente interiorizada, nem pela população negra, nem tão pouco pela população branca. As décadas de exclusão da população negra dos

bancos escolares cumpriu seu objetivo: fez com que os saberes e as posições sociais fossem hierarquizados. O número de pessoas negras com ensino superior é muito mais baixo do que o número de pessoas brancas. Não é coincidência o baixo número de pessoas negras exercendo as profissões de médico, advogado, promotor, juiz, nem tão pouco sendo eleitas para cargos políticos como deputado, senador ou presidente da república. Em muitos governos, não são considerados competentes nem mesmo para compor a equipe, muito menos em cargos de confiança ou chefia. Essa realidade é apenas um reflexo das funestas leis que, desde sempre, desqualificaram as pessoas negras brasileiras.

b) Movimentos e leis pós-abolição que objetivaram restaurar a dignidade da pessoa negra

No tópico anterior, tivemos a oportunidade de compreender um pouco mais sobre como o racismo se deu enquanto processo histórico, enraizado na estrutura da sociedade brasileira desde sempre. O lamentável é que esse enraizamento do racismo se deu por meio de um respaldo legal, obviamente por leis criadas por homens brancos, que objetivaram justificar a inferioridade da pessoa negra para que as pessoas brancas tivessem seus privilégios mantidos. Tais leis foram funestas para a população negra, interditando o acesso à educação, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade e à própria vida. Sem fundamento racional, alguns teóricos do final do século XIX consideraram, equivocadamente, que o declínio e atraso da nação se deu pela presença negra no país e, posteriormente, pela mistura racial da população negra com a população branca. No entanto, o que desconsideram é que, sem sombras de dúvidas, o único prejuízo foi para a população negra, pois, além de ter que trilhar seu próprio caminho longe de sua terra-mãe e familiares, de ser oprimida, escravizada, excluída e discriminada, a imagem do negro foi estereotipada como sendo indivíduo de uma raça inferior e que o branco era, conseqüentemente, superior. Para fugir deste estereótipo, busca-se o sonho de ingressar na identidade branca, o que praticamente elimina a busca pela identidade negra. E o pior, o inconsciente coletivo brasileiro, passou a associar a raça branca como civilizada e a negra como sinônimo de barbárie e selvageria. Não era vantagem ser negro no Brasil e, infelizmente, até hoje não é. Nas próximas linhas, teremos a oportunidade de

apresentar e refletir sobre alguns movimentos e leis que objetivaram resgatar a dignidade que o povo negro perdera com a escravidão.

As leis estão diretamente ligadas aos movimentos sociais, pois, elas por si só não resolvem nenhum tipo de problema e nem tão pouco foram criadas por benevolência de governos, ao contrário, ao se criar uma lei, antes ocorreu um intenso processo de lutas de movimentos sociais e, em raros casos, por pressão popular. Como são inúmeros os movimentos populares brasileiros atuantes, elegemos citar e comentar apenas alguns.

Consideramos citar a Revolta da Chibata porque aconteceu apenas 22 anos após a suposta abolição da escravatura no contexto da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro. Houve uma revolta de marinheiros e suboficiais liderados por João Cândido Felisberto, conhecido como Almirante Negro. Eles exigiam melhores condições de vida e de trabalho nas forças armadas, pois, os oficiais navais brancos puniam com chibatadas a tripulação composta por negros. O Congresso – liderado pelo senador Rui Barbosa – criou um projeto de lei que concedia anistia a todos os envolvidos no movimento e acabava com o uso de castigo corporal na Marinha. O projeto foi aprovado com ampla margem de votos, no entanto, a anistia foi desconsiderada e os envolvidos foram punidos e mortos. Em 23 de julho de 2008, a Lei nº 11.756 concede anistia *post mortem* a João Cândido e aos demais protagonistas da revolta, a fim de assegurar o que lhes foi assegurado pelo Decreto 2.280 de 25 de novembro de 1910. Este fato nos apresenta que leis só são criadas por meio de lutas, às vezes, armada.

Esse movimento de luta ocorrido em 1910, foi de extrema importância, pois, incentivou outros grupos a lutarem em defesa de seus direitos. Duas décadas depois, em 1931, surge a Frente Negra Brasileira (FNB) que atuava contra a discriminação racial em lugares concretos – não apenas na teoria – como bares, hotéis e clubes; oferecia cursos de alfabetização, formação profissional e promovia atividades culturais. Devida a sua forte atuação social, reuniu milhares de membros por todo o país e, em 1936, com o intuito de promover a representatividade negra na sociedade, criou um partido político composto exclusivamente por pessoas negras. Após divisões e discordâncias internas, foi extinto em 1937 pela ditadura do Estado Novo e encerrou suas atividades, mas ainda hoje é possível ver movimentos com traços semelhantes. Ainda hoje, tantos anos após a abolição da escravatura e com tantas leis dizendo que todos os cidadãos são iguais perante a lei, nos certificamos que estes dizeres ainda são utópicos. A sociedade

brasileira tem uma dívida gigantesca com movimentos sociais de luta como a FNB, pois, apesar do belo discurso que as leis oferecem, as ações práticas em benefício à população negra se mostram aquém das expectativas. Desse modo, ações que almejam resgatar a dignidade da população negra, retirando-a de um lugar de subalternidade, ainda estão concentradas em ações de movimentos como estes.

Um movimento artístico e social que consideramos relevante neste contexto foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944 pelo professor universitário, escritor, ator, poeta, dramaturgo, ex-senador da república e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras, Abdias do Nascimento. Este movimento se mostra relevante porque buscou valorizar e dar protagonismo à cultura e ao povo negro no teatro e na sociedade, combatendo a representação estereotipada do negro nos palcos, além de buscar a inserção social e política da população negra e utilizar as artes para denunciar o racismo e valorizar a cultura africana. Assim como ocorreu com a FNB, a atuação do TEN foi restringida pela Ditadura Militar e seu fundador exilado do país durante 13 anos, buscando refúgio nos Estados Unidos e na Nigéria.

É indiscutível que as artes, de maneira em geral, tragam inúmeros benefícios aos seres humanos desde a infância até a velhice. As crianças são estimuladas em sua criatividade, desenvolvem habilidades de coordenação motoras finas; nos jovens estimulam o pensamento crítico e a expressão de emoções; e nos idosos, a melhora de autoestima, sensação de paz e bem-estar, dentre tantos outros benefícios em todas as etapas da vida humana. No entanto, as leis parecem nos fazer crer que existem categorias de seres humanos e, nem sempre, os seres humanos negros foram contemplados como as artes, mas ao contrário, há séculos as artes se mostram como instrumentos de transmissão de ideologias para desqualificar a imagem da pessoa negra. As artes objetivam aprofundar o conhecimento sobre a história e a cultura humana em geral, mas se dedica a conhecer e destacar apenas os méritos da cultura dos povos brancos, em sua maioria a elite europeia, masculina e rica, no entanto, o conhecimento da história dos povos negros, mesmo por força de lei, insistem em ignorar. Até pouco tempo, nos filmes hollywoodianos e nas telenovelas brasileiras, apenas as pessoas brancas exerciam papéis de prestígio e relevância. Aos negros eram reservados papéis menores e sempre em funções de subalternização. Não apenas os filmes e telenovelas, mas as corporações e até mesmo o governo, se utilizava de ideologias carregadas de um viés nada sutil para moldar narrativas que desqualificam o povo negro brasileiro afim de

promover valores, consolidar e concentrar o poder nas mãos das pessoas brancas deste país. As artes serviram para reforçar as estruturas da população branca e oprimir a população negra. Neste contexto é que destacamos a fundamental importância da existência do TEN, pois nos apresentou as artes como eficazes formas de resistência e como poderoso instrumento de transformação social na vida de tantos negros na década de 1940 ao provocar reflexão, questionar realidades e dar voz a grupos marginalizados.

Outro movimento que merece nosso destaque por lutar pela dignidade da pessoa negra por meio da conscientização, ações culturais e denúncia do racismo, foi o Movimento Negro Unificado (MNU). Ele surgiu em 1978 para juntar forças com outros movimentos contra o racismo que assolava e ainda assola nossa sociedade. O MNU foi fundamental para inspirar a formulação e aprovação de leis de combate ao racismo, tais como a 10.639/2003, a 12.990/2014 que determinou a reserva de vagas para negros e negras nos concursos públicos federais, a 14.532/2023 que equiparou a injúria racial ao crime de racismo. Em 1978, o MNU ratificou e deu fôlego novo ao ideal do Grupo Palmares do Rio Grande do Sul, que, em 1971, surge com a proposta do Dia da Consciência Negra e de Zumbi. A lei que instituiu este dia como data comemorativa é a Lei nº 12.519/2011, no entanto, foi oficialmente reconhecida como feriado nacional pela Lei nº 14.759/2023, tornando-se um dia de reflexão e reforço do caráter de luta sobre a situação da população negra brasileira e não como uma benevolência governamental como o 13 de maio.

Destacamos agora a Geledés – Instituto da Mulher Negra, criado em 30 de abril de 1988 na capital paulista pela filósofa, ativista antirracista, escritora e considerada uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil: Sueli Carneiro. Geledés já traz em seu nome a sua identidade: é uma organização não governamental (ONG) composta por mulheres que objetivam lutar contra o racismo e sexismo, sem deixar de lado o combate à outras formas de discriminação. É uma das maiores ONGs de feminismo negro no Brasil e atua nas áreas de ação política e social, em âmbito racial e de gênero, com ênfase na educação, saúde, comunicação, mercado de trabalho, pesquisa, políticas públicas e todas as interações desses temas. Todos os movimentos em que nos propomos a destacar aqui são de extrema importância, no entanto, a Geledés se mostra inovador, pois, consolida a problemática da mulher negra envolvida com o sexismo na sociedade brasileira, e impulsiona o debate sobre a necessidade de adoção

de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todas as pessoas.

No mesmo ano de criação do Geledés, foi criada a Fundação Palmares, formalmente instituída pela Lei n. 7.668, de 22 de agosto de 1988, que tem o objetivo de preservar a memória, a cultura e as manifestações culturais afro-brasileiras.

O governo brasileiro nunca presenteou e nem ao menos favoreceu em algum aspecto a população negra, mas ao contrário, como apresentado no tópico anterior, sempre impôs obstáculo ao seu desenvolvimento. Quando leis são sancionadas em favor desta população, certamente não foi um generoso presente, mas conquistas adquiridas por meio de muita resistência, luta, suor e sangue de movimentos como os acima citados e de tantos outros. Destas lutas originaram leis importantes para a população negra, tais como a nº 7.716/89, de autoria do deputado e militante negro Carlos Alberto Caó, que foi crucial para definir e tipificar o crime de racismo, tornando o crime de racismo inafiançável e imprescritível. Tal lei foi de suma importância, mas vale a crítica que ela surgiu de forma mais do que tardia. Em nosso entendimento, com um atraso de 101 anos, pois, deveria ter sido sancionada juntamente com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888 ou no máximo nos dias posteriores.

No ano seguinte da Lei Caó, em 1990, foi criado o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), uma organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero. Para ilustrar, destacamos um projeto mais do que exitoso do CEERT. Trata-se do Prêmio Educar, uma iniciativa criada em 2002, que tem como objetivo identificar, difundir, reconhecer e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar, vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva da garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, mais especificamente, de combate ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial. A premiação tem abrangência nacional e sua longa trajetória produziu um rico acervo de práticas e materiais disponíveis gratuitamente para educadores de todo o Brasil. A existência de ONGs como o CEERT, atuam na transformação da teoria em prática, fazem as coisas acontecerem e as leis saírem do papel para se tornarem realidade, desse modo, contribuem significativamente para a emancipação da população negra. Se nossa emancipação dependesse exclusivamente do Estado brasileiro, nosso país, se tivesse saído do lugar, estaria

caminhado a passos tão lentos que não estaria nem na metade do caminho que até hoje foi percorrido pelas ONGs. A morosidade do Estado em praticar ações para restaurar a dignidade da população negra, não causa estranheza em ninguém. É grande a distância das ações promovidas pelas ONGs, se comparada com as ações governamentais. Para se ter uma noção da morosidade, o governo cria uma política pública com o objetivo de implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola. Trata-se Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Desde quando existe população quilombola no país? Somente em 2024 pensou-se nela? A primeira meta listada no site do MEC é estruturar um sistema de metas e monitoramento e assegurar a implementação do art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em 30 anos o governo não conseguiu estruturar um sistema de metas? Foram necessárias três décadas para assegurar a implementação de um artigo constitucional? Faltou recursos? Certamente não, mas boa vontade. Em nosso entendimento, essa lentidão demonstra, explicitamente, que restaurar a dignidade da população negra e quilombola brasileira não é e nunca foi prioridade dos governos de nosso país.

Em continuidade à crescente mobilização e desejo de devolver a dignidade ao povo negro, a década de 1990 testemunhou diversos e intensos movimentos em todo Brasil em favor da afirmação da identidade negra. De tantas mobilizações populares e movimentos sociais possíveis, decidimos por destacar aqui, apenas uma famosa ação, a Marcha Zumbi dos Palmares. A marcha ocorreu em 20 de novembro de 1995, aniversário de 300 anos da morte de Zumbi. A marcha reuniu cerca de 30 mil pessoas, sendo aproximadamente 10 mil pessoas negras, anônimas e famosas, como a atriz Camila Pitanga, a senadora Benedita da Silva e tantos outros que foram a Brasília com um documento reivindicatório a ser entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso. O documento denunciava o preconceito, o racismo e a ausência de políticas públicas direcionadas à população negra. Neste dia, o presidente recebeu a marcha e assinou o decreto que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra. Essa recepção presidencial, bem como a inserção das injustiças históricas sofridas pela população negra na agenda política de um governo, não ocorreu simplesmente por reconhecimento dos méritos desta população, nem tão pouco por benevolência ou simpatia do presidente pelo movimento, mas pelo fato de o governo

não resistir a intensas pressões dos mais diversos movimentos sociais e outras camadas da sociedade em prol do resgate dos direitos dos negros e negras. As lutas sempre foram muitas, no entanto, poucos os resultados, mas pouco a pouco a causa negra foi ganhando mais forças a partir dos anos 2000.

Destacamos também a Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, conhecida como Estatuto da Igualdade Racial. Seu primeiro artigo apresenta que o estatuto se destina a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Todos os movimentos e leis acima citadas foram de extrema importância para a população negra. Uma das mais recentes e talvez uma das mais estudadas atualmente é a Lei nº 10.639, sancionada em janeiro de 2003 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Os procedimentos políticos e jurídicos brasileiros são morosos – especialmente quando se trata de beneficiar a população negra – e mais de um ano depois, em 10 de março de 2004 é que o Parecer nº 3/2004 do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP é aprovado e, somente em 19 de maio deste mesmo ano que é publicado no Diário Oficial da União, tendo como conselheira e relatora, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Este parecer é que institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Além de instituir diretrizes tão importantes, a lei fortalece a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a importância do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Compreendemos que é necessária a valorização da história e cultura de todos os povos que compõe a nação brasileira, para que não haja hierarquizações. Reconhecer todas as culturas implica na promoção de justiça social e equidade no acesso aos mais diversos direitos sociais que a sociedade pode ofertar. A orientação é que estes conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, no entanto, parece que, propositalmente, muitos se esquecem que a oferta deve ocorrer em todo o currículo escolar e não apenas nas disciplinas acima citadas.

Essa Lei, mesmo que ainda não tenha atingido totalmente o seu objetivo, é um marco histórico, não apenas para a educação, mas para toda a sociedade brasileira, uma vez que criou por meio do currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Ela oportuniza, principalmente aos negros, novas possibilidades educacionais em um universo de extremas diferenças socioculturais presentes na formação do país e contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

Aproximadamente 05 anos depois da 10.639, para acrescentar ao currículo a obrigatoriedade de tratar sobre a história e cultura dos povos originários brasileiros, foi sancionada a Lei 11.645 de 2008. Tais leis se mostram extremamente importantes, pois, auxiliaram na desconstrução da visão estereotipadas, logo preconceituosas, tanto dos povos indígenas, quanto da população negra; contribuíram para a reflexão sobre as diversas origens da população brasileira; deram luz às contribuições sociais, econômicas e políticas dos povos originários e de matriz africana, proposital e historicamente negligenciadas ou silenciadas; oportunizaram a reconstrução da imagem do continente africano ao destacar o que ele tem de positivo e não apenas as mazelas; eleva a autoestima de professores/as e estudantes negros/as; e contribui para que a sociedade seja menos resistente à diversidade étnico-racial e se permita conhecer as culturas indígenas e africanas e suas contribuições para a cultura brasileira. Entendemos que a implantação tardia destas leis exigiu da população negra e indígena, muita paciência, resiliência e, somente se tornaram realidade, devido à forte militância e lutas dos movimentos sociais, sobretudo os das décadas de 1970 e 1980. Há também uma expectativa de que a oferta de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva possa contribuir para a diminuição da evasão escolar de estudantes negros e negras. Até então, a sociedade nem pensava na possibilidade de estudar a cultura negra e, certamente, não considerava que seja um conteúdo relevante para estudos acadêmicos. E por qual motivo os estudantes negros e negras deveriam apreciar conteúdos onde sempre e em todos os casos as pessoas brancas ocupam lugar de destaque e prestígio e as pessoas negras aparecem, na totalidade dos casos, apenas como subordinados, subalternizados ou com muita sorte, meros coadjuvantes? Certamente se sentem desmotivados aos estudos e alguns, acabam mesmo evadindo da

escola por não a compreenderem como instrumento de ascensão social, mas como um canal de resgate da eterna opressão e humilhação de sua raça.

Segundo Wanderson Flor do Nascimento (2020)², as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, mesmo que bem recentes e pouco aplicadas na maior parte das escolas, tiveram um grande impacto na educação brasileira, pois, movimentaram a discussão sobre Filosofia africana e indígena no Brasil. Mesmo que pequena e tímida, toda discussão se deve a elas. Antes da implantação, raríssimas iniciativas do gênero ocorreram. A discussão só adentrou nas universidades brasileiras após estas leis. Em muitos outros países, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Inglaterra essa discussão já está presente há pelo menos 50 anos, por isso já existe um acúmulo de pesquisas nesta temática. No Brasil, essa discussão se iniciou muito tardiamente e apenas por força da lei, o que prova o caráter racista de nossa sociedade.

Em concordância com Nascimento (2020), interpretamos que, de fato, a criação destas leis foi muito importante para uma sensibilização inicial sobre a temática racial no Brasil, no entanto, não se pode exigir que estas façam o milagre de, em pouco mais de vinte anos, desconstruir a ideia de que o negro não tem voz e vez no Brasil, uma vez que, de 526 anos de Brasil, em quase 400 anos, os negros foram escravizados. Essa realidade subalternizou e desqualificou de tal modo o povo negro que, no imaginário popular, ele perdeu sua humanidade e se igualou às coisas. Vivemos em uma sociedade que coisifica os negros e negras e humaniza os pets³. As leis 10.639/2003 e 11.45/2008 servem de ponto de partida ainda para inúmeras outras reflexões. A partir do momento que nos aprofundamos na história da África e dos povos africanos, vamos conhecendo um pouco mais da realidade vivenciada por eles, não a partir da visão dos livros didáticos de alguns anos atrás, onde a história era contada pela visão do colonizador e não do colonizado.

Mas apenas esta lei foi suficiente para reverter e melhorar a situação dos escravizados? Certamente que não. Especialmente no Brasil, se entendemos liberdade como grau de independência legítimo de um cidadão, compreenderemos que os negros foram alforriados, mas estavam longe de serem realmente livres. Países que lucraram bastante com a escravização de negros como Alemanha, França e Holanda, reconheceram que cometeram crimes contra as ex-colônias e porque não dizer, contra a

² Em entrevista por vídeo em no quadro “Conversações filosóficas”. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bR86Ft3iBE>. Acesso em 10 de out. 2025.

³ É o que Marx chamou de “coisificação” ou “reificação”.

humanidade. Em abril de 2024, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza, assumiu publicamente que seu país também cometeu crime contra a humanidade, massacrando indígenas e escravizando negros. Segundo ele, apenas pedir desculpas é a parte mais fácil e não é suficiente; diz que é necessário encontrar formas de o país arcar com os custos desses crimes em uma espécie de reparação.

Em nome da Igreja Católica, em 1992, o Papa João Paulo II, em uma viagem à África, durante conferência de bispos latino-americanos em São Domingos, pediu perdão pelas atitudes dos filhos da Igreja que eram a favor da escravidão. Em 1995, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), incluiu em suas diretrizes de trabalho pastoral, um pedido de perdão pelos pecados cometidos pelos filhos da Igreja durante a colonização do país e, em 2015, o Papa Francisco reforça o pedido de perdão de João Paulo II, durante o Encontro dos Movimentos Populares e Indígenas ocorrido na Bolívia.

Segundo a Agência Brasil, o próprio Estado Brasileiro cometeu o crime de racismo. Em setembro de 2023, o Ministério Público Federal passou a investigar a responsabilidade do Banco do Brasil no tráfico de pessoas negras escravizadas no século XIX. Dados apontados por historiadores indicam que a instituição se valeu de recursos como a arrecadação de impostos sobre embarcações dedicadas ao tráfico de pessoas escravizadas e destacam que o capital para a formação do banco provinha da economia da época, que tinha na escravidão e no comércio negreiro um papel central. A instituição financeira reconheceu o erro e, em 2024 por meio de Tarciana Medeiros, primeira mulher a assumir a presidência do Banco, pediu perdão ao povo negro. Ela disse ainda, que toda a sociedade brasileira deveria pedir desculpas à população negra por algum tipo de participação naquele triste momento da história de escravização no Brasil. O pedido de perdão da instituição veio acompanhado do anúncio da adoção de muitas medidas para promover a igualdade, a inclusão étnico-racial e o combate ao racismo estrutural que permeia toda a nossa sociedade e que deixou graves sequelas, uma verdadeira herança de discriminação em todo o país. Outra proposta é a criação de um fundo soberano para sanar privações de direitos.

Movimentos e ativistas negros consideram também que, assim como o presidente português Marcelo Rebelo, a parte mais fácil é pedir desculpas. Consideram antes que, mais do que importante, é fundamental que após tanta subalternização e coisificação do povo negro, existam políticas de reparação para que o racismo existente e tão forte em nossos dias possa ser diminuído. Trata-se de uma reparação histórica.

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações. (PARECER HOMOLOGADO (*) (*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 19/5/2004. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação)

Entendemos reparação como um ato de compensar ou ressarcir alguém de um prejuízo. Neste caso, a reparação teria o objetivo de diminuir as injustiças que aconteceram no passado contra certos grupos sociais (no caso o povo preto, indígenas, pessoas com deficiência – PCD, ligadas a orientação sexual, dentre outros), e assim, promover a igualdade e combater a discriminação. Uma política de reparação significa uma transformação das ações do Estado nacional brasileiro, mas também a criação de formas de sensibilização social para que não apenas o Estado, por força de lei, mas toda a sociedade entenda e acolha a necessidade de reparar tais injustiças. O parecer acima, ainda assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional; que tais políticas de reparações voltadas para a educação das pessoas negras ofereçam garantias a essa população de ingresso, permanência e conclusão exitosa na educação escolar – desde a educação infantil à graduação – ; de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, para que possam concluir bem seus estudos e conquistarem lugares privilegiados no mercado de trabalho. Caso contrário, ficarão eternamente reservados à população negra, serviços subalternos que os brancos dispensaram. O parecer, além de inúmeros outros apontamentos, nos alerta que reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história; alerta também para a necessidade de buscar compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto que sugerem incapacidade, ridicularizam os traços físicos da negritude, a textura dos cabelos e desrespeitam as religiões de matriz africana. Reparar, na verdade, implica em criar condições para que os/as estudantes negros/as não sejam rejeitados/as em virtude da cor da sua pele, menosprezados/as em virtude de seus antepassados terem sido explorado como escravizados, não sejam desencorajados de prosseguir com os estudos, de estudar

questões que dizem respeito à comunidade negra. Reparar não é uma tarefa simples para se realizar do dia para noite.

Reparações ocorrem em curto, médio e longo prazo. Algumas reparações já acontecem, mas ainda de forma muito tímida. Reconhecer o prejuízo causado às ex-colônias é o primeiro passo, devolver os artefatos importantes e significativos expostos em museus europeus aos países colonizados seria outro passo importante e, por fim, de extrema relevância, uma reparação financeira.

Em resposta a esta reparação, juntamente com a aprovação da lei 10.639/2003, no mesmo ano, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁴, voltada para a questão étnica racial no Brasil com o objetivo de, na medida do possível, corrigir os cruéis efeitos da escravidão, discriminação e racismo no Brasil, promovendo assim uma democracia mais justa e igualitária. Quando a expressão “na medida do possível” aparece em um objetivo de lei, não se pode esperar muito esforço em atingir tais objetivos. Exemplo disso é que a SEPPIR, por exemplo, foi extinta em 2015, ou seja, pouco mais que uma década após sua criação. A extinção desta secretaria significaria então que não é possível nem ao menos tentar corrigir os cruéis efeitos da escravidão, discriminação e racismo no Brasil, promovendo assim uma democracia mais justa e igualitária? Iniciativas tais como a criação desta secretaria ou com objetivos similares são extremamente importantes, no entanto, não devem ser iniciativas de governos, pois, estes são temporários, mas de Estado, instituídas como políticas públicas permanentes.

Esta pesquisa não tem o objetivo de apresentar dados estatísticos, no entanto, para concluir nossa reflexão sobre a Lei 10.639, abrimos uma exceção para trazer um dado preocupante. Uma pesquisa⁵ do Geledés Instituto da Mulher Negra e do Instituto Alana, revela estudo realizado com 1.187 Secretarias Municipais de Educação, o que equivale a 21% das redes municipais de ensino do país, revela que a maioria delas (71%) realiza pouca ou nenhuma ação para a efetividade da lei. Apenas 29% das secretarias realizam ações consistentes e perenes para garantir a implementação da lei.

⁴ Documento completo sobre a SEPPIR, disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/2016/05-maio/seppir-lanca-livro-sobre-a-trajetoria-e-principais-conquistas-da-politica-de-promocao-da-igualdade-racial/copy3_of_SEPPIRPromovendoaIgualdadeRacialParaUmBrasilSemRacismo.pdf#:~:text=Em%202003%20comemoramos%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20da%20SEPPIR%2C,afirmativas%2C%20que%20j%C3%A1%20demonstraram%20ser%20capazes%20de. Acesso em 06 de fev. 2026.

⁵ Realizada em 2022 e lançada em 18/04/2025, a pesquisa completa se encontra disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf>. Acesso em 05 fev. 2026.

Na página 62 da pesquisa, no gráfico 18, um dado nos chama a atenção. Quando perguntado sobre quais temas e conteúdos relacionados às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura africana e afro-brasileira que a rede considera importantes de serem trabalhados nas escolas, apenas 3% apontaram para as construções de privilégios históricos, sendo que este tema é fundamental para que se compreenda a raiz do racismo e aponta para possibilidades de práticas antirracistas. Na página anterior, 61, outro dado nos chama ainda mais a atenção. De acordo com as secretarias, os principais desafios para a implementação da lei, dentre outros, aparece, creiam: baixo engajamento e/ou desinteresse dos profissionais nas escolas em abordar a temática. Esta informação confirma nosso argumento de que a lei por si só não é garantia de termos uma sociedade menos racista. Se os movimentos sociais não exercerem forte luta, se os governos não fiscalizarem e se a população não se conscientizar, não se esforçar e não se propor a realizar práticas antirracistas, nossa sociedade continuará com o pensamento colonial e sempre estará envolta em conflitos das mais diversas ordens.

Também em contribuição à necessidade de responder à reparação histórica, surge a política de reserva de vagas, por meio da Lei nº 12.990/2014, às pessoas pretas, pardas ou indígenas (PPI), pessoas com deficiência (PCD) e pessoas em vulnerabilidade social se tratando de perfil socioeconômico (PSE), a conhecida, Lei de Cotas. Ativistas e intelectuais como Lélia Gonzalez, por exemplo, possuem obras que inspiraram a luta do movimento negro nos anos de 1980 para viabilizar ações afirmativas que combatam a discriminação de raça, gênero e classe que afeta as mulheres negras. Como já existe um debate, de certo modo, antigo, muitas pessoas já têm um conhecimento mesmo que mínimo sobre o tema. Mesmo sabendo que ainda existem muitos equívocos e mitos sobre o tema, o propósito aqui não é abordar para analisar a lei de cotas, no entanto, gostaríamos de apresentar a realidade da aplicação desta lei no Colégio de Aplicação (Cap.) da Universidade Federal de Uberlândia – Eseba/UFU.

De acordo com o item 5 do EDITAL DIRESEBA Nº 2/2025⁶, de 01 de julho de 2025, a Eseba/UFU destinou 60 vagas para 1º Período da Educação Infantil, para o ingresso no ano de 2026. As vagas foram assim distribuídas:

- 30 vagas para Ampla Concorrência;
- 8 vagas para estudantes identificados na modalidade Perfil Socioeconômico (PSE);

⁶ Edital completo disponível em: https://eseba.ufu.br/system/files/conteudo/sorteio_publico_-_ano_letivo_2026_edital_geral.pdf. Acesso em 06 de mai. 2026.

- 8 vagas para estudantes identificados nas modalidades Perfil Socioeconômico (PSE) e Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI);
- 8 vagas para estudantes identificados na modalidade Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI);
- 2 vagas para estudantes identificados nas modalidades Pessoa Com Deficiência (PCD) e Perfil Socioeconômico (PSE);
- 2 vagas para estudantes identificados nas modalidades Pessoa Com Deficiência (PCD) e Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI);
- 2 vagas para estudantes identificados nas modalidades Pessoa Com Deficiência (PCD);
- 1 vaga adicional para candidatos em situação de refúgio, asilo político, apátrida, acolhida humanitária ou sob outras políticas humanitárias no Brasil (Resolução CONSUN nº 36, de 27 de junho de 2022).

Resumo:

- 50% reserva de vagas (cotas)/ 50% ampla concorrência;
- Percentual das vagas destinadas à modalidade PPI (8) considerando a totalidade das vagas ofertadas (60) = 13,33%;
- Percentual das vagas destinadas à modalidade PPI (8) considerando o número de vagas reservadas (30) = 26,66%;
- Percentual das vagas destinadas às modalidades que incluem PPI (18 vagas - PPI/PSE: 8; PPI: 8; PCD/PPI: 2) considerando a totalidade das vagas ofertadas (60) = 30%;
- Percentual das vagas destinadas às modalidades que incluem PPI (18 vagas - PPI/PSE: 8; PPI: 8; PCD/PPI: 2) considerando o número de vagas reservadas (30) = 60%.

Sendo 50% das vagas destinadas à ampla concorrência, das vagas destinadas às cotas, considerando a interseccionalidade, ou seja, as vagas PPI combinadas com as PSE e PDC alcançam o percentual de 60%, o que se pode considerar um percentual justo ao entender que, no Brasil, as pessoas negras (pretas e pardas) existem em maior número do que as pessoas brancas.

Vale ressaltar que os candidatos não sorteados nas modalidades que incluem PPI são reconduzidos ao sorteio junto aos candidatos da modalidade Ampla Concorrência. Esse procedimento garantido por lei faz com que uma errônea linha argumentativa, considere ser um privilégio para a criança negra, uma vez que a ela concorre duas vezes à vaga. O motivo é simples: a política foi criada não para estipular um teto de crianças

negras na escola, mas ao contrário, a política considera importante garantir um piso mínimo deste público no interior da escola.

Outro dado importante que vale o destaque é que a cota para Pessoa Com Deficiência (PCD) se institui na escola, a partir do ingresso para o ano letivo de 2014, mas por força de Ação Civil Pública, processo número 3457-96.2013.4.01.3803, ajuizada pelo Ministério Público Federal, sendo réu, a UFU. Diferentemente, as cotas para Pretos, Pardos ou Indígenas (PPI) e Perfil Socioeconômico (PSE), decorrem de uma construção política, social e pedagógica iniciada em 2018, avançando para 2019 e que passou a vigorar em 2020, mediada pela Comissão para a Diversidade Racial e Socioeconômica da Eseba, discutida em reunião do Conselho de Coordenadores da Eseba, no Conselho de Graduação (Congrad) e Conselho Universitário (Consun) da UFU e apoiada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB/UFU).



Imagens 1, 2 e 3: estudantes Eseba. Fonte: arquivo pessoal.

As fotos acima apresentam crianças com quatro anos de idade, ingressantes na Educação Infantil da Eseba. A imagem 1 retrata uma atividade em grupo no Espaço Cultural em 2019, momento em que as cotas raciais ainda não vigoravam na instituição. A imagem 2 retrata a mesma atividade, contudo, no ano seguinte onde as cotas raciais entraram em vigor. A imagem 3 retrata a mesma atividade com os estudantes sorteados em 2025 e ingressantes em 2026. Percebe-se nitidamente pela cor dos braços das crianças e por seus cabelos nas fotos acima, que as cotas raciais fizeram diferença no ingresso na escola.

Apresentados alguns números e procedimentos de como se dá a aplicação de cotas no Cap. Eseba/UFU e cientes do debate do sistema de reserva de vagas no Brasil, recordamos que em 2023, a lei 10.639 completou duas décadas de existência, mas como

já dissemos acima, muitas foram e ainda são as lutas, mas poucas são as conquistas visíveis. Em algumas escolas públicas estas leis existem apenas nos Projetos Políticos Pedagógicos (P.P.P.), mas em algumas escolas particulares, nem lá. Casos de racismo se multiplicam em todo nosso país e pelo mundo também. O questionamento que fica é: se a lei fosse efetivamente aplicada desde 2003 o cenário seria o mesmo ou já teríamos avançado um pouco mais enquanto sociedade pacífica e racional? Insistimos em acreditar que teríamos avançado bastante.

O Cap. Eseba/UFU, apesar de já trabalhar na perspectiva de cotas raciais desde 2019 e das diversas ações das comissões que militam na questão racial, certamente ainda tem um caminho muito longo a percorrer. A comunidade escolar composta por discentes, docentes e técnico-administrativos é majoritariamente branca. O corpo docente possui apenas três professores/as negros/as em um universo de mais de oitenta pessoas, destes três, são duas mulheres e um homem; a proporção de técnicos administrativos negros/as quando comparada ao número de docentes é maior, mas ainda é menor se comparada aos demais técnicos administrativos. Desde a sua fundação até a data de defesa desta tese, nenhum negro ou negra ocupou o cargo de diretor/a da Eseba; os/as estudantes negros/as ainda são muito hostilizados na instituição; na maioria das vezes um ato racista não é denunciado nem mesmo pela própria vítima e, geralmente os/as professores/as alegam não terem percebido nada. Situações que passam despercebidas pela branquitude, mas que é desconfortável para a população negra e para os estudiosos da temática. A situação que marca o início da discussão sobre este perfil majoritariamente branco da escola toma corpo a partir da publicação de uma matéria⁷ da Pró-reitora de Extensão e Cultura (Proex/UFU) em homenagem ao Dia das Crianças, em outubro de 2017, intitulada “Crianças são formas puras de olhar o mundo”, em que figuravam seis crianças dizendo o que as deixavam felizes e seus sonhos futuros. Todas as crianças eram brancas. Por qual motivo não foi escolhida nenhuma criança negra? Alguém poderia colocar a culpa na equipe de reportagem, mas a verdade é que faltou letramento racial ou no mínimo, um olhar atento da escola em sugerir que o jornalista escolhesse, ao menos, um/a estudante negro/a.

Outro fator que consideramos merecedor de destaque é o fato de, que as famílias que tinham filhos deficientes matriculados na escola, se mobilizaram e, conquistaram,

⁷ Matéria disponível em: <https://proexc.ufu.br/acontece/2017/10/criancas-sao-formas-puras-de-olhar-o-mundo>. Acesso em 25fev. 2026.

por força judicial do Ministério Público⁸, o direito a cotas PCD. Mesmo não sendo um desejo explícito pela reserva das vagas por parte da escola, praticamente não houve resistência. Já para implementação das cotas raciais, a luta foi bastante intensa e com muita resistência e inúmeros questionamentos internos por parte do corpo docente e das famílias dos estudantes. A proposta das cotas étnico-racial e socioeconômica ficou engavetada por quase oito meses, talvez por receio da reação da comunidade externa ao descobrir que as vagas da ampla concorrência seriam diminuídas. Pressupomos que essa proposta tenha sido inserida na pauta do Conselho de Coordenadores (órgão máximo de deliberação da escola), por força do constrangimento. Nosso receio e desconfiança é que, se não fosse a insistência e luta de um grupo de professores/as defensores/as dos direitos da população negra, a proposta não se materializaria. Mesmo a escola sendo considerada democrática, deixou, por décadas, de dar poder, voz e visibilidade ao povo negro de Uberlândia.

Somente com muita luta, pautas como estas serão discutidas nas escolas. Mesmo não sendo a escola perfeita, muito já se avançou em relação à questão racial na Eseba. A educação antirracista começa a se solidificar. Não apenas a lei de cotas é utilizada como forma de reparação histórica, mas o corpo docente tem realizado diversas ações concretas para mudar a realidade em relação ao racismo existente em nossa sociedade. E enquanto professor desta instituição, a motivação para a escrita desta tese não é apenas enriquecer as reflexões sobre este tema para os acadêmicos, mas proporcionar, sobretudo aos nossos estudantes adolescentes, um novo caminho para melhor compreensão das sociedades e culturas africanas; demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo e o estreitamento dos laços históricos existentes entre o Brasil e a África. Além desta, motiva-me auxiliar no combate à outras formas de desigualdades, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)⁹, especialmente no sentido de contribuir para a prevenção e eliminação de todas as formas de manifestação de discriminação étnica e racial, conforme estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965¹⁰.

⁸ Ação Civil Pública nº 3157-96.2013.4.01.3803, julgada em 30 de setembro de 2013.

⁹ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 06 de mai. 2026.

¹⁰ Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965. Disponível em:

E no sentido de se trabalhar para eliminar as formas de discriminação racial, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) possui um Centro de Memória da Cultura Negra, intitulado Graça de Aché, o que consideramos como parte de uma reparação histórica para o povo negro e um enorme benefício para a sociedade uberlandense. Neste sentido, gostaríamos de aqui, apresentar este espaço.

O Centro de Memória da Cultura Graça do Aché demonstra em seu próprio nome a sua finalidade: promover ações que fortaleçam a cultura, sobretudo, a negra. Outra finalidade de suma importância para nossa sociedade é contribuir com o processo de conscientização da responsabilidade social, do respeito às diferenças étnico-raciais e na promoção da cultura e história afro-brasileira. Na realidade, esta finalidade deveria se fazer presente na ementa de todos os cursos acadêmicos de todas as universidades deste país, não apenas da UFU, mas, infelizmente como isso ainda se apresenta como uma utopia, fazemo-nos valer deste espaço, no desejo que ele não seja a única alternativa antirracista de nossa universidade, mas que, em breve, o que lá ocorre, se estenda amplamente para todos os espaços acadêmicos da UFU.

O nome do espaço homenageia a ativista com grande atuação na cidade de Uberlândia em relação a questões culturais, sociais e políticas, Maria da Graça Oliveira, mulher negra que acreditava na transformação da juventude e que, ao conhecer suas raízes, pudesse se ver como sujeito social e ser protagonista de sua própria história. Acreditando ser a cultura, um espaço de diálogo com a ancestralidade, o centro é um espaço oportuno para agregar pessoas; atuar na formação de jovens negros e negras; fomentar e divulgar a cultura negra em nossa região.

Após anos de ativismo, Graça falece no ano 2000. Para que seu legado não fosse interrompido, em 2002, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia, a UFU e a Fundação Palmares, criou-se o Centro de Memória e Cultura Negra Graça do Aché no bairro Presidente Roosevelt, em Uberlândia, ou seja, não se localiza no interior de nenhum dos campi da universidade. Em relação a sua localização, entendemos que por um lado é positivo o espaço ser mais próximo da comunidade local, mas por outro, não estar em nenhum dos campi, diminui o sentimento de pertença à universidade. Acreditamos, inclusive, que muitos/as da comunidade UFU desconhecem sua

[https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%20106%20\(XX\)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf](https://www.oas.org/dil/port/1965%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial.%20Adoptada%20e%20aberta%20%C3%A0%20assinatura%20e%20ratifica%C3%A7%C3%A3o%20por%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20Assembleia%20Geral%20106%20(XX)%20de%2021%20de%20dezembro%20de%201965.pdf). Acesso em 06 de mai. 2026.

existência, mesmo que nele frequentemente ocorrem eventos, apresentações de trabalhos, palestras, seminários e, diariamente, conta com uma programação fixa contemplada por oficinas, exposições de filmes, rodas de conversa e apresentações artísticas das mais diversas modalidades. Por mais que o espaço seja bem ocupado, consideramos que ainda é ocioso se analisarmos a quantidade de cursos, estudantes e professores/as de nossa universidade.

Após as análises de algumas leis que impactaram a vida da população negra no Brasil, podemos, preliminarmente, concluir, que as leis são importantes, no entanto, muitas vezes se mostram tímidas, limitadas, sem fiscalização e sem força social. A simples existência da lei não traz nenhuma garantia de melhoria ao povo negro, mas são marcos importantes para balizar o aprofundamento da consciência social. Sueli Carneiro¹¹ nos recorda que o racismo é uma luta social; a consciência familiar e a consciência racial, não necessariamente se desdobram em consciência política – leis – ela só se politiza aliada a um movimento social que expressa essa luta. Sejam todos antirracistas.

¹¹ Em sua aula aberta de seu curso Dispositivo de Racialidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yFd6TRjHr4Q>. Acesso em 01 de out. 2025

2. CAPÍTULO 2: FILOSOFIA AFRICANA

2.1. Grécia ou Egito? O eurocentrismo se apossou da Filosofia

A Filosofia não nasceu na Grécia e seu pai não foi Tales de Mileto. Esse fato é mais do que comprovado. No entanto, equivocadamente, o imaginário popular e acadêmico, ainda relatam a inverdade de que a Filosofia nasceu na Grécia e que seu pai foi Tales de Mileto. Incontáveis estudantes, sobretudo, os do Ensino Médio receberam estas informações e as processaram, imediatamente e sem contestações, por estarem presentes na maioria dos manuais de introdução à Filosofia espalhados por todo o Brasil. Na maioria destes manuais, a equivocada versão é que a Filosofia teria nascido entre os séculos VI e V antes de Cristo nas colônias gregas e que Pitágoras teria desenvolvido o termo Filosofia da junção das palavras *philo* (amor) e *sophia* (sabedoria) e atribuído à invenção da Filosofia a seu mestre, Tales de Mileto. Os livros didáticos brasileiros são praticamente unânimes em fazerem afirmações como estas que, de tanto serem repetidas, cristalizou uma suposta verdade no imaginário social. Quando alguém é iniciado em Filosofia, estas são, sem dúvida, as primeiras informações que esta pessoa recebe. Isso ocorre pelo fato de os europeus se colocarem como centralidade/ superioridade cultural/ o ponto de partida/ a norma/ a referência de todas as coisas no globo. Tal perspectiva de manter o poder e a hegemonia branca europeia, explica o fato de a cultura africana só adentrar nas salas de aula das escolas brasileiras por força de lei¹² e longínquos cento e quinze anos após a suposta abolição da escravidão em nosso país. Esse fenômeno, como se sabe, é conhecido como eurocentrismo, uma perspectiva que determina o modelo educacional brasileiro, prejudicando-o ao conceber que a Europa e sua cultura está no centro e as demais culturas orbitam nas periferias do conhecimento.

Eurocentrismo é um termo muito utilizado e tem sido tema de pesquisas e estudos de muitos intelectuais. Utilizaremos aqui as análises de Serequeberhan (1997), Dussel (2005) e Shohat e Estam (2006). O filósofo africano, nascido na Eritreia, país da África Oriental, Tsenay Serequeberhan, defende que o eurocentrismo é um preconceito localizado na autoconsciência da modernidade e constitui a crença metafísica de que a

¹² Lei 10.639/2003.

existência europeia é qualitativamente superior às outras formas humanas de vida (SEREQUEBERHAN, 1997, p. 142). O filósofo argentino Enrique Dussel, no texto *Europa, Modernidade e Eurocentrismo* (2005), compactua com Serequeberhan e sustenta que o eurocentrismo é um produto da modernidade, pois, o significado de Europa nem sempre foi o mesmo historicamente, uma vez que o lugar que a Europa ocupa hoje, no mundo antigo era ocupado pelo bárbaro¹³ e incivilizado, ou seja, as culturas africanas (Egito) e asiáticas que eram mais sofisticadas do que a dos gregos, tanto que no século XVIII, os gregos assumiram que elas eram o berço de sua civilização (DUSSEL, 2005, p. 25). Segundo ele, essa hegemonia foi construída séculos mais tarde, a partir do imperialismo europeu, vinculada a violência contra africanos, indígenas e asiáticos, relegando-os a condições de periferia. Autores de *Crítica da imagem eurocêntrica* (2006), Ella Shohat e Robert Stam, defendem que o eurocentrismo surgiu como um discurso contraditório de justificação do colonialismo e é a base ideológica do discurso racista (SHOHAT e STAM, 2006, p. 21). Compactuamos com a ideia dos autores acima citados e destacamos a defesa do discurso contraditório de se considerar a Europa como centro do conhecimento, uma vez que os próprios gregos como Heródoto e Aristóteles defendem que se alimentaram dos conhecimentos da cultura africana.

Foi, portanto, Melampo, quem instituiu a procissão do falo em honra a Baco e o primeiro a instruir os gregos sobre as cerimônias que ainda hoje praticam. Melampo devia ter sido, na minha opinião, um sábio, hábil na arte da adivinhação. Instruído pelos egípcios sobre grande número de cerimônias, inclusive a que se relaciona com o culto de Baco, introduziu-as na Grécia com ligeiras modificações (HERÓDOTO, 2001, p. 217-218).

Alguns dos principais filósofos que nos foram apresentados nos livros didáticos do Ensino Médio, estudaram no Egito e de lá trouxeram inspirações para, supostamente, criarem suas teorias. A cidade de Waset – originalmente nomeada de Wasset, que significa cetra, posteriormente chamada de Tebas pelos gregos, está situada no local atual da cidade moderna Luxor, que está a 750 km ao sul de Cairo, capital do Egito. Luxor foi a capital gloriosa do Egito por mais de 1500 anos. Foi a cidade mais dominante e mais sofisticada no antigo mundo em muitos aspectos da vida nos tempos antigos. Foram nela construídos vários templos durante o reinado de Amenhotep III,

¹³ Que não pertence à cultura grega.

durante a XVII Dinastia. Estima-se que cerca de oitenta mil pessoas foram educadas lá, das quais, muitos dos principais filósofos gregos, dentre eles podemos citar Sócrates, Platão, Aristóteles, Pitágoras, Hipócrates e Tales. O tempo de formação nesta universidade era de aproximadamente quarenta anos, no entanto, os filósofos acima citados, frequentaram apenas entre onze e vinte anos e, mesmo assim, receberam o crédito de fundadores da civilização moderna.

Na metafísica, Aristóteles também reconheceu a importância e o pioneirismo do Egito em relação à Grécia.

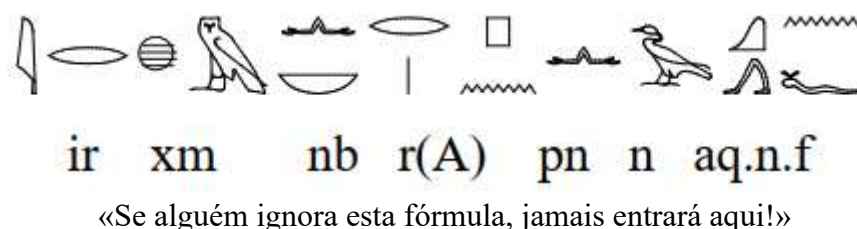
De modo que, constituídas todas as ciências deste gênero, outras se descobriram que não visam nem ao prazer nem à necessidade, e primeiramente naquelas regiões onde os homens viviam no ócio. É assim que, em várias partes do Egito, se organizaram pela primeira vez as artes matemáticas, porque aí se conseguiu que a casta sacerdotal vivesse no ócio (ARISTÓTELES, 1973, p.212-219).

Em *Timeu e Crítias ou a Atlântida*, Platão reconhece a herança positiva do Egito, mas posteriormente, investe na expressão protogregos.

O fato de nomes de peso na tradição filosófica como Heródoto e Aristóteles terem reconhecido o pioneirismo do Egito em relação à Grécia e mesmo assim, no senso comum, esse pioneirismo ter sido atribuído à Grécia, causou estranhamento a George James, profundo conhecedor da tradição europeia que, por ser versado em grego e latim, bebeu da fonte dos textos dos filósofos gregos. Ele defende em seu livro *Stolen Legacy* (2001, p. 10), em português, *Legado Roubado*, que os jônios e os itálicos não arrogaram a autoria da Filosofia, pois, tinham consciência que essa autoria era dos egípcios; no entanto, os alunos de Aristóteles fizeram isso após a sua morte, arrogaram esta autoria ao compilar a história da Filosofia e nomeá-la erroneamente como Filosofia Grega.

Na mesma obra, James recorda que foram feitas inúmeras tentativas de invisibilizar a contribuição do continente africano na cultura da humanidade. A obra defende que os gregos, ora plagiaram, ora roubaram o conhecimento dos egípcios. Um dos pressupostos é que, no período onde os gregos disseram ter criado a Filosofia, a Grécia enfrentava constantes guerras territoriais com os persas e as disputas internas entre as cidades-estados gregas geraram um clima não favorável à produção de

conhecimentos filosóficos. Para ilustrar, citamos abaixo, apenas um exemplo dentre tantos outros dessa apropriação. No pórtico da Academia, encontra-se esta frase aparentemente enigmática: *Que ninguém entre aqui se não for geômetra*. Ora, esta frase, Platão a encontrou em um templo, no Egito, lugar que ele conhecia tanto a cultura quanto a língua. Esta fórmula¹⁴ é enunciada desta forma na língua egípcia hieroglífica:



James defende que a Filosofia grega é fruto do Sistema de Mistérios Egípcios e algumas meras semelhanças, tais como: a elevação da alma era tida como sabedoria; a eternidade da alma; a divinização dos sujeitos; a libertação dos grilhões corporais (referência à *Alegoria da Caverna* de Platão); a hierarquização do conhecimento; a *arché*; o complexo sistema de aprendizagem que direciona o sujeito a uma moralidade justa e equilibrada: Gramática, Retórica, Lógica, Geometria, Aritmética, Música e Astronomia, que, posteriormente os gregos denominaram *Trivium* e *Quadrivium*. O que ficou conhecido como milagre grego foi, na realidade, o roubo dos conhecimentos egípcios.

James defende ainda, que Aristóteles foi beneficiado devido à amizade com Alexandre, o Grande, que, após conquistar o Egito, saqueou todas as bibliotecas do país e fundou uma suposta nova biblioteca de Alexandria como um grande centro de pesquisa liderado por Aristóteles e seus discípulos. Com tão vasto acesso às obras dos egípcios com milhares de anos de acúmulo de conhecimento, fica fácil compreender a vasta lista de obras escrita pelo estagirita. O principal argumento sustentado por George James é que seria impossível uma única pessoa escrever tantos livros durante a vida sobre conhecimentos tão diversificados, sem ao menos ter tido contato com esse conhecimento já acumulado e registrado. Na obra, James ao citar Sócrates, Platão e Aristóteles, faz uma apresentação da vida e obras dos filósofos gregos exatamente para afirmar que a Filosofia deles é um saqueamento dos egípcios.

¹⁴ Fórmula enunciada na língua egípcia hieroglífica. Disponível: www.revistasisifo.com. Acesso em 22 de fev. 2025.

Sendo assim, ele considera que o que chamam de Filosofia Grega não é outra coisa senão, um roubo da Filosofia Egípcia que antes de chegar em Atenas, difundiu-se pela Jônia e pela Península Itálica. Compactuam com essa defesa, filósofos como o senegalês Cheikh Anta Diop (1991), o congolês Théophile Obenga (2004) e nigeriano Innocent Onyewuenyi (2005).

Outro fator que nos causa estranhamento é o fato de a Europa, em tão pouco tempo, ter atingido tal status devido uma suposta superioridade em todos os aspectos em detrimento dos outros povos e ter seduzido os povos a quem subjuga. Quem nunca ouviu a expressão milagre grego? Esta possui pouco mais de dois séculos e sustenta que os gregos, por possuírem uma forte tradição oral pautada nas narrativas dos mitos, construíram um pensamento coletivo e sua leitura própria de mundo. Eles viveram assim, um longo período de consciência mítica, extremamente marcado por explicações mitológicas com suas infinidades de deuses, sendo os do Olimpo, os mais conhecidos, como Zeus, Poseidon, Apolo, Hera, Afrodite e tantos outros. De forma equivocada e fantasiosa, acreditam que, milagrosamente, passaram por uma transição que desencadeou uma consciência filosófica marcada pelo predominante uso da razão, o que seria a transição do *mito* para o *logos*. Na realidade não se trata de um milagre, mas os livros didáticos nos apresentam alguns fatores ou condições históricas que culminaram nesta mudança. Entre eles podemos citar surgimento da vida pública, ou seja, a política e seus desdobramentos; o comércio; as grandes navegações marítimas; a diversidade cultural; o surgimento da escrita alfabética; o surgimento da moeda e a invenção do calendário (ARANHA e MARTINS, 2009, p. 81-82).

Certamente essas invenções não foram sistematicamente planejadas, mas foram ocorrendo simultaneamente, no entanto, reunidas, possibilitaram aos gregos buscarem um conhecimento mais desmistificado do mundo; a razão humana se tornaria um instrumento mais eficaz para alcançar o conhecimento verdadeiro das coisas. A junção destes fatores, aliados à poesia, religião e outras condições sociopolíticas, teriam desencadeado o aparecimento da Filosofia no mundo helênico, supostamente, como algo original, ou seja, sem se fundamentar em nenhuma outra fonte de nenhum outro lugar do globo. Esta ideia, no mínimo fantasiosa, se dava pelo fato de, equivocadamente, os gregos na antiguidade suporem ter uma capacidade excepcional de reflexão (ARANHA e MARTINS, 2009, p. 80). Até a língua grega não era apenas uma língua como as demais línguas europeias, antes, seria o *logos* (razão). O que

supostamente seria uma capacidade excepcional de reflexão, foi na realidade uma tentativa de hierarquizar conhecimentos utilizando a imagem de um gênio superior. No lugar de acreditarmos na tese do milagre grego, decidimos compactuar com o pensamento do filósofo africano Cheikh Anta Diop (DIOP, 1974) que seria apenas uma adaptação da cultura egípcia.

Dois filósofos alemães são grandes defensores da ideia de a Filosofia ser um fenômeno-europeu-ocidental, trata-se de Hegel e Heidegger. Este último, em seu livro *O que é isto: a Filosofia?* (2005), defende que seria uma redundância falar em Filosofia ocidental europeia, pois, somente na Europa, detentora do filosofar, é possível existir Filosofia. A frase: a Filosofia é grega em sua essência, não diz outra coisa senão que: o Ocidente e a Europa, e somente eles, são, na marcha mais íntima de sua história, originalmente filosóficos (HEIDEGGER, 2005, p. 29). É muito difícil para um pesquisador com uma leitura mínima que seja sobre Filosofias Africanas admitir como correta a concepção dos alemães acima citados, no entanto, é relativamente compreensível que pensem assim pelo fato de serem europeus. O que é mais difícil de compreender é como eles conseguiram transmitir este pensamento a outros povos por eles subjugados, incluindo o Brasil. A filósofa brasileira Marilena Chauí, por exemplo, é uma destas defensoras de que não há pensamento autenticamente filosófico fora da Grécia. Ela é defensora do milagre grego como uma interpretação das mudanças qualitativas profundas e decisivas que, em condições históricas determinadas, os gregos impuseram à herança que receberam (CHAUÍ, 2002, p. 25).

Apesar das reflexões propostas, não almejamos neste trabalho buscar as origens da Filosofia. Esta seria uma pretensão inútil e ilusória, pois, sempre que ao chegarmos com a pedra no ápice da montanha¹⁵, ela novamente rolaria à procura de uma nova origem. Também, de modo algum, nos propomos a desconsiderar a existência da Filosofia na Grécia e nem tão pouco menosprezá-la. Sim, houve Filosofia na Europa e de boa qualidade. No entanto, tecemos críticas ao eurocentrismo que arrogou a posse da Filosofia ao surgir com um discurso racista que justificava a colonização¹⁶; que reverenciou explicitamente sua cultura em detrimento de todas as outras; desqualificou

¹⁵ Referência ao mito de Sísifo. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/o-mito-sisifo-sua-conotacao-contemporanea.htm>. Acesso em 26 de mar. 2026.

¹⁶ CARVALHO, José Jorge de. Implodir o eurocentrismo e interculturalizar o currículo da filosofia. **Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, v. 9, n. 20, p. 141-..., jan./jun. 2025. Disponível em: [Revista de Filosofia do IFCH da Unicamp](#). Acesso em: 2 ago. 2026.

a narrativa dos povos; manipulou a autoconsciência dos povos não europeus, levando-os a crer que sua forma de vida era inferior à deles e construir uma hegemonia vinculada a violência contra africanos, indígenas e asiáticos, relegando-os a condições de periferia. Após estas reflexões apoiadas nas teorias dos pesquisadores acima citados, podemos nos perguntar: seria, de fato, a Europa, o centro do universo? Insistimos em responder que não.

2.2 O racismo enalteceu a Filosofia Grega em detrimento da Filosofia Africana

No tópico anterior, vimos como foi construída uma narrativa onde a origem da Filosofia teria sido na Grécia e como o eurocentrismo se associa a esta narrativa. Seria o eurocentrismo uma forma de racismo? Fizemos opção por não aprofundarmos esta questão nesta tese, mas supomos que o eurocentrismo se relaciona com o racismo ao contribuir e legitimar práticas que levam ao racismo. Supomos ainda que o racismo foi um dos principais fatores que levaram a Filosofia Grega ser enaltecida e a Filosofia Africana, desprezada, silenciada e apagada. Percebemos essa prática racista em vários aspectos, mas vamos, rapidamente, abordar apenas três: quando os gregos reclamam para si a autoria da Filosofia; quando cometem racismo epistêmico e epistemicídio e, quando objetivam transformar o Egito em uma cultura branca.

O professor, cientista e filósofo estadunidense negro e pesquisador da temática racial Molefi Kete Asante, em sua obra *Uma origem africana da África: mito ou realidade?* (ASANTE, 2002) cria uma espécie de silogismo que parece retratar bem a forte ideologia eurocêntrica:

A Filosofia é a maior de todas as disciplinas.
Todas as outras disciplinas se derivam da Filosofia.
A filosofia é uma criação dos gregos.
Os gregos são brancos.
Portanto, os brancos são os criadores da filosofia¹⁷.

Tal assertiva representa bem a ideologia eurocêntrica, pois, demonstra uma defesa de que outros povos, como os asiáticos e africanos, por exemplo, podem no

¹⁷ Capoeira – Revista de Humanidades e Letras| Vol.1 | Nº. 1 | Ano 2014 | p. 117.

máximo, contribuir com o pensamento com suas religiões e mitos, mas jamais criar Filosofia, pois esta criação seria tarefa irremediável, legítima, eterna e incontestavelmente atribuída aos gregos. Certamente discordamos de tal assertiva. Defendemos, no tópico anterior, que nossa intenção não é buscar as origens da Filosofia e ratificamos aqui nossa defesa. Não sabemos quem a originou, no entanto, temos a convicção de quem não a originou: os gregos. Consideramos um grande equívoco legitimar a defesa de que os brancos – europeus – são os criadores da Filosofia. Pensadores como o historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop (1974), o filósofo e cientista estadunidense Molefi Kete Asante (2022) e tantos outros, apresentam argumentos bastante sólidos que comprovam que já existia Filosofia na África anteriormente aos gregos.

É relativamente fácil compreender que a filosofia não tenha uma data de nascimento exata e um local de nascimento específico. Por sua própria essência de ser, pelo fato de privilegiar e possibilitar a problematização da realidade social é que podemos concluir que a Filosofia nasceu no exato momento em que o primeiro ser humano, em sua profundidade existencial, começou a questionar e fazer perguntas. Ao levar isso em consideração, certamente chegaremos à conclusão que essa data e local são muito anteriores à Grécia Antiga, mas remete aos primórdios da humanidade.

Existem teorias que defendem a Grécia como o berço da Filosofia por seus registros históricos serem os mais antigos. No entanto, pesquisas como a de Asante (2014), por exemplo, apontam que entre os textos mais antigos sobre Filosofia, muitos estão no Egito, ou seja, no continente africano. Textos dos filósofos egípcios – dos quais veremos adiante – por exemplo, são bem anteriores aos textos de Tales de Mileto (600 a.C), Platão (430 a.C) e os ensinamentos socráticos escritos por seu principal discípulo. Aristóteles ainda depois, somente em 390 a.C. Para se ter uma noção, os africanos concluíram a construção das pirâmides há dois mil e quinhentos anos a.C. Deste período até se ter notícias de Homero, considerado o primeiro escritor grego, ainda faltavam mil e setecentos anos. Mesmo cientes destes dados, a maior parte dos manuais, ainda aponta a Grécia como berço da filosofia. Foi apenas uma coincidência? Uma obra do acaso? Uma convenção ingênua? Certamente que não. Talvez, racismo.

As questões refletidas pelos gregos, egípcios e asiáticos são bem próximas, tais como, o sentido da vida, origem da realidade, ética, moral e política. Se as temáticas e

as abordagens são tão próximas, por qual motivo os textos gregos foram enaltecidos e os egípcios e asiáticos silenciados e praticamente ignorados? Novamente poderíamos nos perguntar se foi obra do acaso e novamente a resposta seria a mesma: certamente que não. Essa prática é mais do que um racismo epistêmico, antes é um epistemicídio¹⁸. O primeiro é uma das dimensões do racismo e uma forma específica de epistemicídio que se fundamenta na hierarquização de saberes ocidentais, desqualificando os saberes não-ocidentais. No entanto, é mais do que hierarquizar, consideramos ser um epistemicídio pelo fato de apenas as temáticas gregas serem abordadas. Essa ação, necessariamente, representa uma tentativa de apagamento de saberes da população negra africana, ou seja, não é que os gregos consideram saber mais do que os outros povos, eles consideram que são os únicos detentores do conhecimento.

Atualmente, é possível encontrar inúmeras pesquisas que defendem a precedência da Filosofia Africana à Filosofia Grega. Jean-François Champollion (1790-1832), o decifrador da escrita sagrada egípcia, por exemplo, sempre considerou o Egito Antigo e sua civilização como filha da África. Em sua *Gramática egípcia ou Princípios gerais da escrita sagrada egípcia* (CHAMPOLLION, 1836), ele sustenta que a cultura e a língua egípcias são africanas e ainda sustenta o pioneirismo do Egito antigo sobre aqueles da Grécia.

Acerca deste tema, há algumas linhas de pensamento, como a de Renato Noguera (NOGUERA, 2010), por exemplo, que acreditam que muito da cultura helênica tenha sido inspirada pela do Egito. Isso nos leva a acreditar que a Filosofia, ao contrário do que diz a tradição eurocêntrica, não seja grega, pois, a africana a precede.

O suposto milagre grego não se sustenta, não apenas por ter apenas pouco mais de dois séculos, mas também pelo fato de existir registros históricos de que inúmeros pensadores gregos estudaram no Egito e de lá trouxeram conhecimentos. Diógenes Laércio, em sua obra *Vida e Doutrina dos Filósofos Ilustres* (LAÉRCIO, 1987, p. 229) defende e nos apresenta a informação de que ele, juntamente com Pitágoras, Tales e

¹⁸ O pensador português Boaventura de Sousa Santos cunhou o termo "epistemicídio" em suas obras do final do século XX, como em *Pela mão de Alice*, mas foi em obras posteriores, como em *Epistemologias do Sul* (2009, organizado com Maria Paula Meneses), é que o conceito se torna central para analisar a dominação epistemológica que exclui saberes de países periféricos.

Platão, foram estudar no Egito. O filósofo neoplatônico Jâmblico (2003, p. 36), Plutarco (1995, p.74-75) e Estrabão (ESTRABÃO apud Diop, 1991, p. 345) possuem a mesma defesa. Este último, inclusive, alega que os egípcios guardaram para eles a melhor parte do conhecimento, ou seja, se os gregos se destacaram porque eram bons em conhecimento, significa que os egípcios eram ainda melhores. Para comprovar esta tese, Platão em sua obra *As leis*, reconhecia que os gregos, comparados com os egípcios, não passavam de ignorantes (PLATÃO, 1999, p. 315).

Cheikh Anta Diop (1974), o filósofo e cientista estadunidense Molefi Kete Asante (2022) e tantos outros, apresentam argumentos bastante sólidos que comprovam que já existia Filosofia na África anteriormente aos gregos. Esses argumentos durante sete séculos, de Heródoto a Plutarco, foram indiscutivelmente aceitos. No século XVIII, por exemplo, lemos Montesquieu em *Do espírito das leis* (1973, p. 223), sugerir que, ao julgar pela cor da pele e pelos cabelos, que os egípcios são os melhores filósofos do mundo. Heródoto (2001) julgava que os colquidianos – habitantes da região ao sul do Cáucaso, atual Geórgia – era uma colônia egípcia porque eram negros de cabelos crespos. Esta afirmação deixa evidente que os nativos egípcios eram negros.

A partir do século XIX, a aceitabilidade de a Filosofia Grega ter sido influenciada pela Filosofia Egípcia começa a ser refutada. Hoje, como dissemos anteriormente, o senso comum, faz com que a maioria das pessoas aceite, de maneira acrítica, que a Filosofia é grega. Esse aceite, segundo Martin Bernal (1987, p. 29) se deve, sobretudo, a questão das raças onde supostamente a raça negra seria inferior. Segundo Cheikh Anta Diop, o racismo foi o responsável pela moderna falsificação da história. Foi no século XIX que se consolidou o domínio europeu sobre os povos africanos, não apenas sob o uso de armas, mas por meio de um domínio ideológico que justifica o emprego das mais diversas formas de violências contra a população negra. Filósofos como John Locke, David Hume e Immanuel Kant contribuíram com o desenvolvimento desta hierarquia racial.

Pensadores como Cheikh Anta Diop (1974) e Molefi Kete Asante (2002), perceberam que os gregos se encontraram em um difícil dilema. Defendiam a Grécia como berço de sua civilização e o Egito como uma irrefutável referência civilizacional, mas ao mesmo tempo, insistiam em aceitar a tese da hierarquia racial que coloca a raça branca como superior às demais. Neste contexto, se os egípcios eram negros, logo,

pertencentes a raça inferior, como teriam condições de construir conhecimentos tão relevantes a ponto de instruírem e servirem de referência intelectual para os povos gregos, logo, brancos? Não podendo refutar o conhecimento proveniente do Egito, entenderam que a única forma de resolver este dilema era defender a tese de que, contrariando a Geografia, o Egito era uma terra de brancos. Cheikh Anta Diop (1923-1986), se empenhou para derrubar esta teoria.

Diop, africano, de Senegal, mudou-se para Paris aos vinte e três anos de idade para se tornar um físico. Além desta ciência, sua educação incluiu sociologia, linguística, antropologia, economia, história africana e egiptologia. Dedicou-se bastante nestas duas últimas áreas. Se propôs a escrever uma tese de doutorado onde defendia que o Egito antigo havia sido uma cultura negra de povos negros. A tese foi apresentada e rejeitada em 1951. Quatro anos depois, a publicou no formato de livro intitulado *Nations nègres et culture*, em português, *Nações negras e cultura*, trabalho este que o tornaria o historiador mais polêmico de sua época, uma vez que ninguém até então tinha ousado a fazer tais estudos e afirmações. Persistente, aperfeiçoou e embasou melhor a sua tese e em 1960 ela foi aprovada. De volta ao seu país de origem, continuou escrevendo nesta temática. Ele foi além da escrita, defendia que seria possível determinar diretamente a cor da pele e, portanto, a afiliação étnica dos antigos egípcios pela análise microscópica em laboratório. A Universidade de Dakar acreditou nesta ideia e estabeleceu um laboratório de radiocarbono para ajudar na sua investigação. Apesar de alguns críticos defenderem não ser possível, Diop usou esta técnica para determinar o teor de melanina das múmias egípcias, provando assim que eram pessoas negras. Autor de muitas obras nesta temática, uma em especial ganhou destaque, trata-se do livro que escreveu em 1974, intitulado *The African Origin of Civilization: Myth or Reality*, em português, *A origem africana da civilização: mito ou realidade* (1974). Neste, chocou o mundo ao defender que evidências arqueológicas e antropológicas apoiavam sua posição afrocêntrica de que os faraós eram de origem negroide. Esta defesa abriu portas e caminhos para outros pesquisadores que, inspirados nele, também acorreram à esta temática. Postumamente, foi homenageado com a troca do nome da Universidade de Dakar para o seu.

Existe um discurso muito forte de querer minimizar ou mesmo menosprezar a raça negra. Se já é difícil, para muitos, aceitar que a Filosofia não nasceu na Grécia,

imagina-se ser praticamente impossível, aos europeus, aceitar a tese de que a Filosofia Grega é fruto do conhecimento do povo negro. Segundo Molefi Kete Asante,

a cor dos antigos egípcios não deve ser questão de debates; essa só vem à tona porque sempre encontramos alguma pessoa branca que se esforça para manter a afirmação de que os africanos não poderiam ter construído as pirâmides e, especialmente, não africanos negros. É claro, todos devem saber que os egípcios eram africanos, mas o fato é que eles não eram apenas africanos, os egípcios tinham especificamente pele negra com cabelo lanoso (2014, p. 120).

Segundo Heródoto (2001), os Colchians eram egípcios porque, assim como os egípcios, tinham a pele negra e cabelo lanoso, ou seja, enrolado. Aristóteles diz em *Physiognomonica*, que os egípcios e os etíopes são muito escuros. A Filosofia começa 2.800 anos a.C. com pessoas de pele negra do Vale do Nilo, ou seja, 2.200 anos antes do aparecimento de Tales de Mileto, considerado o primeiro filósofo ocidental. Asante, em tom de sarcasmo, nos convida a imaginar se seria cabível aos africanos esperarem dois mil e quinhentos anos pelos gregos para descobrir como construir as pirâmides ou para medir o tamanho do planeta, calcular a largura, amplitude e profundidade, determinar a exata helicoidal crescente de Serpet (*Sirius*) e as inundações do Nilo, ou diagnosticar doenças do corpo humano.

Na defesa do argumento de que os egípcios eram negros, observam-se dois fatores importantes: a iconografia e a língua egípcia. Nas fontes iconográficas feitas pelos próprios egípcios eles se desenhavam com a cor escura. Já em relação à língua, os antigos egípcios referiram-se ao Egito como *kemet* – que significa terra negra. As mesmas seriam as terras férteis das quais trabalhavam junto ao Rio Nilo. O termo também fazia referência à cor de sua pele negra. O coletivo do termo KMTJW¹⁹ se forma a partir de um substantivo colocado no feminino singular significando “os negros”, o que os diferenciava de outros povos estrangeiros. Graças a arqueologia, admite-se, nos dias atuais, reconhecer que a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico. Lá foram encontrados os fósseis mais antigos dos ancestrais dos seres humanos datados com cerca de três milhões de anos (KI-ZERBO, 2010, p. 493). Até o final do século XVIII foi amplamente aceita a ideia de que os egípcios eram negros, mas a partir daí esta concepção começou a ser contestada.

¹⁹ Dados coletados no Canal Ensino de História. História do Antigo Egito: eles eram negros ou eram brancos? Parte 1. YouTube. 07min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNXBcesLayI>. Acesso em 11 de nov. 2024.

Destacamos duas hipóteses para tal contestação. Uma delas seria a grande variedade de características físicas devido a ampla diversidade genética entre os negros. Por esta razão, na África eram encontradas pessoas com peles de diferentes tons, desde muito escuras até muito claras; cabelos de diferentes tipos, desde crespos até lisos; olhos de diferentes cores, desde pretos até azuis; nariz de diferentes formatos, desde largos até finos. É importante destacar que mesmo com tamanha diversidade, a maior parte das esculturas do antigo Egito era esculpida com narizes largos, peles escuras e lábios grossos, o que reforça a identidade do povo negro. Inclusive, os pensadores Heródoto, Aristóteles, Deodoro da Sicília, dentre outros, disseram em alguns discursos que os egípcios eram negros. Victor Schoelcher (1804-1893) visitou o Egito no século e escreveu:

Os habitantes das margens do Nilo não são indivíduos de uma camada branca única, que morenaram até enegrecer, numa ascensão crescente, mas foi o sangue da raça cushite estabelecida no Egito que foi modificado por sua aliança com aquele da raça caucasiana; em outros termos, esses Egípcios, exatamente estes que nos ensinaram, são mesmo mulatos, o que nos deixa aborrecidos. Ora, que o Egito tenha sido primeiro povoado por homens negros, é um fato que cada vez mais se torna inquestionável. [...] Heródoto, que nunca foi o pai da história, mas um dos historiadores mais conscienciosos do mundo, diz que os egípcios eram homens de pele negra, com cabelos crespos' (SCHOELCHER, Victor. **L' Egypte en 1845**. Paris: Pagnère éditeur, 1846, p. 274-275)

No entanto, a hipótese mais aceita de que os egípcios não eram negros é que autores eurocêntricos, não admitem que os negros, poderiam contribuir tão significativamente com o desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade quanto, de fato, contribuíram.

Embora o conceito de raça não seja mais aceito ou utilizado atualmente, sabe-se que os egípcios, assim como muitos povos do globo são miscigenados. Os egípcios que se estabeleceram mais ao norte, próximos ao Delta do Nilo e ao Mar Mediterrâneo, possuem a pele mais clara e os que se estabeleceram mais ao sul, na região da cidade de Tebas, possuem a pele mais escura. No contexto da colonização dos séculos XIX e XX, o Egito foi colonizado pelos britânicos que levantaram a discussão que o Egito era muito sofisticado para ter origem africana. Entendemos, nitidamente, que essa discussão já demonstra racismo por considerar que do povo negro não poderia surgir algo sofisticado ou ao menos, proveitoso. Contrariando esta defesa britânica, ainda no século

XIX, o egiptólogo francês Jean-François Champollion (1790-1832), o decifrador da Pedra de Roseta, também considerou que os egípcios eram negros.

O que fica nítido perceber é que, desde sempre, houve tentativas de apagamento da cultura e memória do povo negro. Certamente, devido a uma disputa epistemológica, autores, supostamente brancos e europeus, se esforçam para desconstruírem ou omitirem os argumentos de autores que defendem que a Filosofia não é grega. Autores como George James, autor de *Legado Roubado* (2022) e Martin Bernal, autor de *Black Athena*, em português, *Atena Negra* (2003), por exemplo, foram fortemente criticados por este intento em suas obras.

Como vimos, não podemos jamais dizer que a Filosofia é rega. Quem defende esta ideia está, no mínimo, equivocado; mas certamente, infelizmente, outros tantos estão mal intencionados. Mais equivocado ou mais mal intencionado é a pessoa que considera que o racismo não se relaciona com a suposta origem grega da Filosofia.

Podemos conceber que, além de não reconhecer a importância da África como fonte inspiradora de conhecimento, a Europa, sobretudo a Grécia, tentou silenciar ou mesmo atribuir como seu – não imaginamos qual seria pior – os conhecimentos produzidos por lá. Hoje, o pesquisador que tem essa postura, assumindo como seu, o trabalho de outra pessoa, incorre em crime de plágio, previsto no artigo 184 do Código Penal, com punição que vai desde o pagamento de multa até a reclusão de quatro anos, dependendo da extensão e da forma como o direito do autor foi violado. A Grécia fez ainda pior, cometeu epistemicídio. Não se atentou talvez, que reconhecer o valor do outro não é desvalorizar o seu próprio. Pode-se valorizar o pensamento dos gregos sem, entretanto, desprezar ou ignorar o pensamento dos egípcios. Talvez isso possa ter ocorrido pelo fato de a mentalidade eurocêntrica admitir que apenas o que é produzido na Europa tem valor racional e o restante, não.

2.3 Teorias de alguns filósofos africanos anteriores aos da tradição grega

Como argumentamos no tópico anterior, acreditamos firmemente que existiu Filosofia na África anteriormente à Grécia. Após esta constatação, caberia uma pergunta: foram os pré-socráticos, supostamente gregos, os primeiros filósofos? A

resposta é não. Foram inúmeros os filósofos que, com seus estudos e teorias, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da humanidade, não apenas na Europa e África, mas em outros continentes também.

Um novo quadro de estudiosos surgiu para desafiar todas as mentiras que foram ditas sobre a África e os africanos. O fato de estes filósofos almejem desmitificar a origem da Filosofia e alertar para o apagamento da história africana e seu contributo para a sociedade mundial, pode parecer que são afrocentristas e o que almejam, na verdade, é estabelecer a particularidade africana como universal. No entanto, isto não é verdade. Enquanto a eurocentricidade, que predomina nos Estados Unidos e em outros lugares é etnocêntrica e frequentemente racista, tomando impositivamente as experiências particulares dos europeus como universais, a afrocentricidade estabelece uma perspectiva de que é possível a existência de um pluralismo de culturas sem hierarquias, mas isto exige igualdade cultural e respeito.

Nosso intuito aqui não é demonstrar uma lista completa com todos eles, mas nos próximos parágrafos destacar alguns filósofos africanos com parte de suas teorias e demonstrar que, além de terem antecedido os gregos, suas teorias ficaram conhecidas por meio de filósofos europeus, ou seja, brancos. Para tal intento, utilizaremos a obra *Os filósofos egípcios – vozes ancestrais africanas: de Imhotep a Akhenaten* (2022), do filósofo negro norte americano Molefi Kete Asante.

Começaremos em 2.700 anos a.C. com Imhotep. De acordo com Asante (2022, p. 52-66), seu nome é uma palavra egípcia e significa “portador, aquele que vem em paz”. Um plebeu que atingiu posição de destaque no Egito devido aos seus talentos naturais e foi considerado um dos primeiros gênios da história mundial. Foi reconhecido como arquiteto e um dos cérebros envolvidos na construção da primeira pirâmide de degraus de Saqqar, revolucionária em tamanho (a maior construção até então), forma e materiais. Nas proximidades desta pirâmide, o arqueólogo Zahi Hawass encontrou um cemitério onde as pessoas que construíram as pirâmides eram enterradas. Exumou vinte cadáveres e enviou a um laboratório onde os ossos foram examinados e radiografados. Como era de se imaginar, as radiografias demonstraram que muitos trabalhadores haviam sofridos muitos ferimentos, mas os pesquisadores se surpreenderam ao concluírem que muitos destes trabalhadores receberam tratamentos médicos, passaram por procedimentos cirúrgicos e foram curados; tais procedimentos são atribuídos à Imhotep, sendo reconhecido como o verdadeiro pai da medicina. Enquanto médico, diferentemente da mentalidade da época, considerava os ferimentos como naturais e não

como punições divinas. Hipócrates, considerado o pai da medicina moderna nasceu em 460 a.C, ou seja, aproximadamente 2.200 anos depois dos escritos de Imhotep.

Foi a primeira personalidade registrada na história que se envolveu em questões relacionadas ao espaço, tempo, volume, imortalidade, natureza das doenças físicas e mentais. Dedicou-se também a refletir, incansavelmente, sobre o significado e o propósito de sua existência. Quando se fala em refletir sobre a própria existência é comum as pessoas se lembrarem da expressão “Conhece-te a ti mesmo” encontrada no pátio do Templo de Apolo em Delfos onde supostamente, Sócrates fundamentou sua teoria. No entanto, Sócrates nasceu apenas 2.230 anos depois de Imhotep. Ele é considerado o primeiro filósofo da história humana e por seus grandes feitos, cerca de dois mil anos após sua morte, mesmo não sendo um faraó, foi deificado (feito deus) e atribuído a ele os títulos de deus da sabedoria da ciência, medicina e arquitetura.

Após cerca de trezentos anos, outro filósofo se destacou por produzir instruções éticas sobre o envelhecimento. Trata-se de Ptahhotep que viveu em 2.414 a.C. De acordo com Asante (2022, p. 68-78), era profundo conhecedor das condições das classes nobres e dos assuntos do Estado. Tinha uma perspectiva única da fugacidade de juventude, na qual as pessoas se apegavam fortemente a ela, como se a velhice fosse uma doença (muito parecido com os dias atuais, a propósito). Ele acreditava que a vida consistia em buscar harmonia e paz nos relacionamentos sociais e com a natureza, inclusive a natureza de nossos próprios corpos, ou seja, o envelhecimento. Para ele, quanto mais velha a pessoa, mais sábia ela seria pela própria experiência de vida que acumulou ao longo dos anos. Percebemos que, infelizmente, não é a concepção que nossa sociedade atual tem dos idosos.

Pelo fato de ser um culto sacerdote com influência e poder, suas instruções e Filosofia tiveram um impacto duradouro, tanto é que seis preceitos chegaram ao nosso conhecimento. São eles: “não seja arrogante porque você sabe mais do que os outros”; “mantenha a calma durante as disputas e quando os outros perderem a paciência mantenha-se frio”; “não despreze alguém porque a opinião dele é diferente”; “a justiça é grande, imutável e certa e o juiz deve administrá-la para que a paz reine”; “não há razão para você ser temido pelos outros” e “comporte-se bem enquanto come na casa dos outros”. Ptahhotep deixou alguns escritos que chegaram até nós nos dias de hoje e estão nos papiros price em posse da Biblioteca Nacional de Paris, no entanto, acreditamos que deveriam estar na África. Acreditamos também, que as Pirâmides do Egito só não

vieram para na Europa, pois, não couberam nas bagagens. Ironia à parte, é impressionante a quantidade de artefatos egípcios espalhados por museus da Europa.

Quem também se dedicou a falar de ética foi o sábio Kagemni em 2.300 a.C. De acordo com Asante (2022, p. 80-88), ele se esforçava para garantir que os seres humanos realizassem ações corretas por causa da bondade, em vez de buscar interesses pessoais. Modernamente, conhecemos esta ideia por meio da teoria kantiana do Imperativo Categórico, no entanto, como vimos Kagemni teve esta ideia, aproximadamente 4.000 anos antes de Immanuel Kant nascer.

Os contemporâneos filósofos midiáticos/comunicadores que ganham dinheiro com vídeos e palestras em redes sociais, certamente devem bastante à Merikare que, em 1.990 a.C, já era conhecido como o filósofo da comunicação. O que conhecemos hoje por arte retórica, ele já escrevia, objetivando demonstrar sobre o valor de falar bem e a importância de usar o bom senso nas relações humanas (Asante, 2022, p. 90-92). No entanto, o imaginário popular tomou para si, os sofistas²⁰ como a grande referência nesta arte.

Nascido em 1.991 a.C, Amenemhat, de acordo com Asante (2022, p. 101-106), foi o primeiro a expressar uma visão audaciosa de pessoas íntimas e amigas, alertando que um líder deve ter cuidado com os que lhe estão mais próximos. Ao tomarmos conhecimento desta teoria audaciosa e inovadora para a época, certamente nos lembraremos das teorias do italiano Nicolau Maquiavel que nasceu no século XV e escreveu *O Príncipe* em 1.513 d.C., ou seja, 3.504 anos depois.

Amenhotep, filósofo que viveu em 1.400 a.C, de acordo com Asante (2022, p. 119-124), ao lado de Imhotep, foi o mais reverenciado dos antigos filósofos keméticos (kemet significa “terra negra” e era o antigo nome da região onde se encontra o Egito) devido a sua virtude em ensinar Maat (conceito filosófico que representava a ordem, a justiça e a verdade no antigo Egito e que influenciou a cultura e o pensamento egípcio e africano). Verificamos que um dos mais reverenciados filósofos africanos exercia o ofício docente. No entanto, um dos filósofos mais conhecidos por este ofício foi Platão (428-347 a.C), ou seja, cerca de 970 anos antes de Platão, Amenhotep já ministrava aulas.

²⁰ Os sofistas correspondem aos filósofos que pertenceram à “Escola Sofística” (IV e V a.C). Composta por um grupo de sábios e eruditos itinerantes, eles dominavam técnicas de retórica e discurso.

Finalizamos a lista com Amenemope, que era um alto funcionário do Antigo Egito (Kemet), filho de um proeminente escriba chamado Kanakht. De acordo com Asante (2022, p. 140-144), ele viveu em 1.290 a.C e promoveu a Filosofia de boas maneiras, normas de conduta e sucesso na vida. Sua Filosofia é apresentada como uma série de provérbios que capturam o conhecimento e a sabedoria de sua época. Ele acreditava que uma boa sociedade se baseava na valorização adequada dos ancestrais, pois foram eles quem estabeleceram a sabedoria proverbial. O filósofo Renato Noguera (2014), o considera um dos pensadores mais representativos da escola egípcia. De igual modo, estudiosos do pensamento filosófico egípcio, tais como Obenga (1990), Carreira (1994) e Asante (2022), identificam em Amenemope um vasto conhecimento da tradição kemética, termo que deriva de Kemet. José Nunes Carreira diz o seguinte sobre Amenemope:

Amenemope apresenta uma primorosa estruturação da obra, que divide em trinta capítulos – uma inovação sem precedentes. Como (...) bom egípcio, não podia ignorar os antecessores; inspirou-se em materiais da tradição. Mas acabou por atingir invejável inovação. É ler a abertura de ópera que é o prólogo, enunciando os temas a desenvolver no corpo da Instrução (CARREIRA, 1994, p. 139)

Ainda segundo, Noguera, seu legado filosófico se constitui como um autêntico conjunto de exercícios espirituais – não no sentido de religião, mas de intelectualidade e de pensamento. Além disso, perseguia incansavelmente a virtude do silêncio, pois, esta, nos remete a aceção de bem viver e indica o esforço de conduzir uma existência justa baseada no espírito de Maat, deusa que circunscreve verdade, justiça, harmonia e equilíbrio. Ensinava uma arte que consistia num conjunto de técnicas que fazia do discípulo atento, uma pessoa serena ou verdadeiramente silenciosa, capaz de examinar seu próprio coração e dizer a verdade sobre si.

Mais uma vez, com tristeza, podemos constatar que o que foi muito bem pensado, pesquisado, tratado e solidificado por um filósofo africano séculos atrás, foi tido como autoria de um filósofo europeu, branco e contemporâneo, neste caso, o filósofo e historiador francês Pierre Hadot (1922-2010).

Muitos outros filósofos africanos contribuíram significativamente com suas teorias e tiveram destaque mundial por isso. Dentre os quais podemos citar o egípcio Plotino (205 – 270), o senegalês e ex-presidente Léopold Sédar Senghor (1906-2001); o queniano Henry Odera Oruka (1944-1955), o nigeriano Ebiegberi Alagoa (1933), o nigeriano Wole Soyinka (1934) e o africano Santo Agostinho (354-430). Este último, de tamanha envergadura filosófica, provavelmente o mais conhecido entre os citados

acima, assim como tantos outros filósofos africanos, não tinham a experiência cultural africana como solo do pensamento. Muitos iniciantes em estudos filosóficos demoraram um pouco para tomarem consciência de que Agostinho era africano, outros, até hoje têm até dificuldade para acreditar. Ninguém se espanta quando um filósofo europeu parte de suas experiências europeias para se construir Filosofia, mas se espantam – e muito – quando um filósofo africano parte de suas experiências africanas para se construir Filosofia. A maioria deles, inclusive, não faz nenhuma referência do lugar onde nasceram. Plotino (205-270 d.C), por exemplo, é egípcio, mas há referências que o trazem como grego. Por isso, o filósofo contemporâneo Wanderson Flor do Nascimento²¹ utiliza a expressão “desde África”, pois, filósofos africanos não são novidade, no entanto, suas teorias têm fundamentação de outros lugares, geralmente Europa. Alguns nasceram na África, possuem fortes raízes africanas, mas partem de lá ainda jovens e sua Filosofia é essencialmente criada em outros países, mas seus potentes repertórios filosóficos deveriam ser “desde” a África para ampliar o leque da discussão filosófica e, lamentavelmente, isso não ocorre com frequência, na realidade, ao contrário, raramente ocorre. Em relação ao ensino de Filosofia, se o intuito é oferecer uma formação integral aos que dela se achegarem, poderíamos nos perguntar: como deixar de fora, conhecimentos oriundos de um continente inteiro?

Foram inúmeras contribuições africanas para o conhecimento científico mundial, que incluem, por exemplo: a medicina, a matemática, a metalurgia, a química e a tecnologia egípcia; a astronomia Dogon; a metalurgia e os conhecimentos sobre química da Núbia; os conhecimentos sobre cirurgia, imunização e obstetrícia dos povos Banyoro. Neste contexto, inúmeros cientistas africanos e afrodescendentes contribuíram para a história da Ciência, tais como, o físico, antropólogo, historiador e cientista Cheikh Anta Diop (1923 – 1986), na arqueologia; o inventor do ar condicionado evaporativo Lewis Howard Latimer (1848 – 1928), na física e na química; o astrônomo Benjamin Banneker (1731 – 1806), na matemática e na astronomia; o biólogo Ernest Everett Just (1883 – 1941), na zoologia; a Dra. Rebecca Cole (1848 – 1922), na medicina e no cuidado infantil, dentre outros. Uma análise muito rica e com informações ainda pouco divulgadas e, portanto, pouco conhecidas pode ser encontrada em uma série de trabalhos científicos, como os de Diop (1974), por exemplo.

²¹ Em entrevista ao Canal Conversações Filosóficas. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bR86Ft3iBE>. Acesso em 10 de out. 2025.

2.4 Filosofia Africana-lusófona

A amplitude do título deste tópico apresenta pistas de que não almejamos esgotar as reflexões sobre, e nem ao menos aprofundar em algum aspecto específico. A Filosofia Lusófona é um ramo da filosofia africana que se caracteriza por apresentar filósofos/as africanos de língua portuguesa. Ela traz importantes contribuições bem como a Filosofia Francófona, que se caracteriza por apresentar filósofos/as africanos/as de língua francesa, e, a filosofia anglófona, que se caracteriza por apresentar filósofos/as africanos/as de língua inglesa.

A Filosofia Africana geralmente é negligenciada no estudo de Filosofia. Para não afirmar que esse fato ocorre devido ao racismo – porque obviamente o é – ora argumentam que é pelo forte vínculo com suas tradições orais, ora porque não é atrativa para os outros povos. Falácias, certamente, pois, a *Iliada* e a *Odisseia* foram validadas pela tradição ocidental mesmo se apresentando de forma oral por séculos e definida que era atrativa para outros povos. No entanto, apesar de negligenciada, a Filosofia Africana é uma disciplina bastante solidificada, amparada por séculos de pesquisa, que datam desde a Filosofia do Egito antigo, até o pensamento pós-colonial moderno. Ela inspirou decisivamente inúmeras formas e estilos de Filosofias, inclusive a grega. Para ilustrar, podemos citar o filósofo egípcio Plotino que foi fundamental na continuação da tradição da Academia filosófica de Platão, e o filósofo argelino Agostinho de Hipona que é um dos principais pilares da filosofia cristã.

O fato de a Filosofia Africana ser muito ampla, uma das formas de diferenciá-las é em linhas linguísticas. Entre as Filosofias Africanas citadas acima, a de expressão portuguesa teve uma contribuição pouco notável na construção de epistemologias, tanto é que entre os filósofos africanos de grande expressão mais citados, estão os francófonos como Achile Mbembe, e os anglófonos como Henry Odera Oruka. Recentemente, a Filosofia Lusófona vem se notabilizando ao se apropriar dos conceitos, problemas e pontos de atenção comuns ao pensamento africano contemporâneo, reinterpretando-os e desenvolvendo-os em direções próprias, tendo como influência enfatizada o legado sociocultural compartilhado pela maioria desses países de expressão portuguesa. Assim, objetivamos, a seguir, apresentar – sem aprofundar – dois filósofos africanos de língua portuguesa, a saber, os moçambicanos José Paulino Castiano e

Severino Elias Ngoenha, para demonstrar que entre os lusófonos existe uma Filosofia negra e autônoma.

a) José Paulino Castiano

José Paulino Castiano²² é filósofo e professor titular da Cátedra de Filosofia Africana na Universidade Pedagógica de Maputo, onde leciona Filosofia, Filosofia da Educação e participa no mestrado em Educação e Currículo. Leciona ainda Teorias Sociológicas Contemporâneas na Universidade Eduardo Mondlane. Desenvolve pesquisas nas áreas do Saber Local, Currículo, Políticas Públicas e Educação nos países da África Austral (extremos sul do continente africano). A sua formação acadêmica superior foi concluída na Alemanha: licenciou-se em Ensino das Ciências Sociais, com especialização em Filosofia, na Universidade de Greifswald (1987–1992). Posteriormente, obteve o Doutorado em Filosofia com enfoque em Educação, na Universidade de Hamburgo (1994–1997). Também possui um Mestrado em Filosofia e um Doutorado em Sociologia da Educação, concluídos nas universidades de Greifswald e Hamburgo, respetivamente. Entre suas obras destacamos, *Educar para Quê?* (2006); *Referenciais da Filosofia Africana: Em Busca da Intersubjectivação* (2010); *Filosofia Africana: Da Sagacidade à Intersubjectivação* (2013); *Os Saberes Locais na Academia: Condições e Possibilidades da sua Legitimação* (2014).

Interessante notar que a Filosofia Africana propriamente dita, sofreu resistências até mesmo para ser inserida nas universidades africanas, como em Moçambique, por exemplo, tanto é que José Castiano apenas toma conhecimento dela quando cursava licenciatura na Alemanha. Mediante triste realidade, ele utiliza diversas maneiras para divulgar a Filosofia Africana, fora da academia. A seguir, para conhecermos um pouco mais seu pensamento filosófico, sem nos prendermos ao academicismo das referências bibliográficas, farei alguns destaques de sua fala durante uma entrevista²³ concedida à um canal brasileiro na internet dedicado a realizar podcasts.

Castiano se preocupou em introduzir a disciplina de Filosofia no ensino regular entre os jovens, antes mesmo de eles ingressarem na graduação, pois, entendia que a Filosofia tinha três deveres: o primeiro era o dever epistemológico da lógica da

²² Bibliografia disponível em: <https://up.ac.mz/pessoas/gr/15-jose-paulino-castiano>. Acesso em 04 de jan. 2026.

²³ Entrevista concedida ao podcast Filosofia Pop que aborda a Filosofia como parte da cultura e, esporadicamente, dialoga com filósofos africanos que desenvolvem a Filosofia em países africanos com língua portuguesa. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2o8EJDqRARA>. Acesso em 03 de jan. 2026.

colocação das ideias no ensino secundário e que, por isso, era necessário formar professores e professoras nesta área; o segundo é um dever ético que traria reflexões sobre valores e o terceiro um dever cidadão, pois, a Filosofia Política tem a capacidade de promover a cidadania, sobretudo, entre os jovens. Destes três deveres, que a princípio, compactuamos com todos, gostaríamos de rapidamente, comentar quando ele comenta da necessidade da formação de professores/as para tratarem da questão racial. Como defendemos no primeiro capítulo desta tese, entendemos que a lei, por si só, não é garantia de que determinado conteúdo seja ensinado. É necessária muita luta para que os profissionais da educação se conscientizem desta importância, e isso, certamente, passa pela formação de professores/as na relações étnico-raciais na Educação, como uma política e prática pedagógica essencial no Brasil para combater o racismo, promover a valorização da diversidade e construir identidades positivas.

Durante seu período de graduação na Alemanha, Castiano estudou a Filosofia de Nietzsche, Kierkegaard, Schopenhauer e Hegel. O contato com a complexa teoria destes filósofos, o motivou a procurar formas mais simples de expressar tais ideias no contexto da Filosofia Africana. Além de transmitir ideias complexas, Hegel, por exemplo, era racista e desconsiderava totalmente a Filosofia Africana, mesmo assim, Castiano considera a dialética hegeliana uma ferramenta muito valiosa para refletir sobre a liberdade, a felicidade e a universalidade. De fato, estes temas são muito caros, não apenas ao se tratar de África, mas no Brasil também o são, por isso desejamos apenas citá-los neste tópico da tese.

A liberdade, tema este tão caro à Filosofia, discutida desde Platão, passando por Agostinho até chegar em Sartre, segundo Castiano, deve ser para a pessoa humana e não apenas um liberalismo econômico para as instituições em nome do capital financeiro, até porque, segundo ele, esta foi uma fábrica de produção de pobres e, consequentemente a aporofobia – aversão ou medo da pobreza. Em relação à felicidade, também abordada por inúmeros filósofos, podemos ter certeza de que a população negra quer ser feliz e para que essa felicidade se concretize, não quer, o tempo todo, ser tratada como o Outro, como uma particularidade, ao contrário, quer ser respeitada e entendida como sujeito de sua própria história.

Como nosso propósito era apenas trazer algumas informações para que pudessemos conhecer um pouco mais este filósofo de língua portuguesa, finalizamos este tópico apresentando um de seus livros: *Referenciais da Filosofia Africana: Em Busca da Intersubjectivação* (2010). Nele, o autor alerta que a Filosofia deve se afastar

da tentação da Antropologia. Castiano constrói uma dialética na Filosofia Africana em que três momentos se interligam constantemente: a objetivação, subjetivação e intersubjetivação. Ele não aborda a questão da negritude, optando por abordar a questão do africanismo e da Filosofia Ubuntu, uma Filosofia endógena que não necessita se justificar à Filosofia ocidental, uma vez que não é uma resposta ao discurso europeu. Sobre Filosofia Ubuntu, podemos tratar em outra oportunidade. Nos propomos agora a apresentar outro filósofo africano de língua portuguesa, Severino Ngoenha.

b) Severino Elias Ngoenha

*“Todo pretérito é passado, mas nem todo passado é ultrapassado”*²⁴
(Severino Ngoenha)

Severino Ngoenha é Professor Catedrático de Filosofia da Interculturalidade pela Universidade Pedagógica de Maputo (UPM) e Reitor da Universidade Técnica de Moçambique (UDM). É filósofo e considerado o mais importante filósofo contemporâneo de Moçambique, realizando uma contribuição central para o estudo da Filosofia Africana no país. Seus trabalhos mais influentes incluem uma análise crítica dos discursos da Filosofia Africana, críticas da sociedade moçambicana contemporânea, como também questões sobre justiça, ecologia e educação. Autor de relevantes obras, como, *Por uma Dimensão Moçambicana da Consciência Histórica* (1992); *Filosofia Africana: das independências as liberdades* (1993); *Pensamento Engajado - Ensaio sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política* (2011) – esta, em parceria com José P. Castiano; *Os Tempos Africanos do Mundo* (2022) e, uma das mais recentes, *De Wesselia à Wesselia* (2024), que trata, dentre outros assuntos, cidadania, o advento do digital e inteligência artificial.

Ngoenha é de uma envergadura filosófica capaz de tratar de temas tão atuais, como seu último livro que citamos, ao mesmo tempo em que sua citação – no início deste tópico – traz uma reflexão profunda sobre as feridas do passado, os conflitos do presente e a necessidade de reconciliação para construir um futuro unido. Um autêntico patriota que defende a justiça, esperança, paz, progresso, felicidade para os moçambicanos e o valor de Moçambique acima de tudo.

²⁴ Fragmento do discurso proferido em 14 de dez. 2024 no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, na cidade de Maputo. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VPjol0xNmY&t=74s>. Acesso em 29 de dez. 2025.

Em relação à questão da felicidade, Ngoenha sugere que a mesma pode se dar por meio da acumulação de bens até o ponto de não saber o que fazer com os bens acumulados ou pode se dar como um determinado saber, mas nem uma destas formas atende sem que a dignidade e humanidade prevaleçam. A felicidade de uma pessoa não pode causar a infelicidade de outra e é um processo contínuo, pois, sempre estamos em busca dela. Muitas das vezes, a felicidade se relaciona com a educação. Ele defende que a educação é um patrimônio de uma sociedade. Em uma entrevista²⁵ concedida à um podcast em Moçambique, compara uma família com a sociedade. Em uma família pobre que vive no campo, cada um ao acordar se ocupa de uma pequena atribuição para que ao final do dia possam obter lucro. Uma sociedade funciona da mesma maneira, desde cedo, todos/as lutam para sobreviver com pequenas atribuições, no entanto, há um momento na história que as sociedades tem riquezas suficientes e podem liberar alguns de seus membros para se ocuparem com outras atividades e para que as sociedades fiquem ainda mais ricas, estes membros se ocuparão com a educação. Ele destaca e critica que, na Europa, este processo foi facilitado pela escravidão africana, enquanto os escravos trabalhavam duro, o continente possibilitava a formação de seus intelectuais.

A escola é uma das responsáveis pela formação dos intelectuais, logo, deve formar pessoas com autoconsciência de si como ser, como membro de uma comunidade com seus direitos e deveres. Há espaço para o enciclopedismo, mas que haja um equilíbrio entre teoria e prática, criticidade e o saber fazer. É necessário que a educação esteja ao alcance de todas as pessoas.

Compactuamos com o pensamento de Ngoenha e, por esta razão é que esta tese tem por pretensão, não apenas trazer reflexões sobre Filosofia Africana, mas que a mesma possa contribuir de forma significativa com os estudantes negros e negras do ensino fundamental final para que possam obter, por meio da educação, uma melhor condição de vida em todas áreas em que possam vir a atuar.

²⁵ Podcast completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4njmtEwfvc>. Acesso em 30dez2025.

CAPÍTULO 3: FILOSOFIA AFROBRASILEIRA

3.1 Pois, bem: temos Filosofia afrobrasileira de qualidade

Tendo consciência de que a Filosofia não é um fenômeno exclusivamente grego, mas ao contrário, é anterior à Grécia Antiga e se estendeu praticamente por todo o globo, destacamos no capítulo anterior, alguns importantes filósofos africanos pretos da civilização egípcia. As teorias dos referidos autores, certamente contribuíram para revolucionar positivamente a história da humanidade. Com base nestes conhecimentos é como se escamas caíssem de nossos olhos e a partir daí, não podemos continuar com a mesma visão eurocêntrica da Filosofia. É necessário compreender que a Grécia, certamente tem o seu valor e que também muito contribuiu para a história da humanidade, mas continuar acreditando no milagre grego é fazer opção pelas amarras da caverna platônica. É necessário contemplar o mundo real, deixando para trás as sombras da ignorância epistêmica e trilharmos sobre o fundamento do conhecimento verdadeiro.

Nesta perspectiva, entendemos que no Brasil existe uma Filosofia influenciada por tantas outras e por este motivo não se pode afirmar com certeza que a Filosofia brasileira tem apenas influência africana. No entanto, pode-se considerar um forte parentesco, pois, trata-se também, de uma Filosofia afro-brasileira devido à forte influência e presença marcante de inúmeras pessoas negras, inclusive, arriscamos considerar que as únicas Filosofias, efetivamente, brasileiras são negras. Chega-se a este pressuposto pelo fato de elas não terem se limitado apenas a reproduzir – como tantas outros fizeram – a teoria dos filósofos considerados clássicos, ou seja, os gregos; mas ao contrário, elas contribuíram com o pensamento filosófico por meio da criação de conceitos significativos que remetem à realidade própria do povo brasileiro neste tempo e espaço. Com esta atitude, compreende-se o que parece ser óbvio: que a cultura e experiências gregas não servem de baliza para todas as particularidades das demais regiões do mundo.

Como foi dito no tópico 2.1 deste texto, o fato de termos sido, desde sempre, educados pelos livros didáticos, levando-nos a crer no milagre grego e que a Filosofia é grega, nossa mente foi moldada a ser influenciada pela Filosofia e filósofos gregos. Agora, sem as escamas nos olhos, não se pode acreditar que os gregos foram os únicos

que fizeram Filosofia e que os demais povos, no máximo, contribuíram com o pensar. Mesmo com influência de outros povos, sobretudo, a influência grega na Academia, podemos afirmar que existe uma Filosofia autenticamente brasileira e afro-brasileira e que este trabalho se propõe a apresentá-la na sequência.

É importante salientar que esta pesquisa não pretende abordar todos filósofos e todas as filósofas, nem tão pouco, em relação aos que elegemos para aqui tratar, discutir suas teorias a ponto de esgotá-las; nosso propósito é bem mais modesto e consiste em: apresentar partes da vida e obras de filósofos e filósofas negras; comprovar que existe Filosofia afro-brasileira autêntica e de qualidade; torná-la mais conhecida e assim, contribuir com a desmistificação da ideia do racismo científico que defende a inferiorização intelectual do povo negro. Não estranhe o leitor quando se deparar com informações de autores, facilmente encontradas na internet. O intuito é, além de servir de base para nossas reflexões, reforçar os méritos da população negra, mostrando que ela é comprovadamente capaz de criar Filosofia.

Serão quatro os/as principais autores/as que nortearão esta pesquisa: Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro e Sílvio de Almeida. A opção pela referida ordem de apresentação destes/as, não se deve ao grau de importância de suas teorias ou mesmo da cronologia histórica, pois, todos/as, cada um a seu modo, prestaram e ainda prestam um enorme contributo para a Filosofia afro-brasileira. A lista de autores, acima citada, praticamente constituída por pessoas com formação acadêmica em Filosofia, foi assim constituída pela sequência didática dos assuntos que planejamos tratar neste trabalho.

3.2. O impacto do Dispositivo de Racialidade nas crianças e adolescentes

Iniciamos com Aparecida Sueli Carneiro Jacoel²⁶, filósofa paulista e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, uma das principais expoentes da temática racial no Brasil. Neste tópico, nos propomos a apresentar – rapidamente – a autora e o instituto criado por ela e, também, mostrar como seu trabalho nos auxiliou a entender como o feminismo negro pode auxiliar as crianças e adolescentes pretos do Ensino Fundamental e como reagirem ao dispositivo de racialidade.

²⁶ Vida e obra de Sueli Carneiro. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/filosofas/sueli-carneiro/>. Acesso em 10 de dez. 2025.

Além da apresentação inicial, quem é Sueli Carneiro – como é nacionalmente conhecida – e quais alguns de seus principais feitos? Mulher negra, feminista, brasileira, paulista, nascida em 1950, filósofa. Oriunda de uma família numerosa, desde a adolescência praticava o bom hábito da leitura. Aos vinte e dois anos de idade, ocorrem dois fatos marcantes, um em sua vida profissional e outro em sua vida acadêmica. Foi aprovada no concurso público para auxiliar de escritório na Secretaria da Fazenda de São Paulo, onde foi designada para trabalhar na microfilmagem, um setor que tinha apenas mulheres negras. Neste momento conhece sua grande companheira de militância, Sônia Maria. É também aprovada no vestibular da Universidade de São Paulo para estudar Filosofia. No ano seguinte, se casa e desse relacionamento nasce sua única filha. Em 1987 é iniciada no candomblé e muda-se para Brasília com o objetivo de assumir a coordenação do Programa Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão sediado no Ministério da Justiça. Um destaque da presença da ativista no conselho foi a realização do Tribunal Winnie Mandela em 1988. Esse, inclusive, marcou a filósofa, pois, foi um dos poucos eventos em que Eva Alves, sua mãe, esteve na plateia, acompanhando o trabalho da filha.

Em 1992, cria o projeto Rappers que se estende até 1998, sediado no Geledés – Instituto da Mulher Negra para atender às demandas de segurança de grupos de rap da periferia da cidade de São Paulo, onde eram frequentes as agressões policiais a esses artistas. O projeto se transformou em uma plataforma de articulação cultural e política que usava o movimento hip hop como forma de conscientizar a juventude negra. Uma conquista do projeto foi a criação da revista Pode Crê! primeiro veículo segmentado para os jovens negros do país.

Em 2005 defende sua tese de doutorado na USP em Filosofia da Educação intitulada *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Em 2012, Sueli Carneiro foi uma defensora ativa da Lei nº 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que reservou 50% das vagas para o Ensino Superior a estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com uma reserva destinada exclusivamente aos estudantes autodeclarado pretos, pardos e indígenas (PPI). Ela participou de audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) em que defendeu a constitucionalidade da medida e refutou argumentos contrários às cotas.

A militância antirracista de Sueli Carneiro foi – e ainda é – tão relevante para a nossa sociedade que proporcionou à ela alguns prêmios, dos quais fazemos questão de citar: “*Mulheres que fazem a diferença na vida do brasileiro*”, da Revista Claudia, em

1997; o prêmio “*IDEC Construção da Cidadania*” na categoria Movimento Negro em 2002; ganhou, em 2003, o diploma “*Bertha Lutz — Mulher Cidadã*”; recebeu o Prêmio Itaú Cultural 30 Anos, em 2017; prêmio jornalístico Vladimir Herzog de *Anistia e Direitos Humanos* em 2020; recebeu homenagem pelos seus 70 anos na Congregação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Em 2022 vieram mais três conquistas: a homenagem com Personalidade Literária do Prêmio Jabuti; o “*Troféu Esperança Garcia*” pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) e foi a primeira mulher negra a receber o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília (UnB).

Muito mais do que trazer informações biográficas, nosso intuito maior é dizer de sua importância, não apenas para a população negra, mas reafirmamos, para toda a sociedade brasileira. Importância esta explicitada, por exemplo, por meio da criação, ainda no ano de 1988, do relevante Instituto Geledés²⁷. Tal organização foi criada com o objetivo de denunciar as desvantagens e discriminações sofridas pelas mulheres negras no acesso às oportunidades sociais que ambos os grupos, mulheres e pessoas negras, experimentam em função do sexismo e do racismo existentes no Brasil. Além disso, objetivava contribuir de maneira crítica com os movimentos feministas que insistiam em não reconhecer as desigualdades entre negras e brancas.

Em 2023, ela fortalece ainda mais a luta antirracista com a publicação, pela editora Zahar, de seu livro *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*²⁸ baseado em sua tese de doutorado defendida em 2005. Falemos mais sobre esse dispositivo para compreendermos como seu trabalho nos auxiliou a entender como o feminismo negro pode auxiliar as crianças e adolescentes pretos do Ensino Fundamental e como reagirem ao dispositivo de racialidade.

Mas afinal, o que é o Dispositivo de Racialidade? Antes de compreendermos o que é o Dispositivo de racialidade de Sueli Carneiro, precisamos ter ciência do que é um dispositivo. Nada mais é do que um aparelho ou mecanismo projetado para uma finalidade específica, ou seja, não é algo natural, mas projetado, geralmente, para facilitar nossa vida. Smartphones e computadores são exemplos clássicos de como os dispositivos eletrônicos podem ajudar nas atividades cotidianas. No entanto, não

²⁷ Juntamente com intelectuais negras como Edna Maria dos Santos Roland, Maria Lúcia da Silva, Aparecida Solimar Carneiro, Deise Benedito, Elza Maria da Silva, Sônia do Nascimento, Ana Maria Silva, Eufrosina Teresa de Oliveira, Lucia Bernardes de Souza

²⁸ O chamado “outro” e “não ser” é a população negra, o que se opõe ao “eu eugemônico”, no caso, a população branca.

existem apenas dispositivos eletrônicos, pois, no contexto jurídico, regras ou artigos de leis também são considerados dispositivos e estes, quando ativados, podem também prejudicar, a ponto de eliminar vida humanas.

O termo ficou amplamente conhecido por meio do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) e adquiriu importância com a publicação de *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, em 1976, em que o dispositivo da sexualidade é apresentado e ganha capítulo próprio. No ano seguinte, em entrevista *A confissão da Carne*²⁹, lhe foi perguntado sobre o significado do termo ao qual responde:

O que estou tentando explicar com este termo é, em primeiro lugar, um conjunto completamente heterogêneo que consiste em discursos, instituições, formas arquitetônicas, decisões regulatórias, leis, medidas administrativas, declarações científicas, proposições filosóficas, morais e filantrópicas - em suma, o dito tanto quanto o não dito. Esses são os elementos do aparato. O próprio aparato é o sistema de relações que pode ser estabelecido entre esses elementos.

Além de dispositivo, o termo, que ainda pode ser traduzido como maquinário, aparato ou construção, sempre é atribuído a certas formas de criar ou manter verdades construídas historicamente. São vários os dispositivos e estes possuem funções específicas na sociedade. Foucault se refere, na verdade, aos vários mecanismos institucionais, administrativos e estatais que criam as estruturas do conhecimento para potencializar e manter o exercício do poder dentro da sociedade. É heterogêneo porque é composto por um conjunto de elementos dispersos, sem coerência explícita necessária, não universal que se estabelece e reestabelece de acordo com cada época. Não se encontra em um lugar específico, mas nos discursos que tem como função principal a estruturação de definição daquilo que é nobre ou vil, importante ou insignificante, desejável ou indesejável, justo ou injusto. Tais discursos, ditos ou não ditos, muitas vezes são subsidiados por leis, declarações científicas, conceitos morais e filosóficos. Desse modo, entende-se que dificilmente alguém fica imune aos dispositivos.

Carneiro (2023), parte do conceito de dispositivo de sexualidade, de Michel Foucault, para justificar que o racismo não é algo natural, mas uma ferramenta que objetivou estruturar e perpetuar a discriminação da população negra na sociedade brasileira. Em seu livro *Dispositivo de Racialidade* (2023), a filósofa analisa a formação da supremacia branca no Brasil e mobiliza temas como biopoder, epistemicídio, contrato racial, as interdições que impedem a cidadania plena de pessoas negras e as ações coletivas de resistência e militância negra. O conceito central da obra, descreve os

²⁹ FOUCAULT, Michel. *Les aveux de la chair*. 2018. Gallimard, Paris.

mecanismos pelos quais o racismo se estrutura e se perpetua na sociedade, construindo o outro – população negra, evidentemente – como subalterno. O dispositivo objetiva dominar, subalternizar, excluir e exterminar a população negra; ele é um operador inteligente que veicula implícita ou subliminarmente ideias que contêm valorização ou desvalorização de grupos humanos a depender da racialidade³⁰.

Ao se tratar da desvalorização e subalternização de grupos racializados, Sueli Carneiro aborda três questões importantes: o biopoder, as interdições das crianças à educação formal e o epistemicídio. Sem muito aprofundar nestas questões, tão importantes na obra, daremos destaque ao que se refere às crianças e adolescentes, público-alvo de nossa análise. Se dispositivo impacta fortemente na vida das pessoas negras adultas, ainda mais na vida de crianças e adolescentes, pois, como são mais frágeis, são, conseqüentemente, mais vulneráveis ao dispositivo.

Iniciamos com um dos conceitos centrais da tese de Sueli Carneiro, o biopoder que, em simples palavras, nada mais é do que o Estado ter poder sobre a vida das pessoas. A autora vai além, pois, aliado ao dispositivo de racialidade, caracteriza-o como signo da morte. É a estatização do biológico, ou seja, o direito que o soberano tem de fazer morrer ou deixar viver; por um lado, o poder de garantir o vitalismo de um povo, no caso a população branca e por outro lado, a disciplinarização e o extermínio de outro povo: a população negra, obviamente. Este último povo é chamado de corpos indesejados. O Estado pode controlar a natalidade, direcionar qual o valor de verba destinada para a saúde ou educação, por exemplo.

Há uma diferença fundamental no modo pelo qual esse biopoder é exercido em comparação ao modo pelo qual se exercia, até então, o direito de soberania. Se o soberano – porque tinha como um de seus atributos fundamentais o direito sobre a vida e a morte – podia “fazer morrer e deixar viver”, o biopoder se constitui como poder de “fazer viver e deixar morrer”. O primeiro incidia sobre a morte, afinal é “porque o soberano pode matar que ele exerce o seu direito sobre a vida”, enquanto o segundo passa a incidir principalmente sobre a vida e a regulamentá-la em diversos aspectos e de modo cada vez mais abrangente (CARNEIRO, 2023, p.61)

O conceito, emerge em Foucault no contexto onde o soberano tem poder sobre a vida e sobre a morte da população. Ao se tratar de políticas públicas, por exemplo, o racismo assume um papel fundamental dos Estados modernos, pois, seleciona e

³⁰ A ideia deste parágrafo foi extraída da Aula aberta do curso Dispositivo de Racialidade em 21/03/2025. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/live/yFd6TRjHr4Q>. Acesso em 03 de dez. 2025.

determina diretamente vida e morte. Segundo Foucault (1976), o racismo é indispensável como condição para retirar a vida de alguém, saber os que devem viver e os que podem morrer, desse modo, o Estado pode, com o objetivo de deixar a sociedade mais sadia, se livrar dos corpos indesejados e não disciplináveis. Faz isto por ação, por meio das leis; ou por omissão, não agindo de forma adequada e eficiente em relação genocídio de jovens negros e feminicídio de mulheres negras.

Em relação às interdições³¹, a dificuldade da implementação da Lei 10.639/2003 é um exemplo de desvalorização da construção de uma identidade nacional negra, em contrapartida à prevalência dos valores culturais oriundos das culturas europeias e seus descendentes no Brasil.

Como se as interdições não causassem prejuízos suficientes à população negra, o cenário apresenta ainda um processo que Sueli Carneiro denominou epistemicídio, sendo este, um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade, que, segundo ela, a grosso modo, é uma maneira de desqualificar e anular saberes já existentes e reconhecidos e conhecimentos produzidos por pessoas negras, privilegiando os saberes produzidos pela população branca, se caracterizando assim como uma forma de racismo, pois, objetiva marginalizar as pessoas negras para que perpetue a dominação sobre essa população. Carneiro faz questão de explicitar que o conceito de epistemicídio não é extraído do aparato teórico de Foucault, mas do catedrático professor português Boaventura de Sousa Santos. Segundo ele,

O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista... contra trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1990, p.88)

Inúmeros são os exemplos clássicos desta forma de racismo: professores e professoras que tratam estudantes negros e negras de forma diferenciada para prejudicá-los; a ausência de um maior rigor dos gestores e gestoras ao tratarem de casos de racismo no interior das escolas, fato este que afeta a autoestima dos estudantes e, por

³¹ O capítulo 1 desta tese apresenta algumas leis que interditaram o acesso de pessoas negras à educação formal.

consequência, este rebaixamento racial, prejudica a capacidade cognitiva e desenvolvimento intelectual dos mesmos. As cotas raciais, por exemplo, não é panaceia³², mas um instrumento entre tantos outros indispensáveis para se conseguir um círculo virtuoso de mobilidade social para a população negra. No entanto, não se realiza plenamente devido a existência e atuação, tanto do contrato racial, quanto do dispositivo de racialidade, para assegurar o monopólio das melhores oportunidades às pessoas brancas. Por fim, outro exemplo clássico é a tentativa de mascarar conflitos raciais na sociedade e na escola. Isso não é natural, mas artificialmente produzido para prejudicar a população negra. Não é acidente, mas um projeto, quando pessoas negras adultas não ocupam posições de alta remuneração no mercado formal de trabalho. É um projeto arquitetado desde quando não são oferecidas boas condições de escolarização às crianças negras; quando os adolescentes negros se veem obrigados a cursarem ensino médio com cursos profissionalizantes para trabalharem a ajudarem no sustento de sua família; quando os jovens negros se matriculam em cursos universitários particulares para terem uma melhor colocação no mercado formal, pois, não conseguem vagas nas universidades públicas federais, uma vez que estão monopolizadas pela população branca. População esta que, desde a infância, em grande parte, lhes foram oferecidas boas condições de escolaridade, aulas de língua estrangeira, intercâmbio, informática, robótica, dentre outros.

Uma vez que é mais do que comprovado que existe um dispositivo para desqualificar, a ponto de, se possível exterminar a população negra, deve haver algo que se apresente como contrário à esta crueldade imposta. Dissemos acima que, dificilmente, alguém fica imune aos dispositivos. Mas seria possível às pessoas negras, sobretudo, as crianças e adolescentes da educação básica reagirem ao dispositivo de racialidade? Entendemos que sim, por meio de adoção de práticas antirracistas, tanto em nível individual, quanto em nível coletivo. Inicialmente é necessário que todas as pessoas reconheçam a existência do dispositivo que beneficia pessoas brancas e oprime pessoas negras. Conscientes desta situação, devem buscar letramento racial para que possam contribuir para a educação antirracista das pessoas com quem convivem. Neste sentido, apresentamos no tópico abaixo, uma iniciativa prática de combate ao dispositivo de racialidade: o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEA).

³² Em sentido figurado, o que se emprega para remediar dificuldades; o que se acredita possa remediar vários ou todos os males. Provavelmente devido à deusa grega da cura universal.

3.3. Ações do GEPEA como forma de reagir ao dispositivo de racialidade

A Eseba, por ser um colégio de aplicação da UFU, tem os mesmos princípios da graduação: trabalhar ensino, pesquisa, extensão, representatividade e gestão. Há muitos anos, a pesquisa, juntamente com o ensino, tem sido privilegiada. Existem muitas que trabalham temas diversos. Desde 2007 participávamos de grupos de estudos que privilegiava temas filosóficos, no entanto, o grupo era constituído apenas por professores/as da área de Filosofia. Em 2015, desenvolvemos em nossa área, um projeto com estudantes dos anos finais – 8º e 9º anos. Este projeto de pesquisa se demonstrou exitoso, recebendo inclusive, o prêmio de primeiro lugar em uma feira científica promovido pelo Museu Diversão com Ciência e Arte (Dica) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Este fato nos despertou interesse em iniciar um trabalho, fora da sala de aula no ensino regular, que envolvesse estudantes. Iniciamos, no ano seguinte, um grupo de pesquisas intitulado “Filosofia, Política, Ética e Direitos Humanos” (FILOPEDH). O grupo era coordenado por mim e pela professora Luciana Xavier de Castro. Orientamos diversos estudantes nesta temática nos anos seguintes. Tínhamos a convicção de que esses temas são sempre atuais, pois, vivemos em uma sociedade política onde fazemos reflexões e escolhas éticas o tempo todo, sobretudo, sobre os seres humanos. E exatamente por percebermos que na escola, alguns estudantes estavam fazendo escolhas não de acordo com as regras compreendidas como corretas por nossa sociedade, optamos por trabalhar um tema que estava causando muita dor em alguns estudantes e na comunidade escolar como um todo, o racismo, que, na realidade, sempre orbitou a nossa escola, e, provavelmente, todas as escolas brasileiras.

Subsidiado pela experiência adquirida por mim ao participar do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da UFU e sendo a Eseba é uma escola inclusiva que trabalha na perspectiva das cotas raciais para Pretos, Pardos e Indígenas (P.P.I), Perfil Sócio-econômica (P.S.E) e Pessoa com deficiência (P.C.D), foi criado um grupo de trabalho na escola para trabalhar especificamente o enfrentamento ao racismo. Em 2020, a professora Luciana foi aprovada no processo seletivo de doutorado da Filosofia e se afastou da escola para sua qualificação e, para se dedicar à sua pesquisa, deixou a orientação do Filopedh. Neste tempo, foram feitas outras parcerias até aderir à proposta de pesquisa sobre enfrentamento ao racismo, a professora de Espanhol Quênia Côrtes

dos Santos. A proposta inicial era trabalhar com os estudantes público alvo do sistema de cotas raciais da escola, ou seja, estudantes pretos e pardos, uma vez que ainda não temos estudantes indígenas matriculados na Eseba. Atualmente – na época desta pesquisa – a escola possui 677 estudantes matriculados e destes, como temos a reserva de cotas PPI desde 2019 (para ingresso em 2020), temos, ao menos, 88 estudantes negros ou pardos que ingressaram pela política de cotas, desconsiderando os pretos e pardos que foram sorteados pela ampla concorrência³³.

Com tal contingente, tínhamos a consciência de que não teríamos condições de orientar todos eles com apenas dois orientadores, mesmo assim fizemos vários convites com a expectativa de formarmos um grupo com dez (10) estudantes. Para nossa surpresa, apenas quatro (04) aceitaram o convite. Alguns já tinham outros compromissos no mesmo dia e horário de nossas reuniões; outros não tinham condições financeiras de retornar à escola; outros, não tinham condições de almoçar nas imediações da escola para ficar direto para a reunião que ocorre no contraturno; outros, os responsáveis não tinham condições de levá-los novamente à escola; outros ainda já participavam de outros projetos na escola e dois estudantes responderam que não se sentiam à vontade para discutir tal temática.

Constituído o grupo ao longo do primeiro semestre de 2023, as reuniões se iniciaram efetivamente no segundo semestre. Os orientadores fizeram a apresentação da proposta de trabalho e começamos a pensar em um nome que bem representasse nossa proposta. O nome escolhido foi “Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista” (GEPEA). O nome do grupo diz bem de seu propósito: um grupo de iniciação científica com a temática antirracista. Fundamentado na famosa frase da filósofa estadunidense Ângela Davis, “*Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista*”, temos a consciência que não ser racista é muito pouco, mas se faz necessário antes, ser antirracista. Para isso é importante estudarmos a fim de termos um bom letramento racial, ou seja, conhecer o conjunto de práticas pedagógicas que objetiva conscientizar o indivíduo da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e divulgar nossos estudos, a começar por nossa comunidade escolar, a fim de torná-la apta a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas no cotidiano escolar. Para isto, nos propomos a pesquisar autores e autoras, de preferência,

³³ Consta no capítulo 1 deste trabalho, a explicação de como é realizado o sistema de sorteio da Eseba.

os/as brasileiros/as, que trabalham a questão racial, sobretudo no Brasil. A pesquisa, até por se tratar de adolescentes, iniciantes na pesquisa acadêmica, busca metodologias mais atrativas do que apenas o bom e eficiente método de ler livros. Adotamos como forma de divulgar nossas pesquisas, a criação de podcasts mensais e a criação de um documentário com a temática antirracista com os estudantes envolvidos. A seguir, explicaremos um pouco melhor como se dá esta experiência de enfrentamento ao racismo na educação básica.

Nossa proposta de atividade de pesquisa considera que o racismo, manifestado por indivíduos e perpetrado pelas diferentes instituições, tem suas raízes na ordem social vigente, e que para enfrentar o racismo é preciso haver uma mudança social profunda. A produção de conteúdos midiáticos antirracistas é um modo de disseminar reflexões e conhecimentos sobre as diversas formas de manifestação do racismo em nossa sociedade e sobre maneiras de enfrentá-lo. Nesse sentido, esta proposta busca inserir os estudantes da Educação Básica, participantes deste projeto na iniciação científica por meio da produção de *Podcast* com temática antirracista para o público de adolescentes, na faixa etária dos 12 aos 17 anos.

Importante explicitar que os pesquisadores e as pesquisadoras são estudantes negros, negras ou pardos. Essa delimitação foi feita com o intuito de, com a oportunidade de execução da pesquisa, já atuarmos no enfrentamento das desigualdades raciais, privilegiando estudantes negros/as, mas também porque entendemos que a experiência de ser negro/a é de fundamental contribuição para a metodologia de metas e propostas nesse projeto de pesquisa. Partimos do pressuposto de que ao ser produzido por pessoas que fazem parte do público-alvo, o *Podcast* tem maiores chances de, de fato, atingir esse público-alvo. Trata-se de uma produção que pode favorecer a formação dos/as estudantes envolvidas na perspectiva antirracista, além de se apresentar como forma de cumprimento da lei 10.639 de 2003 que trata da inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Assim, o desenvolvimento desta proposta pode, a longo prazo, contribuir para a transformação da sociedade no sentido da equidade racial. Ao mesmo tempo, temos a consciência que esses adolescentes necessitam de apoio e orientação para a realização de um *Podcast*, tanto no sentido de equipamentos, quanto de logística e de repertório teórico e cultural. Nesse sentido, com esse grupo de pesquisa, objetivamos compreender o processo grupal de letramento racial, formação, planejamento, criação e construção, por adolescentes, na produção de

um *Podcast* mensal com temática antirracista para o público de adolescentes, na faixa etária acima citada. Vale o destaque que contamos com o auxílio de um estagiário remunerado, estudante de graduação da UFU, que faz as gravações no estúdio de nossa escola, as edições e postagens dos *podcasts*.

O conceito de racismo estrutural de Almeida (2019) é base dos estudos, pois, nos explica que o racismo, manifestado por indivíduos e perpetrado pelas diferentes instituições, tem suas raízes na ordem social vigente, isto é, nossa sociedade, da forma como a conhecemos, tem o racismo presente na própria estrutura. Desse modo, não há como pensar em enfrentar o racismo sem uma mudança social profunda, aspecto esse que tanto Nogueira (2012) quanto Ribeiro (2019) enfatizam. O primeiro autor nos convida a desestabilizar os pilares da educação baseada em referenciais brancos e colonizadores; e Ribeiro (2019) nos convoca a identificar as intrincadas formas de manifestação do racismo, fornecendo-nos caminhos para transformação social e subjetiva. Essa autora, ainda destaca a produção cultural como forma eficaz de perpetuação do racismo, estimulando a leitura de autores/as negros/as e o consumo de produtos midiáticos e artísticos antirracistas como meio de resistência e transformação. Assim, a produção de um *Podcast* antirracista para adolescentes se alinha com os referenciais acima citados por configurar-se em forma de disseminação do apanhado científico, cultural e artístico para o público juvenil, bem como por propiciar a formação dos/as estudantes envolvidos/as, o que se adequa ao cumprimento da lei 10.639 de 2003.

Para a realização das atividades do grupo de pesquisa, fazemos encontros semanais de duas a três horas de duração envolvendo o coordenador e a coordenadora da pesquisa e os quatro estudantes pesquisadores/as para o planejamento, criação e produção dos episódios de *Podcast*, com a duração de até 20 minutos cada que são postados no canal da Rádio Eseba – rádio do Cap. Eseba/UFU – já existente no Spotify, por ser uma plataforma gratuita de streaming de música. Esses encontros ocorrem no contraturno escolar, isto é, no período vespertino uma vez que todos/as estudantes pesquisadores/as estudam no período matutino, nas instalações da Eseba, onde há um estúdio equipado para gravação e edição de áudio. Para iniciar cada encontro, um recurso disparador de conversa é utilizado, a ser trazido por uma estudante a cada semana, o que é combinado no grupo, em cada semana anterior. Esses recursos podem ser: notícias, músicas, filmes, vídeos, textos teóricos, poesias, crônicas, relatos pessoais,

dentre outros. A partir do compartilhamento desse recurso, os coordenadores mediam uma conversa de modo a explorar a conexão entre os estudantes e a reflexão crítica sobre o tema. A partir dessas discussões, os coordenadores, podem fazer a sugestão de temas e textos para estudo ou de outros recursos que julgarem relevantes, a fim de contribuir para o letramento racial, isto é, para a compreensão crítica do racismo e suas formas de expressão. Poderão ainda, fazer mediação no sentido de auxiliar os/as estudantes a efetivarem suas ideias para cada episódio. Para registrar a dinâmica e conversas desses encontros e para que os/as pesquisadores/as possam saber quais serão os próximos passos, diários de bordo são produzidas pelos/as estudantes nos últimos minutos de cada encontro. Os textos dos diários de bordo geralmente são úteis para serem analisados discursivamente com o objetivo de identificar as relações entre os diálogos, as leituras, o compartilhamento de vivências e outras formas de interação no grupo formativo com o passo-a-passo da criação e produção de cada episódio do *Podcast*. Em outras palavras, visamos demonstrar como as conversas nos encontros grupais subsidiarão as ideias de temas, formatos, entrevistas e narrativas que irão compor os episódios do Podcast.

A realização das atividades nos encontros semanais gera, mensalmente, um produto midiático que é o *Podcast* que é divulgado por meio do Spotify na medida em que cada episódio é gravado, editado e finalizado. Além disso, temos como meta apresentar o resultado de nossas pesquisas em, ao menos, um evento científico e um deles é o evento intitulado *Ciência Viva*, evento anual municipal, promovido pelo Instituto de Química da UFU, em que estudantes do ensino fundamental compartilham suas pesquisas.

Entendemos que nosso projeto é relevante socialmente pela possibilidade de produção de conteúdo antirracista de amplo alcance – o *Podcast* – que tem o potencial de disseminar a temática para além do contexto escolar. Nesse sentido, trata-se de proposta que se soma a outras ações da Escola de Educação Básica da UFU para cumprimento da lei 10.639 de 2003, pois o *Podcast* poderá ser usado como recurso educativo por docentes de qualquer escola e, em seu próprio processo de produção, promove a formação dos/as estudantes envolvidos/as na perspectiva antirracista. Com isso, contribuiremos, a longo prazo, para a transformação da sociedade no sentido da equidade racial.

Pela relevância de nosso projeto, consideramos de extrema importância, a

aquisição de bolsas para estes/as pesquisadores/as. Não é que a bolsa seja fator determinante para a realização do projeto, mas oportuniza que invistam em sua própria formação, uma vez que passam a possuir condições financeiras de adquirir material formativo, como livros, por exemplo. Significa que eles/as também podem ter uma chance de obter a educação que não teriam sem o benefício. Já tivemos, outrora, estudantes que não conseguiriam participar do projeto se não fossem amparados pela bolsa. Infelizmente, após a vigência da bolsa, o período para a liberação de outra é muito grande, o que as vezes dificulta a continuidade de alguns estudantes. As bolsas estudantis para estudantes da educação básica ainda é uma novidade para muitas instituições, mas na Eseba é uma constante que entendemos que não pode ser interrompida. Bolsas escolares constituem a dimensão econômica do empoderamento, ou seja, a capacidade de gerar renda independente. Defendemos a ideia de que tais bolsas de estudos não façam parte de uma política de governo, mas uma política pública de Estado para que crianças e adolescentes negros tenham possibilidades de realizar pesquisa na temática racial, a fim de diminuir as desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Finalizo este relato de experiência com o GEPEA ratificando nosso entendimento de que, em termos educacionais, a iniciação científica oferece inúmeros benefícios aos adolescentes, tais como conseguir aplicar na prática, os conceitos que aprenderam na teoria. Esse processo ajuda também os estudantes a aprofundarem o seu conhecimento e a ganharem uma compreensão mais crítica e profunda dos assuntos estudados, para além do senso comum. Além de desenvolver o trabalho em equipe e exercitar as discussões em grupo, favorece a retórica, a criatividade e resoluções de problemas, o que certamente ultrapassa o currículo tradicional. Sobretudo, contribui para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel enquanto agentes de transformação social, ainda mais se tratando de um tema tão caro como o enfrentamento ao racismo e a luta por uma educação antirracista.

Afirmamos que o trabalho de Sueli Carneiro nos auxiliou a entender como o feminismo negro pode auxiliar as crianças e adolescentes pretos do Ensino Fundamental e como reagirem ao dispositivo de racialidade, uma vez que sua obra objetiva promover e projetar mulheres negras.

3.4. Conceição Evaristo: escrever para bem viver

Apresenta-se no cenário de educação antirracista, uma pessoa que, apesar de não ser graduada em Filosofia, pode ser considerada uma excelente filósofa, uma vez que nos faz refletir sobre a temática racial no Brasil. Trata-se de Maria da Conceição Evaristo de Brito. Conceição Evaristo, como é conhecida, é mulher preta, de família católica – por isso ela e as demais mulheres trazem Maria no nome – mineira de Belo Horizonte, professora, escritora, contista, ensaísta, romancista e poetisa. De origem pobre, morou nas favelas mineiras e mesmo sua mãe também pobre e sem instrução acadêmica, a incentivou a estudar. Conceição foi empregada doméstica³⁴, mas não se sucumbiu em meio às dificuldades da vida e hoje serve de inspiração para o povo negro. Estudou, fez Letras, mestrado e doutorado na temática racial por meio da literatura negra. Em suas obras, traz elementos do cotidiano com personagens marginalizados para retratar a realidade da injustiça social. Obras estas, pertencentes à literatura contemporânea, são caracterizadas pelo protagonismo feminino negro e valorização da cultura afro-brasileira, mostrando as realidades vivenciadas pelas pessoas, muitas delas mulheres, negras de todas as regiões do Brasil. Ao dar voz e visibilidade aos seus personagens, historicamente silenciados e invisibilizados, discute as questões de gênero, etnia, misoginia, desigualdades sociais com ênfase na denúncia da latente e perversa discriminação racial. Assim, dá-nos condições de refletir sobre o lugar de vida e de fala, e conhecer a verdadeira constituição da subjetividade do povo negro.

Ela se intitula intelectual porque o é de fato, mas também para romper o paradigma de que, até meados do século XIX, mulheres eram, no máximo, consideradas como seres humanos. No entanto, ela almejou e conseguiu provar, que, para além de “apenas” seres humanos, as mulheres são mais que inteligentes, mas intelectuais e produtoras de conhecimento crítico e autônomo.

Evaristo objetivou contribuir com a sociedade por meio da descolonização do pensamento brasileiro, ou seja, fazer com que o pensamento brasileiro não esteja apenas vinculado às ideias de escravidão, segregação e inferiorização do povo negro. Sabemos que ao se falar em “pensamento brasileiro”, abre-se um leque muito amplo. Nossa pretensão não é tão abrangente, almejamos alcançar e contribuir com a descolonização

³⁴ Informações extraídas de: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/conceicao-evaristo.htm>. Acesso em 08 de jan. 2025.

do público infanto-juvenil correspondente aos estudantes do ensino fundamental 2, ou seja, que cursam do 6º ao 9º ano, com idade entre 12 e 15 anos.

Como uma tentativa desta descolonização do pensamento brasileiro, Evaristo se candidata, no ano de 2018, a integrar da Academia Brasileira de Letras. Não logrou o êxito principal que foi de ocupar uma cadeira da Academia, mas, sua ousadia fez com que a população negra compreenda que deve lutar para ocupar todos os espaços possíveis, pois, não faltam competência e espírito vencedor, mas muitas vezes sim, oportunidades. Um detalhe importante a ser observado é que a Academia Brasileira de Letras teve como primeiro presidente e um dos fundadores, um negro e descendente de negros, Machado de Assis, mas mesmo assim, até hoje, parece que a produção literária dos negros não é bem-vinda naquela academia e, por consequência, em tantos outros lugares.

Certamente, seria um feito inédito e histórico uma mulher negra e defensora da causa negra em tal prestigioso lugar. Se eleita fosse, poderia representar com mais força a causa que defende e dar voz e vez aos negros, sobretudo, às mulheres negras, uma vez que a sociedade brasileira não concedeu a eles e elas a escolaridade como algo natural. É necessária muita resiliência para o negro atingir um lugar privilegiado na sociedade brasileira por meio de seus estudos ou formação acadêmica. No entanto, sua candidatura serviu de incentivo ao povo negro para ousar alçar voos mais altos na intelectualidade brasileira, uma vez que o negro é capaz não apenas deste feito, mas de inúmeros outros.

Podemos pressupor que inúmeros/as estudantes negros/as deixam de exercer cargos de representante de sala, coordenador de grupo de pesquisa, capitão do time de futebol/ vôlei/ basquete, chefe de torcida, líder do grêmio estudantil, estagiário bolsista da turma e tantas outras atribuições pelo medo de almejar tais colocações, por existir um pensamento colonial de que aquele não é seu lugar.

Não lhe sendo concedida a cadeira na Academia Brasileira de Letras, Evaristo relata histórias³⁵ não positivas de experiências de uma cadeira que lhe foi destinada, a da escola. Ela conta que teve de estudar no porão da escola que, mesmo com amplas janelas, era bastante abafado, enquanto as crianças brancas ficavam com as salas maiores e mais arejadas. Não por acaso, as salas dos estudantes brancos eram as salas onde os/as estudantes tiravam melhores notas e dificilmente eram reprovados/as. Na

³⁵ Em uma entrevista concedida à TV Aparecida, em 10 de março de 2020. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9POX2gtfmFI>. Acesso em 10 de jan. 2025.

ocasião das apresentações, eles e elas sempre ocupavam os papéis de destaque e tinham mais atenção dos professores e das professoras. Nas salas no andar de baixo – porão – encontravam-se os/as estudantes repetentes, com dificuldades, mais pobres e, obviamente, os pardos e pretos. Não raro, ainda hoje, encontramos crianças dizendo da insatisfação de frequentar a escola. Certamente, a escola deveria promover/valorizar, sem exceção, todos/as estudantes, mas muitas vezes, ao contrário, causa rebaixamento, desvalorização, humilhação, sofrimento e opressão, sobretudo para a população negra. Esta realidade aconteceu comigo, com minha família, com a autora e com tantas pessoas negras e pobres em todas as regiões do Brasil, desde sempre e ainda nos dias atuais.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, Conceição era uma excelente aluna. Trocava horas de serviços domésticos nas casas das professoras por aulas particulares. Ao terminar o primário – 4ª série da época – ainda criança, sua habilidade com as letras, fez com que ganhasse o seu primeiro prêmio de Literatura – depois vieram inúmeros outros como o prêmio Jabuti em 2015 e 2019, como autora e personalidade, respectivamente – ao vencer um concurso de redação, cujo título era *Por que me orgulho de ser brasileira*. Na entrevista, ela relatou que a paixão pela literatura não advém deste honroso prêmio, mas das histórias que ouvia, na infância, de sua família, sobretudo, da mãe e uma tia, que posteriormente a acolheu em sua casa para que pudesse dar continuidade aos estudos. Tais histórias as inspiraram a tornar-se professora, a começar por ajudar os irmãos nas tarefas escolares, os colegas e vizinhos, ora remunerada, e na maioria das vezes, não; e a escrever o seu primeiro livro intitulado *Becos da memória*, publicado apenas vinte anos depois. Sua produção literária é fruto de experiências que lhe são sensíveis. Ela consegue se ver ou ver alguém que ama nas situações cotidianas e estas, se transformam em produções, sejam contos, ensaios ou poemas.

A importância de Evaristo não foi apenas para a literatura, ao desconstruir um cânone literário genuinamente branco e introduzir nele autores negros, mas para a história social e política do Brasil, uma vez que, seus personagens marcados por tantas e cruéis desigualdades, leva a sociedade a refletir sobre esta situação e, quem sabe, repensar sua conduta. Personagens estes que não foram criados a partir das experiências de homens brancos, europeus e ricos, mas ao contrário, suas personagens possuem uma intersecção com a própria história da autora que, como já falamos é uma história feminina, preta, brasileira, pobre, de luta e muita dignidade. Afinal, a maior parte dos brasileiros é composta de mulheres, pardos, negros, negras e pobres. Esta característica

única e inovadora de escrita foi denominada por ela de *escrevivência*, ou seja, como o próprio nome indica, sua escrita foi baseada em sua vivência. “*Escreviver*”, para ela, é contar histórias a partir de sua vivência individual, mas que também remeta à coletividade negra (EVARISTO, 2020). Mais do que uma simples autorrepresentação, *escreviver* é uma autêntica experiência de se escrever o que se vive para melhor representar todo um coletivo que não tem sua voz ouvida, ou pior, silenciada, em uma sociedade majoritariamente racista. A *escrevivência* de Evaristo convida-nos a uma possível emancipação, uma vez que permite que os leitores, espectadores e ouvintes negros se vejam representados de maneira autêntica e valorizada em sua literatura afrodiaspórica.

Evaristo não perde a oportunidade de dizer que não nasceu rodeada de livros, mas rodeada de palavras. Com esta fala, faz referência às histórias que ouvia de sua mãe e sua tia. É fácil reconhecer que essa realidade é a da maioria da população negra, pois, muitas vezes sem condições financeiras para adquirir livros, se agarram a única coisa que tem: sua história de vida, muitas vezes de sofrimento e acima de tudo de muita luta.

O povo negro quer não apenas sobreviver, mas bem viver, quer *escreviver* a sua própria história e se libertar do jugo de ser obrigado a aprender apenas sobre a cultura de outros povos, em detrimento da dele. É curioso que quando um autor branco se utiliza de experiências dos povos negros para criar uma obra, a experiência é validada por toda a sociedade. No entanto, quando o/a escritor/a negro/a se vale de sua própria experiência enquanto subalternidade, esta parece não ter crédito. Neste trabalho, reconhecemos a importância de se dar créditos às experiências vivenciadas pelos povos subalternizados, sobretudo, as experiências vivenciadas pelos estudantes da educação básica. Segundo Evaristo (2020), o movimento da escrita é o movimento da própria vida para vencer a dor e a morte, um espírito de sobrevivência, de se agarrar a vida de alguma forma.

Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana e uma das grandes defensoras da causa negra, referência em todo o mundo, dialoga com Evaristo quando diz que

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p.32).

Sendo assim, porque desprezar a história dos/as estudantes negros/as da educação básica obrigando os estudantes a se apropriarem das histórias da população branca em detrimento das histórias dos povos africanos e de suas próprias histórias? Zilá Bernd³⁶ (1988) menciona, em sua obra *Introdução à literatura negra*, que muitos autores, como Hegel, por exemplo, durante muitos anos, negaram a existência de história em África e esse fato fez com que o movimento colonialista que colocava a Europa como centro do mundo fosse fortalecido, ao passo que a cultura africana fosse ignorada. Desse modo podemos nos perguntar, se a *Iliada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, por qual razão, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes? Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, desse modo, ofereciam ao mundo, uma visão distorcida daquele continente e não como o era, de fato.

Por qual motivo, nos perguntamos ainda, não aproveitar as histórias dos estudantes negros/as em seu aprendizado escolar? Por qual motivo as memórias do povo negro precisam se apertar em becos se existe largas avenidas, bem iluminadas, pavimentadas e com saídas para vários caminhos? A resposta vem de imediato com o auxílio novamente de Chimamanda. É porque as histórias do povo negro foram contadas em versão única, certamente pelo prisma do colonizador branco. Em seu livro *O perigo de uma história única*, ela traz a preocupação com os estereótipos criados pela história única, ou seja, a história contada apenas pela versão de um lado apenas, o do dominante – população masculina e branca. São evidenciadas as histórias que gostaríamos de esquecer e omitidas as histórias que gostaríamos de compartilhar. Segundo Chimamanda (2019), o problema dos estereótipos não é que sejam mentiras, mas que são incompletas porque ninguém possui apenas características desprezíveis, logo, todos/as têm algo de bom em si. Quando se apresenta apenas uma versão da história, a negativa principalmente, rouba-se a dignidade da pessoa e dificulta o reconhecimento de sua humanidade e de seus valores, destaca-se as diferenças sendo que se poderia focar nas semelhanças. De acordo com a autora, a história única é ainda mais perigosa porque ela se relaciona diretamente com poder e, geralmente, a pessoa que a conta a história, se coloca como superior ao personagem da história por ela

³⁶ Zilá Bernd é pesquisadora brasileira com ênfase em literatura brasileira e literatura afro-brasileira.

contada. Seria como o juiz em causa própria de Locke, ou seja, o narrador sempre tem a razão e o outro está sempre errado. Isso é muito comum na escola quando acontece uma confusão entre estudantes e o/a professor/a é acionado. Sempre quem conta a história tem razão e a culpa é sempre do/a outro/a. É por isso que no mundo adulto, as versões vão parar no tribunal, com advogados de ambos os lados e a regra é que quem julga a causa não pode ter relação direta com os envolvidos na ação para que os interesses pessoais não sobressaiam à justiça. Falando em justiça, na Praça dos Três Poderes em Brasília, D.F, tem uma estátua sentada com uma espada nas mãos e com os olhos vendados simbolizando a justiça que é cega, ou seja, será justa com todos os cidadãos, sejam eles, ricos ou pobres, jovens ou idosos, homens ou mulheres, brancos ou negros. Poderíamos nos perguntar: o Brasil é uma sociedade racista porque a história única contada pelo povo branco, cujo personagem principal é a população negra chegou aos ouvidos da justiça brasileira? Creio que sim.

É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna (Adichie, 2019, p.22)

Como diz o escritor nigeriano Chinua Achebe (ACHEBE, 2001) é necessário um equilíbrio de histórias, ou seja, diante de uma história que não o representa é preciso contar outra que se contraponha a ela. Neste sentido, acreditamos fortemente que a escrevivência de Evaristo tem um alto potencial de ser um contributo para reduzir o racismo nas escolas brasileiras, sobretudo, com as crianças menores. Seria possível relacionar a escrevivência de Evaristo com as experiências das crianças e adolescentes da educação básica de hoje? Acreditamos que sim. Ela mesma diz que ao ler a obra de Carolina Maria de Jesus, ela consegue enxergar sua realidade de infância. Assim como isso ocorre com ela, também ocorre com grande parte da população brasileira negra ao ouvir histórias de inferiorização e subalternização de seu povo.

Recordo-me de um episódio da série norte-americana *Todo mundo odeia o Chris*³⁷ que trata sobre uma maratona acadêmica em que o personagem principal foi obrigado a participar como uma forma de castigo. Com exceção do protagonista, todos os participantes da maratona eram estudiosos e brancos. No dia em questão, as perguntas faziam referência a personalidades afro-americanas e, por isso, ele conseguiu responder corretamente todas as perguntas. Os demais participantes não sabiam

³⁷ Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1AbwIuzNyWI>. Acesso em 12 de jan. 2025.

responder nenhuma pergunta. Por qual motivo? Os estudantes brancos não se interessavam em conhecer a cultura negra, nem mesmo das personalidades famosas. É até compreensível esta questão, mas uma pergunta leva-nos a refletir sobre: por qual razão os negros precisam se interessar e, pior, serem obrigados a conhecer a cultura exclusivamente das pessoas brancas, sobretudo, os europeus, sendo que os brancos rebaixam, subalternizam, simplesmente ignoram e até mesmo silenciam a cultura da população negra? De certo modo, também é compreensível o desinteresse dos estudantes negros/as.

Ficamos a nos perguntar: se nos Estados Unidos, um país explicitamente racista, na maratona acadêmica escolar do personagem Chris, um tema sobre ícones afro-americanos ganhou espaço, por que as metodologias e práticas antirracistas da educação básica no Brasil não possuem espaço garantido, fazendo com que o racismo permaneça atuante? Em um país que não se declara racista, por qual motivo não são abordadas mais obras de autores e autoras negras nas aulas de Filosofia, Literatura, História e de tantas outras áreas de conhecimento? Por que ainda são poucas as metodologias desenvolvidas para se trabalhar a temática racial? Seria porque a maior parte dos professores e professoras é branca, sobretudo no ensino superior? O que predomina é a falta de opções ou a vontade de aplicar uma educação antirracista nas escolas brasileiras? Temos bastante opções de autores e autoras, tais como a própria Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Maria Firmina dos Reis, Elisa Lucinda, Solano Trindade, Joel Rufino dos Santos, Adão Ventura e tantos outros e outras.

Talvez um pouco do desânimo e até mesmo da evasão escolar do povo negro, seja por conta de que as memórias e histórias de vida das crianças pobres e pretas não são levadas em consideração. Pode-se e deve-se criticar a ausência de autores e autoras negras inseridas nas bibliografias da educação escolar básica (nas bibliografias do ensino superior também, mas não vamos discorrer porque não é nosso foco) não apenas nas aulas acima citadas, mas nas de Língua Portuguesa, Matemática e tantas outras disciplinas. Percebe-se que o racismo é estrutural em nossa sociedade, pois, nem ao menos os livros didáticos e literários oferecidos pelo governo defendem uma educação antirracista por meio de autores e autoras negras, mas insistem na tradição do cânone totalmente embranquecido. Daí percebe-se também que a Lei 10.639/03 não está sendo satisfatoriamente cumprida. Além de oferecer às crianças e adolescentes a oportunidade de aprender com as produções do povo negro, se faz urgente, a necessidade de criação e

aplicação de metodologias que valorizem a história de vida delas.

Por esta e tantas outras razões, percebemos que ainda hoje, é reservado aos estudantes negros e negras, habitar nos porões da escola e por isso que é latente a necessidade de se valorizar a história de vida das crianças e adolescentes pretos e pobres. Essa necessidade se aplica em, ao menos, dois casos. O primeiro se aplica às escolas periféricas, onde é de conhecimento geral, que a maior parte dos estudantes é constituída de negros e negras. Este lugar se caracteriza como local privilegiado para que suas histórias de vidas, por mais difíceis e sofridas que podem ser, sejam enaltecidas, tanto para que as pessoas que as ouvirem, reconheçam e valorizem seus esforços, quanto para servir de incentivo para que se esforcem – sabemos que muitos casos não dependem apenas de esforço – ainda mais para que superem tais situações. Ao reconhecer as histórias, os professores e professoras não devem facilitar, mas, caso necessário, adaptar algum conteúdo, pois, sabemos que crianças e adolescentes que trabalham – tanto dentro de casa para ajudar os pais nas tarefas domésticas, quanto fora para ajudarem no sustento da família – não possuem o mesmo tempo de dedicação aos estudos do que as crianças que não vivem estas realidades. O segundo caso seria nas escolas onde os estudantes possuem condições financeiras privilegiadas. Neste, a presença das crianças negras é bem menor, neste caso, suas histórias de vida servem, conscientemente ou não, como fonte de inspiração e resiliência para as pessoas brancas.

Finalizo este tópico incentivando os professores e professoras de todas as etapas e modalidades de ensino, a investirem em uma educação antirracista. Desde a Educação Infantil até o Fundamental 2 é possível criar, adaptar ou mesmo copiar de sites educacionais confiáveis, atividades que valorizem a cultura negra. Há um material rico, lúdico e abundante de todos os conteúdos, gratuito, sem direitos autorais e facilmente encontráveis na internet: materiais de alfabetização, que desenvolvem a coordenação motora fina, que reforça o respeito pela diversidade, que estimula a autoestima, que desenvolve o raciocínio lógico; materiais que valorizam o continente africano e desmistificam que nele só há miséria.

Nosso intuito não é que a história do povo negro seja, por caridade, inserida como um tópico de uma simples maratona acadêmica, mas se torne parte integrante do currículo, pois, tanto as histórias dos ícones brasileiros e afro-brasileiros quanto o escrever das histórias cotidianas de nossos/as estudantes pretos, pretas e pobres, certamente trarão inúmeras oportunidades de aprendizados a toda população brasileira. Sendo homem preto no Brasil, pobre e professor de Filosofia na educação básica, fui

incentivado, pela obra de Evaristo, a escrever nesta tese, algumas vivências que atravessaram a minha história, bem como algumas vivências desafiadoras que atravessaram as vidas de alguns estudantes da escola onde ministrou aulas. Contar tais histórias é oportunizar àqueles que as viveram, ressignificá-las e transformá-las em possibilidades de aprendizagem.

3.5. Sou criança e adolescente negro/a: quem vai me representar?

Para tratar de outro tema também intimamente ligada à questão racial, trago à recordação o prêmio Jabuti que Evaristo conquistou em 2015 e 2019. Ela disse que foi o prêmio da solidão, pois, era a única negra no recinto. Trata-se da representatividade. As crianças pequenas, por exemplo, imitam falas e atitudes dos pais. É certo que precisamos ter em quem nos espelhar e quem nos bem represente. Como já adiantei, no tópico anterior, que colocarei aqui as minhas escrevivências, peço licença para iniciar.

Enquanto estudante, quando cursei a educação básica, do pré-primário ao terceiro ano colegial – atual terceiro ano do ensino médio – nunca tive professor ou professora negra. Fui tê-los – bem poucos – no cursinho pré-vestibular. Na graduação, no mestrado e no doutorado em Filosofia, nenhum novamente. Essa realidade se repetiu em relação aos meus colegas estudantes, pois, em minha trajetória de ensino fundamental, ou seja, em nove anos, apenas por quatro vezes tive colegas negros ou negras na turma, mesmo estudando em uma escola estadual. Nos três anos de ensino médio, nenhum colega de sala negro ou negra; no mestrado nenhum e no doutorado, apenas uma colega negra. Tendo consciência que no Brasil a população de negros e pardos é maior do que a população branca, estes dados nos levam a uma triste conclusão: os negros e negras não se encontram em posições de poder, mas em sua maioria em cargos e lugares subalternizados. A população carcerária brasileira, por exemplo, sempre foi, predominantemente negra. Nas escolas, os estudantes pretos, assim como eu, muitas vezes se sentem solitários, principalmente nos anos finais, pois, muitos estudantes negros evadem a escola para trabalhar, dentre outras razões. É certo que precisamos ter em quem nos espelhar e quem nos bem represente.

Em 2015, já pela escola em que hoje trabalho, fizemos um trabalho de campo para conhecer nossa capital federal. Em um dos espaços do Congresso Nacional, fomos direcionados a um assessor de deputado que nos apresentaria a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Durante a apresentação, ele nos disse que nós brasileiros não temos

muitos representantes políticos negros, negras e mulheres por falta de interesse. Imediatamente uma estudante negra me olhou como que pedindo socorro. Enquanto eu aguardava o assessor concluir sua fala para que eu pudesse contrapor aquele argumento, a estudante me perguntou se eu não iria dizer nada, ou seja, me posicionar, ou melhor ainda, não me acovardar e sair em defesa das pessoas negras. Assim o fiz, falei da sociedade racista da qual estamos inseridos, mas ele não concordou com o contraponto. Acontece sempre. Mas o fato que chamou a atenção é que, se eu, enquanto professor negro não estivesse lá, provavelmente ela, mesmo inconformada, teria se silenciado. Enquanto professor de crianças e adolescentes, sempre tive em mente que tinha a obrigação de proteger os/as estudantes da escola, mas a partir desta situação ocorrida em Brasília, tive a certeza que eu, enquanto professor preto, tinha uma missão nesta escola para além de ministrar boas aulas; comecei a entender que minha missão maior era contribuir com a formação acadêmica e humana e proteger, de modo especial, os/as estudantes pretos/as e pobres. É certo que precisamos ter em quem nos espelhar e quem nos bem represente, a começar pela escola e particularmente no interior da sala de aula. Ainda hoje, infelizmente, muitos/as estudantes pretos e pretas não tem um representante no interior da sala para pedir socorro quando necessário. Quando vê seus semelhantes, estão ocupando cargos, certamente dignos, mas, evidentemente, subalternizados.

Compactuo com Djamila (RIBEIRO, 2020, p.82) que lugar de fala não é sinônimo de representatividade e que não pode haver desresponsabilização do sujeito do poder. O/A professor/a muitas vezes é quem ocupa estes espaços de poder, principalmente na escola. É legítimo que alguém que esteja presente em algum espaço de poder e tenha voz ativa, lute pelos direitos de quem ali não está representado e que sua voz não se faça ouvir. É necessário romper, com urgência, com a ideia de que cada subalternizado lute por si, pois, alguns jamais terão forças para lutar, ainda mais se tratando de crianças e adolescentes. Assim, destaco a vital importância de o/a professor/a não permitir, em hipótese alguma, que nenhuma modalidade de racismo ocorra na escola, independente do espaço e ainda mais no interior da sala de aula. O Observatório Fundação Itaú, em parceria com o Equidade.Info, realizou uma pesquisa no ano de 2024 com estabelecimentos de ensino das redes pública e privada no Brasil e detectou que mais da metade dos/as professores/as já presenciaram casos de racismo envolvendo seus estudantes em salas de aula. Os números são assustadores e,

provavelmente, alguns destes casos tenham sido minimizados, desconsiderados ou até mesmo silenciados.

Devemos nos atentar para o alerta feito por Adilson Moreira (2019) de que o racismo nunca é isolado, mas faz parte de um sistema de poder cujo objetivo é legitimar os privilégios das pessoas brancas, construindo um imaginário popular de que as pessoas negras são inferiores e incapazes de atuar de forma competente na esfera pública. Sendo um sistema, logo é uma rede, desse modo, como não pode haver desresponsabilização do sujeito do poder, nem tão pouco desresponsabilização do sujeito que pratica o ato racista. Lamentavelmente, as crianças e adolescentes aprenderam as táticas deste perverso sistema de desresponsabilização e, assim como muitos adultos racistas fazem ao serem confrontados em seus atos racistas, em sua defesa, se utilizam da retórica do humor, alegando que se trata apenas de uma inocente brincadeira. Atitudes racistas não podem ser admitidas como meras brincadeiras, pois, têm aumentado a cada dia. A discriminação em escolas de educação básica aumenta a cada ano. Um dos motivos, certamente, pode ser a falta de punição. Entendemos que com quem pratica atos ou mesmo falas de racismo, sexismo, misoginia, xenofobia e outros atos/falas discriminatórias, o diálogo deve ser mais direto, dizendo que é crime e aplicar as penalidades devidas de acordo com o regimento escolar. Mas ao se tratar de crianças e adolescentes de educação básica, a punição deve ser melhor elaborada, talvez substituindo as suspensões por formações antirracistas, por exemplo, para que possam refletir sobre a violência praticada e, sendo possível, que reparações aos agredidos sejam feitas. Certamente outras punições até melhores e mais educativas podem surgir, mas definitivamente, a escola não pode reproduzir o mesmo sistema de impunidade de alguns magistrados brasileiros.

Reafirmo que é extremamente importante a representatividade de professores/as negros/as em sala de aula e também em cargos de chefia na escola. De outro modo, dificilmente alguém teria um olhar especializado em relação à questão racial. Para ilustrar, novamente trago o personagem Chris da série norte-americana acima citada. Ele também viveu esta solidão. Depois de muitos anos sendo o único estudante negro da escola, foi surpreendido com a chegada de um colega negro na sala³⁸. Sua professora, a quem o autor da série elegeu para ser a caricatura ápice de uma pessoa racista, pensou

³⁸ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YiWrvtAIA0I>. Acesso em 10 de fev. 2025.

que eles se dariam certo, apenas pelo fato de ambos serem negros. Sua professora, desconsiderou que uma pessoa negra possui particularidades que outra pessoa negra talvez não tenha. Este é mais um exemplo clássico de racismo, pois, ninguémalaria que duas pessoas são parecidas, amigas ou irmãs, pelo simples fato de elas serem brancas; no entanto, esta percepção parece óbvia e necessária quando se trata de duas pessoas negras. O protagonista não encontrou referência no novo colega, mas, infelizmente, mais um para ser com ele, discriminado. Em contrapartida, ainda na mesma série, quando a referida professora da turma faz uma viagem, ironicamente à África, é substituída temporariamente por um professor negro³⁹. Ele é super talentoso e teve um olhar diferenciado para o protagonista da série, não medindo esforços para que o desempenho acadêmico de Chris melhorasse e, de fato, melhorou. Percebe-se claramente que nossa sociedade desconsidera que existe um existencialismo negro a ser considerado. Que cada negro tem suas particularidades. Quem fala de ser humano, em geral, não sabe o que é ser um ser humano negro no Brasil. Não tem condições de dizer “eu sei o que você está sentido/vivendo”. Jamais. Nunca. Existem fenômenos que só se referem a população negra; outros fenômenos, apenas à população negra pobre; outros ainda somente às mulheres negras; outros às mulheres negras pobres e outros ainda às mulheres negras, pobres e homossexuais ou com alguma deficiência. É certo que as crianças e os adolescentes precisam ter em quem se espelhar em todos os âmbitos da vida, também para que alcancem as profissões desejadas e, de preferência com alta remuneração⁴⁰ e quem nos bem represente.

A representatividade não pode se limitar à família ou à escola, pois, seria uma grande limitação. A sociedade é grande e complexa e apenas por meio de leis pode ser bem regida. Neste sentido, se faz necessária também uma representação negra na política. Somos necessitados de mais homens negros como Joaquim Barbosa, homem negro na alta corte brasileira, advogado, especialista em Direito e Estado, mestre e doutor em Direito Público pela Universidade Sorbonne em Paris; foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro de 1993 a 1995 e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro de 1997 a 2015; foi Oficial de

³⁹ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SDIEFZ2-iNo>. Acesso em 15 de fev. 2025.

⁴⁰ Sugestão de filme: Mãos talentosas: a história de Bem Carson. O filme retrata a história de uma família negra e pobre que, com muita luta conseguiu bem educar os filhos, tornando-os profissionais de sucesso. Sua mãe sempre lhe dizia: “você pode fazer tudo o que os outros fazem e ainda melhor”. É a frase que muitos estudantes negros/as de hoje precisam ouvir, mas não ouvem. Disponível em: <https://youtu.be/U6O6ZpKyXa8?si=du0BqmG85VOQfQMM>. Acesso em 20 de fev. 2025

Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores de 1976 a 1979, tendo servido na Embaixada do Brasil em Helsinki, Finlândia; foi advogado, de 1979 a 1984, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que é a maior empresa pública de prestação de serviços em tecnologia da informação do mundo; fala inglês, francês e alemão; jurista; ex-ministro do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Enfatizo suas qualificações profissionais para lembrar que ele não foi ministro para cumprir uma cota racial ou apenas por ser amigo de alguém dito, importante, mas teve muito mérito e esforço.

Somos necessitados também de mais mulheres como Benedita da Silva, mulher negra na política, cuja presença feminina é irrisória nos espaços de poder e que, em muitos casos, tem o caminho marcado por ataques sexistas e racistas para interditar e deslegitimar sua competência na esfera pública; professora; servidora pública; auxiliar de enfermagem e assistente social. Exerceu um ativismo político desde muito cedo: foi representante do bairro de Copacabana; vereadora, vice-governadora e deputada federal. Foi governadora do Rio de Janeiro de abril de 2022 à 1º janeiro de 2023 quando assumiu a vacância de Anthony Garotinho e eleita a primeira senadora negra do Brasil. Sua principal bandeira é a defesa das minorias sociais. É de sua autoria, por exemplo, o projeto que inscreveu Zumbi dos Palmares no panteão dos heróis nacionais; instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra, além de outros projetos que propõe a inclusão de pessoas negras nas produções das emissoras de televisão, filmes e peças publicitárias. Também criou delegacias especiais para apurar crimes raciais, cota mínima em instituições de ensino superior, obrigatoriedade do quesito etnia em documentos oficiais, assinou a lei contra o assédio e a favor dos direitos trabalhistas extensivos às empregadas domésticas. Perguntamo-nos: seria uma pessoa branca, capaz pensar em todas estas particularidades para benefício da população negra? Por mais consciente, honesta, justa e imparcial que ela seja, insisto em crer que não.

A militância política do pobre começa no berço, no bairro, e não no partido. Foi na rua que aprendi que preciso lutar pela igualdade social para os homens e as mulheres (Benedita da Silva – Discurso em 25 de out. 1999).

Assim como Joaquim Barbosa, Benedita tem mérito para ocupar o lugar que ocupa. Também por mérito, quando governadora, das trinta e três secretarias, sete

dedicou a pessoas negras, quantidade esta que foi duramente criticada pela imprensa e por parte da sociedade. Algumas pessoas, inclusive, se acharam no direito de provoca-la ao questionar se pele negra era critério para escolher o secretariado. Quantos e quantos foram os governos de pessoas brancas compostos apenas por homens brancos? Incontáveis. Houve questionamentos? A resposta é óbvia, nem precisamos responder.

Poderia aqui falar de tantos outros (antigos e atuais, famosos ou praticamente anônimos) políticos negros e negras bem sucedidos, como por exemplo, Barack Obama, único presidente negro dos Estados Unidos e, estando nesta condição, foi considerado entre janeiro de 2009 a janeiro de 2017 o homem mais poderoso do mundo. Mas me limito em falar de Joaquim e Benedita para comprovar que vivemos em uma sociedade extremamente racista que faz, sempre que possível, questão de destacar que ele era faxineiro e que ela era favelada. Faço aqui a mesma ressalva que fiz quando falei de Conceição Evaristo, Joaquim, Benedita e tantos outros negros e negras bem sucedidos no Brasil, seja na política ou em outra área: a questão do sucesso do povo negro não se limita exclusivamente a mérito e esforço, mas inúmeras outras questões devem ser levadas em consideração. Eles e elas como toda exceção, apenas confirmam a regra.

Para que apareçam mais “Conceições”, “Joaquins”, “Beneditas”, e “Obamas” em nossa sociedade, não basta apenas esforços individuais de nossos/as estudantes; incentivo de familiares ou professores/as; nem tão pouco contações de suas histórias de vida. Apenas isso é pouco, muito pouco, inclusive. Nem tão pouco ocorrerá como que num passe de mágica ou dependendo de nossa torcida. Antes, é necessário investir tempo e dinheiro nas crianças e juventude negra; fortalecimento das políticas públicas brasileiras já existentes em prol da população negra; e investimento das escolas em educação antirracista, em todos os níveis e modalidades de ensino. Só assim nossas crianças e adolescentes poderão bater no peito e dizer como Obama o fez: *Yes. I can.*

3.6. Crianças e adolescentes negros/as também têm lugar de fala

Trazemos neste momento para a discussão, uma defensora de que todo mundo tem lugar de fala: Djamila Taís Ribeiro dos Santos ou simplesmente, Djamila Ribeiro. Seu nome, hoje nacionalmente conhecido, significa “beleza” em swahili, língua falada no Leste da África. Mulher negra no Brasil; filósofa e Mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Nascida em Santos, São Paulo, em 1º/08/1980 é escritora, feminista, ativista negra e, inspirada pelos pais, milita nesta causa desde a infância. Seus principais campos de estudos são a Filosofia, Feminismo e

Negritude. Em tempos digitais, onde as pessoas utilizam as redes sociais para propagarem discursos de ódio de toda a espécie, Djamila, ao contrário, utiliza a internet como plataforma de sua voz na luta antirracista. Tendo suas obras atingido grande repercussão nacional, foi vencedora de vários prêmios nacionais e internacionais, dentre os quais citamos: Prêmio Dandara dos Palmares (2017); Melhor colunista no Troféu Mulher Imprensa (2018); indicação ao Prêmio Jabuti (2018) na categoria Humanidades pelo livro *O que é lugar de fala?*; Prêmio Prince Claus (2019), na categoria Filosofia, concedido pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda; Reconhecimento como Personalidade do Amanhã pelo governo francês (2019); incluída na lista da BBC das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo (2019); Prêmio Jabuti (2020), na categoria Ensaios, pelo livro *Pequeno Manual Antirracista*; Prêmio Global Good no BET Awards (2021), concedido a figuras públicas que utilizam de sua influência nas plataformas digitais com responsabilidade social para promover o bem estar da comunidade negra global, tornando-se a primeira brasileira a ser homenageada nesta categoria; Eleição para a Academia Paulista de Letras (2022), ocupando a 28ª cadeira.

Como já justificamos no primeiro item deste capítulo, talvez o leitor possa achar estranho tantas informações facilmente adquiridas em sites de busca na internet. No entanto, o objetivo de citar tantos feitos e as inúmeras premiações não é aleatório. Tais informações nos auxiliam no entendimento de que a pessoa negra possui condições cognitivas para fazer com excelência, tudo o que uma pessoa branca faz, invalidando assim o argumento do racismo científico que, em linhas gerais, almeja comprovar cientificamente a superioridade das pessoas brancas em relação às pessoas negras. Não existe tal superioridade comprovada cientificamente. Ratificamos que a pessoa negra é extremamente capaz de criar Filosofia e os construir os mais diversos tipos de saberes.

Com seu ativismo digital, Djamila Ribeiro inspira pessoas para que promovam, onde quer que estejam, mudanças sociais positivas e de conscientização em nossa sociedade. Dentre suas principais obras destaco quatro: *Quem tem medo do feminismo negro?* (2018); *Pequeno Manual Antirracista* (2019); *O que é Lugar de fala?* (2020); *Cartas para minha avó* (2021). Uma das relevâncias de sua obra é a contribuição para o debate ao grande público de questões como raça, gênero e desigualdades sociais no Brasil. No entanto, alerta para a necessidade de as discussões partirem do conceito, ou seja, da leitura de livros de autores especializados nesta temática e não do esvaziamento das discussões em redes sociais levando em consideração apenas o que “ouvi dizer”

sobre. Percebe-se que é comum as pessoas dizerem que são contra as cotas raciais nas universidades, por exemplo, mas nunca se aprofundaram no assunto. É triste para um/a filósofo/a perceber que as pessoas se apoiam no senso comum em detrimento do uso crítico da razão.

Um conceito muito abordado na Filosofia de Djamila Ribeiro e que ainda causa dúvidas no grande público é o conceito de lugar de fala. Segundo ela, o termo tem origem imprecisa, pois, não há uma epistemologia determinada sobre o mesmo. Alguns estudiosos/as o pensam a partir da Psicanálise, analisando obras de Michel Foucault. Acredita-se que tenha sido criado a partir da tradição da teoria racial crítica, pensamento decolonial e estudos sobre diversidade sob o olhar de autoras negras, latinas e indianas.

Quando falamos de direito de existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar importa dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (RIBEIRO, 2020, p. 64)

Lugar de fala significa lugar social e como todas as pessoas se encontram, necessariamente, em algum lugar social seja ele qual for, logo, todos/as têm lugar de fala em nossa sociedade. Não se pode solicitar, por exemplo, que uma pessoa branca se cale para não opinar em relação à assuntos referentes a pessoas negras, alegando que ela não tem lugar de fala neste assunto. Isso seria, no mínimo, um equívoco. Não se pode questionar quem pode ou não se expressar sobre qual assunto seja, mas apenas o podem fazê-lo do lugar de onde está. Uma pessoa branca nunca pode dizer a uma pessoa negra que sabe o quanto ela está sofrendo, pois, ela não é negra e não sabe o que as pessoas negras vivem, de fato. Imaginar, sim, ela pode imaginar, pois, vê os acontecimentos que a cercam, desse modo, a pessoa branca pode se sensibilizar e criar alternativas para que a pessoa negra se desencilhe daquela determinada situação de sofrimento.

A professora e socióloga norte americana Patrícia Hill Collins, por meio do feminismo negro nos auxilia no entendimento do que é lugar de fala. Segundo ela, quando se fala de pontos de partida, não se fala necessariamente de experiências de indivíduos, mas das condições sociais que permitem ou não que estes grupos acessem lugares de cidadania. As experiências individuais apenas balizam o entendimento de como o lugar social ocupado por certos grupos restringem oportunidades.

É certo que as pessoas partem de lugares sociais diferentes e, conseqüentemente com experiências diversas. As mulheres, por exemplo, partem de um lugar social marcado pelo machismo. Exemplo disso é que desde crianças, as meninas são obrigadas

a cuidar da casa e são presenteadas com vassourinha; tem medo de sair sozinhas nas ruas em determinados horários por medo de sofrerem violências de todas as espécies. Quando se trata de mulheres negras, mapas da violência, recorrentemente, apontam que são as maiores vítimas. Segundo Sueli Carneiro (2022), as mulheres negras nunca foram tratadas como frágeis ou como rainhas do lar. Já o homem negro no Brasil, talvez possui experiência de violência policial; de sempre ser suspeito de algo; ser parte da estatística dos que mais são encarcerados e mortos no país. Logo, tanto eles quanto elas vão compartilhar experiências parecidas devido a este lugar social que eles partem. Geralmente as pessoas negras e pobres são as que sofrem maiores restrições, todavia, absolutamente, não desconsideramos que as pessoas brancas e com melhores situações financeiras também sofrem discriminações de oportunidades.

[...] é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos destes grupos. (COLLINS, 1997)

É importante compreendermos o que significa este lugar social para podermos compreender quais as experiências que vem deste lugar para que o governo possa criar políticas públicas para estes grupos desfavorecidos, por exemplo. A partir do lugar social que ocupam, as pessoas, negras ou brancas, ricos ou pobres, jovens ou idosos, não apenas podem, mas devem impactar positivamente a sociedade: o/a empregador/a pode oferecer cursos sobre educação antirracista aos seus funcionários; o/a professor de igual modo aos seus estudantes inserindo conteúdos antirracistas na ementa de seus cursos; os pais, desde a mais tenra infância, ensinar valores antirracistas para seus filhos e filhas; influenciadores/as digitais influenciando positivamente seus seguidores e assim por diante.

Como Djamila ensina, todo mundo tem lugar de fala, certamente envolve as crianças e adolescentes. Mas como e onde as crianças teriam lugar de fala? Ora, em todos os lugares onde se encontrarem: família, escola, catequese, na escolinha de prática esportiva, nos cursos de língua estrangeira ou de música, nas aulas de balé ou de ginástica. As crianças negras que sofrem racismo – e quase todas sofrem – não podem se colocar em uma situação passiva, ou seja, rir de sua própria desgraça ou dizer que permitem ou mesmo gostam da atitude violenta dos/as colegas. Não. Esta prática jamais pode ser admitida como brincadeira, pois, é uma forte violência que pode acarretar consequências psicológicas para o resto da vida de quem a sofre. Sabemos que somente fortalecidas por uma educação antirracista adequada, desde a mais tenra infância, as

crianças negras poderão se empoderar e se posicionar de forma ativa e atuante. Já as crianças brancas também tem por obrigação social e moral não submeter as crianças negras à esta violência e, quando identificarem tais abusos, devem denunciar os/as agressores/as, imediatamente.

A Defensoria Pública do Estado da Bahia, juntamente com Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), por exemplo, realizam um projeto com adolescentes institucionalizados que se encontram em unidades socioeducativas chamado “Projeto Lugar de Fala”. Neste projeto é aberto aos adolescentes espaços de falas sobre temas que envolvam a sua realidade. Um trabalho importante, no entanto, mais se aproxima de um espaço para autorreflexão e autoconhecimento para mudanças da própria postura. Não é disso que tratamos nesta tese e nem tão pouco Djamila em sua obra. Nosso foco é que as crianças e adolescentes, possam sim refletir e se autoconhecerem, mas além disso, que, mergulhadas em uma educação antirracista, possam adquirir letramento racial suficiente para poderem se posicionar contrárias ao sistema racista em nossa sociedade. E o que queremos dizer com a expressão mergulhadas? É que a escola, sozinha, não é capaz de ofertar educação antirracista aos seus estudantes. Esta tarefa é de toda a sociedade, a iniciar pela família.

Sabe-se que a criança se espelha muito nas atitudes dos pais. Muitas crianças e adolescentes brancos iniciam um movimento racista, infelizmente, no interior de sua própria casa. Neste caso, a situação fica mais complicada. Conscientizar e sensibilizar as famílias racistas, por vezes, é uma tarefa muito difícil. Como proceder nos casos onde as crianças no interior da escola praticam racismo? É evidente que se faz necessária a oferta de cursos de educação antirracista, no entanto, em muitos casos, sabemos que não é suficiente, fazendo-se assim necessária a aplicação de medidas punitivas mais rigorosas.

Outro fator que nos preocupa é o fato de as famílias não serem preparadas para letrarem racialmente seus filhos e filhas, preferindo muitas vezes o silenciamento ou a aceitação da condição considerada desfavorável. A cor da pele torna-se um problema do qual talvez a solução mais fácil, ou a única, é não tocar no assunto. O problema é que as vezes um vento mais forte retira a sujeira, cuidadosamente, colocada debaixo do tapete e aquele nó na garganta é desfeito da pior maneira possível. Uma possível alternativa é dialogar com a escola a fim de obter algumas dicas de como contribuir com o letramento racial dos filhos e filhas.

Nem sempre as famílias possuem condições de educar racialmente seus filhos/as, mas as instituições – sejam elas quais forem – devem, necessariamente, possuir tais condições, pois, já existem ferramentas institucionais para isto, inclusive. Os líderes religiosos devem oferecer educação antirracista para que os/as catequistas ou missionários a repliquem aos fiéis; os/as ministrantes de cursos também devem recebê-la para que possam replicar aos seus cursistas; as ONGs aos seus assistidos; os empresários aos seus funcionários e assim por diante, pois, como dissemos anteriormente, a escola sozinha não é capaz de abarcar todo esse público, até porque, nem todas as crianças e adolescentes, infelizmente, frequentarão a escola. O certo é que escola, necessariamente, precisa ter condições para educar racialmente seus estudantes, entretanto, como sabemos não tem, ao menos ainda. Dentre os motivos principais é que praticamente nenhum curso universitário de formação inicial habilita seus graduandos/as para tal e o governo ainda não investe o suficiente nesta temática. Cabe aos professores e professoras, mediante a necessidade ou pela empatia pelo tema, muitas vezes por iniciativa e custos próprios, buscarem formações continuadas nesta área. Entendemos que esta realidade é um verdadeiro absurdo, uma vez que mais da metade da população brasileira é composta por pardos e negros, bem como grande parcela dos estudantes das escolas periféricas de educação básica também o são. O governo tem que se comprometer, de fato, com o combate ao racismo. Percebemos que campanhas vazias não são suficientes. Propomos a efetivação de políticas públicas eficazes para valorizarem a cultura negra e retirar as crianças e adolescentes desta espécie de não-lugar marcado por discriminação, inferiorização e subordinação.

Para que as crianças e adolescentes possam utilizar com propriedade de seu lugar de fala é necessário que tenham, ao menos, uma mínima formação racial para isso. As escolas podem e devem oferecer tais formações e oportunidades de letramento racial, tais como grupos de pesquisas com estudantes negros/as e pardos; grupos de leituras com ênfase em autores/as negros/as; trabalhos extra classe de pesquisa sobre ícones negros/as nas mais diversas áreas sociais – não apenas no esporte e na música; promover ações culturais sobre a cultura negra não apenas no mês de novembro, mas distribuídas ao longo do ano letivo; organizar visitas de campo a museus que valorizem a cultura negra; proporcionar que grupos culturais negros façam apresentações na escola; realizar oficinas de danças e/ou brincadeiras africanas; fazer parcerias com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab) e com o Núcleo de Estudos afro-brasileiros e

Indígenas (Neabi) para levar até a escola palestrantes negros/as que trabalhem esta temática. Sabemos que nem todas as escolas possuem condições de realizar todas estas atividades, mas aos poucos, ao menos algo é possível de ser implantado. As opções são muitas e o desejo de contribuir com uma sociedade mais ética, justa, igualitária e sem preconceitos é maior ainda.

3.7. O racismo estruturado em nossa sociedade

“O negro só é livre quando morre”.
(Carolina Maria de Jesus, Diário de Bitita, p.58)

“Para uma sociedade que se deseja branca e civilizada nos parâmetros da cultura ocidental, o corpo negro é, em si, uma transgressão”.
(Sueli Carneiro, Dispositivo de racialidade, p. 337)

Na dúvida de iniciar este tópico como uma das citações acima, discerni por utilizar as duas. Certamente fazem referência à uma sociedade que, em sua estrutura, tem o racismo como base. Sílvia de Almeida, na introdução de seu livro *Racismo Estrutural* alerta que

não se pretende aqui apresentar um tipo específico de racismo, no caso, o estrutural. A tese central é a de que *o racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. (ALMEIDA, 2019, p. 15)

Sílvia de Almeida dialoga com Sueli Carneiro neste aspecto. Esta, defende que o racismo é determinante para saber quem deve viver e quem pode morrer. Ele sugere que é o racismo que fornece o sentido para a reprodução das mais diversas formas de violência e desigualdades sociais em nossa sociedade. Desse modo, não é obra do acaso, algo de que se espante por considerar anormal ou um algum eventual infortúnio para a população negra, ao contrário, é algo muito bem arquitetado e entranhado não apenas nas relações interpessoais, mas também nas instituições, integrando a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável.

Compactuamos com Sílvia de Almeida ao defender que o racismo estrutural não é uma nova forma de racismo, uma vez que existe desde tempos remotos. Podemos compreendê-lo como um conjunto de práticas e discursos culturais, históricos, institucionais e políticos que fazem com que a discriminação racial se dê de forma naturalizada em nossa sociedade. Assim, o preconceito racial permeia nossas relações interpessoais, educacionais, econômicas, midiáticas, jurídicas etc. Na educação, o racismo estrutural se manifesta, dentre outras formas, nas relações interpessoais e nas práticas pedagógicas. No relacionamento interpessoal de estudantes entre si; entre docentes e estudantes; e de docentes entre si. Ações e falas que demonstram preconceito racial são frequentemente minimizadas e interpretadas como meras brincadeiras ou preferências estéticas. A naturalização de falas e práticas racistas, alimentam e solidificam a estrutura social.

O racismo estrutura a sociedade brasileira desde sua gênese. Na Europa, há séculos. De acordo com o filósofo e egiptólogo Yoporeka Somet⁴¹, no Iluminismo francês, século XVIII, farol da civilização europeia, por exemplo, aparecem as teorias racistas fundadas na expertise científica. Grandes intelectuais, como Kant, Voltaire, Montesquieu, Hume vão tentar estabelecer uma correlação entre a aparência física como a cor da pele e dos olhos, a textura dos cabelos, a forma do nariz e do crânio, e as qualidades intelectuais, estéticas e morais. Hegel, defende que os africanos eram desprovidos de história, além de serem bestiais e ferozes, classificações que objetivam demonstrar a associação deles com animais, o que mais que sugere, evidencia um nítido processo de desumanização. Eles inauguram assim, uma nova forma de pensar que associa a beleza, a inteligência, a moralidade e todas as outras qualidades à cor e/ou à raça branca; e ao contrário, consequentemente, a fealdade, a estupidez, a animalidade à cor e à raça negras. Mais do que um elemento biológico, raça torna-se um elemento essencialmente político utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação (SOMET, 2016).

No entanto, esta vertente chamada de racismo científico, apresentou-se, comprovadamente como uma pseudociência que tinha o intuito de justificar a superioridade de um grupo e a inferioridade de outros, promovendo discriminação,

⁴¹ Renomado filósofo, egiptólogo e escritor burquinense, nascido em 1963 na Costa do Marfim. Ele é amplamente reconhecido por suas pesquisas que defendem as raízes africanas da Filosofia. Autor do artigo A África e a Filosofia, publicada na Revista Sísifo – v. 1, nº 4, novembro. Ano 2016 - ISSN: 2359-3121 - www.revistasisifo.com.

segregação, violência e a eugenia. Nem todos os intelectuais europeus pensavam como os anteriormente citados. Henri Grégoire, também conhecido como Abade Grégoire, foi um padre católico francês e líder revolucionário. Abolicionista fervoroso e defensor do sufrágio universal masculino, publicou em 1808, *Da literatura dos negros ou Pesquisas sobre suas faculdades intelectuais, suas qualidades morais e sua literatura*. Em sua obra, recorda que a opinião de inferioridade da população negra não é nova. No entanto, a pretensa superioridade dos brancos só encontra defensores entre os próprios brancos, juízes e partes, pelo que poderia, antes de mais nada, discutir a competência, antes de decidir atacar. É o caso de lembrar o apólogo do leão que, vendo um quadro representando um animal de sua espécie abatido por um homem, se contentou de lembrar a todos que os leões não têm pintores. O referido apólogo nos apresenta, obviamente que, se os leões soubessem escrever ou pintar, certamente as narrativas trazidas por eles seriam diferentes. É o perigo da história única abordada no tópico 3.4, acima.

Nosso objetivo maior neste tópico é compreender como o racismo estrutural afeta os/as estudantes da Educação Básica e como se desvencilhar desta opressão. Afeta ao ponto de prejudicar seu aproveitamento acadêmico e, por vezes, o excluir da educação formal, pois, o racismo é um processo constante de negação, afirmação e resistência.

A pessoa negra sempre teve uma relação com a educação, no entanto, a mesma ocorre por meio da exclusão, pois, a escola, para muitas delas, é o primeiro cenário de experiências sociais de negação racial. Logo, o dispositivo de racialidade também se relaciona com a educação. Indicadores de evasão escolar comprovam esta realidade, sobretudo, em relação aos meninos e jovens negros e negras.

Para Foucault, a escola é um aparelho de normalização, logo, sua função é fixar, não excluir, no entanto, a normalização é um processo de disciplina dos corpos em que o indivíduo se vê obrigado a seguir a norma, é disciplinado, classificado, hierarquizado e controlado. Desse modo, define o que é normal e evidencia o, supostamente, anormal.

O ser humano negro conhece muito bem esta realidade: ser classificado e hierarquizado pelo olhar do outro que o considera, naturalmente, inferior e anormal, um incômodo social, como nos alerta Sueli Carneiro em sua citação no início deste tópico. Não raro, crianças e jovens negros/as, passam por várias suspeitas, ora veladas, ora

explícitas, tanto por parte de colegas, quanto por parte do corpo docente – geralmente em sua maioria, branca. Os colegas entendem que a cor da pele é um critério de subordinação, muitas vezes sugerida/imposta por instrumentos didáticos. Tais instrumentos, ao invés de incentivar a aprendizagem das pessoas negras, as desqualificam, prejudicando seu emocional e cognição, o que reflete diretamente na aprendizagem. Esse fator leva os professores e professoras a duvidarem de seu potencial, suspeitando que não são capazes de aprender. Sentindo-se humilhados, por vezes, respondem de forma agressiva e, logo, são taxados de, além de incapazes cognitivamente, ainda são violentos ou mesmo incorrigíveis. O estudante negro, inconscientemente, internaliza aquela imagem negativa que fazem dele, sua autoestima cai e, sendo a escola um lugar de normalização e eles sendo incorrigíveis, concluem que a escola não é o lugar deles pois se veem como o Outro, logo, estão deslocados e a solução lhes parece óbvia: abandonar aquele lugar que lhes causa sofrimento. Ocorre, por conseguinte, a evasão escolar, pois, nitidamente o número de estudantes negros que concluem o terceiro ano do ensino médio é bem menor do que o número de estudantes negros e negras que ingressam na educação infantil. Os que sobrevivem à esta condição, veem-se obrigados a orbitar os guetos do conhecimento e se acostumam com os olhares de desconfiança e com as falas não ditas e com as formas de subordinação ofertadas pela escola.

Às experiências familiares e escolares seguem-se os primeiros contatos com as instituições repressivas e corretivas das suspeitas a priori, compondo elemento específico no interior do dispositivo de racialidade a transmitir certo tipo de ensinamento (CARNEIRO, 2023, pág. 311-312)

A escola se apresenta como esta instituição que fortemente reprime estudantes negros e negras. Conforme defende Sueli Carneiro (2023, pág. 317-318), é o dispositivo de racialidade demarcando onde é e onde não é o lugar das pessoas negras e explicitando um processo de evitação onde o negro ajusta a sua conduta para estar inune à discriminação, violência e hostilidade racial. Interessante destacar que no regime do Apartheid na África do Sul, a população negra era reprimida e segregada, mas ao menos haviam escolas para que esta pudesse estudar. No Brasil, não criam escolas exclusivas para negros e negras por que, supostamente, não existe racismo, mas uma suposta democracia racial. No entanto, a realidade se mostra totalmente contrária, uma vez que os negros e negras sofrem muito na escola que, desde sua gênese, foi criada para as pessoas brancas. Percebe-se nitidamente o despreparo histórico da escola

para lidar com o racismo e os desdobramentos em decorrência dele. Há muito negação e pouca oferta. Além das mais diversas negações ao sujeito preto, como por exemplo, conteúdos que enalteçam o protagonismo do povo negro e metodologias que valorizem as suas particularidades; não são oferecidas formas de letramento racial, o que seria um grande ganho para toda a sociedade. É preciso resistir. E como forma de resistência, apresentamos a seguir, a Semana Preta do Colégio de Aplicação – CAP Eseba/UFU. Mas antes, uma rápida contextualização de como se deu seu início.

A Eseba possui como forte característica a constituição de grupos de trabalhos constituídos por professores e professoras de diversas áreas de conhecimento. Estes grupos são chamados de comissões e são compostas por adesão à causa. Em 2018, por ocasião do início das discussões para a implementação das cotas raciais no colégio ocorrida em 2020, foi composta uma comissão iniciada pela professora Neli Edite dos Santos. A mesma foi intitulada de Comissão para a Diversidade Étnico Racial e Socioeconômica. Com o tempo, o grupo entendeu que o nome deveria explicitar melhor o objetivo do grupo, logo, o nome foi alterado para Comissão para a Equidade Étnico Racial. A mesma sempre foi composta por professores e professoras de diversas áreas de conhecimento, à saber: Filosofia, Psicologia, Geografia, Arte, Pedagogia, Educação Física, História e Língua Portuguesa – de onde é originária a professora criadora da comissão. Atualmente (ano de defesa desta tese), a mesma é composta por 12 professores/as.

A partir do momento em que as cotas se transformaram em uma realidade na escola, a comissão se preocupou em fortalece-la por meio das mais diversas ações e uma delas foi a idealização da Semana Preta. Sua primeira edição se deu em 2022 como os objetivos de ofertar a todos/as estudantes da Educação Infantil (1º e 2º períodos), Ensino Fundamental Regular (1º ao 9º ano) e Educação de Jovens e Adultos, letramento racial e conhecimento afim de valorizar a riquíssima cultura negra; propiciar o contato com a cultura e a arte produzidas por pessoas negras, fomentando a reflexão sobre o racismo, sobre a branquitude e promovendo a valorização da negritude; desenvolver atividades pedagógicas conectadas às apresentações, de modo a formentar a reflexão sobre racismo, branquitude e sobre a história de lutas e resistência do movimento negro; e promover apresentações artísticas e culturais de pessoas negras e/ou grupos que trabalhem com a temática do racismo/antirracismo. As apresentações culturais e/ou artísticas, ocorrem nos períodos de recreio, intervenções em salas de aulas com um

grupo de professores/as da comissão, em todos os turnos, em todas as turmas ao longo de uma semana, propositalmente agendada fora dos meses de maio e novembro para explicitar que essa importante temática não deve ser discutida apenas nestes meses. As atividades da Semana Preta se encerram em um sábado letivo, geralmente com momento de formação sobre a temática da educação antirracista para toda a comunidade escolar, seguido de mais uma apresentação artística/cultural.

Finalizamos este tópico sabendo que o racismo, de fato, não é novidade e estrutura nossa sociedade. No entanto, é sempre tempo de resistir e propor ações escolares para que os efeitos do racismo possam ser diminuídos. Testemunho que a Semana Preta da Eseba vem, aos poucos, alcançando seus objetivos, no entanto, a luta ainda é muito árdua para transformá-la em um modelo de escola antirracista.

3.8. Sobre o conceito e livro *Racismo Recreativo*

Nas próximas linhas, trataremos de um dos vários tipos de racismo existente em nossa sociedade. Considero que este merece destaque porque afeta, direta e recorrentemente, as crianças e adolescentes da educação básica. Trata-se do racismo recreativo, uma forma de política cultural que utiliza o humor como veículo de hostilidade racial. Ao menos para mim, soa bastante estranho estas duas palavras formarem um conceito, pois, desde criança tenho a concepção de racismo como algo ruim e recreativo como algo bom. Como algo ruim pode servir de recreação para alguém?

...o humor racista não possui uma natureza benigna, porque ele é um meio de propagação de hostilidade racial. Ele faz parte de um projeto de dominação que chamaremos de racismo recreativo. Esse conceito designa um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status cultural e o status material dos membros desses grupos. Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permaneçam nas mãos de pessoas brancas (MOREIRA, 2019. p.24)

Racismo recreativo é um conceito cunhado por Adilson Moreira em sua obra de mesmo nome e compõe a coleção *Feminismos Plurais*, organizada por Djamila Ribeiro. O objetivo da coleção é abordar temas de extrema relevância para a comunidade negra,

com competência, seriedade, por meio de uma linguagem simples e preços acessíveis, conteúdos ora não abordados pela grande mídia, ora abordados de modo complexo ou equivocado.

As obras da referida coleção tratam com verdade, objetividade e simplicidade alguns dos principais temas relevantes para o letramento racial da população brasileira, tais como encarceramento, racismo estrutural, branquitude, lesbiandades, mulheres, indígenas e caribenhas, transexualidade, afetividade, interseccionalidade, empoderamento, masculinidades. É necessário considerar que a questão racial, sobretudo, nestes tempos é latente e essencial, para tanto, deve ser tratado como tema central das discussões atuais e não apenas nas periferias do conhecimento ou meros recortes secundários.

Grada Kilomba, escritora, teórica, psicóloga e artista portuguesa com raízes angolanas, procura trazer à tona a realidade do racismo diário contado por mulheres negras segundo suas próprias percepções e subjetividades. Djamila Ribeiro, que diz não ter a audácia de se comparar com o empreendimento de Kilomba, procura fazer o mesmo com a coleção *Feminismos Plurais* e eu, neste trabalho, obviamente, sem a menor pretensão de comparação didática ou metodológica, mas ao contrário, inspirado nas obras de ambas e de tantos/as outros/as autores que trabalham a temática racial, pretendo trazer o racismo cotidiano vivenciado nas escolas por meio das percepções e subjetividades das crianças e adolescentes. Antes, trago um pouco da vida e obra de Moreira.

Adilson José Moreira é considerado um dos maiores juristas brasileiro, professor e pesquisador da Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos. Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Berkeley (2022). Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard (2013). Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da UFMG com estágio doutoral sanduíche na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (2007) sendo bolsista CAPES/CNPq. *Master of Laws* pela Faculdade de Direito da Universidade de Harvard (2005). Mestre em Direito Constitucional pela UFMG (2001), bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG (1999), bolsista CNPq. Bacharel em Psicologia pela UFMG (1992). Pesquisador Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Yale (2002- 2003). Professor Visitante na Faculdade de Educação da Universidade de Stanford (2023). Desenvolve pesquisas no campo do Direito Constitucional, Direito Antidiscriminatório, Sociologia Jurídica,

História do Direito, Direitos Humanos e Psicologia Jurídica. Leciona as disciplinas de Direito Constitucional, Teoria da Constituição, Direito Antidiscriminatório, Sociologia do Direito, Direitos Humanos e Psicologia Jurídica. Novamente a descrição da formação acadêmica se dá por nossa insistência em comprovar que a pessoa negra é capaz de fazer tudo o que uma pessoa branca faz e pode fazer ainda melhor.

Autor de várias obras, entre elas *Racismo Recreativo*, *Tratado de Direito Antidiscriminatório* e *Pensando como um negro: Ensaio de Hermenêutica Jurídica* – finalista do Prêmio Jabuti, 2020. Adilson fala bastante sobre o racismo em vários lugares e em diferentes contextos. Nos inspiramos em suas obras para tratar de um público que não focou: as crianças e adolescentes, especialmente em idade escolar, pois, o público-alvo de nossa pesquisa é exatamente este.

Para nossos/as leitores/as adolescentes entenderem um pouco mais sobre a assunto que trazemos em pauta, discerni neste tópico escrever, em linhas bem gerais, um pouco do que Adilson Moreira nos ensina em seu livro *Racismo Recreativo*. O motivo é que este trabalho será utilizado como material de apoio para algumas de minhas aulas.

Adilson Moreira traz na referida obra, muitos relatos de casos de racismo, por meio de um olhar jurídico, em lugares diferentes onde sempre as pessoas brancas se utilizam de estereótipos exagerados para ridicularizar as pessoas negras. Quando alguém identifica e denuncia algum ato racista, logo vem alguém dizendo que não se trata de racismo, mas apenas de brincadeiras; outros ainda, absurdamente, dizem que as brincadeiras podem até serem compreendidas como homenagens às pessoas negras. Muitos são os argumentos que defendem o racismo recreativo como política cultural em que as produções culturais que reproduzem estereótipos raciais não são discriminatórias porque promovem a descontração das pessoas, no entanto, o que promovem mesmo é a opressão racial.

a presunção de que apenas pessoas brancas são merecedoras de respeitabilidade social porque só elas devem ser consideradas como agentes capazes de atuar de forma competente no espaço público, o que, no contexto da modernidade, é um requisito fundamental para o reconhecimento da plena humanidade dos indivíduos (MOREIRA, 20219, p.65)

Sua obra denuncia a cultura pública da impunidade e do desrespeito, facilmente verificado em toda a sociedade brasileira. A impunidade se apresenta quando os magistrados não julgam falas e atos racistas em piadas como crimes, alegando que as

peças não tinham a intenção de ofender, mas apenas recrear e promover uma aproximação social. O humorista só está fazendo humor e caso seja proibido, o fato é encarado como censura. Além da impunidade, a cultura do desrespeito é forte em nossa sociedade, exatamente o contrário do mito da cordialidade essencial do povo brasileiro.

Um aspecto importante considerado por Moreira é a questão da televisão que tem sido um dos meios mais importantes na criação de significações culturais sobre grupos minoritários, um lugar de divulgação de representações cotidianas da negritude em nossa cultura. Ele faz menção ao programa *Os Trapalhões*, que foi exibido entre 1973 e 1995 na TV aberta com maior popularidade nacional. Neste programa fica evidenciado a valorização de todas as pessoas brancas e desvalorização, em forma de recreação, de três personagens negros. Um deles é o personagem Tião Macalé, que é a associação entre negritude e feiura, entre negritude e imoralidade, entre negritude e inferioridade. O que mais evidenciavam no personagem era seu sorriso, sendo que lhe faltavam os dentes incisivos centrais e laterais superiores, ou seja, os que ficam em maior evidência quando alguém sorri. A justificativa é representar o oposto do ideal de beleza branca. Outro personagem do mesmo programa era o Mussum, um sambista, malandro e bêbado, uma caricatura de pessoas viciadas em bebidas alcoólicas, criando no imaginário popular o homem negro tem uma vida boêmia e sem responsabilidade social, ao contrário das pessoas brancas que sempre eram representadas sóbrias. As aparições individuais de Mussum, geralmente era em bares vivenciando alguma situação constrangedora com garçons ou clientes. Quando aparecia acompanhado em bares, era na presença de Tião Macalé, nunca com pessoas brancas. A terceira personagem era Vera Verão, caricatura da mulher e homossexual negra, hipersexualizada que se insinuava corriqueiramente a homens brancos que tinha acabado de conhecer, indicando a busca do parceiro branco como salvação social de pessoas negras e o reforço da ideia bastante difundida da promiscuidade de homossexuais e também da busca pelo branqueamento da população por meio do casamento com pessoas brancas. Já em outro programa de humor da mesma emissora de televisão, contudo, bem mais recente chamado *Zorra Total*, a personagem Adelaide retrata o imaginário social das mulheres negras associadas à feiura e à pobreza. Possui vários filhos, o que sugere que mulheres negras não conseguem controlar sua vida sexual, e por isso, pedinte no metrô, dependia da ajuda das pessoas e das instituições estatais para sobreviver e para adquirir futilidades. Retratada como vulgar e sem etiqueta, tem traços negroides colocados em evidência.

O programa de televisão, dito humorístico, que citamos inicialmente, esteve no ar por mais de duas décadas, o que nos leva a triste constatação que marcou negativamente uma geração inteira ao reforçar o racismo recreativo. Moreira adverte, em sua obra, que as pessoas negras são retratadas como o oposto do ideal estético e moral caracterizado pelas pessoas brancas. Apresenta também diversas formas de representações simbólicas que fundamentam narrativas racistas, aspectos que expressam uma evidente aversão por negros/as, embora apareçam na forma de humor. Em muitas piadas as pessoas pretas são retratadas como criminosas e, cruelmente, em diversas situações nega-lhes a sua humanidade para associa-las aos animais, geralmente macaco, urubu, tiziu, dentre outros.

Ele chama a atenção para as piadas racistas que são comuns em ambientes de trabalho onde os chefes consideram oportunas, pois, refletem o ambiente descontraído. Infelizmente, esta tese é aceita por muitos magistrados, pois, o sistema jurídico entende como aceitáveis tais falas racistas por se tratar de um meio de aproximação social (MOREIRA, 2020, p 18). Comenta que no meio esportivo comentários racistas passam despercebidos ou interpretados apenas como mera opinião polêmica ou mesmo um comentário infeliz, mas jamais como racismo. Algumas pessoas brancas, inclusive, defendem a tese de que ofender um jogador por sua raça não é racismo, pois, o campo de futebol é um lugar de recreação e elas não fariam isso fora de lá, no entanto, percebe-se nitidamente que os estereótipos raciais negativos presentes em piadas são os mesmos que motivam práticas discriminatórias contra minorias em outros contextos.

Outro aspecto que Adilson chama a atenção é o fato de as pessoas brancas alegarem que “até possuem amigos negros”. Essa ideia alimenta uma narrativa cultural muito difundida em nossa sociedade que é a cordialidade essencial do povo brasileiro. Apesar da grande miscigenação brasileira, ainda não existe igualdade entre as raças em nosso país. Apenas ter amigos/as negros/as não isenta ninguém de ser racista. Em muitas piadas os/as ditos amigos/as são as principais vítimas, pois, as pessoas brancas escondem o racismo sob o véu de humor e alegam que, como era apenas uma piada, por mais que o amigo se sinta hostilizado, não houve hostilidade em relação aos membros de minorias sociais.

Adilson defende – e teorias psicológicas comprovam – que o humor não é uma mera reação reflexa, mas sim o produto do contexto cultural no qual as pessoas vivem,

manifestando a hostilidade por pessoas que possuem um status social inferior (MOREIRA, 2020, p. 110). Muitos não percebem que nas piadas racistas, estão presentes os elementos que estavam presentes em políticas públicas de caráter eugênico como a esterilização compulsória e segregação racial, por exemplo, ou seja, a crença na existência de raças superiores e inferiores. O que os nazistas faziam com os judeus, outrora, querem fazer com a população negra, atualmente. O humor racista serve de veículo para uma política cultural destinada a legitimar estruturas hierárquicas. Ao analisar racionalmente esta terrível situação, podemos nos perguntar o que deve ser prioridade: o direito individual ou o interesse coletivo na proteção da reputação pessoal? Ou seja, o meu direito de querer que não façam piadas comigo é maior ou menor do que a satisfação coletiva daqueles que riem de minha raça?

Compactuo com todas as ideias trazidas por Adilson Moreira, sobretudo, quando defende que o humor racista não possui natureza benigna, porque é um meio da propagação da hostilidade racial e faz parte de um projeto de dominação chamado racismo recreativo. Ao mesmo tempo que o humor racista promove a hostilidade racial ele protege a imagem das pessoas brancas criando uma espécie de “racismo sem racistas”, ou seja, as pessoas produzem racismo, mas se recusam a admitir que suas ações ou omissões contribuem para a permanência de disparidades raciais em nossa sociedade (MOREIRA, 2020, p. 24). Nem mesmo os adolescentes com sua pouca idade, malícia e experiência de vida conseguem conceber a ideia de um racismo sem racistas, ou seja, as pessoas que insistem nesta prática perversa. Se existe o racismo, obviamente alguém o praticou e este alguém é o racista em questão. É necessário resolver este imbróglio e nomear as violências praticadas e sofridas em nossa sociedade.

Por isto é mais do que necessário que as crianças e adolescentes falem sobre a violência da qual são vítimas no interior da escola, dentro ou fora da sala de aula, por colegas, professores/as ou gestores/as. Fazer de conta que a violência não existe, definitivamente, não é a melhor alternativa, até porque não se pode combater aquilo que não existe, o que ninguém viu ou nem ao menos tomou conhecimento. É perfeitamente compreensível que a vítima, até por se tratar de crianças e adolescentes e talvez por nunca ter vivenciado tal violência, pode sim ficar com medo, inclusive de represálias. Por vezes, entendemos que a pessoa racista não tem medos, pois, existe todo um sistema de privilégios que a protege, no entanto, segundo Kilomba (2012), o/a agressor/a – a pessoa branca – também tem: medo e dificuldade em ouvir as vozes silenciadas; medo

do confronto ao que é gerado quando se rompe com a voz única; medo de que se resgatem uma história cruel cuja as pessoas brancas eram os agentes do racismo. Quando uma pessoa negra vai denunciar uma fala ou ato racista, não raro as pessoas brancas as taxam de chatas ou de “mimimi”, no entanto, as falas negras não podem ser silenciadas ou deslegitimadas.

Adilson discute ainda, sobre a questão do discurso de ódio que muitas vezes se esconde sob o véu de liberdade de expressão. No entanto, o direito de uma pessoa ou um grupo de pessoas poderem exprimir hostilidade racial não pode ter um peso maior do que o status moral e o status material de todos os membros de minorias raciais. O argumento presente no debate público brasileiro de que o humor racista apenas expressa crenças individuais ignora de forma voluntária os danos que ele causa na vida de todos os membros de minorias raciais: estereótipos negativos os acompanham em todos os âmbitos de suas vidas e para sempre. O discurso de ódio travestido de liberdade de expressão fere as regras de civilidade, pois, estas exigem que reconheçamos o fato de que todos os membros da comunidade política são membros capazes de atuar, com respeito e dignidade na esfera pública, permitindo que os grupos humanos possam ter uma reputação positiva. Elas não são meras normas de cordialidade, mas mandamentos que nos permitem reconhecer as outras pessoas como merecedoras de apreço social.

Para contribuir com o entendimento dos estudantes adolescentes que certamente lerão este texto, finalizo este tópico fazendo uma espécie de síntese, agrupando os ensinamentos do autor em quatro parágrafos: o primeiro apresenta quem é o autor e qual o motivo da escrita deste livro; o segundo apresenta o conceito de racismo recreativo; o terceiro apresenta, resumidamente, quais os prejuízos para as pessoas negras e o quarto, também resumidamente, quais os benefícios para as pessoas brancas.

Adilson Moreira é um ativista das questões raciais desde a adolescência. Na faculdade de Direito se interessou por direitos humanos e fundamentais com o objetivo de ser um agente de transformação social, percebeu que nenhum de seus professores/as brasileiros/as ministravam aulas de direitos antidiscriminatório, conteúdo este que estava na grade das universidades norte-americanas desde a década de 1980. Por isto, decidiu estudar e trabalhar nos Estados Unidos para aprender mais sobre Teoria Racial Crítica, área esta que para ele era fundamental. Ele se propôs em analisar e interpretar o Direito a partir da perspectiva dos subordinados e excluídos.

Adilson Moreira conceitua assim o racismo recreativo

Racismo recreativo é um projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial (MOREIRA, 2019, p.95).

Segundo Adilson Moreira, esta modalidade de racismo prejudica as pessoas negras, principalmente em três aspectos. Em primeiro lugar, sua reputação e credibilidade social ficam comprometidas; além de perderem oportunidades sociais em diferentes esferas, afetando, então, o status social que elas ocupam dentro da sociedade e, por fim, sofrem com o processo de marginalização, pois, são colocadas à margem dos privilégios sociais e em outros casos são excluídas de muitos processos.

Em contrapartida destes prejuízos históricos, as pessoas brancas gozam de inúmeros benefícios, tais como, obter satisfação psicológica ao afirmar sua suposta superioridade; criam uma imagem social de pessoas que não são racistas e ampliam suas oportunidades em todas as áreas.

3.9. Racismo Recreativo? Só se for para você: alguns casos de racismo ocorridos na Eseba

Na introdução de seu livro *Racismo Recreativo*, Adilson Moreira optou por trazer a narração de alguns fatos reais de racismo que foram deslegitimados por alguns magistrados e tidos como simples brincadeiras sem a intenção de ofender ninguém, para na sequência fazer uma série de reflexões e só então apresentar o conceito que nomeia o livro.

Infelizmente, os casos de racismo não se limitam aos adultos. Crianças e adolescentes, dentro e fora da esfera escolar padecem desse mal. Utilizarei de minhas escrevivências para relatar apenas sete casos de racismo, que trago de memória, ocorridos na escola de educação básica onde atuo professor de Filosofia. Os casos que serão relatados não ocorreram na sequência e nem durante o mesmo ano civil. A sequência escolhida se deu pela ordem do ano de ensino onde aconteceu o ato, do menor para o maior. Isso nos mostra que, tragicamente, o racismo se encontra espalhado por todas as faixas etárias, inclusive, com crianças bem pequenas. Outro fator que serve de reflexão é que alguns fatos ocorreram antes da aplicação das cotas raciais na escola, mas a maioria ocorreu depois.

O primeiro é do tempo em que a Eseba ainda não adotava a política de cotas

sociais e raciais, mesmo o ingresso ocorrendo por meio de sorteio público, o número de crianças negras era irrisório na escola, logo, as crianças negras, necessariamente, faziam amizades com as crianças brancas. Como é comum a criação de pequenos grupos de amizades, lembro-me de um que era constituído apenas por meninas do terceiro ano, quatro brancas e uma negra. Sempre percebi que a menina negra era sempre a preterida, as vezes andando sozinha no intervalo das aulas ou seguindo os passos das colegas. Quando era proposto trabalho onde o número máximo de componentes era quatro, ela sempre ficava de fora. Como pensava fazer parte daquele grupo, sempre era a novata quando se via na necessidade de compor outro grupo. Em certa ocasião uma delas faz uma festa de aniversário e esta criança negra foi a única a não ser convidada. Percebi que ela fazia muita questão de estar naquele grupo e só ainda estava nele por insistência dela. No ano seguinte, outra criança foi inserida naquele grupo, houveram desentendimentos e ela foi deixada de lado. Interrogadas pelo motivo da suposta exclusão, a resposta é que ela era muito chata. No entanto, ela me parecia muito humilde, simpática e educada com todas as pessoas. Penso que sua suposta chatice era proveniente de sua aparência, apesar de sempre estar muito limpa, arrumada e bem penteada. Na realidade o que pesou contra a garota não foi seu temperamento, mas o fato de ser negra.

O segundo caso ainda não havia sido o sistema de cotas. Na escola sempre houve um número irrisório de professores e professoras negras; assessores/as, menos ainda e na direção, ainda não aconteceu. Na primeira semana de aulas do quinto ano, uma estudante negra de repente viu entrar na sala, uma mulher negra com cabelos em tranças afro. Descobriu, alegremente, que era sua nova professora de Língua Portuguesa. Em uma determinada ocasião, depois de algumas semanas, a estudante elogiou as tranças da professora e disse que somente não usava, pois, já havia sofrido fortes críticas das colegas brancas.

O terceiro caso envolve um grupo formado por meninos do sexto ano. Neste, as brincadeiras eram mais violentas, ora física, fatos que sempre se resolviam no setor disciplinar da escola, ora verbais. No grupo, obviamente as crianças brancas também tinham características físicas (estatura e peso) e psicológicas (dificuldades de aprendizagem) que poderiam ser alvo de piadas ou comentários desagradáveis, mas nunca eram. Existia apenas um componente negro naquele grupo e a violência verbal era sempre direcionada para ele em forma de comentários ou apelidos que evidenciavam

sua cor de pele e textura do cabelo. Quando revidava as ofensas era tido como violento, sendo que os demais também eram, mas tinham a fama. Percebi – depois de me aprofundar nas leituras antirracistas – que o pacto da branquitude se fez valer naquele grupo de adolescentes.

O quarto relato se refere à intolerância religiosa. Determinada estudante do sétimo ano era adepta de uma religião de matriz africana. A maioria dos colegas de sua sala tinha medo de suas guias e das histórias que ela contava envolvendo sua religião. Pelas costas, diziam que era religião de macumba e demoníaca. A intolerância religiosa – ao que alguns autores classificam de racismo religioso – gritava, às escondidas.

No quinto caso, um estudante de outra turma do sétimo ano era constantemente apelidado pelos colegas com adjetivos que exaltavam suas características negroides. Ele não gostava, mas também não denunciava tais agressões, pois, as consideravam brincadeiras sem graça. O clima de insatisfação tomou conta da turma até que uma colega branca se posicionou em sua defesa, pediu que aquelas brincadeiras cessassem e denunciou os agressores aos professores/as. Esta foi a minha única lembrança de uma estudante branca saindo em defesa de um colega negro.

O sexto caso demonstra que nem os novatos são poupados. No nono ano, um estudante novato (pouco mais de dois meses na escola), pardo com características negroides foi alvo de piadas racistas no horário que antecedia o recreio. Poucas pessoas testemunharam o fato. Não participaram do ataque, nem o defenderam e nem tão pouco denunciaram os agressores. O estudante agredido ficou sem reação e quando viu estava aos prantos, o que evidentemente chamou a atenção dos demais. Quando perguntado o que havia acontecido, revelou o fato sem revelar o nome dos colegas agressores. O fato chegou rapidamente ao conhecimento de uma professora que faz parte da Comissão para a equidade étnico-racial da escola, que, imediatamente contatou a comissão e deliberaram por agir: fizeram uma rápida sensibilização com os estudantes das três turmas daquele ano de ensino durante o intervalo, fato que incomodou a muitos. Fato curioso é que ninguém denunciou os agressores. Esse fato me faz concordar, novamente, com Cida Bento quando nos apresenta o pacto da branquitude.

Para finalizar os relatos, cito o ocorrido com uma estudante também do nono ano. Segundo ela, sempre sofreu racismo na escola, ora velado, ora explícito. Alegava que sempre denunciava o fato aos professores/as e que, segundo ela, ninguém nunca fazia nada. Na realidade é que sempre tentavam resolver a situação de forma amistosa

sem levar ao conhecimento da direção ou envolver familiares, ou seja, talvez pelo fato de não terem sentido a dor da estudante, minimizaram a situação para não se envolverem em uma situação tão melindrosa. Ela sofria racismo também fora da escola e era uma estudante com vulnerabilidade social grave. Ela foi orientanda bolsista CNPQ de um grupo de pesquisa que coordenei sobre a temática racial. Foi com o dinheiro da bolsa que conseguiu adquirir seu primeiro telefone celular. Infelizmente, após o término do pagamento das bolsas, teve que abandonar o grupo para trabalhar no contraturno de suas aulas para ajudar no sustento da família. O último caso de racismo que ela sofreu ocorreu dentro da sala de aula. A escola trabalha com a dinâmica do mapa de sala, mas houve a necessidade de ajustes e, temporariamente, o mapa não estava vigorando. Mas costumeiramente, os estudantes maiores tendem a sentar sempre no mesmo lugar independente do mapa. Em um determinado dia, alguém de outra fila, resolveu sentar na fila dela, que ficava ao lado janela e no alinhamento da mesa do/a professor/a. No momento em que o professor daquele horário chegou, sua mesa estava sem condições de uso, logo, ele pediu que alguém da fila sentasse em outra fila para que a aula pudesse ser iniciada. Todos/as, quase que imediatamente, sugeriram que quem saísse fosse a estudante negra. Como ela, que já tinha um certo grau de letramento racial, se viu naquela situação, surtou e a situação teve que terminar de ser resolvida no setor disciplinar da escola. Aqui talvez seja a situação que se veja com mais nitidez, o pacto da branquitude se fazendo valer.

Relatei apenas alguns dos vários casos de racismo que ocorrem no interior desta escola e pelo que acompanho os noticiários, afirmo que tantos outros similares também ocorrem em inúmeras outras escolas brasileiras. Como um/a leitor/a atento/a deve ter percebido dois fatos marcantes nestes relatos. O primeiro é que casos do tipo ocorrem em todos os anos de ensino, desde os mais jovens, até os mais velhos. O segundo é que, por vezes, alguns casos são resolvidos no setor disciplinar da escola sendo os/as estudantes negros/as, pivôs da situação. Alguns, pela imaturidade, ainda não sabem lidar pacificamente quando se veem envolvidos em uma situação de racismo disfarçado de recreação e respondem violentamente, passando de vítimas a agressores/as. Minha expectativa é que esta tese, contribua para que esses registros no setor disciplinar das escolas, enquanto crianças e adolescentes, não se convertam em boletins de ocorrências nas delegacias quando tornarem-se adultos, aumentando ainda mais a população carcerária brasileira que, como sabemos, é constituída em sua maioria por pessoas

negras.

Como vimos até aqui, o racismo possui uma natureza múltipla, podendo se manifestar no formato de humor, em vários tempos, espaços e contextos, no entanto, para a população negra, alvo desse humor racista transvestido de recreação, não tem graça ou risos, mas ao contrário, há muita tristeza, dor e lágrimas. Certo, é que as crianças e adolescentes sozinhas não conseguirão se desvencilhar desta opressão. É necessário a intervenção de agentes raciais, em todos os âmbitos, que favoreçam seu letramento racial a fim de que se fortaleçam e se empoderem.

3.10. O outro do outro do outro precisa se empoderar

Um fato é que quem tem pouco ou nenhum poder é categorizado assim, na ausência. Na inexistência. Enquanto as mulheres *brancas* podem ter um status oscilante, isto é, podem ser elas próprias e as *outras* dos para os homens *brancos*: pois não são homens, mas são brancas. O homem *negro*, que é homem, mas não é branco, não tem acesso ao patriarcado, pois este é definido pela *branquitude* e torna-o o *outro*. A mulher *negra*, não sendo nem *branca* nem homem, neste esquema colonial representa então uma dupla ausência que a torna absolutamente inexistente. Pois ela serve como a *outra* de outrxs, sem status suficiente para a Outridade (Grada Kilomba – Prefácio de Pele Negra, Máscaras Brancas, pág. 15)

A questão do poder – ou a ausência dele – sempre atravessa a realidade da população negra. Grada Kilomba, na citação acima, se refere a pessoas negras adultas. Nas próximas linhas, nos apoiaremos no conceito de empoderamento de Joice Berth para buscar alternativas que contribuam com o empoderamento de crianças e adolescentes negros e negras vítimas do racismo estrutural e recreativo.

Uma vez conhecido o termo racismo recreativo é necessário entender como ele afeta crianças e adolescentes em idade escolar. Sim, porque como falamos em tópicos anteriores, elas são diretamente afetadas por esta modalidade de racismo que utiliza uma roupagem humorística que as ridicularizam por meio de piadas. Com o tempo, as brincadeiras – que de brincadeiras não tem nada – e piadas se atualizam, mas o cruel conteúdo permanece o mesmo. Se, como vimos, os magistrados costumam desconsiderar o fato, alegando que cidadãos adultos estão apenas utilizando um mecanismo de aproximação social, o que esperar da gestão das escolas em relação a estas supostas brincadeiras promovidas por crianças e adolescentes no ambiente escolar? Respondo: nada de diferente. O motivo é porque, como o racismo é estrutural, atitudes racistas infanto-juvenis também são estruturais, ou seja, estão na estrutura

educacional. O que fazer? Quem deve fazer? Não cabe apenas à gestão escolar aplicar as devidas punições para estudantes racistas, antes, todo o agente escolar – corpo docente, administração superior, gestão, recepção, limpeza e outros que possam fazer parte da escola – precisa se envolver em ações antirracistas. Se o racismo é simbólico e institucional, se as microagressões e os estereótipos são realidades externas, talvez uma possibilidade de minimizar o sofrimento das crianças e adolescentes causado pelas piadas racistas, seja interno. Esta é a mesma defesa de Patrícia Hill Collins, que remete ao processo de empoderamento muito mais como um movimento de resposta interna ao estímulo externo do que o contrário. Necessário é falar do empoderamento racial infantil.

Por mais que o corpo docente e a gestão escolar puna os/as estudantes racistas, esta punição por si só, não resolve o problema. Pode ser inclusive, que ele se agrave, pois, uma punição pontual não modifica uma mentalidade construída por séculos. O foco não é investir em punições mais severas, mas o investimento deve ser direcionado para as crianças e adolescentes que são vítimas de racismo, emponderando-as.

Como dissemos acima, o foco deste trabalho são as crianças e adolescentes negras e negros, pois, são “o outro” do “outro” do “outro”. Explico. Todas as coletividades humanas, desde as sociedades mais primitivas, se definem como coletivo, como grupo, como um. Aqueles que não pertencem ao grupo, imediatamente é reconhecido como o “outro”. Nem sempre o outro é bem-vindo em determinados grupos. Na escola, por exemplo, quantas vezes já me deparei com situações em que algum estudante se sentiu prejudicado na enturmação de início de ano letivo, pois, foi transferido de sala, deixando para trás suas amizades e vendo a necessidade de buscar novas referências. Quando este estudante chega em outra turma, todos o veem como o outro, o diferente. “Quem é ele?”, alguém pergunta. “É o garoto da turma B do ano passado”, alguém responde. Certamente, por muito tempo, ele será lembrando como o novato da turma B, mas sempre o terão como referência daquele que não é originalmente daquela turma. Sempre, independente do que faça, sempre será o outro daquela turma.

A teoria do “outro beauvoiriano” foi criada por uma filósofa francesa chamada Simone de Beauvoir em 1949 quando escreveu sua obra intitulada *O segundo sexo*. O homem, sendo a referência ou a norma a ser seguida, obviamente, é o primeiro sexo,

restando à mulher, referenciada também como sexo frágil, o segundo lugar em tudo, inclusive, no sexo.

Na medida em que a mulher é considerada o Outro absoluto, isto é – qualquer que seja sua magia – o inessencial, faz-se precisamente impossível encará-la como outro sujeito. As mulheres nunca, portanto, constituíram um grupo separado que se pusesse para si em face do grupo masculino; nunca tiveram uma relação direta e autônoma com os homens. (BEAUVOIR, 1949, p.90).

Neste sentido, Beauvoir discute sobre a categoria de gênero, que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através da ótica masculina de submissão e dominação. Pela leitura de sua obra, entende-se nitidamente que Beauvoir lutava pelos direitos das mulheres, no entanto, as mulheres que faziam a luta valer a pena eram as mulheres brancas, europeias, intelectualizadas e ricas, assim como ela. Certamente o leitor há de concordar comigo que a maior parte das mulheres ficou sem representação. Grada Kilomba dialoga com Simone de Beauvoir quando também reconhece essa dominação masculina em relação à mulher. No entanto, Kilomba vai além, pois, além do reconhecimento do preconceito em relação ao gênero, destaca que o mesmo existe também em relação à raça e classe social. Se para a mulher branca, europeia, intelectualizada e rica, a relação com o homem já é de submissão e domínio, a luta da mulher negra, não europeia, sem instrução e pobre é ainda maior, pois, se encontra em um lugar de ainda mais difícil reciprocidade.

Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. [...] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (Grada Kilomba, *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*, p. 124).

Feita esta contextualização, podemos considerar que, o público alvo desta tese ainda não é *um*, ou seja, homem, branco, europeu e rico; nem *outro*, ou seja, mulher, branca, europeia, intelectualizada e rica e; nem *outro do outro*, ou seja, mulher, negra, não europeia e pobre. Sem a mínima pretensão de criar outro conceito, chegamos à conclusão de que nosso público é *o outro do outro do outro*, merecendo ainda mais atenção para que consigam sair desta condição de extrema subordinação, opressão e dominação masculina, branca e adulta. Aqui, o intuito não é, jamais, incentivar ou ao menos sugerir que exista uma luta para que se rebelem da autoridade adulta paterna, ao

contrário, a intenção é apenas evidenciar que, pelo fato de se tratar de crianças e adolescentes, a limitação a oportunidades – inclusive a escolar – são menores. Como sair deste jugo opressor e dominador? Como dito anteriormente, uma possível solução é o empoderamento infantil e infanto-juvenil.

A mulher negra, urbanista, escritora, psicanalista, consultora, curadora e comunicadora política Joice Berth, em seu livro *Empoderamento*, trata do empoderamento adulto. Nesta tese, nosso objetivo é contribuir para o empoderamento de crianças e adolescentes. Antes de conhecermos o conceito de Berth sobre este tema, recordo-me e compartilho, de forma resumida, uma pequena história que muito me marcou. Uma família se mudou de cidade e, necessariamente, matriculou o filho adolescente em outra escola. Ao retornar para casa após o primeiro dia de aula, sua mãe lhe perguntou como havia sido a experiência na nova escola. Ele, mais do que deprimido, ao relatar detalhadamente como foi o seu dia, disse que foi tudo maravilhoso, porque a escola era grande e bonita, os colegas alegres e bem divertidos, foi muito bem acolhido por todos. No entanto, disse que se compadeceu com a situação da professora, pois, segundo ele, ela estava enganada pelo fato de tê-lo chamado de feio. A história não deixa claro se o menino era branco ou negro, se estava bem arrumado ou não, se estava limpo ou sujo, se era rico ou pobre. No entanto, deixa explícito sua autoestima super elevada. Para ele, não importava a opinião da professora ou de quem quer que seja sobre ele ou sua aparência, pois, tinha a certeza de que ele era bonito e isso era o que importava. Quando a professora disse o contrário, ele não a julgou e nem tão pouco se entristeceu, pois, conhecia o seu valor. Ele só conseguiu se compadecer do equívoco da professora. Esta pequena história me fez refletir e chegar à conclusão de que nossos estudantes negros/as precisam saber quem são, saber que são valorosos/as e seres humanos dignos de toda a consideração. Precisam empoderar-se.

O termo empoderamento é um neologismo que significa, a grosso modo, dar poder, capacitar. Inúmeras são as dimensões conceituais deste termo, alguns, às vezes, esvaziados. Optamos neste trabalho, por trabalhar com o conceito de Joice Berth para relacioná-lo com a necessária e urgente emancipação de crianças e adolescentes. Segundo Berth (2019), empoderamento é um instrumento de luta social para que as minorias sociais consigam sair do lugar de subalternidade; é a aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência. Como é um processo dinâmico, o indivíduo se empodera a partir do

momento em que ele se conscientiza de quem ele é e qual o seu papel na sociedade e até que ponto está envolvido com as práticas de dominação e opressão à que foi sujeito. A partir de sua conscientização e libertação individual, ele auxilia seus pares para que, coletivamente, encontrem mecanismos/estratégias para que minimamente consigam sair deste lugar de opressão.

Vários filósofos discutiram a questão do poder. Hannah Arendt (2001), filósofa judia nascida na Alemanha, considera o poder a partir da ação coletiva, uma habilidade para agir em conjunto; inclusive quando alguém é eleito, está no poder apenas para representar os que o colocaram lá. Para filósofo francês, Michel Foucault (1979), existe uma microfísica do poder onde as relações de poder ultrapassam o nível estatal e estão presentes em toda a sociedade; na escola, por exemplo, as relações de poder são marcadas pela disciplina, corpos controlados por imposição normativa. Para Berth

o conceito de empoderamento é instrumento de emancipação política e social e não se propõe a “viciar” ou criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre indivíduos, tampouco traçar regras homogêneas de como cada um pode contribuir e atuar para as lutas dentro dos grupos minoritários (BERTH, 2019, p. 18).

O empoderamento se faz necessário para que o oprimido, mesmo imerso em uma realidade opressiva, consiga perceber que é oprimido e lutar para sair desta condição. Berth esclarece que este empoderamento não objetiva retirar poder de um para dar a outro, pois, dessa maneira apenas estaria invertendo os polos de opressão; o objetivo é simples, mas ousado ao mesmo tempo, pois, trata-se de assumir uma postura de enfrentamento a fim de eliminar as injustiças sociais, neste caso, o racismo.

Em se tratando de crianças e adolescentes pretos e pretas, entende-se que elas se percebem oprimidas dentro da escola, mas ainda não possuem forças para se libertarem dessa opressão, a iniciar pela opressão imposta pelos próprios colegas da turma. Sabemos que na vida em sociedade, todos os fatos e situações estão interligadas e não ocorrem por força da coincidência. Neste sentido, a divisão do espaço urbano, que é marcada pelo colonialismo, influencia na temática racial. Não é por acaso que os bairros mais pobres sejam habitados, predominantemente, por pessoas pretas e os bairros mais ricos, predominantemente, por pessoas brancas. Esse fato faz recordar sobre os conceitos de casa grande e senzala. Os estudantes pretos, moradores das favelas – senzalas – e localizadas em zonas periféricas, quando estudam nas proximidades de sua casa não se sentem outro, pois, seus pares lhes são semelhantes nas opressões sofridas; já os estudantes pretos que se deslocam para a zona central – casa grande – para

estudarem, já conseguem perceber mais nitidamente o que é ser o outro. Parece que na casa grande, somente em alguns momentos, as crianças e adolescentes pretos da senzala, estão autorizadas a frequentar.

Quando se trata de grupos oprimidos o educador brasileiro Paulo Freire é referência nacional e internacional. Ele acredita que não é necessário fornecer ferramentas para que os grupos oprimidos se empoderem, pois, deveriam se conscientizar e empoderar a si mesmos. Respeito o argumento dele, no entanto, este trabalho objetiva trabalhar com crianças e adolescentes e, uma vez que já se perceberam oprimidos – o outro –, que possam sim receber letramento racial para que possam se empoderar e, empoderados, perceberão que são possuidoras de direitos assim como as crianças e adolescentes brancos e, conseqüentemente, autorizadas a frequentar os lugares que lhes pareçam melhores, incluindo boas escolas e universidades federais.

Outro aspecto relevante quando se trata de crianças e adolescentes e que merece destaque neste trabalho é relação do empoderamento com a questão estética que por sua vez também se relaciona com a questão afetiva. Estética é a parte da Filosofia que estuda o que julgamos e percebemos daquilo que é considerado belo, as emoções que essa percepção produz e a definição que se pode fazer entre o que é de fato belo ou não. Na sociedade imagética em que vivemos onde os filtros para celular imperam, os espelhos são indispensáveis e a maquiagem é quase que parte do corpo feminino, os padrões de beleza criados pela população branca, geralmente, são inalcançáveis para os grupos historicamente oprimidos, neste caso, a população negra. Na realidade, são praticamente inalcançáveis para todas as pessoas, principalmente pelo fato de estar sempre em atualização, quando a pessoa está quase lá, o padrão se modifica e a busca continua. No entanto, para a população negra é, de fato, inalcançável porque todos os padrões se referem e se referirão às pessoas brancas.

Em minha infância ouvi uma dessas frases feitas, cuja autoria ignoro, que nunca esqueci: “não existe nem o bonito e nem o feio: somos nós quem colocamos a beleza nas coisas que julgamos belas”. Nunca esqueci esta frase porque achei muito bonita a poesia e jogo de palavras nela contidas. Ainda hoje aprecio a poesia e o jogo de palavras, mas percebo que falta verdade, pois, a sociedade racista em que nasci sempre determinou sim a existência do bonito, no caso, a referência é a população branca; e para o feio, a referência é a população negra. Quem nunca leu a expressão “boa aparência” quando alguma empresa disponibiliza determinada vaga de trabalho? Por isso é que nunca foi atrativo ser uma pessoa negra no Brasil, ainda mais quando se está

em idade escolar. Tanto é que Djamila Ribeiro, em seu livro *Pequeno Manual Antirracista* (2019), cita a frase de Joice Berth: “Não me descobri negra; fui acusada de sê-la”.

Poucos foram aqueles que demonstraram publicamente seu orgulho de ser uma pessoa negra. Na década de 1990 algumas bandas de pagode fizeram esta demonstração, tais como a banda Raça Negra, liderada pelo cantor e compositor paulista Luiz Carlos; a banda Negritude Jr., liderada por seu vocalista, o também paulista Netinho de Paula; a banda de pagode Só preto sem preconceito, um conjunto musical carioca formado na década de 1980, ganhador de muitos prêmios. Cito tais bandas porque se hoje, com o forte debate e produção intelectual, ainda não é atrativo ser uma pessoa negra no Brasil, sabemos que nos anos 1980 e 1990 era ainda menos atrativo e mesmo assim eles ousaram remar contra a maré. Imagino que sem ter essa pretensão, estes grupos conseguiram empoderar muita gente, eu inclusive.

Este orgulho existente em pequena porcentagem da população cresceu, provavelmente pelo debate racial que se espalhou por todo nosso país, aliada a crescente produção intelectual filosófica das pessoas negras citadas na introdução deste trabalho e que, por uma questão ideológica, faço questão de repetir aqui: Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Silvio de Almeida, Wanderson Flor do Nascimento, Renato Nogueira, Adilson Moreira, Joel Rufino, Joice Berth, Angela Davis, bell hooks, Chimamanda Ngozi Adichie, Grada Kilomba, Kabengele Munanda e tantos/as outros/as pensadores/as dos quais seria muito difícil citar todos/as aqui.

Os/as pensadores/as acima citados contribuíram com a formação racial de muitas pessoas, de modo em geral, e de muitos professores/as que, assim como eu, pretendem contribuir com o letramento racial de seus estudantes. Como já abordado anteriormente, este letramento não pode ser papel apenas da escola, mas também da família e todos os formadores/as de opinião que transitam pela vida das crianças e adolescentes, pois, um trabalho coletivo e bem feito gera muitos frutos.

O certo é que ninguém se empodera individualmente. Sozinhos, crianças e adolescentes são jogadas no gueto – lugar social em que as minorias, em uma atitude passiva, são alocadas por imposição de outrem, sujeitos a receberem insultos e racismos recreativo, sem muita condição de se defender – mas coletivamente, empoderam-se e criam quilombos – antes de ser um lugar físico, se constituiu um lugar social onde são criadas estratégias de empoderamento e segurança, onde as minorias, em uma atitude

ativa, buscam estar para criar resistência. Entendemos que este trabalho contribui para a construção de quilombos e a eliminação dos guetos.

Também como já dissemos anteriormente, as crianças e adolescentes não possuem condições de saírem sozinhas deste jugo opressor imposto pelo racismo; as famílias muitas vezes não possuem nem mesmo condições mínimas de oferecer letramento racial aos filhos; o Estado não oferece políticas públicas eficientes para atendê-las; a maior parte dos/as professores/as, gestores/as, juristas e parlamentares são pessoas brancas e não estão engajados na causa negra. O que fazer então? Totalmente ciente de que não será a resolução do problema histórico do racismo, mas apenas como forma de contribuir com o letramento racial e empoderamento de crianças e adolescentes, estudantes do ensino fundamental 2, no apêndice deste trabalho, ofereço uma proposta metodológica decolonial de Filosofia. Como disse na última frase da introdução desta: a luta é grande, mas estamos dispostos a lutar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo apresentado nesta tese, comprovamos nossa hipótese: na disciplina de Filosofia, podem ser ofertados e bem compreendidos por estudantes do ensino fundamental, conteúdos filosóficos antirracistas com as teorias originais de autoras e autores africanos e afro-brasileiros, com suas originais teorias.

O acúmulo de conhecimentos e teorias das tradições filosóficas africanas e afro-brasileiras, pesquisas de estudiosos e estudiosas na temática racial, nos faz concluir que é possível trabalhar filosofia antirracista com conteúdo autenticamente filosófico no ensino fundamental, pois, existe uma gama substancial de autores e autoras brasileiros/as para sustentar uma bibliografia forte, com conceitos que dialogam com a realidade da população brasileira.

Apresentamos neste trabalho, alguns filósofos europeus que, com suas teorias, supostamente inovadoras, contribuíram com o fortalecimento do racismo. Caminhando na direção oposta, sabendo que a filosofia, por suas características essenciais, é um ambiente epistêmico fundamental que pode contribuir para uma educação antirracista e multicultural. Desse modo, compreendemos que a Filosofia, pode não apenas contribuir no combate ao racismo, mas oportunizar que crianças e adolescentes desenvolvam uma mentalidade antirracista. Neste sentido, criamos e oferecemos uma proposta metodológica decolonial para ser trabalhada no ensino fundamental 2. A mesma é oportuna para desenvolver nas crianças e adolescentes, o caráter crítico, reflexivo e sistemático. Com a criação desta proposta, comprovamos, empiricamente, que o conteúdo curricular de Filosofia pode ser antirracista e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, ética, tolerante e menos preconceituosa.

Uma vez que a população brasileira é composta, em sua maior parte, por pessoas negras e pardas, pesquisar este tema a fim de se trabalhar conteúdos curriculares filosóficos antirracistas desde a mais tenra infância, é o óbvio que precisar ser dito e insiste em ser esquecido. Não trabalhar tais conteúdos, é, no mínimo, desrespeitoso. Desse modo, este trabalho, além de sua relevância acadêmica, tem um impacto social importante, uma vez que apresenta e se incentiva a leitura de autores e autoras negras.

Concluimos ainda que auxiliamos na desmistificação da ideia de que a Filosofia nasceu na Grécia, pois, comprovadamente já tinha Filosofia autêntica no continente

africano anteriormente aos filósofos gregos canônicos. Entendemos que, ao apresentar e trabalhar as teorias dos principais filósofos e filósofas afro-brasileiros em uma proposta metodológica, contribuimos significativamente com a descolonização do pensamento brasileiro. Tal proposta faz com que o pensamento brasileiro não esteja apenas vinculado às ideias de escravidão, segregação e inferiorização do povo negro, mas que este se empodere, pois, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento de nosso país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHEBE, Chinua. **Home and exile**. Editora Penguin Publishing Group, 2001.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Afrokt. Influência kemética na Grécia Antiga. Disponível em: <https://afrokt.com.br/blog/a-influencia-kemetica-na-grecia-antiga/>. Acesso em 25 de mai. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. Reparação histórica. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/data-da-abolicao-da-escravatura-retoma-debate-sobre-reparacao-negros#:~:text=O%2013%20de%20maio%20marca,Igreja%20a%20favor%20da%20escavid%C3%A3o>. Acesso em 08 de jun. 2025.

AGÊNCIA BRASIL: maioria dos professores já presenciou casos de racismo entre alunos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-09/maioria-dos-professores-ja-presenciou-casos-de-racismo-entre-alunos>. Acesso em 26 de mar. 2025.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Feminismos plurais. Coordenação RIBEIRO, Djamil. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

APPIAH, K. Anthony. Stereotypes and the shapping of identity. **California Law Review**, v. 88, n. 1, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. [S.l.]: 3ª edição revisada. Editora Moderna, 2009.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ASANTE, Molefi Kete. Os filósofos egípcios – vozes ancestrais africanas: de Imhotep a Akhenaten. Trad. Akili Oji Amauzo. São Paulo: Editora Ananse, 2022.

_____. **Uma origem africana da civilização**: mito ou realidade. *Revista de Humanidades e Letras*. ISSN 2359-2354. Vol. 1, nº 1, 2014.

_____. **Raça na antiguidade**: na verdade, provém da África. *Revista de Humanidades e Letras*. ISSN 2359-2354. Vol. 1, nº 3, 2015.

ÁVILA, T. C. (2014). Racismo e Injúria Racial no Ordenamento Jurídico Brasileiro. *Revista Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal De Uberlândia*, 42(2). Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RFADIR-v42n2a2014-6>. Acesso em 03 de out. 2025

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

_____. **O segundo sexo: a experiência vivida**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder**: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.48.2017.tde-29032017-161243. Acesso em: 14 de out. 2025.

BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022

BERNAL, Martin. **Black Athena**: The Afrosiatic Roots of Classical Civilization. New Brunswick: Rutgers University Press, 2003.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense. 1988.

BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BEZERRA, Juliana. As Pirâmides do Egito. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/as-piramides-do-egito/>. Acesso em: 17 de out. 2025

Biografia de Adilson Moreira. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/pessoas/adilson-jose-moreira>. Acesso em 21 de mar. 2025.

Biografia de Barack Obama. Disponível em: <https://investnews.com.br/perfis/barack-obama/>. Acesso em 12 de mar. 2025.

Biografia de Benedita da Silva. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73701/biografia>. Acesso em 11 de mar. 2025.

Biografia de Conceição Evaristo. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo#:~:text=Em%202007%2C%20sai%20nos%20Estados,de%20leves%20enganos%20e%20parecen%C3%A7as>. Acesso em 04 de abr. 2025.

Biografia de Djamila Ribeiro. Disponível em: <https://www.djamilaribeiro.com.br/biografia-djamila-ribeiro/>. Acesso em 18 de mar. 2025.

Biografia de Joaquim Barbosa. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/joaquim-barbosa-ex-faxineiro-que-virou-presidente-do-stf-pode-sacudir-as-eleicoes/564351994>. Acesso em 11 de mar. 2025.

Biografia de José Paulino Castiano. Disponível em: <https://up.ac.mz/pessoas/gr/15-jose-paulino-castiano>. Acesso em 03 de jan. 2026.

Biografia de Severino Elias Ngoenha. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/severino-elias-ngoenha>. Acesso em 03 de jan. 2026.

Biografia de Sueli Carneiro. Disponível em: <https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/biografia>. Acesso em 24 de nov. 2025.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Parte especial. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 2.

BLOG DA BOITEMPO. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>. Acesso em 31 de mar. 2025.

Blogspot.com. Amenemope. Disponível em: <https://amenemopefilosofoantigo.blogspot.com/>. Acesso em 15 de mai. 2024.

BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827** – primeira parte, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878.

BRASIL. Código Processo Penal. Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.695.htm#:~:text=%22Art.,um\)%20ano%2C%20ou%20multa](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.695.htm#:~:text=%22Art.,um)%20ano%2C%20ou%20multa). Acesso em 29 de abr. 2024.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (De 25 de Março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Decreto 1331-A de 1854. Interdição dos negros a educação formal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 23 de jul. 2025.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.756 de 23 de julho de 2008. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11756&ano=2008&ato=187cXUE5UNRpWT979>. Acesso em 09 de out. 2025.

BRASIL. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 10 de out. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 01 de out. 2025.

BRASIL. Lei Nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, dispõe sobre a tipificação de crime de racismo a injúria racial. Brasília: DF, 2023.

BRASIL. Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em 01 de out. 2025.

BUANAÍSSA, Eduardo Felisberto; DE MENEZES PAREDES, Marçal. **Severino Ngoenha: política e liberdade no Moçambique contemporâneo**. Revista Opinião Filosófica, v. 9, n. 1, p. 5-26, 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. «[DECRETO-LEI Nº 9.053, DE 12 DE MARÇO DE 1946](#)». Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em 11 de nov. de 2024.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

CANAL BRASIL. Espelho. Lázaro entrevista Conceição Evaristo. YouTube. 24min27s. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1SRI-R27F_o. Acesso em 20 fev. 2025.

CANAL CONVERSACÕES FILOSÓFICAS. Ontologia Ubuntu e outras vozes africanas. YouTube. 47min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3bR86Ft3iBE>. Acesso em 31 de out. 2025.

CANAL ENSINO DE HISTÓRIA. História do Antigo Egito: eles eram negros ou eram brancos? Parte 1. YouTube. 07min26s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iNXBcesLayI>. Acesso em 04 de mai. 2024.

CANAL FUTURA. Jornal Futura. YouTube. 5min07s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xrBcJsrrSw>. Acesso em 02 de mai. 2024.

CANAL KHEMET A HISTÓRIA AFRICANA. Os antigos egípcios eram negros? YouTube. 11min06s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UT0em8fjpqE>. Acesso em 04 de mai. 2024.

CANAL PENSAMENTO RADICAL. A Filosofia é grega? YouTube. 2024. 3min33s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7xszkBraxU8>. Acesso em 02 de mai. 2024.

CANAL “PRAZER, CARNAL”. A importância do debate antirracista. YouTube. 51min56s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=16K72C3dU60>. Acesso em 30 de mar. 2025.

CANAL RONES AURELIANO. “*Há uma luz fora da caverna, o documentário*”, documentário produzido pela área de Filosofia da Eseba. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=GYQjAbLjDnY>. Acesso em: 16 de ago. 2024.

CANAL TONNY. Documentário sobre Imhotep. YouTube. 2024. 46min46s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LR5YzvbUARo>. Acesso em 05 de mai. 2024.

CARREIRA, J. (1994), *Filosofia Antes dos Gregos*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

CASTIANO, José P. **Filosofia Africana: da sagacidade à intersubjectivação**. Editora Educar, 2015

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. **Os traços da hereditariedade: cor, raça e eugenia no Brasil**. Curitiba: Prismas, 2015.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. 34, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. Implodir o eurocentrismo e interculturalizar o currículo da filosofia. **Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, v. 9, n. 20, p. 141-..., jan./jun. 2025. Disponível em: [Revista de Filosofia do IFCH da Unicamp](#). Acesso em: 2 ago. 2026.

CAVALEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. – 6ª ed., 12ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2024.

CEERT. Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Disponível em: <https://www.ceert.org.br>. Acesso em 17 de out. 2025.

CENTRO PEDAGÓGICO UFMG. Colégios de Aplicação. Disponível em: <http://www.cp.ufmg.br/index.php/colegios-de-aplicacao>. Acesso em 28 de fevereiro de 2024.

CHAMPOLLION, Jean-François. **Grammaire égypte ou Principes généraux de l'écriture sacrée égyptienne**. Paris: Firmin Didot et Frères, 1836, p.XIX.. HEGEL. G. **Introdução à história da filosofia**. Trad. Antônio P. de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. **Introdução à história da filosofia: Dos Pré-Socráticos a Aristóteles**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

Citação de Benedita da Silva. Barsotti, Adriana (25 de outubro de 1999). [«Benedita da Silva entre a favela e o palácio»](#). IstoÉ - Gente. Consultado em 12 de novembro de 2019.

Coleção Feminismos Plurais. Disponível em: <https://espacofeminismosplurais.org.br/>. Acesso em 18 de mar. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill. “Comentários sobre o artigo de Hekman ‘Truth and Method. Feminist Standpoint Theory Revisited’: Onde está o poder?” *Signs*, v. 22, n. 2, p.375-381, 1997 [Tradução de Juliana Borges].

COMEDY CENTRAL BRASIL. Todo mundo odeia o Chris. YouTube. 03min05s. Vídeo da cena da maratona acadêmica de Chris. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1AbwluzNyWI>. Acesso em 23 de mai. 2024.

COMEDY CENTRAL BRASIL. Todo mundo odeia o Chris. YouTube. 07min16s. Vídeo da cena Chris não é mais o único negro na escola. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YiWrvtAIA0I>. Acesso em 05 de nov. 2025.

COMUNICA UFU. Portal de notícias da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2022/11/20-anos-do-graca-do-ache-celebram-negritude>. Acesso em 11 de out. 2025.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 01 de out. 2025.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 de out. 2025.

CONVERSÇÕES FILOSÓFICAS. Ontologia Ubuntu e outras vozes africanas. YouTube, 04 de mai. 2024. 47min30s. Entrevista com o filósofo Wanderson Flor dos Nascimento comentando sobre a lei 10.639: <https://www.youtube.com/watch?v=3bR86Ft3iBE>.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf>. Acesso em 02 de out. 2025.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 30 de mai. 2024.

DESMOND, Matthew. What is racial domination? **Du Bois Review**, v. 6, n. 2, p. 335-355, 2009.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios, in MOKHTAR, Gamal (Org.), **História Geral da África: a África antiga**, São Paulo, Ática; Unesco, 1983 [1974], pp. 39-70.

_____. *Civilization or barbarism: for an authentic anthropology*. Chicago: Lawrence Hill Books, 1991.

_____. *Nações Negras e Cultura*. Editora Vozes, 2025.

DOMÍNIO PÚBLICO. Colégios de Aplicação. Disponível em: [Repensando as Escolas de Aplicação, Série Institucional, vol. V](#) (PDF). [S.l.]: MEC. Acesso em 11 de nov. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Europa, Modernidade e Eurocentrismo. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 24-32.

Entrevista Michel Foucault. "A Confissão da Carne" (1977). Em Poder/Conhecimento: Entrevistas Seleccionadas e Outros Escritos (org. Colin Gordon), 1980: pp. 194–228.

Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. / Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes e Maria do Rosário A. Pereira (organizadoras). – Belo Horizonte: Idea, 2016.

Eseba. Documentos internos. Acesso em 02 de outubro de 2024.

Eseba. Unidade Acadêmica. Disponível em: <https://eseba.ufu.br/unidades/unidade-academica/eseba>. Acesso em 22 de jul. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Belo Horizonte: Mazza, 2006.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares do nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.) **Representações performáticas brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza, 2007. P. 16-21.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: *Escrevivência; uma escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.* In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado; LOPES, Goya (Org.). Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas.* São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FEUSP. Colégio de Aplicação. Disponível em: http://www3.fe.usp.br/secoes/inst/novo/acervo_jmpa/PDF_SWF/122.pdf. Acesso em 22 jul. 2024.

FEUSP. Escola de Aplicação. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/estagios/projeto-escola-de-aplicacao>. Acesso em 15 de ago. de 2024.

FOLHA DE GOIAZ, Goiânia, 31/01/1979. Colégios de Aplicação terão novo encontro. Disponível em: https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/centro-de-informacao-documentacao-e-arquivo-da-ufg/1/7/a/17a018157d8be3369c4980f715853dbfa38e7893c255ec542c99e0e8936eaaf5/Folha_de_Goiaz_31.01.1979_acontecimento_e_evento_.pdf. Acesso em: 11 de nov. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Les aveux de la chair*. 2018. Gallimard, Paris.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 99.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

G1.com. Retratação do presidente português por crimes contra negros. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/04/24/presidente-de-portugal-diz-que-pais-foi-responsavel-por-crimes-contra-negros-e-indigenas-no-periodo-colonial.ghtml>. Acesso em 06 de jun. 2024.

G1 SÃO PAULO: casos de racismo em escola estaduais. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/10/10/mais-de-3-mil-boletins-de-ocorrencia-de-casos-de-racismo-em-escolas-estaduais-de-sp-foram-registrados-em-2023.ghtml>. Acesso em 26 de mar. 2025.

GARNER, Steve. **Racisms, an introduction**. Londres: Sage, 2010.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA. Joice Berth: O que é empoderamento. YouTube. 5min44s. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TM6rh5s8_pE. Acesso em 31 de mar. 2025.

Globo.com. *Revista Galileu*. Pensadores africanos. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2018/11/5-pensadores-africanos-contemporaneos-que-voce-precisa-conhecer.html>. Acesso em 23 de mai. 2024.

GODOY, Jack. **O roubo da História**. Editora Contexto, 2008. São Paulo.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino americano*. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

GRÉGOIRE, Henri (Abbé). **Da literatura dos negros ou Pesquisas sobre suas faculdades intelectuais, suas qualidades morais e sua literatura**. São Paulo: Editora XPTO, 2023.

GOV.BR. Portal MEC. Sobre a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (Seppir). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/seppir>. Acesso em 02 de jun. 2024.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG/IUPERJ, 2005.

HEIDEGGER, M. **O que é isto: a filosofia?** Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

HERÓDOTO. Euterpe. In: Histórias vol. II. São Paulo: Ediouro, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Instituto Alana. Pesquisa sobre a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003. Disponível em: <https://alana.org.br/lei-10639-ensino/>. Acesso em 10 de out. 2025.

Instituto Claro. Conceito de racismo epistêmico. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/o-livro-black-athena-de-martin-bernal-e-o-conceito-de-racismo-epistemico/>. Acesso em 23 de mai. 2024.

Instituto Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cinco-pensadores-modernos-africanos-que-tratam-de-identidade-lingua-e-regionalismo/>. Acesso em 29 de dez. 2025.

JAEGER, Werner. Paideia: A formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JÂMBLICO. Vida Pitagórica. Madrid: Editorial Gredos, 2003.

JAMES, George G.M. **Legado roubado: a Filosofia Grega é a Filosofia Egípcia Roubada**. Edição Português, Ananse, 2022.

_____. **Stolen Legacy: The Greeks were not authors of Greek Philosophy but people of North Africa commonly called Egyptians were**. African American Images, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.p.58.

JESUS, Lori Hack de. **A História e a Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas Escolas: A Implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08**. Juara/MT/Brasil, v. 2, n. 2, p. 85-96, jul./dez. 2015

KAUFMANN, Roberta Fragoso. **Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito**. Curitiba: Livraria do Advogado, 2005.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>. Acesso em: 30 de mar. 2025.

KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

LAÉRCIO, Diógenes. Vida e Doutrina dos Filósofos Ilustres. Brasília: Editora da UnB, 1987.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 42-46.

LEITURAS BRASILEIRAS. Conceição Evaristo. Escrevivências. YouTube. 23min17s. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>. Acesso em 20 de fev. 2025.

L' ABBÉ GRÉGOIRE, **De la littérature des Nègres ou recherches sur leurs facultés intellectuelles, leurs qualités morales et leur littérature**. Introduction et notes de Jean Lessay. Paris: Perrin, 1991, p. 35

MACEDO, A. L. N. A história do eurocentrismo na história intelectual. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 257–281, 2020. DOI: 10.5216/rth.v23i1.61801. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/61801>. Acesso em: 14 out. 2025.

MÃOS TALENTOSAS: a história de Bem Carson. Thomas Carter. EUA. 2009. 86min. Disponível em: <https://youtu.be/U6O6ZpKyXa8?si=du0BqmG85VOQfQMM>. Acesso em 13 de mar. 2025.

Marcha Zumbi dos Palmares. Disponível em: https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw0ruyBhDuARIsANSZ3wqqIH00eC6n5vQ1JCu2IENYh2ed6Fobi3_VI47xMMPvNXRcNDtnQIQaAmKiEALw_wcB. Acesso em 05 de jun. 2024.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores)

_____. **O Capital**. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTESQUIEU, Charles. *Do Espírito das Leis*. In: **Os Pensadores**, São Paulo: Abril, 1973.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. "Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?". *Revista do Instituto de Estudos brasileiros* (2015): 20-31.

_____. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, Carlos; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 1998. p. 43-65.

NASCIMENTO, Abdias. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. In.: Estudos Avançados. Vol. 18. N.º 50. São Paulo: 2005, pp. 209-224.

NEVES, Larissa de Oliveira; PRUDENTE, Ana Vitória (organizadoras). **Representação e representatividade: a afrodescendência**. 1ª ed. – Curitiba: CRV, 2016.

NOGUERA, Renato. **A ética da serenidade**. O caminho da barca e a medida da balança na filosofia de Amenemope. In: Ensaios Filosóficos. Vol. VIII – Dezembro/2013. pp. 139-155.

_____. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. **Revista África e Africanidades**, Ano 3, nº 11, novembro, 2010. Disponível em: http://africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf. Acesso em: 28 de out. 2025.

_____. Amenemope, o coração e a filosofia, ou a cardiografia (do pensamento). In Semna– Estudos de Egiptologia II. orgs. Antonio Brancaglioni Jr.,

_____. **Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade**. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação (RESAFE)*, n. 18, p. 62–73, 2012.

_____. Ensino de filosofia e a Lei 10639. 1.ed. Rio de Janeiro: Ceap, 2011.

_____. **Filosofando com sotaques africanos e indígenas**. Disponível em: <https://mail.anpof.org/comunicacoes/coluna-anpof/filosofando-com-sotaques-africanos-e-indigenas>. Acesso em 30 de abr. 2024.

_____. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: editora Pallas, 2011.

Nossa África: ensino e pesquisa / Organizadores Simoni Mendes de Paula e Sílvia Marcus de Souza Correa. – São Leopoldo: Oikos, 2016. 228 p.; 16 x 23 cm. E-book. ISBN 978-85-7843-614-8 1. História da África. 2. História da África – Estudo e ensino. I. Paula, Simoni Mendes de. II. Correa, Sílvia Marcus de Souza. CDU 96 N897.

NOVA ESCOLA. Colégios de Aplicação. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1471/colegios-de-aplicacao-sao-ilhas-de-excelencia-no-brasil>. Acesso em 28 de fev. de 2024.

OBENGA, Théophile. **La philosophie africaine de la période pharaonique (2780-330 a. C.)**, Paris: L'Harmattan, 1990.

_____. Egypt: Ancient History of African Philosophy. In: Kwasi Wiredu (org.). **A Companion to African Philosophy**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004, p. 31-49.

OBSERVATÓRIO DO 3º SETOR. Pedido de perdão papais pelos pecados contra escravidão de negros e indígenas. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/igreja-apoiava-escravidao-e-condenava-quem-ajudava-escravizados-na-fuga/#:~:text=A%20Igreja%20pede%20perd%C3%A3o,a%20chamada%20conquista%20da%20Am%C3%A9rica%E2%80%9D>. Acesso em 13 de out. 2025.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Com qual penteado eu vou?** – 1. ed. – São Paulo: Editora Melhoramentos, 2021. Ilustração Rodrigo Andrade. ISBN 978-65-5539-299-9.

ONYEWUENYI, Innocent C. **The African Origin of Greek Philosophy: An exercise in Afrocentrism**. Nsukka: University of Nigeria Press, 2005.

PINSKY, Mirna. Nó na garganta. Ilustrações Andréa Ramos. – 53ª ed. – São Paulo: Editora Atual. 2009 – (Entre linhas: Cotidiano).

PIZA, Edith et al. **Psicologia social do racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PLATÃO. **Timeu e Crítias ou a Atlântida**. Tradução, introdução e notas: Norberto de Paula Lima. Hemus. 2002.

_____. As leis. Bauru: Edipro, 1999.

Portal Geledés. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em 24 de nov. 2025.

PRAXEDES, Walter. Eurocentrismo e racismo nos clássicos da filosofia e das ciências sociais. Disponível em: <http://espacoacademico.com.br/083/83praxedes.htm>. Acesso em: 15 de out. 2025.

PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na sociedade brasileira**. In: *Revista Estudos Avançados*, v. 18, nº 50, 2004, p. 161-192.

PROEX UFU. Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia apresenta o Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché. Disponível em: <https://proexc.ufu.br/unidades-organizacionais/centro-de-memoria-da-cultura-negra-graca-do-ache>. Acesso em 11 de out. 2025.

Projeto “Lugar de fala” da Defensoria Pública do Estado da Bahia e da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac). Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/projetos-acoef/lugar-de-fala/>. Acesso em: 20 de mar. 2025.

Rennan de Souza Lemos e Raizza Teixeira dos Santos. RJ: Seshat/Editora Klínē, 2015, pp. 117- 127.

REVISTA OLHARES E TRILHAS. Desafios e controvérsias da prática do ensino de filosofia. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/olhasesetrilhas/article/view/14661/12996>. Acesso em 16 de ago. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaira, 2020.

_____. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RULL, Maria Alice Peixoto. **As Máximas de Ptah-Hotep** - Ensinaamentos de um pai ao seu filho no tempo das pirâmides: uma "nova" Ética para o nosso tempo. ISBN-10: 652703508X; ISBN-13: 978-6527035084. Editora Dialética, 1ª edição. 2024.

SÁ, Nicanor P.; SIQUEIRA, Elizabeth M. (Org.). **Leis e regulamentos da instrução pública do Império em Mato Grosso**. Campinas: Autores Associados, 2000.

SANTIAGO, Bruna. Mulheres negras e representatividade: raça e gênero na literatura de cordel. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Frei Davi. “Sete atos oficiais que decretaram a marginalização do povo negro no Brasil”. Disponível em: <http://educafro.org.br/site3/wa_files/os_sete_atos.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

SANTOS, Marileide L. dos. **Leis e regulamentos da instrução pública da província de Minas Gerais (1835-1889)** Belo Horizonte: [s. n.], 2013. Mimeo.

SEREQUEBERHAN, Tsenay. The Critique of Eurocentrism and Practice of African Philosophy. In: BENEDICTO, Ricardo Matheus. **Afrocentricidade, educação e poder**: uma crítica afrocêntrica ao eurocentrismo no pensamento educacional brasileiro. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.48.2017.tde-29032017-161243. Acesso em: 14 de out. 2025.

SCHOELCHER, Victor. **L' Egypte en 1845**. Paris: Pagnère éditeur, 1846, p. 274-275.

Scielo. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidade do ensino de Ciências. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/wqb8HvXMG8C8KD7hKn5Tms/>. Acesso em 29 de mai. 2024.

SHOHAT, Ella; STAM, Robeert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SIQUEIRA, Vinicius. **O dispositivo – Michel Foucault**. Colunas Tortas. Acesso em [DD Mês AAAA]. Disponível em: <https://colunastortas.com.br/o-dispositivo-michel-foucault>.

SOMET, Yoporeka. A África e a Filosofia. **Revista Sísifo** – v. 1, nº 4, novembro. Ano 2016 - ISSN: 2359-3121 - www.revistasisifo.com.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira. Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPQMH. Biografia e Currículo Lattes de Petronilha Beatriz. <https://www.motricidades.org/spqmh/biografias/petronilha-beatriz-goncalves-e-silva/>. Acesso em 04 de jun. 2024.

Teatro Experimental do Negro. In.: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: < <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-do-negro> >. Acesso em 09 de out. 2025.

TV APARECIDA. YouTube. 11min23s. Entrevista com Conceição Evaristo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9POX2gtfmFI>. Acesso em 21 fev. 2025.

APÊNDICE: ATIVIDADES DECOLONIAIS DE FILOSOFIA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

a) Introdução sobre a necessidade de um currículo decolonial de Filosofia no ensino fundamental

Sim, como se vê, invocando a humanidade, o sentimento de dignidade, o amor e a caridade, seria fácil provar ou obter o reconhecimento de que o negro é equiparável ao branco. Mas nosso objetivo é bem diverso: o que queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal complexual que brotou da situação colonial (Fanon, 2020, p. 45)

Nossa proposta metodológica para o ensino de Filosofia no ensino fundamental é decolonial. Não é descolonial, pois, não nos propomos a refletir sobre o processo de descolonização de territórios; é decolonial porque nossa proposta é refletir sobre os resquícios negativos oriundos do processo de colonização o que chamamos de colonialidade. Mesmo após muitos países terem conquistado oficialmente sua independência, percebe-se que se mantém as estruturas de poder do período colonial formal.

A decolonialidade refere-se a uma corrente do pensamento que surgiu na América do Sul como uma proposta para enfrentar a colonialidade ao resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostas aos povos subalternizados, além de dar voz e visibilidade a estes que foram, por muito tempo, silenciados e inviabilizados. O conceito ganha força principalmente por meio dos estudos do grupo Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade, do qual um dos principais expoentes é o sociólogo peruano Aníbal Quijano. Esses estudiosos buscavam entender a origem da hierarquia global que estabeleceu alguns países como dominantes e centrais, em detrimento de outros, considerados periféricos e menos importantes. A partir da crítica à modernidade e ao eurocentrismo, eles analisam as cicatrizes, as sequelas e as recorrências contemporâneas da dominação colonial. Os territórios se descolonizaram e apenas isso não foi suficiente, resta a urgente demanda de descolonizar o poder, o saber e o ser.

Fanon, em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020, p. 32) defende que no povo colonizado se origina um complexo de inferioridade que ocorre do sepultamento da originalidade cultural local para se impor a cultura da metrópole. O colonizado perde até a sua humanidade. Percebe-se que se configurou um pensamento centrado na ideia de que os diferentes povos formadores da sociedade eram percebidos por suas diferenças raciais e por elas eram hierarquizados, bem como seus saberes e práticas culturais. Com a construção da ideia de modernidade, o eurocentrismo se estabeleceu e alçou a cultura europeia ao topo desta hierarquia. Desse modo, a história, ou seja, os valores, saberes, crenças e práticas dos povos originários e africanos foram invisibilizados, um processo que se iniciou com a colonização e se perpetuou com a colonialidade.

Chimamanda, escritora nigeriana, em seu livro *O perigo de uma história única* (2019), assegura as histórias importam; que muitas histórias importam (p. 32) e a partir do momento em que as histórias dos povos colonizados e subalternizados são silenciadas e invisibilizadas, as histórias dos colonizadores tornam-se narrativas definitivas constituindo assim um grande perigo. Afirmar que negros são inferiores e que o continente africano é pobre e subdesenvolvido, por exemplo, é ratificar uma história única. A decolonialidade se apresenta neste sentido como uma possibilidade de enfrentamento e de criação de estratégias para que a história dos povos subalternizados ganhe destaque.

Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado, afirma que a construção do ser e da subjetividade foi pautada na ideia do não-ser. O ser foi associado ao branco e o não-ser, ao indígena e ao negro. Com o racismo, observa-se a desumanização do outro, e o epistemicídio reflete essa desumanização, cujos saberes são negados e invisibilizados.

Como é conhecido, o Brasil foi colônia de Portugal e, mesmo atualmente não sendo, ficou impregnado em nós brasileiros, alguns costumes da época que nos faz agir, conscientemente ou não, pela lógica do colonizador. Nós supervalorizamos a cultura europeia em detrimento das demais. Essa supervalorização ocorre em diversos aspectos, tais como nos padrões culturais, estéticos, econômicos, políticos, filosóficos, dentre diversos outros. Dessa forma, marginalizamos, muitas vezes sem perceber, as culturas africana, afro-brasileira e dos povos indígenas. Afinal, a cultura europeia seria capaz de universalizar e representar todas as demais em suas inúmeras particularidades? Seria a norma ou o ideal a ser livremente seguido por todos os países? Certamente que não. Ao contrário, pois, ao se considerar apenas uma cultura, desvalorizando as demais, necessariamente ocorrerá discriminações, racismos e epistemicídios.

Ter um posicionamento decolonial, por sua vez, significa lutar para romper a lógica colonialista, valores e posturas; propor um caminho inverso, da periferia ao centro, valorizando a produção de cultura, arte, saber e ciência dos povos subalternizados; focar no resgate de culturas e na construção de outras narrativas históricas e propor diálogo com todas as culturas. É exatamente neste sentido que propomos a apresentação de uma proposta metodológica decolonial para o ensino de Filosofia no Ensino Fundamental.

E por qual motivo investir em uma proposta metodológica decolonial de Filosofia para o ensino fundamental, ou seja, para crianças e adolescentes? Em primeiro lugar porque a Eseba já possui em sua grade horária semanal, a disciplina de Filosofia e por não existir um currículo oficial deste conteúdo para o ensino fundamental. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio, no Art. 36, diz que ao final deste período, o educando deve demonstrar domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania. Não faz orientações específicas. O Art. 210 da Constituição Brasileira prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que fixa conteúdos mínimos a serem ofertados para o ensino fundamental. Nesta base, os PCNs para o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano ofertam as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira apenas, ou seja, não oferta a disciplina de Filosofia. Como o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Base (LDB) prevê que os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, ou seja, mínima, esta base pode ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, em nosso entendimento caberia perfeitamente complementá-la com uma proposta decolonial de Filosofia.

Outro fator importante é que o objetivo do currículo, de modo em geral, é atender as demandas atuais de todos/as os/as estudantes para que os/as mesmos/as consigam bom êxito na nossa sociedade, no entanto, o currículo atual ao invés disso, inviabiliza os saberes da população negra. O currículo não é neutro e nem um mero dispositivo técnico de ensino e aprendizagem, mas seus aspectos político e epistemológico transmitem visões sociais de determinados grupos e faz com que os estudantes sigam determinados padrões. Propositalmente, tem como um de seus princípios o controle dos estudantes, ou seja, envolve relações de poder, que desde a sua origem, não é ofertado aos estudantes da população negra. Muito pior que sutilmente inviabilizar os saberes desta população, décadas atrás no Brasil, existiam políticas

educacionais em forma de práticas educativas que eram parte de um processo de dominação dos escravos; existiam ainda leis específicas e explícitas que tornavam proibidas o acesso desta população à escola formal, como apresentadas no primeiro capítulo desta tese.

Após a explícita e oficial exclusão das pessoas negras do sistema escolar, uma nova técnica é instaurada: a sutileza da interdição cultural que ocorre tanto pela via do recurso didático utilizado pelo/a professor/a, quanto através de suas práticas. Se tal linha de raciocínio é falaciosa, por qual motivo, por exemplo, no Brasil, não estudamos Maria Firmina dos Reis que foi a primeira mulher negra a escrever um romance no Brasil e tantos e tantas outras intelectuais negros e negras que comprovadamente produziram saberes acadêmicos?

Outro motivo pelo qual se deve investir em uma proposta metodológica decolonial de Filosofia para o ensino fundamental é que a Filosofia é considerada a mãe de todas as ciências, logo, sempre foi uma área que contribuiu significativamente com o saber e a erudição escolar, no entanto, muitos filósofos, principalmente os europeus, mesmo com suas ricas e oportunas teorias, deixaram nelas transparecer, conscientemente ou não, sua forma racista, sexista, xenofóbica e adultocentrista de conceber as coisas. Desse modo, nada mais justo a própria Filosofia contribuir com a construção de uma proposta metodológica decolonial antirracista a fim de, certo modo, reparar o epistemicídio praticado há séculos, ou seja, a destruição de saberes de inúmeros povos.

Entendemos e defendemos que a prática antirracista não pode ser considerada como um evento esporádico nos meses de maio e novembro, mas deve fazer parte do cotidiano social, a começar pela esfera escolar e para tal, se faz urgente a construção e aplicação de uma proposta metodológica decolonial antirracista de Filosofia no ensino fundamental. A colonização foi um período delimitado onde reinou a exploração do colonizador sobre o colonizado, mas pior do que isso foram as consequências ilimitadas e devastadoras que ficaram em nossa sociedade. As pessoas continuam pensando como colonizador e a escola é uma ferramenta de perpetuação desta opressão. Exemplo disso é quando as alfabetizadoras inserem seus exemplos que “Pedro toca piano”. Piano? Logo um instrumento clássico, de alto valor financeiro, próprio de uma cultura elitizada e que a maior parte da população brasileira não tem acesso. Não desconsideramos, de modo algum, tal instrumento, pois é reconhecidamente provido de inúmeros recursos

musicais, mas por que não são inseridos também o tambor ou pandeiro que estão mais próximos de nossa realidade e fazem rima com diversas outras palavras?

Em relação às músicas que são inseridas no processo de alfabetização infantil, por exemplo, quem seria o personagem Sambalelê? Desconfia-se que seja alguém que era escravizado, pois, mesmo estando doente consideram-no merecedor de apanhar fisicamente. Entendemos que a letra dessa canção demonstra fortes traços da herança colonial. A colonização de fato acabou, mas a forma de pensar colonizadora ainda persiste e é legitimada pelos currículos escolares.

Ainda hoje a prática docente na maioria das vezes é colonial e um dos vários motivos é que na graduação apenas se ensina dessa forma. A formação inicial sempre legitimou uma educação colonial e esta prática colonial se apresenta inclusive em manifestações da própria linguagem que não estão acima do sujeito social, não é algo que nos chega pronta apenas para que nós a reproduzamos, mas a linguagem é parte de inúmeros processos políticos, sociais e ideológicos marcados por uma prática racista. Não é difícil enxergar que a sociedade brasileira é estruturada na colonização e este fato criou um sistema político-social de pensamento e ele é colonial, logo, criou e a tendência é que continue criando instrumentos didáticos e linguísticos para nos fazer entender e acreditar que alguns corpos são autorizados a falar e agir e outros apenas a ouvir e obedecer. Os primeiros são pertença do corpo social, os últimos, não. Quando os estudantes negros e negras entendem que suas memórias e vivências não são legitimadas pela escola, eles se sentem excluídos do processo escolar. São histórias e memórias contidas nos corpos dos sujeitos que se traduzem em discursos também coloniais e racistas, por isso, o material que é apresentado aos estudantes está mergulhado nestes sujeitos, desse modo, a vital importância de se legitimar e trabalhar teorias de autores e autoras negras.

Os/as professores/as que se sensibilizarem com a temática racial, mais do que apenas elogiarem as práticas antirracistas praticadas pelos colegas, antes, também a praticarão. Existe um ditado africano que é oportuno para o momento, segundo ele “é necessária uma aldeia inteira para educar uma criança”. É necessário que todos/as compreendam que ninguém individualmente conseguirá superar uma prática colonial, mas somente em um esforço coletivo e unificado. Só boa vontade não basta. É necessário agir de forma antirracista. E como forma de agir, apresentamos uma proposta metodológica decolonial de Filosofia para o ensino fundamental que abarque

adolescentes do 6º ano. Cientes dessa realidade, a certeza que temos é que não será a violência, seja ela qual for, a responsável por melhorar a nossa sociedade, mas uma sólida e bem estruturada educação antirracista que comece na mais tenra infância. É fundamental e nosso objetivo desenvolver possibilidades metodológicas e de conteúdos de Filosofia para uma educação filosófica antirracista acessível às crianças e adolescentes para que desenvolva nelas o caráter crítico, reflexivo e sistemático para que as mesmas possam construir com uma sociedade mais ética, tolerante, justa e menos preconceituosa. Nos tópicos a seguir, seguem algumas orientações e as atividades propostas.

b) Informações importantes aos docentes sobre as atividades

As referidas atividades têm como público-alvo, os estudantes do 6º ano do ensino fundamental, ou seja, adolescentes de aproximadamente 13 anos de idade.

Ao longo do ano letivo, são dedicadas quarenta (40) aulas para a disciplina de Filosofia, sendo 1h/a semanal. Sugerimos, a seguir, vinte (20) planejamentos para serem ministrados em duas (02) aulas de 50 minutos, o que totalizaria as quarenta (40) aulas anuais. A justificativa é para que o/a professor/a tenha condições de desenvolver o conteúdo, fazendo os acréscimos que julgar conveniente, dedicar algum tempo para que os estudantes realizem as atividades em sala de aula e ainda reste tempo suficiente para que as questões possam ser lidas pelos estudantes e comentadas pelo/a professor/a.

O método de ensino optado foi a aula expositiva dialogada, que nada mais é do que uma estratégia de ensino que combina a apresentação de conteúdos pelo/a professor/a com a participação ativa dos estudantes. Este método transforma a exposição passiva em um diálogo construtivo e possibilita a reflexão crítica e o engajamento por se tratar de questões relativas à realidade do povo brasileiro. Pela especificidade do público-alvo, não é atrativo, durante a aula, apresentar um texto, ler e fazer comentários; a proposta é que seja apresentados slides, seja em powerpoint ou Prezi, com conceitos curtos e diretos, tópicos e imagens para dinamizar a aula. O conteúdo foi dividido em dois (02) capítulos, sendo dez (10) aulas por capítulo. Cada capítulo pode ser trabalhado em um semestre, independentemente se a escola/colégio utiliza o sistema bimestral, trimestral ou semestral.

Em relação à tipologia das atividades, optamos por oferecer questões de múltipla escolha, V ou F, e questões abertas de análise e interpretação de textos e, análise e interpretação de imagens. As questões abertas, desenvolvem nos adolescentes a flexibilidade, criatividade e desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Elas diferem de atividades fechadas por não possuírem um único resultado esperado ou um conjunto rígido de regras. Já as questões de múltipla escolha e V ou F, possuem outras diversas vantagens aos estudantes, tais como, seus conhecimentos são testados por meio de uma vasta gama de tópicos em múltiplos pontos do material em uma única avaliação; exige deles raciocínio lógico no momento de eliminar as assertivas incorretas a fim de alcançar as corretas; auxilia na objetividade de escolhas; desenvolve neles a capacidade de identificar áreas do conteúdo que precisam de mais atenção ou questões que foram mal formuladas; além de auxiliar na memorização de fatos e favorece na compreensão e aplicação de conceitos.

Em relação ao conteúdo, as atividades foram desenvolvidas a partir de conteúdo autenticamente filosófico, subsidiadas pela Filosofia Afro-brasileira. No capítulo 1, optamos por abordar a relação da Filosofia com a África enquanto continente. Apresentamos a África não apenas como berço da Filosofia, mas como berço da humanidade e como se deu a origem da palavra Filosofia. Para tanto, precisamos apresentar o conceito de racismo, bem como suas tipologias para refletir sobre elas. Apresentamos aos estudantes conceitos importantes para o letramento racial, como epistemicídio, por exemplo. Apresentamos também, como se deu o surgimento de alguns termos e expressões racistas e propomos sugestões de outros termos com o mesmo sentido e não ofendem a raça de ninguém. Trouxemos em questão as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que se apresentam como tentativas de combate ao epistemicídio. No capítulo 2, optamos por abordar a questão do mito, mitologias brasileiras e indígenas. Ao apresenta-las, fizemos relações dos temas abordados por elas com a atualidade e realidade sofrida pela população negra brasileira. Apresentamos os deuses (orixás) africanos e seus correspondentes gregos para demonstrar que o racismo também se faz presente na literatura escolar.

Nosso objetivo principal ao apresentar tais conteúdos, é oferecer letramento racial aos estudantes adolescentes do 6º ano. Os objetivos específicos são que desenvolvam seu processo de imaginação, pensamento crítico, abstrato e reflitam sobre identidades. Além disso, compreenderem a relação direta entre Filosofia e África,

entender como seu deu o regime de Apartheid na África do Sul, conhecer a verdadeira origem do termo Filosofia, refletir sobre o racismo e conhecer algumas de suas tipologias, compreender a diferença entre racismo epistêmico e epistemicídio, aprender a ressignificar algumas palavras e expressões racistas, conhecer as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como tentativas de combater o epistemicídio, aprender sobre mito e algumas mitologias, comparar algumas mitologias gregas com as africanas e indígenas e, conhecer as teorias dos primeiros filósofos africanos.

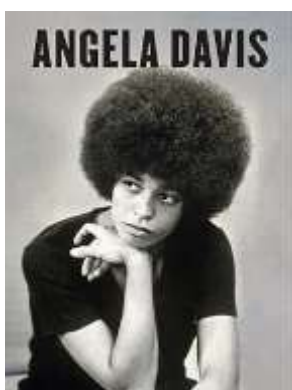
Nosso modelo de avaliação é processual e contínuo. Investimos bastante nos debates em sala de aula a fim de desenvolver nos estudantes o pensamento crítico, da capacidade de argumentação e oratória, do respeito à diversidade de opiniões, da escuta ativa e da empatia. Desse modo, buscamos identificar se os estudantes são capazes de identificar situações de racismo, por meio das habilidades de comparações, similares, classificação, analogias, relações, metáforas, ambiguidades.

c) Atividades decoloniais de Filosofia do 6º ano do ensino fundamental

FILOSOFIA ANTIRRACISTA – Aula Magna

Filosofia antirracista? Por qual motivo tratar sobre racismo nas aulas de Filosofia do Ensino Fundamental? São dois os motivos:

- 1) A lei 10.639/2003 orienta;
- 2) Alguns filósofos com suas teorias, contribuíram com o fortalecimento do racismo.



"Numa sociedade racista, não basta não ser racista; é necessário ser antirracista"

(Angela Davis, filósofa e ativista norte-americana).



"É impossível não ser racista tendo sido criado numa sociedade racista"

(Djamila Ribeiro, filósofa e ativista brasileira)

Nas ementas dos cursos universitários, no conteúdo programático das escolas de ensino médio e das escolas de ensino fundamental – quando ofertam a disciplina de Filosofia – propõe, exclusivamente os conteúdos referentes à Filosofia europeia. A Eseba seguiu essa regra até 2026. A partir daí, oferta, nos anos finais, do 6º ao 9º, teorias de filósofos e filósofas brasileiros/as, negros/as e contemporâneos, o que chamamos de Filosofia Afrobrasileira.

Historicamente, são apresentados, ao grande público, da seguinte maneira os 4 grandes períodos da Filosofia:

Filosofia Antiga	Filosofia Medieval	Filosofia Moderna	Filosofia Contemporânea
Os pré-socráticos: . Heráclito, Ásia . Parmênides, Grécia	. Agostinho, africano 354 d.C . Tomás de Aquino, italiano, 1225 d.C	. Descartes, francês . Hume, inglês . Locke, inglês . Kant, alemão	. Sartre, francês . Michel Foucault, francês . Heidegger, alemão
Século VII a.C	Século IV e XIII	Século XV	Século XIX
Filosofia fundamentada em experiências europeias	Teologia fundamentada em Platão e Aristóteles	Filosofia fundamentada em experiências europeias	Filosofia marcada pela Revolução Francesa (França) e Revolução Industrial (Inglaterra)

Algumas perguntas e respostas para refletirmos:

- . O que se pressupõe com a apresentação deste quadro? Que a Filosofia nasceu no século VII (ano 601 a 700) a.C.
- . Desde quando existem seres humanos na Terra? A Paleontologia (ciência que estuda os fósseis) estima que há 300.000 anos, pois, neste período foram encontrados fósseis em Marrocos, África.
- . Se diminuirmos 300.00 de 700 anos, o resultado é 299.300 anos. Em todo esse tempo os seres humanos ficaram sem pensar/refletir/teorizar/filosofar? Certamente que não.
- . Onde está a África nesta história? Por qual motivo a excluíram da história, desqualificando todo conhecimento produzido lá? Por que os filósofos africanos não ficaram famosos?
- . Quem conhece estes filósofos?



O primeiro é Cheikh Anta Diop, de Senegal, África.

O segundo é o busto de Sócrates, de Atenas, Grécia.

O terceiro é Agostinho, de Tagaste, na Numídia (atual Argélia), no Norte da África. Acontece, muitas vezes, de os africanos não serem reconhecidos como tal, ou que eles mesmos não façam questão de se assumirem como africanos. Um exemplo clássico disso é nosso autor brasileiro, Machado de Assis.



Foto adulterada para parecer que ele era um homem branco. O carioca Joaquim Maria Machado de Assis era de família pobre, filho de escravos alforriados.

Imagem e informações disponíveis em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2024/1/05/machado-de-assis-e-o-embranquecimento-da-historia/>

. Por falar em África e em Europa, veja as imagens abaixo e identifique de onde é.



1ª imagem: Sandton, em Joanesburgo (África do Sul).

2ª imagem: França.

. Por qual razão os equívocos?

. Nas escolas, quando ofertam a disciplina de Filosofia, sempre apresentam a Filosofia grega e ninguém nunca questiona. Se, ao contrário, apresentassem apenas a Filosofia africana, haveria inúmeras contestações. Por qual motivo?

. A Eseba nunca teve um/a diretor/a negro/a e ninguém nunca estranhou esse fato. Se, ao contrário, todos/as os/as diretores/as fossem negros/as, haveria estranheza. Por qual motivo?

Para quase todas as perguntas acima, a resposta é a mesma: **o racismo**. Mas, afinal, o que é o racismo? Etimologicamente, é a junção de duas palavras: *razza* (do italiano – significa linhagem) + o sufixo *ismo*, que indica totalidade, ou seja, **tudo é a raça**. Na realidade, a raça é utilizada como principal critério para diferenciar as pessoas e criar hierarquias entre elas, onde, obviamente, as pessoas brancas estão no topo (superior) e as pessoas negras estão na base (inferior). O termo surge no século XX, mas a ideia/ideologia transmitida é muito anterior.

O racismo é uma construção histórica, ou seja, não nasceu de um dia para o outro. Também, não existe uma única definição pra o termo. Nos Estados Unidos, por exemplo, o racismo é de origem, ou seja, é negra a pessoa quem é de família negra. No Brasil, o racismo é de marca, ou seja, é negra a pessoa que tem aparência de negro, evidenciada por suas características físicas (pele escura, largura do nariz e lábios, textura do cabelo, dentre outras) e são, exatamente estas características físicas, os alvos das ofensas.

Nosso objetivo, ao trabalhar esta temática, é combater o racismo em nossa sociedade, a começar por nossa escola. Como? Os autores e autoras que vamos trabalhar nos ajudam a refletir esse tema e nos convidam a ter uma postura antirracista. A filósofa

Angela Davis, repetimos, diz que “não basta não ser racista; é necessário ser antirracista”.

Assim como o racismo é uma construção histórica, o antirracismo também o é. O lema de nossas aulas é: **“sejamos todos/as antirracistas”**.



6º ANO – A ÁFRICA E A FILOSOFIA

SUMÁRIO

➤ Capítulo 1: A África e a Filosofia	157
• Aula 1: África, o berço da humanidade.....	157
• Aula 2: África, o berço da Filosofia.....	163
• Aula 3: A origem da palavra Filosofia.....	169
• Aula 4: Racismo Espistêmico / Epistemicídio.....	172
• Aula 5: Racismo e suas tipologias (parte 1)	174
• Aula 6: Racismo e suas tipologias (parte 2)	177
• Aula 7: Refletindo sobre o racismo (parte 1)	183
• Aula 8: Refletindo sobre o racismo (parte 2)	184
• Aula 9: Palavras e expressões racistas.....	185
• Aula 10: Leis 10.639/03 e 11.645/08 como tentativas de combater o epistemicídio.....	186
➤ Capítulo 2 – Mitologias	201
• Aula 11: Mito e algumas mitologias.....	201
• Aula 12: O respeito pela cultura alheia.....	205
• Aula 13: Orixás (deuses) africanos e seus correspondentes gregos.....	208
• Aula 14: Mitologia brasileira (Folclore)	211
• Aula 15: A lenda do Saci Pererê e os estereótipos racistas.....	214
• Aula 16: A lenda do Negrinho do Pastoreio e a crueldade da escravidão infantil.....	218
• Aula 17: A lenda da Mula sem cabeça e sua relação com a religiosidade.....	222
• Aula 18: Mitologia Indígena-Brasileira.....	225
• Aula 19: A lenda da Vitória Régia e sua relação com o amor doentio.....	229
• Aula 20: A lenda da Iara e o ideal de beleza.....	231

“Quem não sabe de onde vem não sabe para onde vai”
(Bráulio Bessa)

➤ **Capítulo 1: A África e a Filosofia**

❖ **Aula 1:** África, o berço da humanidade

Antes de começarmos a tratar de Filosofia propriamente dita, falaremos de um continente que muito contribuiu para o seu desenvolvimento. Trata-se do continente africano.

Muito se ouve dizer que a *África é o berço da humanidade*. Você sabe o motivo? É porque existem evidências de que o continente africano foi o primeiro a ser habitado por seres humanos. Nele foram encontrados diversos fósseis que comprovam essa teoria e também possibilitaram o estudo da evolução humana. É possível que a porção norte do continente seja a mais antiga do mundo, na qual se estabeleceu os povos egípcios.

Mesmo sendo tão antigo, muitas pessoas, ainda hoje, pensam a África é apenas um país. Estão enganadas, pois, a África é um continente enorme composto por 54 países, sendo 48 continentais, ou seja, com grandes dimensões territoriais e 6 insulares (ilhas), como podemos ver no mapa abaixo.



Mapa do continente Africano. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm>. Acesso em 22 de abr. 2025.

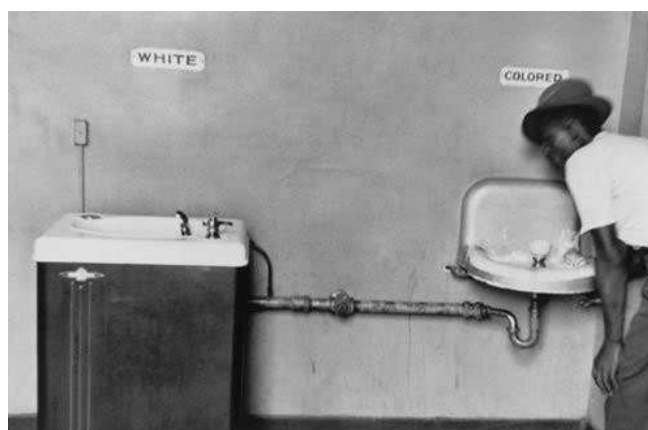
Talvez a confusão se dê pelo fato de existir na África (continente), um país chamado África do Sul, responsável por cerca de um quinto da economia do continente e que ficou muito famoso no mundo inteiro por lá ter ocorrido o *Apartheid*, um regime de segregação (separação) racial criado pela elite branca que sustentava o mito da superioridade racial europeia. Aprovado em lei, vigorou entre 1948 e 1994 e nele dizia que as pessoas negras não poderiam frequentar os mesmos espaços das pessoas brancas. Vale destacar que, à época, a população negra africana era de 75%, a maioria pobre, enquanto uma minoria branca e rica dominava politicamente a nação.



Apartheid na África do Sul. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/voce-sabe-o-que-foi-o-apartheid>. Acesso em 23 de abr. 2025



Apartheid na África do Sul. Disponível em: <https://www.ocafezinho.com/2013/12/11/as-ligacoes-da-veja-com-o-apartheid-da-africa-do-sul/>. Acesso em 23 de abr. 2025



Apartheid na África do Sul. Disponível em: <https://www.unama.br/noticias/voce-sabe-o-que-foi-o-apartheid>. Acesso em 23 de abr. 2025

Este regime impôs à África, um longo e triste período histórico de 46 anos de segregação racial. As leis eram rigorosas e criadas principalmente por questões políticas, impediam, por exemplo, o livre acesso aos negros em determinados locais públicos; destinava apenas 7% do território à população negra; proibia o casamento

entre pessoas brancas e negras; proibia relações sexuais fora do casamento entre brancos e negros; concedia o direito ao voto exclusivamente à população branca; classificava a população negra em grupos raciais, fato que fazia com que, muitas vezes as famílias fossem separadas. Estas e outras leis foram criadas no intuito de manter a elite branca com poderes militares, econômicos e políticos, impedindo qualquer ascensão social das raças consideradas inferiores, ou seja, os governantes institucionalizaram a prática de racismo.



Neste contexto de luta para se libertarem deste regime de segregação racial, dentre outros personagens, destaca-se Nelson Mandela.

Apartheid na África do Sul. Disponível em: <https://www.unama.br/noticias/voce-sabe-o-que-foi-o-apartheid>. Acesso em 23 de abr. 2025

Ele foi exceção à regra, pois, foi um dos poucos negros daquele período que tiveram acesso à boas escolas e conseguiu se graduar em uma universidade. Envolto em movimentos de luta contra o Apartheid, foi preso e condenado à prisão perpétua, mas foi liberto 27 anos depois com o fim do regime de segregação racial. Em 1993 ganha o Prêmio Nobel da Paz e em 1994 tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul onde fez um belo e difícil trabalho de transformar um regime racista em democrático. Ainda hoje é lembrado e considerado símbolo da luta contra o racismo no mundo.



Discurso de Nelson Mandela sobre o Apartheid no Parlamento Europeu. Vídeo completo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EQdcHED_jHE. Acesso em 23 de abr. 2025

O continente africano por ser de grandes proporções territoriais, é marcado por uma vasta diversidade em todos os aspectos. Uma delas seria a grande variedade de características físicas devido a ampla diversidade genética entre os negros. Por esta razão, na África eram encontradas pessoas com peles de diferentes tons, desde muito escuras até muito claras; cabelos de diferentes tipos, desde crespos até lisos; olhos de diferentes cores, desde pretos até azuis; nariz de diferentes formatos, desde largos até finos.

A África é o terceiro maior continente do mundo sendo seu território de aproximadamente 30 milhões de km² e um dos mais populosos do mundo com mais de 1,2 bilhão de habitantes. Neste continente, com tanta gente, inúmeras são as religiões e são faladas mais de mil línguas africanas, além de idiomas como o árabe, inglês, francês, português, espanhol, africaner. A seguir, destacamos alguns países e por quais motivos eles se destacam: Argélia, por ser o maior em extensão territorial; Seicheles, por ser o menor; Camarões, Costa do Marfim, Gana, Marrocos e Nigéria por terem participado de Copas do Mundo organizadas pela Fifa; Quênia por sempre ter corredores na São Silvestre; Somália e Etiópia por apresentarem baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), subnutrição, altas taxas de analfabetismo, altas taxas de natalidade e mortalidade infantil e baixa expectativa de vida; Madagascar por ter virado filme de desenho animado e o Egito pela presença das fabulosas pirâmides. Ainda em relação ao Egito, até o século XIX foi amplamente aceita a ideia de que os egípcios eram negros, mas a partir daí esta concepção começou a ser contestada. No contexto da colonização dos séculos XIX e XX, o Egito foi colonizado pelos britânicos que levantaram a discussão que o Egito era muito sofisticado para ter origem africana. Entendemos, nitidamente, que essa discussão já demonstra um racismo por considerar que do povo negro não poderia surgir algo sofisticado ou ao menos, proveitoso. A hipótese mais defendida de que os egípcios não eram negros vem de autores eurocêntricos que não admitem que os negros poderiam contribuir tão significativamente com o desenvolvimento científico e tecnológico da humanidade quanto, de fato, contribuíram.

O continente sofreu com o processo de colonização imposta pelos espanhóis, portugueses e franceses. Além de terem sido expropriados de suas riquezas, incontáveis homens foram forçosamente arrancados de seus países para outras partes do mundo para

realizarem trabalho escravo. A divisão territorial africana foi devido aos interesses dos colonizadores, que ignoraram a realidade e identidade dos povos, agrupando-os em tribos com disparidades culturais. Apenas após a Segunda Guerra Mundial as colônias africanas iniciaram o seu processo de independência.

Certamente, a África, assim como os demais continentes, possui suas mazelas, no entanto, assim como os demais, também possui suas inúmeras potencialidades. Algumas de suas potencialidades são a coragem e perseverança de seus habitantes para conseguirem forças para lutarem contra todo e qualquer sistema de opressão. Exemplo disso é o pan-africanismo, uma ideologia que surgiu entre os negros da Diáspora nos Estados Unidos e Caribe, no final do século XIX que defende a união dos povos de origem africana no combate ao racismo e se posicionava contra o colonialismo e a escravidão.

Finalizamos este texto reafirmando que a África, apesar de ter ficado marcada pelo racismo, é um continente riquíssimo. Na África estão o maior rio e maior deserto do mundo, Rio Nilo e o Deserto do Saara. Em meio a tantas diversidades culturais, destacamos as artes plásticas (artefatos como máscaras e de decoração, trançados de corda, estatuetas esculpidas em madeira, pedra ou confeccionadas com tecidos); as danças e músicas com seus ritmos envolventes, como a capoeira que é uma mistura de arte marcial com dança, o batuque, o lundu e o coco (muitos ritmos musicais ocidentais originaram-se com base na música africana, como o samba, o axé e o maracatu no Brasil; o reggae na Jamaica; e o jazz nos Estados Unidos); a culinária (a feijoada, o feijão gordo, o acarajé, o vatapá, o abará e o caruru); as manifestações religiosas (como as mitologias, por exemplo); o entretenimento e aventura, fauna e flora (como o safári, por exemplo), são excelentes atrativos de lazer que levam muitos turistas para a África. Você é convidado a continuar esta pesquisa para conhecer ainda mais esse fantástico continente.



Cultura africana. Disponível em: [https://enem.estuda.com/blog/id-6047/estude a heranca da cultura africana para o brasil](https://enem.estuda.com/blog/id-6047/estude-a-heranca-da-cultura-africana-para-o-brasil). Acesso em 23 de abr. 2025.

Atividades:

- 1) Por qual motivo a África é considerada o berço da humanidade?
- 2) O continente africano é composto por quantos países? Cite três deles com suas respectivas capitais.
- 3) Explique com suas palavras o que foi o apartheid?
- 4) Ouça novamente o discurso de Nelson Mandela e escreva uma frase que tenha te marcado.
- 5) Cite algo utilizado no Brasil que foi criado na África.

Referências:

BRASIL ESCOLA. Continente africano. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm#:~:text=%C3%81frica%20%C3%A9%20o%20continente%20localizado%20ao%20sul,aproximadamente%2C%2020%20da%20%C3%A1rea%20continental%20da%20Terra>. Acesso em 24 de abr. 2025.

BRASIL ESCOLA. Pan-africanismo. Disponível em: https://brasilecola.uol.com.br/geografia/panafricanismo.htm?utm_source=conteudos_internos&utm_medium=site&utm_campaign=teste-01-conteudos. Acesso em 23 de abril de 2025.

SOUSA, Rafaela. "África"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/africa-continente.htm>. Acesso em 23 de abril de 2025.

UNAMA. Apartheid. Disponível em: <https://www.unama.br/noticias/voce-sabe-o-que-foi-o-apartheid>. Acesso em 23 de abril de 2025.

Aula 2: África, o berço da Filosofia

Iniciamos este texto com uma segura afirmação: a Filosofia não é grega. “*A Filosofia nasceu na Grécia e seu “pai” foi Tales de Mileto*”. Quantos estudantes, sobretudo, os do Ensino Médio receberam estas informações e as processaram, imediatamente e sem contestações, por estarem presentes na maioria dos manuais de introdução à Filosofia espalhados por todo o Brasil? Na maioria destes manuais, a

versão é que a Filosofia teria nascido entre os séculos VI e V antes de Cristo nas colônias gregas. Pitágoras teria desenvolvido o termo *Filosofia* da junção das palavras *philo* (amor) e *sophia* (sabedoria) e atribuído à invenção da Filosofia a seu mestre, Tales de Mileto. Os livros didáticos são praticamente unânimes em fazerem afirmações como estas que, de tanto, serem repetidas, criou-se uma falsa verdade no imaginário social e acadêmico. Quando alguém é iniciado em Filosofia, esta é, sem dúvida, uma das primeiras informações que esta pessoa recebe. Na realidade, isso ocorre pelo fato de os europeus se colocarem como centralidade, superioridade cultural, o ponto de partida, a norma, a referência de todas as coisas no globo. Esse fenômeno é conhecido como eurocentrismo. Você já ouviu a expressão *milagre grego*? Os gregos, por possuírem uma forte tradição oral pautada nas narrativas dos mitos, construíram um pensamento coletivo e sua leitura própria de mundo. Eles viveram assim, um longo período de consciência mítica (mitos), extremamente marcado por explicações mitológicas com suas infinidades de deuses, sendo os do Olimpo, os mais conhecidos, como Zeus, Poseidon, Apolo, Hera, Afrodite e tantos outros.



Deuses gregos. Imagem disponível em: <https://umabrasileiranagrecia.com/2010/07/deuses-gregos-na-grecia.html>. Acesso em 24 de abr. 2025

Milagrosamente, segundo eles, passam por uma transição que desencadeia uma consciência filosófica marcada pelo predominante uso da razão. Na realidade não se trata de um milagre, mas a tradição nos apresenta alguns fatores ou condições históricas que culminaram nesta mudança. Entre eles podemos citar:

- . O surgimento da vida pública, ou seja, a política;
- . Surgimento do comércio;

- . As grandes navegações marítimas;
- . A diversidade cultural;
- . O surgimento da escrita alfabética;
- . O surgimento da moeda;
- . A invenção do calendário.

Certamente o que eles denominaram invenções não foram sistematicamente planejadas, mas foram ocorrendo simultaneamente, no entanto, reunidas, possibilitaram aos gregos buscarem um conhecimento mais desmistificado do mundo; a razão humana se tornaria um instrumento mais eficaz para alcançar o conhecimento verdadeiro das coisas. A junção destes fatores com a criação da poesia, religião e outras condições sociopolíticas, teria desencadeado o aparecimento da Filosofia no mundo grego, ousadamente, como algo original, ou seja, sem se fundamentar em nenhuma outra fonte de nenhum outro lugar do globo, pois, os gregos na antiguidade teriam uma capacidade excepcional de reflexão. Sabemos que isso não é possível.

Dois filósofos alemães são grandes defensores da ideia de a Filosofia ser um fenômeno-europeu-ocidental, trata-se de Hegel e Heidegger. Este último, em seu livro *O que é isto a Filosofia?* Seria uma redundância falar em filosofia ocidental europeia, pois, somente na Europa, detentora do filosofar, que é possível haver Filosofia. A frase: a filosofia é grega em sua essência, não diz outra coisa que: o Ocidente e a Europa, e somente eles, são, na marcha mais íntima de sua história, originalmente filósofos. (2005, p. 29). É muito difícil para um pesquisador com uma leitura mínima que seja sobre Filosofias Africanas admitir a concepção dos alemães acima citados, no entanto, é relativamente compreensível que pensem assim pelo fato de serem europeus. O que é mais difícil de compreender é como eles conseguiram convencer e transmitir essa forma de pensar para a maior parte dos povos não europeus, incluindo o Brasil. A filósofa brasileira Marilena Chauí é uma destes defensores de que não há pensamento autenticamente filosófico fora da Grécia. Ela é defensora do milagre grego como uma “interpretação das mudanças qualitativas profundas e decisivas que, em condições históricas determinadas, os gregos impuseram à herança que receberam” (CHAUÍ, 2002, p. 25). Reafirmamos que esta maneira de pensar se deve ao eurocentrismo. Com tanta convicção por parte de tantos/as autores/as, podemos novamente nos perguntar:

seria, de fato, a Europa, o centro do universo? Insistimos em responder que não.

Ressaltamos a presença de um pensar filosófico anterior, em outro continente – o africano. Tal continente possui inúmeras riquezas, inclusive de pensamento e teorias filosóficas. Existem teorias que defendem a Grécia como sendo o berço da Filosofia por seus registros históricos serem os mais antigos. No entanto, pesquisas como a de Asante (2014), por exemplo, apontam que entre os textos mais antigos sobre Filosofia estão no Egito, ou seja, continente africano. Textos dos filósofos egípcios, por exemplo, são bem anteriores aos textos de Tales de Mileto (600 a.C), Platão (430 a.C) e os ensinamentos socráticos escritos por seu principal discípulo. Aristóteles ainda depois, somente em 390 a.C. Para se ter uma noção, os africanos concluíram a construção das pirâmides há dois mil e quinhentos anos a.C. Deste período até se ter notícias de Homero, considerado o primeiro escritor grego, ainda faltavam mil e setecentos anos. Na Ásia, também existem textos produzidos na China Antiga e na Índia. Mesmo não havendo consenso, a maior parte dos manuais, aponta a Grécia como berço da Filosofia. Foi apenas uma coincidência? Uma obra do acaso? Uma convenção ingênua? Certamente que não.

As questões refletidas pelos gregos, egípcios e asiáticos são bem próximas, tais como, o sentido da vida, origem da realidade, ética, moral e política. Se as temáticas e as abordagens são tão próximas, por qual motivo os textos gregos foram enaltecidos e os egípcios e asiáticos silenciados e praticamente ignorados? Isso tem nome e é uma das dimensões do racismo, ao qual conhecemos como racismo epistêmico (Falaremos mais detalhadamente sobre este tema na aula 4).

Atualmente, após a divulgação de inúmeras pesquisas acerca deste tema, há algumas linhas de pensamento, como a de Renato Noguera, por exemplo, que acreditam que muito da cultura helênica tenha sido inspirada pela do Egito. Isso nos leva a acreditar que a Filosofia, ao contrário do que diz a tradição eurocêntrica, não seja grega, mas africana.

É sabido que alguns filósofos pré-socráticos tenham viajado ao Egito e trazido para a Grécia, conhecimentos dos sábios da civilização africana. Tales, por exemplo, além de filósofo, era um comerciante da região da Jônia (atualmente Turquia) que não era unificada em um território nacional, mas composta por várias cidades independentes, dentre elas, Mileto, sua cidade natal. Tal região compreendia um território bastante extenso entre a Península Itálica e o norte da África e, pela proximidade geográfica, não era difícil compreender que Tales viajava essa região a fim de estabelecer relações comerciais e também, certamente, ao se relacionar com

pensadores destas regiões, alargava seus conhecimentos, levando-os para a Grécia. Segundo Tarcízio Silva, pesquisador, mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA, a arte egípcia influenciou os gregos e só então, influenciaram toda a arte ocidental desde então. Tendo o continente africano auxiliado no comércio e inspirado a arte grega, como não teria influenciado diretamente a Filosofia? Certamente que influenciou. Outro fator relevante é o fato de que a cidade de Alexandria, onde a dominação do Egito por Alexandre, o Grande, teria permitido aos filósofos gregos acessarem o conhecimento do Antigo Egito, permitindo que Alexandria fosse um polo do conhecimento na antiguidade. Foram inúmeros os filósofos que, com seus estudos e teorias, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da humanidade, não apenas na Europa e África, mas em outros continentes também. Um novo quadro de estudiosos surgiu para desafiar todas as mentiras que foram ditas sobre a África e os africanos. Um dos que se destacaram foi o africano, de Senegal, Cheikh Anta Diop.

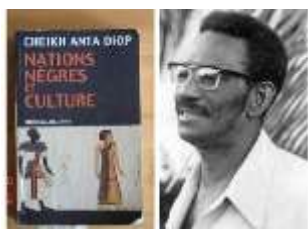


Imagem XX: Cheikh Anta Diop. Disponível em: <https://face2faceafrica.com/article/why-negro-nations-and-cultures-by-cheikh-anta-diop-is-a-bible-of-african-history>. Acesso em 20 de fev. 2025.

O objetivo deles não é colocar a África no lugar da Europa, ou seja, assumir o protagonismo de todas as coisas, inclusive da Filosofia, mas ao contrário, objetivam estabelecer uma perspectiva de que é possível a existência de um pluralismo de culturas sem hierarquia, mas isto exige, em primeiro lugar, igualdade cultural e respeito.

Atividades:

1) Valendo-se das dicas, resolva o crucigrama abaixo.

a								A	F	R	I	C	A	N	O	
b					R	E	F	L	E	X	Ã	O				
					B	E	R	Ç	O							
c					E	P	I	S	T	Ê	M	I	C	O		
d				E	U	R	O	C	E	N	T	R	I	S	M	O
e	C	H	E	I	K	H	-	A	N	T	A	-	D	I	O	P

- a) Continente que praticava verdadeiramente Filosofia, muito tempo antes de a Filosofia ser praticada na Grécia Antiga.
- b) É uma falácia (argumento com o objetivo de enganar) dizer que a Filosofia no mundo grego, ousadamente, como algo original, ou seja, sem se fundamentar em nenhuma outra fonte de nenhum outro lugar do globo, pois, os gregos na antiguidade teriam uma capacidade excepcional de reflexão.
- c) Dá-se o nome de racismo epistêmico quando os conhecimentos de um povo são ignorados, desqualificados ou mesmo silenciados.
- d) O fato de os europeus se colocarem como centralidade, superioridade cultural, o ponto de partida, a norma, a referência de todas as coisas no globo é um fenômeno conhecido como eurocentrismo.
- e) O senegalês Cheikh Anta Diop foi um dos inúmeros filósofos que, com seus estudos e teorias, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da humanidade, não apenas na Europa e África, mas em outros continentes também.
- 2) Pesquise quem foi Cheikh Anta Diop e quais foram as suas contribuições para o continente africano.
- 3) Houve, de fato, o *milagre grego* ou o pensar filosófico se deu por causa de alguns fatores históricos? Comente.
- 4) Qual é o posicionamento dos filósofos alemães Hegel e Heidegger sobre a Filosofia? Você concorda com o posicionamento deles? Comente.
- 5) Qual é a relação de Alexandre, o Grande com o desenvolvimento da Filosofia na Grécia Antiga?

Referências:

. FACE A FACE ÁFRICA. Cheikh Anta Diop. Disponível em: <https://face2faceafrica.com/article/why-negro-nations-and-cultures-by-cheikh-anta-diop-is-a-bible-of-african-history>. Acesso em 20 de fev. 2025.

❖ **Aula 3:** A origem da palavra Filosofia

Estamos cercados de todos os lados por palavras e sabemos que todas as palavras têm uma origem. Muitas palavras que utilizamos em nosso cotidiano não são brasileiras, mas têm sua origem em outros idiomas. Na América Latina, muitas palavras se originam do latim e isto nos faz compreender sua etimologia, ou seja, o modo de como as palavras se formam. O termo etimologia, por exemplo, é formado por duas palavras latinas *etymos* (que significa verdadeiro) e *logia* (do latim *logos* que significa estudo). Assim, quando pesquisamos a etimologia de uma palavra, buscamos o seu significado verdadeiro.

Mas não são todas as palavras que advêm do latim, muitas se originam do grego. Nosso alfabeto, por exemplo, é a junção das duas primeiras letras do alfabeto grego “alfa” + “beta” = alfabeto. A letra alfa é representada por (A) em sua versão maiúscula e (α) em sua versão minúscula. Em uma transliteração simples do grego: $\alpha\lambda\phi\alpha$. Já a letra beta é representada por (B) em sua versão maiúscula e (β) em sua versão minúscula. Em uma transliteração simples do grego: $\beta\eta\tau\alpha$. A palavra Filosofia seria assim simplesmente transliterada: $\Phi\iota\lambda\omicron\sigma\phi\acute{\iota}\alpha$.

Também herdamos muitas palavras do vocabulário africano, do qual muito enriqueceu nossa língua e cultura, tais como: dengo (meiguice/ manha/ pedido de aconchego); cafuné (acariciar/coçar a cabeça de alguém); caçula (o filho mais novo da família); moleque (filho pequeno/garoto); fubá (farinha feita com milho ou arroz); dendê (óleo de palma, popular nas culinárias africana e brasileira); cachaça (aguardente de cana de açúcar); axé (assim seja/ boa sorte); muvuca (aglomeração de pessoas); abadá (túnica branca); cachimbo (instrumento utilizado para fumar) e tantas outras palavras.

No entanto, feita uma rápida introdução, nosso objetivo nesta aula é tratar da origem do termo Filosofia. Como vimos na aula anterior, o eurocentrismo quer atribuir tudo para si e em torno de si, inclusive a Filosofia. Por isso, trataram de explicar a origem do referido termo. Os manuais de Filosofia ensinam que o termo é a junção de duas palavras: *filos* + *sophia*. *filos* significa amor / amizade e *sophia* significa saber / sabedoria, ou seja, a Filosofia nada mais é do que o amor pela sabedoria, mas não um amor pela sabedoria que já se possui, mas por aquela que se quer alcançar. Tudo isso,

além de muito bonito, faz muito sentido. No entanto, se na África já se praticava Filosofia há mais de 2.500 anos, será que eles esperariam aproximadamente 2.000 anos para que os gregos nomeassem esta prática? Cremos que não.



O professor, cientista, filósofo estadunidense negro e pesquisador da temática racial Molefi Kete Asante, em sua obra *Uma origem africana da África: mito ou realidade?* elabora um raciocínio que parece retratar bem a forte ideia de que os gregos são “donos” da Filosofia:

A filosofia é a maior de todas as disciplinas.
Todas as outras disciplinas se derivam da Filosofia.
A filosofia é uma criação dos gregos.
Os gregos são brancos.
Portanto, os brancos são os criadores da filosofia.

Molefi Kete Asante. Disponível em: <https://www.modernghana.com/news/498582/how-another-scholar-portrays-us-in-the-west-dr-molefi-kete.html>. Acesso em 15 de mar. 2025

E, ainda, segundo o professor Molefi Kete Asante, existe um sério problema com essa linha de raciocínio pelo fato de que a origem da palavra Filosofia não está na língua grega, embora venha do grego para o inglês. De acordo com dicionários de etimologia grega, a origem é desconhecida e o motivo é simples e demonstra a convicção que o povo grego defende que sua cultura é superior à cultura dos outros povos: a maioria dos europeus que escrevem livros sobre etimologia desconsidera muitas línguas, inclusive a zulu, xhosa, yorubá e amárico. Não conseguem admitir que um termo utilizado por uma língua europeia poderia ter origem africana, afinal, foram cinco séculos de dominação europeia e hoje, é fácil compreender que a colonização não era apenas uma questão da terra, era uma questão de colonizar informações sobre a terra. Podemos afirmar que a África é um continente multilinguista e se comunica por meio de mais de uma centena de línguas. Os estudos de Asante demonstram que a palavra *seba* que significa sábio, advém da língua africana Du Ntr, língua do Antigo Egito. A palavra tornou-se *sebo*, em copta e *sophia*, em grego.

E qual a importância da palavra sábio neste contexto? É que os gregos contam a história que em um determinado período da história, existiu um homem muito inteligente chamado Pitágoras (ele criou um famoso teorema – afirmação que pode ser comprovada logicamente). As pessoas começaram a chamá-lo de sábio. Ele não gostou porque não se sentiu digno daquele elogio, pois, a sabedoria, naquela época, era

vinculada aos deuses da mitologia. Para não receber aquele título divino, ele dizia que era apenas um filósofo, ou seja, amigo da sabedoria que buscava. Assim fizeram a junção das palavras e surgiu o termo filosofia.

Podemos concluir que os gregos não inventaram do nada o significado do termo Filosofia, mas buscaram inspiração em uma palavra de uma língua africana *seba* e a partir da tradução deles para *sophia*, criaram o termo. Finalizamos esta reflexão com uma pergunta para você. Em sua opinião, qual dos significados se universalizou e chegou até nossos livros didáticos, ou significado africano *seba* ou o grego *sophia*?

Atividades:

1) De acordo com o texto desta aula, utilize (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as falsas.

a) (V) Muitas palavras que utilizamos em nosso cotidiano não são brasileiras, mas tem sua origem em outros idiomas, como da África, por exemplo.

b) (F) O fato de estarmos na América do Sul, necessariamente as palavras que utilizamos provém do Latim.

c) (V) a África é um continente multilinguista e se comunica por meio de mais de uma centena de línguas. Antes de os gregos terem a concepção de *sophia*, os africanos já tinham concebido *seba* para designar sábio.

d) (F) O que ficou conhecido como milagre grego possibilitou que os gregos inventassem a Filosofia e o significado deste termo.

2) Responda.

a) Qual é o significado da sigla Eseba?

b) E o significado de seu nome, você sabe? Se não sabe, pesquise e responda aqui.

3) Você conhece alguma palavra que utilizamos em nosso cotidiano que advém da língua africana? Se sim, cite algumas delas.

4) Você se considera uma pessoa sábia? Comente.

5) Existe diferença entre sabedoria e inteligência? Comente. Se tivesse que escolher apenas uma delas, qual seria a sua escolha? Comente.

Referências:

. CARTA CAPITAL. Palavras brasileiras de origem africana. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/conheca-as-palavras-que-herdamos-da-africa/>. Acesso em 15 de mar. 2025.

❖ **Aula 4:** Racismo Espistêmico / Epistemicídio

A Filosofia é um conhecimento, provavelmente, tetra milenar. O fato de ser tão antiga, ampla e diversificada, pois, abrange uma vasta gama de questões e problemas, leva-nos a compreender que foi acumulando, a cada dia, ao longo deste enorme período, incontáveis e diversas formas de conhecimentos.

Para fins didáticos, convencionou-se dividir a Filosofia em períodos e áreas. Nos manuais tradicionais de Filosofia, encontramos, por exemplo, a Filosofia dividida em quatro grandes períodos: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. No entanto, a dita Antiga se inicia na Grécia Antiga. Entendemos que está incompleta, pois, vimos nas aulas anteriores que, comprovadamente, existiu Filosofia anteriormente à Grécia Antiga, na Ásia e África, sobretudo. Em relação às áreas, podemos citar a Ética (se relaciona com o comportamento humano), a Estética (trata da questão do belo), lógica (examina os princípios da razão e do raciocínio), política (trata sobre a natureza do governo) e tantas outras. Nesta aula, gostaríamos de destacar uma área em especial, a epistemologia que se dedica à investigação sobre a natureza e os limites do conhecimento, incluindo questões sobre a validade e a origem do conhecimento.

Se nos recorrermos à etimologia da palavra epistemologia, encontraremos algo como estudo do conhecimento, pois, do grego, *episteme* seria conhecimento e *logia*, estudo. Neste caso precisamos nos questionar: o que a nossa sociedade racista e preconceituosa considera como conhecimento? A própria divisão em quatro grandes períodos, que vimos acima, nos sinaliza a resposta, uma vez que não considera os conhecimentos construídos pela Filosofia africana.

Nas aulas anteriores, vimos a visão do eurocentrismo. Vamos relembrar por meio da análise da palavra. Euro faz referência à Europa; “centr” faz referência ao centro/ algo principal e o sufixo “ismo” indica totalidade, assim, o termo faz uma referência explícita que tudo o que se trata da cultura europeia está no centro, em uma posição tão privilegiada, que se tornou a norma ou o modelo correto a ser seguido. Se já não fosse pretensão suficiente, existe um problema ainda maior. Se a cultura europeia é a norma (a regra), se está no centro, se é a única correta, necessariamente as demais estão incorretas, logo, as contribuições e perspectivas de outras culturas e regiões são totalmente desconsideradas e desqualificadas. Quando esta desqualificação se refere à

saberes construídos pela cultura africana, trata-se de racismo epistêmico ou epistemicídio. Epistemicídio (episteme como já vimos é conhecimento; homicídio é um assassinato, ou seja, é o assassinato de um determinado conhecimento) é um termo criado pelo sociólogo e estudioso das epistemologias do Sul Global, Boaventura de Sousa Santos, para explicar o processo de invisibilização e ocultação das contribuições culturais e sociais não assimiladas pelo ‘saber’ ocidental. Ou seja, se não for validado pela regra europeia é como se não tivesse valor e não pode ser considerado um conhecimento, é invisível e deve ser ocultado, apagado, esquecido.

Um exemplo disso é que até hoje, algumas pessoas questionam se pessoas negras possuem competência suficiente para pilotar aviões, exercerem a medicina, advogar, gerenciar empresas multinacionais, dentre outros. Esta modalidade de racismo é bastante cruel, pois, o preconceito não está no corpo negro, mas em sua capacidade intelectual.

Atividades:

- 1) Explique o que significa a expressão “tetra milenar”?
- 2) A maneira em que a Filosofia foi dividida (em quatro grandes períodos: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea) contempla a Filosofia africana? Justifique.
- 3) A epistemologia é uma área da Filosofia que se dedica a investigar o quê?
- 4) Conceitue “epistemicídio”.
- 5) Você conhece alguém (ou já ouviu histórias) que menosprezou os conhecimentos de um médico, advogado ou empresário pelo fato exclusivo de este profissional ser negro? Comente.

Referências:

DIPLOMATIQUE BRASIL. Filosofia africana. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/filosofia-em-disputa/>. Acesso em 16 de mar. 2025.

. UFRGS. Epistemicídio. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/#:~:text=Epistemic%C3%ADdio%20%C3%A9%20um%20termo%20criado,as%20similadas%20pelo%20'saber'%20ocidental>. Acesso em 16 de mar. 2025.

❖ **Aula 5:** Racismo e suas tipologias (parte 1)

“Eu tenho um sonho, que meus quatro filhos pequenos, um dia viverão numa nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter. Eu tenho um sonho hoje” (Martin Luther King – Discurso em 28/08/1963)

É interessante o fato de a maioria das pessoas concordarem que existe racismo no Brasil, no entanto, é curioso que ninguém se assume enquanto racista. Como poderia existir uma sociedade racista sem pessoas racistas? De imediato, para refletirmos um pouco, fazemos outras cinco perguntas:

- . Você acha que existe racismo no Brasil?
- . Você se considera uma pessoa racista?
- . Você conhece alguma pessoa racista em sua família?
- . Você conhece algum colega aqui da escola que é racista?
- . Afinal de contas, o que é o racismo? Existem muitas linhas de pensamento para responder esta pergunta e conceituar o racismo.

A Constituição Brasileira diz que todos os brasileiros são iguais perante a lei. Inclusive na lei nº 7.716/89 deste documento, prevê o racismo como crime e a pessoa que o pratica, induz ou incita qualquer tipo de discriminação está sujeita a pagar multas ou até mesmo ser presa. Casos de racismo devem ser denunciados às autoridades, sejam elas a polícia, pais/mães e, no caso na escola, aos professores e/ou funcionários.



Disponível em: <https://www.facebook.com/SenadoFederal/posts/denuncie-o-racismoa-lei-n-771689-define-os-crimes-resultantes-de-preconceito-de-/4420191201330034/>. Acesso em 29 de abr. 2025.

Para a filósofa brasileira Djamila Ribeiro, o racismo é um sistema de opressão que afeta a vida e as oportunidades de pessoas negras. Nesta mesma linha, a filósofa Sueli Carneiro define o racismo como um sistema de opressão que reduz a humanidade das pessoas negras, promovendo a desigualdade. Nesta aula, conheceremos três tipos de racismo: o individual, o cultural e o ambiental.



a) Racismo individual: refere-se a atitudes discriminatórias de pessoas contra outras devido à sua raça, cor ou etnia (grupo humano definido por características culturais, históricas, linguísticas ou religiosas comuns, como a língua, a história, a cultura e a religião. Exemplo: ciganos, judeus, muçulmanos, dentre outros).

Racismo individual. Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-gratis/conceito-de-racismo-com-o-homem-sendo-apontado_8786182.htm. Acesso em 26 de abr. 2025



b) Racismo cultural: refere-se à crença de que uma cultura é superior a outras. Lembrando que cultura é o conjunto de conhecimentos, crenças, valores, práticas e comportamentos compartilhados por um grupo social e transmitidos de geração em geração. Neste caso, as pessoas brancas consideram que seus conhecimentos, crenças, comportamentos e valores são superiores às das pessoas negras e indígenas.

Racismo Cultural. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/violencia-contr-os-povos-indigenas-invasoes-e-exploracao-ilegal-aumentam-pelo-sexto-ano-seguido/>. Acesso em: 29 de abr. 2025



c) Racismo ambiental (ou ecológico): ocorre quando grupos marginalizados, em sua maioria negros e indígenas, sofrem com a negligência ambiental que enriquece grandes empresários. Casas construídas próximas a lixões, sem rede de esgoto, sem água tratada, crianças e idosos expostos à riscos maiores de doenças devido a diversos tipos de poluição.

Racismo Ambiental. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1003202598477321&id=100063627698682&set=a.505186928278893>. Acesso em 29 de abr. 2025

Atividades:

1) Leia a notícia abaixo e descubra a que tipo de racismo se refere, assinalando dentro dos parênteses. Se for racismo individual, escreva RI; para racismo cultural, escreva RC; e para racismo ambiental, escreva RA.

a) (RC) *“Na aldeia Yanomami Palimiú, integrantes da facção criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC envolvidos com o garimpo desferiram tiros contra comunidades, instaurando um clima de terror. Houve pelo menos 16 ataques do tipo na região. Duas crianças morreram afogadas após serem arrastadas pela correnteza de uma draga que operava em frente a uma comunidade. O povo Munduruku, por sua vez, teve a sede de sua associação de mulheres atacada, lideranças recebendo ameaças de morte e uma delas, Maria Leusa, chegou a ter sua casa incendiada. Nos dois territórios, o aumento da atividade garimpeira foi aterrador e implacável – foram ao menos 44 territórios originários que registraram danos causados pelo garimpo em 2021”.* Racismo_____.

b) (RA) *“O saneamento básico é um direito garantido na Constituição e pela Lei 11.445/07, mas são poucas as cidades brasileiras que o possui. Em números, apenas 46% do esgoto gerado no Brasil é tratado. O país do samba e do futebol despeja por dia na natureza 5.717 piscinas olímpicas de esgoto sem tratamento. Por ano são mais de 2 milhões de piscinas, segundo dados do Instituto Trata Brasil. Infelizmente as áreas mais pobres são as que mais sofrem. Nas 100 maiores cidades do Brasil, as áreas ditas “irregulares” – favelas e periferias – não possuem sequer garantia de regularização. O que vemos é que água não é tratada, o lixo não é recolhido, há ligações clandestinas que contaminam a água e o esgoto permanece a céu aberto em frente às casas, permitindo o contato direto de crianças, adultos e animais, o que causa severas implicações para a saúde”.*

c) (RI) *“Estudante de escola particular é vítima de racismo na Zona Norte de SP: 'Seu cabelo é de Bombril, serve pra limpar panela'. Menina do 9º ano do Ensino Fundamental estava assistindo a um torneio de interclasses, quando sofreu ataques verbais. Um dos alunos chegou a imitar sons de macaco para a aluna. Escola diz que encerrou jogo e chamou pais de acusados de racismo”.*

- 2) Explique, com suas palavras, o que é racismo individual.
- 3) Qual é a diferença entre racismo por raça e por etnia?
- 4) Crie uma pequena história onde um personagem branco acha que seus conhecimentos são superiores ao dos indígenas.
- 5) Faça um desenho que retrate o racismo ambiental.

Referências:

. SUIFT. Tipos de racismo. Disponível em:

<https://respeitoaoplaneta.swift.com.br/responsabilidade-social/conheca-o-que-e-racismo-e-quais-sao-as-suas-ramificacoes/#:~:text=Racismo%20Ambiental%20ou%20Ecol%C3%B3gico,de%20discrimina%C3%A7%C3%B5es%20contra%20comunidades%20perif%C3%A9ricas.>

Acesso em 29 de abr. 2025.

❖ **Aula 6:** Racismo e suas tipologias (parte 2)

O racismo é uma prática que tem inúmeras consequências, algumas trágicas. Pode se manifestar desde a exclusão social e desigualdade econômica até à discriminação no acesso à saúde e educação, bem como de inúmeros outros direitos. O racismo na escola, sobretudo por se tratar de crianças e adolescentes, tem consequências graves, afetando o desenvolvimento emocional, social e acadêmico dos estudantes. A discriminação e a violência racial podem levar a problemas como depressão, baixa autoestima, agressividade, dificuldades de aprendizagem e isolamento social, além de impactar a construção de uma identidade saudável. É papel de toda a comunidade escolar combater o racismo, caso não o faça ou não o faça com eficiência, necessariamente a escola se torna um espaço de insegurança e medo, comprometendo diretamente a aprendizagem dos estudantes. Na aula passada tomamos conhecimento de alguns tipos de racismo. Nesta, conheceremos mais três: racismo na saúde, o internalizado e o primário.



- a) Racismo na saúde: Refere-se à falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, discriminação por

parte de profissionais de saúde, diagnósticos errôneos, tratamentos inadequados, procedimentos desnecessários, toque (sexual) sem consentimento, dentre outros.

Racismo na saúde. Imagem e vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6k8i8oTU42s>. Acesso em 30 de abr. 2025.

Em uma sociedade em que as palavras podem ser manipuladas, muitas vezes os fatos falam por si. Por isto, ao invés de detalharmos esta modalidade de racismo, decidimos apresentar uma reportagem sobre o racismo na saúde do site averdade.org.br. A reportagem na íntegra e a imagem da jovem universitária Vitória, estão disponíveis em: <https://averdade.org.br/2024/04/jovem-negra-morre-por-negligencia-do-sistema-de-saude-em-uberlandia/>. Acesso em 29 de abr. 2025.

Jovem negra morre por negligência do sistema de saúde em Uberlândia



Quando Vitória voltava da universidade, começou a passar mal e o motorista do ônibus desviou o trajeto para a Unidade de Atendimento Integrado (UAI) mais próxima.

Chegando na Unidade de Atendimento Integrado (UAI) Tibery, após pedir socorro, o motorista recebeu a informação de que nada poderia ser feito no momento pois, por protocolo, os médicos não poderiam sair da unidade de atendimento e prestar socorro a jovem que estava no ônibus a poucos metros da entrada da UAI.

Infelizmente, esse não foi o primeiro caso de negligência com a vida da juventude negra em Uberlândia. No final de outubro de 2022 o rapper Drew procurou a mesma unidade de atendimento, alegando muita falta de ar e o corpo cheio de manchas. Mas não foi acolhido como deveria. Após ser liberado para casa, retornou à unidade horas depois com uma piora nos sintomas e foi atendido pelos médicos novamente. Mas não resistiu.

Em ambos os casos, o tempo de espera das vítimas e um atendimento de qualidade seria crucial para que suas vidas fossem salvas.

A morte desses dois jovens é um reflexo do projeto político de extermínio que o Estado controlado pela burguesia que tem como alvo a população trabalhadora em geral e em particular os jovens, as mulheres, a população negra e a periferia.

A negligência com o sistema de saúde pública é só mais uma das ferramentas utilizadas para que esse massacre aconteça e seja visto como mais uma inevitável tragédia.



b) Racismo Internalizado: A pessoa de um grupo racializado aceita e internaliza as crenças e atitudes racistas dirigidas ao seu próprio grupo. Por quais motivos? Entendemos, que sejam, no mínimo, dois: a falta de uma educação antirracista proporcionada pela família e a não oferta de letramento racial na escola e outros lugares sociais.

Racismo Internalizado. Disponível em: <https://www.guarulhoshoje.com.br/2021/11/17/racismo-na-infancia-prejudica-o-desenvolvimento-de-criancas-negras/>. Acesso em 29 de abr. 2025

É necessário que as crianças e adolescentes, possam sim refletir e se autoconhecerem, mas além disso, que, mergulhadas em uma educação antirracista, possam adquirir letramento racial suficiente para poderem se posicionar contrárias ao sistema racista em nossa sociedade. E o que queremos dizer com a expressão mergulhadas? É que a escola, sozinha, não é capaz de ofertar educação antirracista aos seus estudantes. Esta tarefa é de toda a sociedade, a iniciar pela família.

No entanto, muitas famílias não tem, definitivamente, condições psicológicas para educar racialmente seus/suas filhos/as, preferindo muitas vezes o silenciamento ou a aceitação da condição considerada desfavorável. A cor da pele torna-se um problema do qual talvez a solução mais fácil (ou única) é não tocar no assunto. O problema é que as vezes um vento mais forte retira a “sujeira debaixo do tapete” e aquele “nó na garganta” é desfeito da pior maneira possível. Para evitar situações piores futuramente, uma possível solução é seguir o exemplo de minha mãe. Quando éramos crianças me avisou, juntamente com meu irmão e minha irmã, que éramos negros e que deveríamos nos orgulhar disto, jamais nos envergonhar. A preocupação de minha mãe com minha irmã foi maior, pois, ela, apesar de negra, possui tom de pele mais claro. Para ela a informação foi mais direta, pois, minha mãe a olhou nos olhos e disse: você tem a pele mais clara como a de seu pai, mas nunca se esqueça de que você também é negra. E, de fato, nem ela e nem eu e meu irmão nunca nos esquecemos desta aula antirracista familiar. Uma solução simples, porém, eficaz, principalmente para uma mulher negra com pouca escolarização e que somente obteve aula de letramento racial na escola da

vida.

Nem sempre as famílias possuem condições de educar seus filhos/as racialmente, mas as instituições devem possuir, pois, já existem ferramentas institucionais para isto, inclusive. Os líderes religiosos devem oferecer educação antirracista para que os/as catequistas a repliquem aos fiéis; os/as ministrantes de cursos também devem recebê-la para que possam replicar aos seus cursistas; as ONGs aos seus assistidos e assim por diante, pois, como dissemos anteriormente, a escola sozinha não é capaz de abarcar todo esse público, até porque, nem todas as crianças e adolescentes, infelizmente, frequentarão a escola.

Para que as crianças e adolescentes não internalizem o racismo, é necessário que tenham, ao menos, uma mínima formação racial para isso. As escolas podem e devem oferecer tais formações e oportunidades de letramento racial, tais como grupos de pesquisas com estudantes negros/as e pardos; grupos de leituras com ênfase em autores/as negros/as; trabalhos extra classe de pesquisa sobre ícones negros/as nas mais diversas áreas sociais (não apenas no esporte); promover ações culturais sobre a cultura negra não apenas no mês de novembro, mas distribuídas ao longo do ano letivo; organizar visitas de campo a museus que valorizem a cultura negra; proporcionar que grupos culturais negros façam apresentações na escola; realizar oficinas de danças e/ou brincadeiras africanas.

Para refletir e agir. Sua escola oferece alguma destas ações? Se oferecer, participe, pois, quanto mais sabemos sobre o assunto, mais conscientes nos tornamos, menos racistas seremos e teremos uma autoestima capaz de não permitir que as crianças racializadas internalizem o racismo.



c) Racismo Primário: esta manifestação de racismo também é conhecida como racismo emocional ou psicossocial e refere-se a manifestações de preconceito e discriminação racial que não são justificadas por argumentos racionais ou lógicos, mas sim por sentimentos, emoções e crenças arraigadas. É um tipo de racismo que se manifesta de forma mais direta e pessoal, frequentemente sem a necessidade de uma justificção explícita.

Novamente, optamos por mais um relato para ilustrar esta modalidade de racismo. A reportagem sobre o racismo primário do site dw.com. A reportagem na íntegra e a imagem do jovem atirador, estão disponíveis em: <https://www.dw.com/pt-br/atirador-de-charleston-era-racista-convicto-afirma-amigo/a-18526658>. Acesso em 29 de abr. 2025.

Atirador de Charleston era racista convicto, afirma amigo

19/06/2015



Jovem de 21 anos é descrito como uma pessoa que acreditava na supremacia dos brancos e idolatrava regimes racistas, como o apartheid. Ele comprou uma arma com dinheiro ganho dos pais, relata amigo de infância.

Dylann Storm Roof, o homem de 21 anos que é o principal acusado de cometer um crime motivado por ódio numa igreja da comunidade negra na cidade de Charleston, na Carolina do Sul, foi descrito pelo amigo que repassou seu nome às autoridades, nesta quinta-feira (18/06), como um racista convicto que acreditava na supremacia dos brancos.

Roof é o principal suspeito do assassinato de nove pessoas negras que estavam participando de um grupo de oração na noite de quarta-feira. Entre as vítimas está o pastor Clementa Pinckney, uma figura importante da comunidade negra local e representante democrata no Senado da Carolina do Sul.

O suspeito foi identificado por seu amigo de infância Joseph Meek, de 20 anos, que avisou o FBI depois de reconhecê-lo em imagens de câmeras de vigilância exibidas pela imprensa. Roof foi detido na vizinha Carolina do Norte, de onde foi levado de volta ao estado onde o crime foi cometido, a fim de aguardar julgamento.

Meek relatou que o amigo, com o qual ele recentemente havia retomado contato, havia se tornado um racista declarado, dizendo coisas como "os negros estão tomando conta do mundo" e que "alguém precisa fazer alguma coisa pela raça branca", num dia em que os dois se encontraram para beber vodka.

Roof acabara de comprar uma arma com o dinheiro que recebera dos pais no seu aniversário, relatou o amigo. Meek contou ainda que ficou preocupado quando Roof afirmou ter um plano e pegou a arma do porta-malas do carro do amigo. No dia seguinte, quando ele estava novamente sóbrio, devolveu-a.

O interesse de Roof pela supremacia branca é bem documentado em sua página no Facebook, que exibe fotos dele posando com uma bandeira dos Estados Confederados da América (unidade política formada por estados do sul dos EUA, notoriamente agrários e escravistas, em 1861). Ele também pode ser visto vestindo uma jaqueta com as bandeiras da África do Sul na época do apartheid e da antiga Rodésia, um Estado africano não reconhecido e governado por uma minoria branca no território do atual Zimbábue. Esses dois regimes são muito admirados nos Estados Unidos pelos supremacistas brancos.

Quando a noite caiu nesta quinta-feira, pessoas se reuniram na Igreja Metodista Episcopal Africana Emanuel de Charleston para uma vigília. Na entrada do tempo, flores, cartões e velas lembravam e homenageavam os mortos.

Sabemos que, infelizmente, o racismo é uma realidade na maior parte dos países do mundo e não temos condições de acabar com todo ele, mas podemos e devemos fazer nossa parte e ajudar a construir uma sociedade antirracista. Você está fazendo bem a sua parte?

Atividades:

- 1) Faça um desenho que retrate o racismo na saúde.
- 2) Explique, com suas palavras, o que é racismo internalizado.
- 3) Quais são os principais motivos que levam uma pessoa a internalizar o racismo que sofre?
- 4) Crie uma pequena história onde os funcionários de um hospital, sendo racistas primários, tratam mal e deixam de prestar assistência à uma pessoa pelo fato de ela ser negra.
- 5) Em grupos de 3 a 5 estudantes, encenem a história criada pelo grupo.

Referências:

A VERDADE. Reportagem da jovem negligenciada no sistema de saúde na cidade de Uberlândia. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/jovem-negra-morre-por-negligencia-do-sistema-de-saude-em-uberlandia/>. Acesso em 28 de abr. 2025.

SWIFT. Tipos de racismo. Disponível em: <https://respeitoaoplaneta.swift.com.br/responsabilidade-social/conheca-o-que-e-racismo-e-quais-sao-sas-suas-ramificacoes/>. Acesso em 28 de abr. 2025.

❖ **Aula 7:** Refletindo sobre o racismo (parte 1)

A aula de hoje será mais silenciosa e individualizada para que possamos bem refletir sobre o racismo latente em nossa sociedade. Será exibido, coletivamente, três vídeos.



a) (_____)

Imagem XX. Pastor e o amigo branco. Vídeo completo disponível em:

https://youtube.com/shorts/yk_aEqaJOPo?si=17exegRwj8JFart4.

Acesso em 30 de abr. 2025.



b) (_____) Imagem XX. Piloto

de avião é vítima de racismo. Vídeo completo disponível em:

https://youtube.com/shorts/TL9qIbCnB08?si=FGKPZFy_HdLCB6x4.

Acesso em 30 de abr. 2025.



c) (_____).

Imagem XX. O preconceito cega. Vídeo completo disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=aec-i7n6V48>.

Acesso em 30 de abr. 2025

Após a exibição dos mesmos, responda as questões abaixo.

- 1) Nomeie e escreva, dentro dos parênteses, o tipo de racismo que identificou no vídeo.
- 2) Escreva um parágrafo com o seu entendimento sobre cada vídeo.

- 3) No vídeo “a”, qual seria sua reação, em caso de ser negro, ao ouvir dos colegas: negro não vai brincar com a gente?
- 4) No vídeo “b”, como teria terminado esta situação se o piloto tivesse respondido a passageira com agressividade? Comente.
- 5) No vídeo “c”, você tem as mesmas desconfianças sobre as pessoas negras que a atendente do caixa teve? Comente.

Referências:

. Pastor e o amigo branco. YouTube. 02min59s. Vídeo completo disponível em: https://youtube.com/shorts/yk_aEqaJOPo?si=17exegRwj8JFart4. Acesso em 30 de abr. 2025.

. Piloto de avião é vítima de racismo. YouTube. 02min59s. Vídeo completo disponível em: https://youtube.com/shorts/TL9qIbCnB08?si=FGKPZFy_HdLCB6x4. Acesso em 30 de abr. 2025.

. O preconceito cega. YouTube. 04min38s. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aec-i7n6V48>. Acesso em 30 de abr. 2025.

❖ **Aula 8:** Refletindo sobre o racismo (parte 2)

A proposta da aula de hoje é uma Roda de conversa sobre os vídeos da aula 7. Cada estudante (máximo de 05 estudantes) poderá ler e comentar suas respostas. Poderão também dizer se já presenciaram algum ato ou modalidade de racismo.

Atividade escrita: Sabemos que o racismo existe desde muito tempo e está impregnado em nossa sociedade brasileira. Em sua opinião, o que poderia ser feito para diminuir o racismo, ao menos no interior das escolas? Explique suas estratégias.

❖ **Aula 9:** Palavras e expressões racistas

Na aula de hoje vamos ouvir um podcast produzido em 2024 pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Antirracista (GEPEA) do Cap. Eseba/UFU sobre expressões racistas.

Link: <https://open.spotify.com/episode/0WWRSn6jne5j2GrgSQdf69>



Atividades:

- 1) Escreva quais expressões racistas que ouviu neste podcast e já conhecia. O que acha destas expressões?
- 2) Você conhece outras expressões racistas? Cite algumas delas.
- 3) Mesmo sem querer, você já utilizou algumas delas? Quais?
- 4) O que diria se ouvisse alguém dizer algumas destas expressões?
- 5) Você já ouviu a expressão “Para inglês ver”? Sabia que ela se relaciona com as pessoas negras? Pesquise e descubra qual é esta relação.

Referências:

. Expressões racistas e seus significados. Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/Not%C3%ADcia/novembro-negro-conheca-algumas-expressoes-racistas-e-seus-significados>. Acesso em 30 de abr. 2025.

. Podcast do Grupo de Estudos em Educação Antirracista (Gepea). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0WWRSn6jne5j2GrgSQdf69>. Acesso em 02 de ago. 2025.

❖ **Aula 10:** Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 como tentativas de combater o epistemicídio

Na aula 08, vocês deram sugestões de estratégias de como diminuir o racismo no interior das escolas. E porque pensar em estratégias? A resposta é simples: porque o racismo está tão impregnado em nossa sociedade que, sem a ação humana, esta prática

criminosa se perpetuará eternamente. Sabendo disso, como tentativa de diminuir a prática de racismo, foram criadas leis federais. Hoje, conheceremos duas: as leis 10.639/03 e 11.645/08 como tentativas de combater o epistemicídio.

A lei 10.639, de 2003, cujo ministro da educação era *Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque*, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Nela, destaca-se o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e a importância do negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. A orientação é que estes conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira sejam ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, no entanto, parece que, propositalmente, muitos se esquecem que a oferta deve ocorrer em todo o currículo escolar e se confundem, pensando que tais conteúdos podem apenas serem ministrados nas disciplinas acima citadas.

Essa Lei, mesmo que ainda não tenha atingido totalmente o seu objetivo, é um marco histórico, não apenas para a educação, mas como para toda a sociedade brasileira, uma vez que criou por meio do currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Ela oportuniza, principalmente aos negros, novas possibilidades educacionais em um universo de extremas diferenças socioculturais presentes na formação do país e contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

A segunda lei, 11.645, de 2008, quando à época, Fernando Haddad era ministro da educação, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Percebe-se que esta segunda,

veio acrescentar ao currículo a obrigatoriedade de tratar sobre a cultura e história dos povos originários brasileiros.

Tais leis se mostram importantes tanto para professores/as negros/as, quanto para estudantes negros/as, pois, reconstrói neles/as a imagem positiva do continente africano, eleva a autoestima dos estudantes e contribui para que os demais estudantes sejam menos resistentes à diversidade étnico-racial. Entendemos que esta resistência não parte apenas dos estudantes, mas de toda a sociedade e é por isso que a implantação destas leis exigiu da população negra, muita paciência, resiliência, força e lutas dos movimentos negros, sobretudo os das décadas de 1970 e 1980.



Uma das responsáveis pela criação da lei 10.639/2003 foi a professora porto-alegrense Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Ao consultarmos o seu currículo Lattes, conhecemos sua formação acadêmica e suas grandes contribuições para a educação brasileira.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faced/ppgedu-traz-petronilha-silva-para-aula-inaugural/>. Acesso em 15 de mar. 2025.



A também professora Francisca Novantino Pinto de Ângelo, uma indígena do povo Paresi de Mato Grosso, grande incentivadora da lei 11.645/2008, que complementa a lei 10.639 e inclui a temática indígena, foi representante indígena na Comissão de Educação Escolar Indígena do MEC (2010), e da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) do Ministério da Justiça (2006).

Francisca Novantino Pinto de Ângelo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoac/chikinha-paresi>. Acesso 15 de mar. 2025.

Um fato que mereceu grande destaque do Jornal O Globo em 10/04/2002 é que, provavelmente, os grupos mais excluídos de nossa sociedade, negros e indígenas, ocupam pela primeira vez, em 50 anos de existência, espaços no Conselho de Educação.

Índia e negra no Conselho de Educação

Grupos excluídos terão representantes pela primeira vez em 50 anos de existência do órgão

10 Lisandra Paraguassú

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

— Espero que a educação desses dois segmentos seja incentivada e que a educação promova uma integração racial maior — disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, durante a posse de dez novos conselheiros.

Francisca e Petronilha têm uma formação acadêmica muito além do usual em seus grupos sociais. Entre a população negra, por exemplo, o índice de jovens que chegam à universidade está em 2%.

Escolha em uma reivindicação antiga

A escolha das conselheiras era uma reivindicação antiga das comunidades, atendidas agora que o governo federal decidiu assumir um tom politicamente correto e reconhecer a discriminação e a diferença de oportunidades que existe no país. Entre as últimas medidas estão a adoção de cotas para negros no serviço público e a flexibilização dos parâmetros curriculares específicos para escolas indígenas.

Ontem foi eleito também o novo presidente do Conselho, José Carlos de Almeida, reitor da Universidade Católica da Bahia. ■



O MINISTRO PAULO Renato abraça as conselheiras Francisca e Petronilha: "Espero que a educação promova uma integração racial maior"

'A escola é excludente'

Francisca sonha com ensino sem exclusão

• Formada em história, com especialização em antropologia, Francisca Novantino é uma exceção entre os índios brasileiros, já que poucos chegam à universidade.

— É difícil para o índio estudar, principalmente ter acesso a um curso superior. A escola é excludente, impõe uma cultura que não é a do índio — disse ela, que nasceu em Curitiba, numa família que teve as terras desapropriadas, e que cresceu sem falar a língua de sua tribo pareci.

No Conselho Nacional de Educação, a principal missão de Francisca será ajudar na elaboração das diretrizes da educação indígena. Mas ela não quer ficar apenas nisso. Sua intenção é trabalhar também para que o currículo das demais escolas não exclua os índios.

— É uma grande responsabilidade. Vamos trabalhar para fazer a transição dessa escola imposta para uma escola que seja realmente indígena — afirmou a conselheira.

'Espero poder ajudar'

Acesso à universidade é meta de Petronilha

• Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, de 59 anos, gaúcha de Porto Alegre, é doutora em ciências humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com pós-doutorado em Teoria da Educação na Universidade da África do Sul, onde foi professora visitante. A nova conselheira fala francês e inglês com fluência e fez especialização em Paris pelo Instituto de Planejamento da Educação da Unesco. Hoje, é uma das coordenadoras de estudos afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos.

— Espero poder ajudar a melhorar o acesso da comunidade de afro-descendentes ao ensino superior — diz ela.

Na semana anterior à posse, Petronilha esteve nos EUA dando palestras sobre educação nas comunidades negras. Ela sabe que seu currículo e sua experiência não fazem o perfil da sua comunidade e é justamente esse quadro que pretende ajudar a mudar.

Matéria sobre Petronilha e Francisca no Conselho de Educação, veiculada em 10 de abr. 2002 no Jornal "O Globo"



Segundo Wanderson Flor do Nascimento, em entrevista por vídeo em no quadro Conversações filosóficas em 2020, as leis

Imagem 6: Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <https://www.goethe.de/prj/hum/pt/aut/22336168.html>. Acesso em 15 de mar. 2025.

10.639/2003 e 11.645/2008, mesmo que bem recentes (a primeira pouco mais de vinte anos) e pouco aplicadas na maior parte das escolas, tiveram um grande impacto na educação brasileira, pois, movimentaram a discussão sobre Filosofia africana e indígena no Brasil. Mesmo que pequena e tímida, toda discussão se deve a elas. Antes da implantação delas, raríssimas iniciativas do gênero ocorreram. Em muitos outros países, como Estados Unidos, França, Alemanha, Itália, Inglaterra essa discussão já está

presente há pelo menos cinquenta anos, por isso já existe um acúmulo de pesquisas nesta temática. No Brasil, essa discussão se iniciou muito tardiamente e apenas por força da lei, o que prova o caráter racista de nossa sociedade.

Em concordância com Nascimento, interpretamos que, de fato, a criação destas leis foi muito importante para uma sensibilização inicial sobre a temática racial no Brasil, no entanto, não se pode exigir que estas façam o milagre de, em pouco mais de vinte anos, desconstruir a ideia de que o negro não tem voz e vez no Brasil, uma vez que, de 526 anos de Brasil, em aproximadamente 400 anos, os negros foram escravizados.

A criação destas leis serve de incentivo, mas independentemente delas, precisamos ser sempre e em todos os casos, legítimos antirracistas.

Atividades: Jogo de tabuleiro – Antirracismo na escola



O trajeto do jogo, segue a lógica de avanço e recuo e contém ações positivas e negativas para que os estudantes possam refletir a respeito do assunto.

COMO FUNCIONA

- Objetivo: promover a conscientização sobre a importância da igualdade racial e combater o racismo por meio de ações positivas.
- Materiais necessários: tabuleiro, dado, pino, cartas de ação, livreto de apoio.

REGRAS DO JOGO

1. Antes de começar, apresente à turma conteúdos como leis, conceitos de racismo, antirracismo e racismo ambiental.
2. Divida a turma em grupos de dois a quatro jogadores.
3. Os jogadores se movem pelo tabuleiro ao lançar os dados.
4. Cada setor representa desafios específicos relacionados ao racismo. Os jogadores avançam ou retrocedem conforme adotam atitudes racistas ou antirracistas.
5. As cartas “Para aprender” aprofundam temáticas. Ao cair em uma dessas casas, o

jogador deve seguir as instruções da carta retirada do baralho.

6. Durante o jogo, os participantes discutem propostas para reforçar as atitudes antirracistas.

7. Vence o jogo quem chegar primeiro à casa final, sinalizada no tabuleiro pela igualdade racial. A vitória é compartilhada, enfatizando que o combate ao racismo é uma conquista coletiva.

- Debate pós-jogo: Inclua uma fase para que os jogadores apresentem suas experiências e reflexões, destacando a importância da igualdade racial na sociedade.

LIVRETO DE APOIO

Antes de iniciar o jogo, sugerimos que os docentes façam uma aula expositiva apresentando o que é o racismo e como ele se manifesta em nossa sociedade. Autores e autoras negras citadas neste material podem servir de base para sua pesquisa. Esse livreto contextualiza os temas abordados no jogo que exigem pesquisa e auxilia estudantes com baixa conectividade na hora de jogar.

Confira um resumo dos temas abordados que vão aparecer durante a partida:

• O que é Racismo Ambiental?

Racismo Ambiental é um termo cunhado em 1981, por Benjamin Franklin Chavis Jr., líder negro e ativista pelos direitos civis. Trata-se de uma discriminação racial causada pela distribuição injusta de recursos e riscos ambientais aos quais etnias vulnerabilizadas são expostas, assim como a exclusão dessa população na elaboração de políticas públicas que remediem a situação.

Fonte: <https://baoba.org.br/racismo-ambiental>

- Citação: Pesquise onde Carolina nasceu e como ela ficou famosa. Avance agora uma posição e compartilhe sua pesquisa na próxima rodada.

Maria Carolina de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, interior rural de Minas Gerais. Em 1921, frequentou durante três semestres o Colégio Espírita Allan Kardec, período responsável pela totalidade de sua educação formal e por despertar sua paixão pela escrita e leitura.

Carolina compôs seu primeiro verso em 1936. Em 1937 chegou a São Paulo e em 1948 mudou-se para a Favela do Canindé, localizada na margem esquerda do rio Tietê. Nos anos seguintes, Carolina ganhou destaque como poetisa em revistas e jornais, mas foi com o lançamento do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, em 1960, que a escritora atingiu a fama. No ano de lançamento, com várias reedições, foram vendidos mais de cem mil exemplares.

Fonte: <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/biografia/>

- Personalidade: **[Angela Davis]** Escolha uma pessoa para dizer o que é abolicionismo penal. Se ela não souber, vocês ficam uma rodada sem jogar.

O abolicionismo penal é uma corrente política que visa mudar a lógica da punição para práticas de delitos e do próprio sistema carcerário. Essa corrente defende que a ideia de pena ou punição para qualquer tipo de infração tem se mostrado ineficaz, uma vez que traz malefícios sociais, como a discriminação, e não atinge a raiz do problema.

Fonte: <https://www.politize.com.br/abolicionismo-penal/>

- Personalidade: **[Conceição Evaristo]**. Pesquise uma poesia dela para ler em voz alta para todos. Após a leitura, avance uma posição.

Vozes-mulheres

A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. ecoou lamentos de uma infância perdida.

A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta no fundo das cozinhas alheias debaixo das

trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela.

A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha recolhe todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade.

Presente em *Poemas de recordação e outros*

Movimentos

Meu Rosário

Meu rosário é feito de contas negras e mágicas.

Nas contas de meu rosário eu canto Mamãe Oxum e falo padress-nossos, ave-marias.

Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques do meu povo e encontro na memória mal adormecida as rezas dos meses de maio de minha infância.

As coroações da Senhora, onde as meninas negras,

apesar do desejo de coroar a Rainha, tinham de se contentar em ficar ao pé do altar lançando flores.

As contas do meu rosário fizeram calos nas minhas mãos, pois são contas do trabalho na terra, nas fábricas, nas casas, nas escolas, nas ruas, no mundo.

As contas do meu rosário são contas vivas.

(Alguém disse um dia que a vida é uma oração,

eu diria porém que há vidas-blasfemas).

Nas contas de meu rosário eu teço entumecidos sonhos de esperanças.

Nas contas do meu rosário eu vejo rostos escondidos por visíveis e invisíveis grades e embalo a dor da luta perdida nas contas do meu rosário.

Nas contas de meu
rosário eu canto, eu
grito, eu calo.

Do meu rosário eu sinto
o borbulhar da fome no
estômago, no coração e
nas cabeças vazias.

Quando debulho as
contas de meu rosário,
eu falo de mim mesma
em outro nome.

E sonho nas contas de
meu rosário lugares,
pessoas, vidas que
pouco a pouco descubro
reais.

Vou e volto por entre as
contas de meu rosário,
que são pedras
marcando-me o corpo
caminho.

E neste andar de contas-
pedras, o meu rosário se
transmuda em tinta, me
guia o dedo, me insinua
a poesia.

E depois de macerar
conta por conto do meu
rosário, me acho aqui eu
mesma e descubro que
ainda me chamo Maria..

Presente em *Poemas de
recordação e outros
movimentos*

- Personalidade: [**Lélia González**]. Escolha duas pessoas para pesquisar sobre a fundação do MNU e seus impactos no Brasil. O MNU é o Movimento Negro Unificado, uma organização pioneira na luta do povo negro no Brasil. Foi fundada no dia 18 de junho de 1978 e lançada no dia 7 de julho do mesmo ano, em um evento que aconteceu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

Em uma sociedade racista, o MNU propõe a defesa do povo negro em todos os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. “O movimento contribuiu com a compreensão da tripla exploração contra a mulher negra e, portanto, contra todas as mulheres, com proteção da exploração sexual, o machismo e a desigualdade salarial. Então, o MNU pauta essa questão do feminismo, o movimento de mulheres negras brasileiras é reconhecido internacionalmente”, diz Simone Nascimento, integrante da coordenação nacional do movimento.

Fontes: <https://mnu.org.br/> e <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

- Personalidade: [**Kabengele Munanga**]. Fique uma rodada sem jogar. Pesquise sobre a lei 11.645 e, quando for sua vez novamente, compartilhe os principais pontos com todos. A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela lei 10.639/2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Ela inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena.

Fonte: www.planalto.gov.br

- Personalidade: [**Luiz Gama**]. Pesquise como foi a infância de Luiz e compartilhe com os demais antes de avançar uma posição.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) foi advogado, jornalista e poeta. Uma das principais figuras do movimento abolicionista brasileiro. Ele era filho de uma escravizada liberta com um descendente de portugueses. Aos 10 anos, seu pai o vendeu como escravizado e aos 17 ele conseguiu comprar de volta sua liberdade. Foi autodidata e tornou-se um estudioso de letras.

Fonte: <https://www.bbc.com/>

- Personalidade: [**Djamila Ribeiro**]. Pesquise sobre o conceito de lugar de fala e compartilhe na sua próxima rodada. Permaneça na mesma posição. O conceito de “lugar de fala” está ligado à ideia de refletir sobre quem tem o poder de voz em uma sociedade patriarcal e racista, onde os discursos legitimados partem sempre dos homens brancos heterossexuais. Quem foge desse recorte é visto como o “outro” e essa hierarquização de discursos impede que esses grupos ocupem determinados espaços. Todos têm lugar

de fala, uma vez que todos estão localizados socialmente, mas é preciso pensar como falar a partir do seu lugar sobre outras questões. A pessoa branca deve discutir racismo, mas questionando sua responsabilização neste cenário e como ela pode contribuir para uma sociedade menos desigual.

Fontes: Livro “Lugar de fala”, da série “feminismos plurais”, com organização de Djamila Ribeiro. e Curta! Livros | O que é lugar de fala?

- Personalidade: **[Itamar Vieira Jr.]**. Fique uma rodada sem jogar para pesquisar sobre o livro. Quando for sua vez novamente, exponha o que encontrou aos demais e avance duas posições.

No sertão baiano as irmãs Bibiana e Belonisia encontram uma velha e misteriosa faca na mala guardada sob a cama da avó. Ocorre então um acidente. E para sempre suas vidas estarão ligadas - a ponto de uma precisar ser a voz da outra. Filhas de trabalhadores rurais descendentes de escravizados, as irmãs irão crescer entre a extenuante rotina do campo, as tradições religiosas afro-brasileiras - com suas velas, incensos e ladainhas quase imemoriais - e a absorvente vida familiar.

Com o passar dos anos, a antiga proximidade entre elas vai se desfazendo aos poucos. Enquanto Belonisia parece satisfazer-se com o serviço na fazenda e os encantamentos do pai, o curandeiro de corpo e espírito Zeca Chapéu Grande, Bibiana toma consciência do estigma da servidão imposto à família e decide lutar pelo direito à terra e pela emancipação dos trabalhadores rurais.

Fonte: Torto Arado (Todavia)

- Personalidade: **[Abdias do Nascimento]**. Em um pronunciamento em 1998, Abdias homenageou Zumbi dos Palmares. Apresente a história de Zumbi e avance duas posições. Em um *pronunciamento no Senado Federal em 1998*, Abdias Nascimento cita Zumbi dos

Palmares. Zumbi dos Palmares foi um dos maiores líderes no combate às desigualdades raciais e à escravidão existentes no século XVII no país. Ele sucedeu seu tio Ganga Zumba, que na época liderava Palmares, mas passou a ser considerado um traidor por negociar um acordo que colocava fim à guerra de combate à escravidão com o governo português. Ao firmar esse pacto, Ganga Zumba vai para Cucaú, região mais ao Sul de Pernambuco, com a promessa de um território livre.

Assim, Zumbi se torna a principal liderança de Palmares, que reunia cerca de 16 quilombos entre as regiões localizadas entre o norte de Alagoas e o sul de Pernambuco. Ele foi criado por padres e chegou a ser levado para Portugal, mas um tempo depois

retorna à região e passa a ter um contato muito próximo com a escravidão dos negros, que passa a defender. No século XVII ele se torna o principal alvo da Coroa Portuguesa.

Fontes: <https://legis.senado.leg.br/> e <https://almapreta.com.br/>

REGRAS DE IMPRESSÃO

- Tabuleiro: pode ser impresso em formato A4 ou A3.

O tamanho A3 é mais recomendado para grupos maiores, mas o A4 pode ser utilizado, caso necessário.

- Tipos de papéis: recomendamos o uso do papel couchê 175g para garantir uma durabilidade maior ao jogo. Todavia, é possível utilizar o papel comum (sulfite).

- Cartas: devem ser impressas em formato A4. Se houver a possibilidade, use a última página do arquivo das cartas como verso.



- Pinos e dados: devem ser impressos em formato A4 (junto às cartas). Atenção ao corte e às dobras e os locais onde um material colante deve ser colocado.





INFORMAÇÃO

Uma das ações que visam diminuir injustiças e crimes do passado foi colocada em prática e você foi alcançado pela reparação histórica! Isso promoveu a igualdade e fortaleceu o combate à discriminação.

Avance uma posição. Como bônus, cite uma forma de reparação e avance mais uma posição.

INFORMAÇÃO

Seu trabalho escolar sobre a História da população afro-brasileira recebeu muitos elogios. Os professores citaram que você deu evidência a fatos, pessoas e conhecimentos que foram omitidos por conta do racismo.

Avance duas posições e peça aos outros jogadores que falem um fato que conheçam sobre a cultura afro-brasileira.

INFORMAÇÃO

Pesquise o perfil de uma personalidade negra brasileira que tenha impactado a educação do país e compartilhe com os demais jogadores.

Avance uma posição após completar essa missão.

INFORMAÇÃO

Você fez uma "piada" de cunho racista em um momento de descontração e achou que estava tudo bem, pois não havia nenhuma pessoa negra presente.

Uma pessoa antirracista deve estar sempre alerta em suas ações e nas dos demais. Volte uma posição.

INFORMAÇÃO

Você presenciou uma situação de racismo e não apoiou a vítima, mesmo sabendo que o agressor cometeu um crime previsto na lei 7.716/89.

Por não agir em defesa da pessoa negra, volte uma posição.

INFORMAÇÃO

Em uma discussão, você insultou uma pessoa negra com xingamentos racistas. Você foi advertido e denunciado por uma testemunha no **Disque Direitos Humanos** (canal de denúncia disponível 24 horas por meio do número 100).

Escolha um jogador para ser a testemunha da denúncia. Esse jogador avança uma posição e você volta duas posições.

INFORMAÇÃO A Constituição Federal de 1988 (no artigo 5º, inciso XLII) define que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. <i>O inciso garante o direito à não discriminação de qualquer indivíduo em razão de raça, cor ou etnia. Compartilhe essa informação e avance uma posição.</i>	INFORMAÇÃO Lei 14.532/23 Esta lei equipara o crime de injúria racial ao racismo. Ou seja, qualquer caso de injúria de cunho racial é considerado uma forma de racismo. <i>Você foi pego cometendo injúria racial. Volte ao início do jogo.</i>	INFORMAÇÃO Lei 7.716/89 Esta lei estabelece punição para crimes resultantes de discriminação ou preconceito de cor, raça, religião, etnia ou nacionalidade. <i>Consulte o livreto de apoio (ou a internet) para identificar outros dois artigos previstos nesta lei e leia-os em voz alta. Em seguida, avance uma posição.</i>	INFORMAÇÃO Do Artigo 5º ao Artigo 14º da lei 7.716/89 Os artigos estabelecem pena de 1 a 5 anos para casos em que uma pessoa seja impedida de utilizar transportes públicos e frequentar locais de acesso comum a todos. <i>Você avança uma posição e escolhe um jogador para falar como é ser impedido do direito de ir e vir. Ele também avança uma posição.</i>
PERSONALIDADE Carolina Maria de Jesus (1914-1977) Multitarefa brasileira, Carolina é mundialmente reconhecida por seus escritos, em especial pelo livro "Quarto de Despejo - Diário de uma favelada", que retrata sua vivência na favela do Canindé, em São Paulo. <i>Você também escreveu um livro que vendeu milhões de cópias, inspirando outros autores negros. Avance duas posições.</i>	PERSONALIDADE Lélia González (1935-1994) Pensadora, intelectual, professora e antropóloga brasileira, foi pioneira ao abordar ideias decoloniais e questionar o pensamento eurocêntrico. Também foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU). <i>Escolha duas pessoas para pesquisar sobre a fundação do MNU e seus impactos no Brasil. Todos ficam uma rodada sem jogar.</i>	PERSONALIDADE Kabengele Muringa (1940-) Professor e antropólogo brasileiro-congolês, seu principal foco de pesquisa é a antropologia da população afro-brasileira e os impactos do racismo na sociedade. <i>Fique uma rodada sem jogar. Pesquise sobre a lei 11.645 e, quando for sua vez novamente, compartilhe os principais pontos com todos.</i>	PERSONALIDADE Luiz Gama (1830-1882) Foi advogado, escritor e jornalista. Patrono da abolição da escravidão, conquistou a própria liberdade e ajudou diversas pessoas negras escravizadas a alcançarem a alforria. <i>Pesquise como foi a infância de Luiz e compartilhe com os demais antes de avançar uma posição.</i>

PERSONALIDADE Glória Maria (XXXX-2023)* Ícone da TV brasileira, a jornalista ficou conhecida por suas entrevistas e reportagens em vários países do mundo. Quebrou diversos padrões de gênero e raça com seu trabalho. <i>*Glória Maria quis revelar sua idade.</i> Assim como Glória Maria, você também revolucionou a comunicação do seu país. Avance duas posições.	PERSONALIDADE Djanira Ribeiro (1980-) É considerada pela BBC (emissora pública britânica) como uma das 100 mulheres mais influentes do mundo. Entre seus livros mais famosos, está "Lugar de Fala". Pesquise sobre o conceito de lugar de fala e compartilhe na sua próxima rodada. Permaneça na mesma posição.	PERSONALIDADE Itamar Vieira Júnior (1979-) Geógrafo e doutor em estudos étnicos e africanos, ficou internacionalmente conhecido por seu romance "Torto Arado", que lhe rendeu duas das principais premiações literárias no Brasil: o Prêmio Oceanos e o Prêmio Jabuti. Fique uma rodada sem jogar para pesquisar sobre o livro. Quando for sua vez novamente, exponha o que encontrou aos demais e avance duas posições.	PERSONALIDADE Abdias do Nascimento (1914-2011) Foi um grande precursor na vida artística e política do Brasil. Lançou obras sobre a condição do negro, dentre as quais se destaca "O genocídio do negro brasileiro - processo de um racismo mascarado", de 1978. Em um pronunciamento em 1998, Abdias homenageou Zumbi dos Palmares. Pesquise sobre a história de Zumbi, compartilhe-a e avance duas posições.
PERSONALIDADE Marielle Franco (1979-2018) Socióloga, política e ativista, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do RJ em 2016. Em 2018, foi assassinada ao lado de seu motorista, Anderson Gomes, na volta de um evento sobre direitos das mulheres negras. Fique uma rodada sem jogar para refletir e expor os impactos desse acontecimento na sociedade brasileira.	PERSONALIDADE Milton Santos (1926-2001) Foi um geógrafo, intelectual e escritor brasileiro, com uma importante contribuição para o entendimento dos espaços e das relações sociais. Sua obra destaca especialmente o racismo racial. As estruturas da sociedade impedem você de desfrutar da cidade. Permaneça na mesma posição do tabuleiro.	PERSONALIDADE Angela Davis (1944-) Filósofa e ativista norte-americana, com expressiva atuação em temas sobre feminismo, anticolonialismo e antirracismo. Sua obra também aborda conceitos como abolicionismo penal e a reforma prisional. Escolha uma pessoa para dizer o que é abolicionismo penal. Se ela não souber, vocês ficam uma rodada sem jogar. Se ela souber, vocês avançam uma posição.	PERSONALIDADE Conceição Evaristo (1946-) Escritora e linguista, reconhecida como uma figura influente no movimento pós-modernista brasileiro. É autora de diversos livros, incluindo poesia, contos e ensaios. Pesquise uma poesia dela para ler em voz alta para todos. Após a leitura, avance uma posição.



. Sobre o jogo: as orientações, regras e imagens estão disponíveis em: <https://mailchi.mp/porvir/jogo-antirracismo-escola>. Acesso em 12 de mai. 2025.

Referências:

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Disponível em: https://restory.ceert.org.br/programas/educacao/lei?gad_source=1&gad_campaignid=358322574&gbraid=0AAAAADryNHIAJZ8Jb877jGLzlCrZbfgys&gclid=CjwKCAjwulBBhBvEiwAsNypvWFuE4ZyexNbMrh4YY6fvnvzMFhVQMmt-KeeuRDWo5UZK8DmcMufLxoCBOsQAvD_BwE. Acesso em 12 de mai. 2025.

Instituto Porvir. Disponível em: <https://mailchi.mp/porvir/jogo-antirracismo-escola>. Acesso em 12 de mai. 2025.

➤ Capítulo 2 – Mitologias

❖ **Aula 11:** Mito e algumas mitologias

Você já ouviu falar em mitologia? Sabe o que é? Conhece alguma história mitológica?

A expressão mitologia, de maneira bem simples, é a junção de duas palavras: mito + logia. Esta última palavra significa estudo. Sendo assim, mitologia, explicada de forma superficial, é o estudo dos mitos. Mas, afinal, o que é mito?



Talvez Já ouviu dizer que alguém é um mito? Se sim, esta não é a melhor maneira de elogiar uma pessoa e o motivo é simples: uma pessoa não pode ser um mito. Mito é uma narrativa (história) que tem o objetivo de explicar a origem

(nascimento) de alguma coisa. Geralmente se refere ao surgimento do mundo, considerado como um dos grandes mistérios do universo, além de possuir elementos sobrenaturais, religiosos e simbólicos de determinada cultura.

Os mitos tratavam de inúmeros temas, mas podemos perceber que sempre seguiram uma estrutura que continha elementos em comum, alguns deles, citamos, a seguir.

a) Os deuses. Poderiam ser homens ou mulheres. Eram as divindades com poderes sobrenaturais que controlavam a natureza ou aspectos da vida humana e, assim, eram adorados pelos seres humanos.

b) Um narrador. Em algumas versões, ele é denominado poeta rapsodo. Eles eram homens considerados supostamente escolhidos pelos deuses e por esta razão, as histórias que contavam e suas explicações eram sagradas, logo, incontestáveis e inquestionáveis, mesmo, às vezes, sendo difícil de acreditar porque as explicações não tinham compromisso com a lógica ou razão, apenas com a força das palavras.

c) Personagens. São citados nas histórias deuses, deusas, semideuses, homens, mulheres, idosos, crianças, animais. Nem sempre estes personagens agiam de forma honesta, ética, justa, misericordiosa e pacífica.

d) Espaço e tempo. As histórias sempre eram narradas fazendo referência à um tempo muito antigo e um espaço (local) geralmente ligado à natureza (céu, a profundidade dos mares, terra, cavernas, dentre outros).

e) Ação. Sempre nas histórias os personagens praticavam uma ação, seja exemplar ou não. As ações dos personagens não eram pautas por gentileza ou cordialidade, mas ao contrário, muitas são violentas, para não dizer cruéis. É interessante destacar que as divindades eram anteriores a criação de valores cristãos.

Podemos dizer que o mito foi a primeira tentativa de explicar o surgimento das coisas e os fenômenos da natureza, que deixavam as pessoas não apenas curiosas, mas com muito medo.

Em nossa sociedade, e provavelmente em muitas outras, a mitologia grega é a mais conhecida, pois, certamente, foi a mais divulgada. No entanto, é necessário entendermos que existem várias outras espalhadas pelo mundo, algumas inclusive, mais antigas do que a grega. São bastante conhecidas as mitologias: Egípcia (lembremos que o Egito fica no continente africana, logo, trata-se de mitologia africana), Nórdica (representa uma região da Europa), Romana (Roma antiga – uma adaptação da grega), Hindu (hinduísmo – religião), Japonesa (Japão), Asteca (México), Iorubá (representa uma região da Nigéria – africana) e mitologia Celta (representa outra região da Europa). Além dessas, existem também mitologias de outras culturas, como a Chinesa (China), Maia (sul do México), Babilônica (Babilônia, uma civilização antiga da Mesopotâmia), e várias outras.

Cada uma destas mitologias procura transmitir alguns valores de acordo com suas crenças e costumes. E, todas, sem exceção, trazem elementos religiosos em suas histórias. Acreditando nelas ou não, independentemente de qualquer tipo de crença ou convicção pessoal que possamos ter e defender, o certo é que devemos respeitar a cultura dos todos os povos.

A mitologia Africana, da qual vamos falar brevemente, foi trazida para as terras brasileiras pelas pessoas negras que foram sequestradas da África e escravizadas para trabalharem no Brasil.



Algumas divindades da mitologia Africana. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/mitologia-africana/>. Acesso em 15 de mai. 2025.

Assim como as demais, também traz elementos religiosos que, inclusive, em sua grande maioria se relaciona com a religião nigeriana yorùbá, por isso que é conhecida também como mitologia dos iorubás. Possui em torno de 400 divindades e cada uma delas tem suas características e seus significados. Apesar de tão significativo número, assim como a mitologia Grega possui um deus supremo, no caso, Zeus, a mitologia africana também possui um deus supremo, Olorum. Este criou todas as coisas, inclusive as demais divindades, divindades estas que não são chamadas de deuses como na mitologia Grega, mas orixás e cada um deles representa uma força da natureza.

No entanto, assim como as diversas religiões africanas sofrem preconceitos, com a mitologia não seria diferente. Tanto a religião quanto a mitologia ficaram escondidas, pois, quando as pessoas negras sequestradas de seu continente aqui chegaram, o catolicismo era a única religião aceita, por isto foram proibidos de cultivarem suas tradições e cultura e forçados a praticarem a religião vigente. Este fato, fez com que as religiões de matriz africana, como o candomblé, por exemplo, sofressem preconceitos até os dias atuais. Como dizemos acima, precisamos cultivar o respeito por toda a cultura (tradições, costumes, hábitos, religiosidade, mitologia...) dos outros povos.

Nem toda a mitologia africana se relaciona com temas cósmicos, como a criação do mundo, alguns mitos se referem à origem das instituições sociais como clãs e reis. Fábulas, lendas e folclore são encontrados em quase todas as culturas africanas. A mitologia africana é muito vasta e de igual modo, rica, por isso, impossível de abordá-la

completamente. A seguir, dois breves ensinamentos sobre mitologia africana.

O primeiro é que Oxalá é um orixá, considerado o pai de todos os outros orixás, criado por Olorum. Foi ele quem criou os humanos. Mas eles não vieram da primeira tentativa. Pensou-se em criar os seres humanos a partir da água, do ferro, do ar, madeira e até do fogo. Por fim, foi Nanã, outra divindade, quem sugeriu usar o barro para criar os humanos.

O segundo nos apresenta o povo Fon que fala de Gun, o filho mais velho dos gêmeos criadores Mawu (Lua) e Lisa (Sol). Gun veio à Terra em forma de uma espada de ferro. Depois, tornou-se ferreiro e ensinou os humanos a fazerem ferramentas para trabalhar a terra e construir abrigos. Tal personagem, guardadas as devidas proporções, se equivale à Hefesto na mitologia grega.

Atividades:

- 1) Qual a diferença entre mito e mitologia?
- 2) De acordo com a definição de mito, é correto afirmar que Neymar é um “mito” do futebol? Explique.
- 3) Valendo-se das dicas, resolva o crucigrama abaixo.

a)			M	I	T	O	L	O	G	I	A
b)		O	R	I	X	Á	S				
c)		A	S	T	E	C	A				
d)			O	L	O	R	U	M			

- a) Não existe apenas uma mitologia e nem aquela considerada a “correta”, mas diversas espalhadas por todo o mundo onde cada uma procura transmitir valores de acordo com as crenças e costumes de seu país de origem.
 - b) Na mitologia Africana, o termo “deuses” é substituído por orixás.
 - c) No México predomina a mitologia asteca.
 - d) O deus supremo e criador dos orixás na mitologia Africana é chamado de Olorum.
- 4) A mitologia Africana se relaciona exclusivamente com temas cósmicos? Comente.

5) Explique, com suas próprias palavras, como se deu a criação dos seres humanos de acordo com a mitologia Africana.

Referências:

BRASIL ESCOLA. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/mitologia>. Acesso em 15 de mai. 2025.

BRASIL ESCOLA. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiag/religiosidade-egipcia.htm>. Acesso em 15 de mai. 2025.

Educação Pública. Artigo disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/11/31/o-que-eacute-um-mito#:~:text=Sua%20origem%2C%20do%20grego%20mythos,cantar%2C%20transmit em%20as%20verdades%20absolutas>. Acesso em 15 de mai. 2025.

ELIADE, M. *Mito e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Mitologia Africana | Mwana Afrika Oficina Cultural. YouTube. 03min53s. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mJt1fVTjWDY>. Acesso em 15 de mai. 2025.

Segredos do mundo. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/mitologia-africana/>. Acesso em 15 de mai. 2025.

❖ **Aula 12:** O respeito pela cultura alheia

Na aula passada, dizemos que existem inúmeras mitologias e cada uma delas procura transmitir alguns valores de acordo com suas crenças e costumes. E, todas, sem exceção, trazem elementos religiosos em suas histórias. Acreditando nelas ou não, independentemente de qualquer tipo de crença ou convicção pessoal que possamos ter e defender, o certo é que devemos respeitar a cultura dos todos os povos. Podemos entender, de modo em geral, o significado de cultura como um conjunto de costumes e tradições de um determinado povo e nestes costumes e tradições, certamente se encontra a religião, pois, é um elemento fundamental na cultura e na história da humanidade, influenciando a vida social, política e econômica em diversas sociedades.

Existem muitas religiões pelo mundo, mas cerca de 80% da população mundial segue uma das quatro maiores religiões: cristianismo, islamismo, hinduísmo e budismo.

Quando pesquisamos a etimologia (estudo da origem e da evolução das palavras) do termo religião, encontramos que é derivado da palavra latina *religiō*, que segundo o filósofo romano Cícero vem de *relegere*: *re* (que significa de novo) + *lego* (que significa ler, examinar, escolher). Mas existe outra interpretação que de estudiosos modernos que argumentaram que *religiō* é derivado de *religare*: *re* (que significa de novo) + *ligare* (ligar ou conectar). Podemos entender que ambas estão corretas, pois, na primeira definição, mesmo que alguém pratique uma religião por imposição de alguém (dos pais, por exemplo), quando ela atinge autonomia ela examina e escolhe, seguir uma determinada religião ou mesmo não ser adepto de nenhuma. A segunda definição também faz sentido, uma vez que o ser humano entende que, por mais inteligente que seja, existe algo ou alguém, um ser superior que rege as coisas e ele sente a necessidade de se ligar a ela.

O objetivo desta aula é reafirmar que devemos respeitar todas as pessoas e suas culturas; suas religiões; seus cultos; se escolheram não seguir nenhuma; ou mesmo se não professam nenhum tipo de religiosidade ou crença em seres superiores. Se esse respeito tivesse sido praticado desde sempre, nos dias atuais não existiria tantos preconceitos, sobretudo, às religiões de matriz africana, que segundo os dados do Disque 100, no Brasil, são as religiões que mais sofrem intolerância e sempre sofrem agressões à terreiros e adeptos de tais religiões. Importante destacar que a intolerância religiosa é crime.



Intolerância religiosa. Imagem disponível em: <https://jornalnoroeste.com/pagina/noroeste-revista-2/a-importancia-da-liberdade-religiosa>. Acesso em 15 de mai. 2025.

O que aconteceu com as pessoas negras sequestradas da África e forçadas a trabalharem no Brasil chama-se epistemicídio. Este conceito é relativamente recente e

foi criado por um sociólogo português, chamado Boaventura de Sousa Santos e se refere à destruição ou invisibilização de conhecimentos e saberes que vem da Europa ou dos Estados Unidos. Em outras palavras, é a morte do conhecimento, a anulação ou deslegitimação de saberes e culturas consideradas inferiores. Vemos isso facilmente o tempo todo, desde quando ouvimos algumas pessoas dizerem que querem se mudar para os Estados Unidos pensando que é lá que a vida é boa ou que “só na Europa é que tem bons lugares para passear; até pessoas que menosprezam produtos nacionais e valorizam apenas os importados à pessoas que dizem que apenas na Europa é que existe verdadeira cultura. Pior ainda é saber que existem pessoas que acham que o continente africano é praticamente uma selva, sem civilização ou qualquer tipo de cultura... Como diz um antigo ditado popular: “respeito é bom e eu gosto”.

Atividades:

- 1) Você concorda que religião faz parte da cultura de um povo? Comente.
- 2) Faça um desenho que simbolize respeito.
- 3) Observe a imagem a seguir e responda.



Liberdade religiosa. Imagem disponível em: <https://morad.com.br/a-liberdade-religiosa-e-o-direito-a-vida/>. Acesso em 15 de mai. 2025.

- a) Você conseguiu identificar alguma religião? Se sim, qual(is)?
- b) Como fez para identifica-las?
- 4) Em relação à imagem acima, qual o seu entendimento da frase “o mundo é plural”?

5) Se um colega de sua turma da escola professa uma fé/religião diferente da sua e te convida para ir na Igreja dele, qual seria a sua resposta? Explique.

Referências:

Conceito de religião. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Religi%C3%A3o>. Acesso em 15 de mai. 2025.

Intolerância religiosa. Imagem disponível em: <https://jornalnoroeste.com/pagina/noroeste-revista-2/a-importancia-da-liberdade-religiosa>. Acesso em 15 de mai. 2025.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conceito de epistemicídio. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/epistemicidio-e-o-apagamento-estrutural-do-conhecimento-africano/#:~:text=Epistemic%C3%ADdio%20%C3%A9%20um%20termo%20criado,as%20similadas%20pelo%20'saber'%20ocidental>. Acesso em 15 de mai. 2025.

❖ **Aula 13:** Deuses (Orixás) africanos e seus correspondentes gregos

Na aula de número 11, aprendemos que os mitos, com raras exceções possuem a mesma estrutura e continham elementos em comum. Outra similaridade que podemos observar é que os deuses possuem uma forte relação com a natureza e possuem funções e poderes semelhantes. Abaixo, criamos um quadro comparativo com a imagem de cinco orixás (deuses) africanos, seus nomes, suas funções e seu correspondente grego.

Antes, no entanto, gostaríamos de fazer uma observação importante. Não estamos classificando as religiões de matrizes africanas como mitologia. Candomblé, Umbanda e outras tradições afro-brasileiras são religiões vivas, com comunidades praticantes, rituais, doutrinas, ética e formas próprias de compreensão do sagrado. Embora possuam narrativas sobre orixás, voduns ou inquices, essas narrativas exercem função religiosa semelhante às narrativas sagradas presentes em outras tradições religiosas.

Feita essa observação importante, vamos acompanhar o quadro.

Imagem	Orixá africano	Função	Correspondente grego	Correspondente indígena
	Olorum	supremo criador	Zeus	Tupã
	Iansã	deus dos raios, trovões e tempestades	Thor	Tupã
	Gun/ Ogun	Orixá da guerra, do ferro e da agricultura	Ares	Xandoré
	Iemanjá	Orixá rainha do mar	Poseidon	Mboi Tu'i
	Ocô	Orixá da agricultura	Deméter	Ceuci e Sumé

Após conhecer alguns orixás africano e seus correspondentes gregos, vamos também conhecer uma história da mitologia africana. Este, conta como foram divididas as riquezas do universo entre as divindades da mitologia africana.

O Mito de Onilé



Onilé: a orixá, Mãe Terra. Imagem disponível em: <https://contosdetodososcantos.com.br/onile-a-orixa-mae-terra/>. Acesso em 16 de mai. 2025.

Tudo começa com Olorum convocando uma reunião para distribuir as riquezas entre cada deus africano. Para isso cada um deles utilizou suas melhores roupas e acessórios.

Com a difícil responsabilidade de tomar uma decisão, Olorum então resolveu aceitar o que cada orixá já havia escolhido. Como por exemplo, Iansã, que estava usando o vento como roupa e raios como acessórios, se tornou orixá das tempestades.

Por fim, Onilé, filha de Olorum, foi a única a não participar da reunião por ser muito tímida. Ela se escondeu no palácio do pai, dentro de uma cova cavada por si própria. Portanto, por estar vestindo a própria terra, Olorum recebeu o governo de toda a Terra.

Atividades:

- 1) Assinale (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as falsas.
 - a) (V) Na mitologia africana, os deuses são chamados de orixás.
 - b) (F) Na mitologia grega, os orixás são chamados de deuses.
 - c) (V) Os mitos, com raras exceções possuem a mesma estrutura e elementos em comum.
 - d) (F) Entre mitologia africana e grega, não há nenhuma correspondência.
- 2) Em sua opinião quais são mais conhecidos, os orixás africanos ou os deuses gregos? Justifique sua resposta.
- 3) No Mito de Onilé, Olorum tinha autoridade para convocar uma reunião para distribuir as riquezas do mundo? Comente.
- 4) Em que o desfecho do mito se relaciona com o ditado popular “há males que vem para o bem”? Comente.
- 5) Crie um parágrafo em continuação ao Mito de Onilé, dizendo como ela poderia ajudar o planeta Terra em relação à imensa poluição que nele existe.

Referências:

31 deuses da mitologia Africana. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/deuses-africanos/>. Acesso em 16 de mai. 2025.

Mitologia Africana – Surgimento, história, principais orixás e imagens do quadro acima. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/mitologia-africana/>. Acesso em 16 de mai. 2025.

Orixá Onilé. Disponível em: <https://contosdetodososcantos.com.br/onile-a-orixa-mae-terra/>. Acesso em 16 de mai. 2025.

❖ **Aula 14:** Mitologia brasileira x Folclore



Folclore brasileiro. Imagem disponível em: <https://alfaetrando.com/produto/painel-folclore-brasileiro/>. Acesso em 16 de mai. 2025.

Nas aulas anteriores, vimos que, explicando de maneira bem simples, a mitologia é o estudo dos mitos; já os mitos são conjuntos de histórias narradas por alguém (poeta-rapsodo) para um povo como sendo a primeira tentativa de explicar o surgimento das coisas e os fenômenos da natureza, que deixavam as pessoas não apenas curiosas, mas com muito medo. Como tais histórias advinham dos deuses e por isso elas eram aceitas sem questionamentos.

Na aula 11 foram citadas diversas mitologias de diversos países, mas o Brasil não foi citado. Isto significa que não existe mitologia brasileira? Sendo a mitologia um conjunto organizado de narrativas sagradas de um povo, destinadas a explicar a origem do mundo, dos seres humanos, dos fenômenos naturais e das instituições sociais e ainda narrativas vinculadas às crenças religiosas e à cosmovisão de uma determinada cultura, podemos afirmar que sim: existe mitologia brasileira.

No entanto, apesar de relacionados, mitologia e folclore não são sinônimos. O folclore brasileiro constitui o conjunto das tradições populares transmitidas entre gerações, abrangendo lendas, contos, festas, músicas, danças, brincadeiras, provérbios, culinária e costumes. O folclore é um patrimônio cultural diverso, formado pela interação das matrizes indígena, africana e europeia, e não corresponde a um sistema

religioso unificado. O folclore brasileiro é muito rico porque abarca, além dos contos e lendas, canções, ritmos, músicas, festas populares, jargões e literatura. Sua diversidade cultural se dá também, pelo fato de ter recebido influências da cultura europeias, africana e indígena. O estudo do folclore passou a ser visto como uma forma de valorizar a cultura nacional. No século XIX, autores como Amadeu Amaral e Sílvio Romero tiveram importante papel na consolidação desse estudo. No começo do século XX, outros nomes, como os de Mário de Andrade e Arthur Ramos, ganharam notoriedade nesse campo do conhecimento.

Em 1958, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) por meio do Ministério da Educação e Cultura. O objetivo dessa campanha, obviamente, era garantir a preservação do acervo folclórico brasileiro. A década de 1960 contou com a Revista do Folclore Brasileiro como grande difusora dos estudos realizados na área. Em 1964, a ditadura militar interrompeu a campanha.

A partir da década de 1990, os estudos sobre folclore ganharam novo fôlego no Brasil. Um grande marco foi o VIII Congresso Brasileiro de Folclore, que aconteceu em Salvador, em 1995. Baseando-se na Carta do Folclore Brasileiro, de 1951, esse congresso emitiu um novo documento com atualizações importantes. Desde então ficou definido que folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Outra determinação importante foram as garantias de preservação do patrimônio folclórico dadas pela Constituição de 1988, em seus artigos 215 e 216.

Em 22 de agosto é comemorado o Dia do Folclore. Saberia dizer por qual motivo? É que neste dia, em 1846, o escritor inglês William John Thoms teve um artigo publicado em uma revista inglesa sugerindo a criação da palavra *folklore*. Ele juntou as palavras *folk* (povo) e *lore* (saber, tradição) para definir o conjunto de conhecimentos e crenças transmitidas de geração em geração dentro de uma cultura popular. Essa definição deu origem ao estudo e à compreensão do folclore em todo o mundo.

No Brasil, as principais manifestações folclóricas são as tradicionais Festas Juninas, a Folia de Reis, o Carnaval, o Samba, o Maracatu, a Congada, a Catira, o Baião, o Frevo, a Literatura de Cordel e a brincadeira de soltar/empinar pipa.



Maracatu e Congada. Imagens disponíveis em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/folclore/folclore-brasileiro.htm>. Acesso em 16 de mai. 2025

Já os principais personagens são: Saci-Pererê, Boitatá, Curupira, Boto cor-de-rosa, Mula sem Cabeça, Negrinho do Pastoreio e tantos outros.



Principais personagens do folclore brasileiro. Imagem disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/folclore/folclore-brasileiro.htm>. Créditos de imagem: Paulo José Soares Braga | Mundo Educação. Acesso em 16 de mai. 2025

Veremos alguns destes personagens nas próximas aulas.

Atividades:

- 1) Antes desta aula, certamente você já conhecia o folclore brasileiro, ao menos alguns personagens. Destes personagens, qual você mais considerou interessante? Por qual motivo?
- 2) Faça, de seu jeito, o desenho do personagem que citou e escreva, em poucas palavras, a história dele.
- 3) Em 22 de agosto comemora-se o Dia do Folclore para homenagear o escritor inglês William John Thoms. Para te homenagear, em seu aniversário, por exemplo, o contato com qual manifestação folclórica te deixaria feliz? Comente.
- 4) O estudo do folclore passou a ser visto como uma forma de valorizar a cultura nacional. Você concorda com esta afirmação? Comente.

5) O fato de o folclore brasileiro ter recebido influência da cultura africana te incomoda? Comente.

Referências:

BRASIL ESCOLA. Folclore brasileiro. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/folclore-brasileiro.htm>. Acesso em 16 de mai. 2025.

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO. VIII Congresso Brasileiro de Folclore. Disponível em: <culturadigital.br/setorialculturaspopulares/files/2010/02/1995-CARTA-DO-FOLCLORE-BRASILEIRO-CNF.pdf>. Acesso em 16 de mai. 2025.

CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Caminhos da Cultura Popular no Brasil. Disponível em: www.cnfcp.gov.br/pdf/50anosCNFCP.pdf. Acesso em 16 de mai. 2025.

❖ **Aula 15:** A lenda do Saci Pererê e os estereótipos racistas



Saci Pererê. Imagem e informações sobre a lenda disponíveis em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/saci-perere.htm#:~:text=As%20diferen%C3%A7as%20entre%20as%20lendas,ser%20oriundos%20de%20outras%20culturas>. Acesso em 16 de mai. 2025.

Na aula passada conhecemos um pouco sobre a mitologia brasileira, ou seja, o nosso tão rico folclore. Como vimos, o Saci Pererê é um dos principais personagens folclóricos. Vamos agora, relembrar e/ou aprender sobre a lenda e, principalmente, refletir um pouco sobre alguns elementos que a cercam. Iniciaremos com a exibição do vídeo abaixo.



A Lenda do Saci Pererê – Lendas do Folclore Brasileiro em Animação – História Contada. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LsaLahdDwoU>. Acesso em 16 de mai. 2025.

Provavelmente você já conhecia este personagem. Como existem várias versões desta lenda, alguma característica dele pode mudar de região para região. Mas no geral, ele é um ser mitológico que habita nas florestas para proteger a fauna e a flora, negro, baixa estatura, possui apenas uma das pernas, se locomove rapidamente (tanto é que faz até um redemoinho), não possui cabelo e pelos corporais, utiliza um gorro vermelho, fuma cachimbo, agitado e gosta muito de pregar peças, ou seja, fazer brincadeiras de mal gosto, tais como, incomodar os cavalos fazendo tranças em suas crinas, invadir casas para salgar a comida, fazer barulhos estranhos na estrada para incomodar os viajantes, espalhar sujeira com seu redemoinho, dentre outras proezas.

Segundo estudos dos folcloristas, a lenda do Saci surgiu no Sul do Brasil, foi influenciada por elementos das culturas indígena, africana e europeia. O hábito de fumar que o saci possui é atribuído à influência das culturas indígena e africana, nas quais esse ato era comum. Outro elemento da cultura africana é o fato de o saci ter perdido uma das pernas após uma luta de capoeira. A capoeira além de ser uma dança já foi utilizada também como uma modalidade de luta. Além do nome, outro elemento da cultura indígena é o fato de querer cuidar da natureza, o que sugere uma relação com a lenda do Curupira. A cultura europeia pode ter influenciado o gorro vermelho, pois, lembra um barrete, uma espécie de chapéu utilizado pelos cardeais da Igreja Católica.

Em algumas versões ele possui olhos vermelhos e dentro da lenda não existe apenas um saci, podendo existir vários realizando suas travessuras ao mesmo tempo. No entanto, ele não é eterno e após a sua morte pode se transformar em cogumelo venenoso ou naqueles cogumelos que são encontrados nos troncos das árvores, os orelha-de-pau. Mas caso alguém queira captura-lo é necessário lançar um certo tipo de peneira no meio

do redemoinho, retirar o gorro de sua cabeça para que ele perca seus poderes sobrenaturais e aprisioná-lo em uma garrafa com uma cruz desenhada nela para que não fuja.

A lenda ficou nacionalmente conhecida por influência do escritor Monteiro Lobato, que inseriu o Saci em uma de suas mais conhecidas obras infantis, o *Sítio do pica-pau amarelo* e escrever um livro sobre a lenda e publicá-lo em 1918. A partir daí a lenda ficou conhecida nas demais regiões do Brasil. Outros países também criaram lendas inspiradas no Saci e as adaptaram de acordo com seus costumes. Na Argentina, por exemplo, ele é loiro e com as duas pernas, utiliza um bastão de ouro como varinha mágica que o torna invisível e um chapéu de palha. Saci influenciou, mas também recebeu inspiração de uma lenda portuguesa, Trasgo.

Tudo (ou quase tudo) isso a maioria das pessoas já conhecia. Mas você já parou para refletir sobre essa lenda no contexto racial? Sim, porque nenhum personagem é criado do nada, mas sua criação pode objetivar, conscientemente ou não, representar ou ensinar algo a alguém, ser um símbolo de luta ou resistência, incentivar ou menosprezar alguém ou mesmo uma instituição. Pensemos nisso.

A perca da perna pode ser interpretada como inspiração no sentido de inclusão, demonstrar que pessoas com deficiência são capazes de realizar feitos incríveis. Além de ser verdade é uma intenção louvável. Mas preferimos interpretar como uma consequência física da violência da escravidão. Além da violência psicológica que sofriam, a violência física era talvez a mais visível. Os negros mais fortes escravizados nas minas de extração de ouro, por exemplo, viviam em média, 30 anos apenas. Os que tinham a saúde mais fragilizada não atingiam 20 anos de idade.

O Saci com baixa estatura e com predisposição em fazer brincadeiras e cheio de energia, sugere que seria uma criança. Por um lado, pode ser considerado como um herói negro, alguém em quem as crianças negras podem se espelhar, se inspirar e se orgulhar de sua ancestralidade. Mas, por outro lado, pode criar ou reforçar um estereótipo de que as crianças negras são mal educadas, fazem brincadeiras que perturbam as pessoas, são crianças problemáticas na vizinhança e na escola, obtêm notas abaixo da média e são reprovados, roubam o material escolar dos colegas e, quando crescem um pouco, já são “candidatos” a invadirem casas para roubar; presos, não ocuparão as cadeiras das melhores faculdades, não ocuparão cargos de destaque nas

empresas, não serão exitosos na criação de seus filhos que, por sua vez, poderão seguir os passos do pai. Para alguns pode parecer exagero ou alguma espécie de teoria da conspiração, mas, infelizmente uma simples e inocente história pode dar margem à inúmeras interpretações.

Por qual motivo talvez, na Argentina, o personagem é loiro e utiliza um bastão de ouro? Coincidência? Talvez, mas provavelmente a negação do Saci negro ou a sua representação de forma estereotipada pode ser vista como um reflexo do racismo presente na sociedade brasileira e em tantas outras que desvalorizam a cultura afro-brasileira e indígena. É necessário romper, imediatamente, com este ciclo racista e nos tornarmos pessoas antirracistas, ou seja, além de não praticar racismo, de alguma maneira, lutar contra toda e qualquer forma de racismo.

Atividades:

- 1) Você já conhecia a lenda do saci? Tem alguma informação sobre ela que ficou conhecendo nesta aula? Se sim, cite-a.
- 2) O Saci é considerado o guardião da fauna e da flora. Explique o que é fauna e o que é flora.
- 3) O Saci também faz coisas boas, como proteger a fauna e flora brasileira. Por qual razão, em sua opinião, ele é lembrado pelas coisas ruins que faz? Comente.
- 4) Qual é a relação do Saci com:
 - a) A cultura africana;
 - b) A cultura indígena;
 - c) A cultura europeia.
- 5) O que pode ser feito para acabar com os estereótipos das crianças negras na escola?

Referências:

A Lenda do Saci Pererê - Lendas do Folclore Brasileiro em Animação - História Contada. YouTube. 13min01s. Vídeo completo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LsaLahdDwoU>. Acesso em 16 de mai. 2025.

BRASIL ESCOLA. Saci Pererê. Informações sobre a lenda disponíveis em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/saci->

perere.htm#:~:text=As%20diferen%C3%A7as%20entre%20as%20lendas,ser%20oriundas%20de%20outras%20culturas. Acesso em 16 de mai. 2025.

❖ **Aula 16:** A lenda do Negrinho do Pastoreio e a crueldade da escravidão infantil



Imagem disponível em: <https://oalvoradense.com.br/lendas-gauchas-a-lenda-do-negrinho-do-pastoreio/>. Acesso em 21 de mai. 2025



Vídeo da lenda disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s5JSIErKw1I>. Acesso em 21 de mai. 2025

A lenda do Negrinho do Pastoreio é uma das mais conhecidas e comoventes lendas da mitologia folclórica brasileira e é oriunda do Rio Grande do Sul do século XIX, logo, retrata muitos aspectos importantes presentes na sociedade gaúcha daquele período, como a importância da pecuária, forte religiosidade popular e principalmente a violência da escravidão. Carregada de simbolismos e reflexões sobre justiça e redenção, esta história tradicional remonta aos tempos coloniais do sul do Brasil e foi passada de geração em geração, enraizando-se profundamente na identidade do povo gaúcho. O primeiro relato sobre a lenda do negrinho do pastoreio foi feito pelo cônsul português no Brasil, Antônio Maria do Amaral Ribeiro, em 1857, mas foi a obra de Simões Lopes Neto, a coletânea *Lendas do Sul*, publicada inicialmente em folhetim em 1906 e em forma de livro em 1913, que popularizou a lenda em outras regiões do Brasil.

O objetivo desta aula não é apenas apresentar a lenda, mas relacioná-la com a violência da escravidão, sobretudo, infantil. A referida lenda que, hoje serve, infelizmente, mais para entretenimento do que para reflexão sobre a escravidão e o

racismo, na década de 1880, foi muito utilizada por membros do movimento abolicionista para mostrar a violência que os escravizados sofriam, tão comum que se manifestava até mesmo na cultura popular.

A violência não era apenas física, mas psicológica, uma vez que o personagem principal nem foi achado digno por seu dono de receber um nome. Era chamado por uma característica física (cor de pele – no diminutivo por se tratar de uma criança) e sua função (pastor, cuidador de cavalos). Sabemos que, desde sempre, tudo tem um nome: os objetos e, alguns animais de estimação (pets) tem até sobrenome, plano de saúde, moram em casas confortáveis e andam de carros de luxo, ao contrário daquele menino que, não foi tratado como um ser humano que é, mas pior que uma coisa qualquer. O fazendeiro deu mais valor no cavalo baio (seu preferido) do que ao ser humano que tratava dele. Se já não é correto sequestrar pessoas de seus países para escravizá-las, mais errado ainda é fazer isso com mulheres e crianças. A mãe daquela criança, certamente não pode ajudá-lo por também ser escrava e, logo, explorada e violentada constantemente.

Podemos, pelo contexto da escravidão, saber que aquela criança além de ser obrigada a trabalhar (muitas vezes como um adulto) certamente não frequentava escola, o que a privou de muitos conhecimentos. Atualmente, sabemos que a escravidão acabou, ao menos, oficialmente, no entanto, inúmeras crianças brasileiras padecem das mesmas dores daquele menino sem nome, sem identidade e possuidor de uma história de sofrimentos: sofrem violências (domésticas e policiais), são privados de frequentar escola e obrigadas a trabalhar, muitas vezes em longas jornadas diárias, isso quando não ficam mendigando nos semáforos.



Imagem disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/trabalho-infantil-ainda-e-realidade-para-17-milhao-de-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em 21 de mai. 2025.



Imagem disponível em: <https://trt15.jus.br/noticia/2023/campanha-intensifica-alerta-para-riscos-do-trabalho-infantil-durante-ferias-escolares>. Acesso em 21 de mai. 2025.



Crianças mendigando nos semáforos. Imagem disponível em: <https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/10horas/noticia/2015/11/09/criancas-pedindo-nos-sinais-de-transito-saiba-como-ajuda-las-579685.php>. Acesso em 21 de mai. 2025

Estas situações não ocorrem de forma isolada em determinadas cidades ou regiões do Brasil, mas, infelizmente, ocorre com bastante frequência e aumenta com a proximidade do Natal onde as pessoas ficam mais solidárias. Não pode ser encarada como problemas individuais ou familiares, mas como um problema social grave e que leva as crianças a serem expostas constantemente à diversos perigos como, por exemplo, o risco de atropelamento, violência, assédios, doenças pulmonares e de pele devido à exposição ao sol, falta de acesso à educação e saúde, configurando assim, desde exploração infantil até a violação de direitos. Especialistas orientam não dar esmolas em semáforos para não incentivar a prática da mendicância e perpetuar a situação de exploração infantil; denunciar aos órgãos competentes como o Conselho Tutelar, a Polícia Militar ou o Juizado da Infância e Juventude, mas principalmente buscar ajudar estas famílias/crianças, encaminhando-as para programas de assistência social que ofereçam apoio e orientação a fim de que tenham acesso à escola, saúde e oportunidades de um futuro mais digno.

Poderia até parecer coincidência o fato de a maior parte das crianças negligenciadas serem negras, mas não é. O racismo impregnado em nossa sociedade contribui significativamente para que este sistema de opressão sobre a população negra permaneça. Para minimizar esta situação de opressão, uma das soluções é cada um de nós lutarmos o tempo todo para sermos pessoas antirracistas. Seja uma pessoa antirracista também. Se ainda não começou, comece já. Ainda dá tempo.

Atividades:

- 1) Faça um desenho que represente a lenda do Negrinho do Pastoreio.
- 2) Qual é a importância do nome para a construção da identidade de uma pessoa? Comente.
- 3) Que conselhos você daria para um empresário que contrata crianças para explorá-las?
- 4) Assinale (V) para as alternativas verdadeiras e (F) para as falsas.
 - a) (V) O Negrinho do Pastoreio além de sofrer violência física, sofria outros tipos de violência. Um exemplo disso é ele nem ter recebido um nome.
 - b) (F) Quando os pais pedem para os filhos estenderem o lençol de sua própria cama ou colocarem o prato sujo que acabaram de utilizar sobre a pia, estão submetendo os filhos à trabalho infantil e podem sofrer punições legais.
 - c) (V) A criança que trabalha pode ter o seu rendimento escolar comprometido.
 - d) (F) O quanto antes a criança começar a trabalhar, mais rápido terá a chance de ficar rica.
- 5) O que você tem feito para ser uma pessoa antirracista? Comente.

Referências:

BRASIL ESCOLA. A lenda do Negrinho do Pastoreio. Informações disponíveis em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/negrinho-pastoreio.htm#:~:text=A%20lenda%20do%20negrinho%20do,e%20abandonado%20so bre%20um%20formigueiro>. Acesso em 21 de mai. 2025.

❖ **Aula 17:** A lenda da Mula sem cabeça e sua relação com a religiosidade



Mula sem cabeça. Imagem disponível em: https://www.behance.net/gallery/121330473/Mula-sem-cabeça?tracking_source=search_projects|mula+sem+cabe%C3%A7a&l=4. Acesso em 21 de mai. 2025

Na aula de hoje vamos refletir sobre a lenda da Mula sem cabeça e a sua relação com a religiosidade tão presente nas histórias mitológicas. Vamos assistir ao vídeo abaixo para iniciarmos nossa reflexão.



Lenda da Mula sem cabeça. Vídeo completo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=recH5Am_3zk. Acesso em 23 de mai. 2025.

A lenda da Mula sem Cabeça nasceu na Península Ibérica (região sudoeste da Europa onde os maiores territórios são de Portugal e Espanha) e chega ao Brasil por meio dos portugueses. Além de ser conhecida no Brasil, está presente em vários outros países. Como é comum nas lendas, sofre variações de região para região, mas o que sempre permanece é a relação com a religiosidade cristã católica.

Por qual motivo escolheram a mula e não cavalos, por exemplo? Pesquisadores acreditam que se relaciona com a lei portuguesa do século XIII. Tal lei determinava que os padres teriam as mulas como meio de transporte para se deslocarem de um lugar ao

outro (hoje é o carro). Como geralmente os padres se deslocavam de casa para a Igreja e outros lugares santos, a mula era sem defeito. A partir do momento em que o padre e as mulheres agem de maneira contrária à lei cristã (cometem pecado), a mula passa a ser defeituosa (sem cabeça e soltando labaredas pelas ventas).

Uma relação possível que podemos fazer é a relação de hierarquia e superioridade masculina. Ainda em vida, a mulher já sofre a sua punição, pois, além de se transformar em um animal assustador, quando retorna à sua condição de ser humano ela tem machucaduras físicas e sofrerá “machucaduras” em sua honra, pois, certamente, será mal falada na região. Já o padre (o homem da relação), segundo estudiosos, o entendimento popular é que ele sofrerá sua punição apenas após a sua morte, ou seja, no juízo divino, enquanto a mulher, que pode sofrer o mesmo juízo, já sofre imediatamente aqui na terra, o juízo humano (que, particularmente, acredito ser mais rigoroso).

Se você nunca falou isso, deve ter ouvido entre crianças a seguinte fala: *quem chegar por último nesta corrida é a mulher do padre*. Isto mostra o caráter punitivo de quem chega por último. No caso dos personagens da lenda, a razão e a obediência chegaram por último e o desejo carnal, a imprudência e a desobediência chegaram primeiro.

A lenda que também pode ser conhecida pelo nome de burrinha do padre, explicitamente, aborda a questão moral para reforçar os valores morais, desde séculos passados, para evitar que mulheres mantivessem relações sexuais antes do casamento, sobretudo com padres. Toda a religião tem suas regras e estas servem, também, para manter a ordem social. Mesmo que algumas pessoas não percebam, o que é ruim para uma pessoa, geralmente é ruim para toda a sociedade e o que é bom para uma pessoa, geralmente é bom para toda a sociedade. Analisemos a lenda, como exemplo.

Por qual razão é ruim para toda a sociedade quando um líder religioso se envolve em qualquer tipo de escândalo? Porque aqueles que o tem como referência, pode ter a sua fé abalada; com a fé abalada, pode deixar de frequentar a Igreja; deixando de frequentar a Igreja, deixa de praticar alguma obra de caridade; deixando de praticar alguma obra de caridade, alguma família pobre sofrerá mais necessidades e, continuando nesta linha de raciocínio as consequências negativas para a sociedade são imensas. E por qual razão uma mulher casada se envolver com outro homem é ruim para a sociedade? Os prejuízos também são enormes. Se o marido traído agir na racionalidade, as consequências serão menores. Ele apenas pode se divorciar de sua

esposa. Mas, divorciados, certamente morarão em casas separadas e os filhos terão que viver diariamente sem a presença de um dos dois e isso é muito ruim para a criança, pois, pode causar “machucaduras” difíceis de se curar. Se o marido for sensato, pagará a pensão regularmente; se não for a ausência de pagamento pode virar uma briga judicial, envolvendo testemunhas, dividindo amizades, enfim. Entretanto, se o marido agir de forma passional, (movido pela emoção do momento), usará de violência, podendo agredir a mulher com palavras, fisicamente, cometer feminicídio e ainda assassinar o homem que com ela se relacionou; isso, sem sombra de dúvidas seria um grande prejuízo para a sociedade. Logo, por estas e diversas outras razões, a religiosidade faz bem para a alma dos fiéis, mas também contribui fortemente para manter a ordem social. O fiel faz ou deixar de fazer algo pecaminoso por amor à divindade que cultua, mas também por medo dos castigos e punições que sua conduta possa acarretar.

Para finalizar esta aula, podemos concluir que ninguém perde ou ganha a corrida sozinho, pois, todos perdem ou ganham juntos. E, principalmente, se fizermos o que está dentro das regras sociais, a chance de ter benefícios é muito maior do que de ter prejuízos. A escola, por exemplo, é uma micro sociedade e mesmo a maior parte delas oferecendo uma educação laica, você tem, diariamente, ótimas oportunidades para escolher seguir as regras para colher os frutos positivos de sua ação que, é boa para você, mas igualmente para toda a escola. Pense nisso.

Atividades:

- 1) Faça um desenho que represente a lenda da Mula sem Cabeça.
- 2) Você já ouviu a expressão que alguém “perdeu a cabeça”? O que entende com esta expressão?
- 3) Você acha que a expressão “fulano está com a cabeça quente” se relaciona com a lenda da Mula sem Cabeça? Comente.
- 4) Você considera que a prática de uma religião ou uma ligação com um ser superior, seja ela qual for, ajuda a pessoa ser cidadão melhor? Comente.
- 5) Independente de sua resposta na pergunta anterior, use sua criatividade e crie uma pequena lenda que se relacione com a questão religiosa.

Referências:

BRASIL ESCOLA. Sobre a lenda da Mula sem Cabeça. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/mula-sem-cabeca.htm>. Acesso em 23 de mai. 2025.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. Geografia dos mitos brasileiros. São Paulo: Global, 2012.

❖ **Aula 18:** Mitologia Indígena-Brasileira

Temos uma autêntica mitologia brasileira ou nossa mitologia é indígena-brasileira? A razão desta pergunta se dá pelo fato de a mitologia brasileira sofrer grande influência da mitologia indígena. Você sabe o porquê dessa relação? Simples, pois, a maior parte delas foi criada pelos povos originários do Brasil, ou seja, os grupos étnicos que habitavam o território do atual Brasil antes da chegada dos colonizadores europeus.

Nossa mitologia apresenta uma ampla diversidade cultural, pois, é rica e extremamente diversificada, com histórias sobre a criação do mundo, a origem dos seres humanos, a relação entre os humanos e a natureza, vida após a morte, destino das almas e claro, como dissemos nas aulas passadas, a presença de divindades, por exemplo, Tupã (criador do mundo e deus do trovão).

Citamos, na sequência, alguns exemplos de mitos e lendas indígenas:



- **Lenda do Curupira:**

O Curupira é um espírito da floresta que protege os animais e plantas, punindo aqueles que desrespeitam a natureza. O curupira é um ser mítico que é descrito frequentemente com baixa estatura, tendo também olhos vermelhos e pés ao contrário, pois seus calcanhares estariam virados para a frente. Ele também é descrito com os cabelos vermelhos e dentes verdes, tendo ainda uma grande força física.



- **Lenda da Iara:**

A Iara é uma deusa das águas que seduz homens com seu canto, atraindo-os para as profundezas dos rios e lagoas. Também chamada de mãe d'água, a Iara é uma figura mítica com forma de sereia, isto é, um ser que é parte mulher e parte peixe. Ela mora no fundo de um grande rio e é marcada por sua grande beleza, bela voz e por suas riquezas. Ela usa essas qualidades para seduzir qualquer homem que navegar o rio em que ela reside.



- **Lenda do Boto:**

A lenda do boto-cor-de-rosa é muito tradicional na região Norte, local de forte presença da cultura indígena. Nela é apresentado o boto cor-de-rosa, um animal encontrado em muitos rios da região amazônica, mas que é conhecido na lenda como capaz de assumir a forma humana, transformando-se em um homem bonito com pele de baleia, atraindo mulheres com seu encanto e levá-las para as profundezas dos rios.

Você já ouviu a expressão Filho do boto? É uma expressão popular utilizada na região Norte do Brasil para designar um filho ou filha de uma mulher que não sabe quem é o pai ou cujo pai não está presente na vida da criança.



- **Lenda do Boitatá:**

Na lenda, o boitatá é uma cobra de fogo que protege a natureza e os campos daqueles que tentam incendiar o mato de maneira criminosa. Além disso, ele é descrito como um ser de muitos olhos, e desses olhos saem chamas. Os olhos foram obtidos dos homens

devorados pelo boitatá. Essa lenda esteve presente entre os indígenas no século XVI.



- **Lenda do Pirarucu:**

Na lenda, Pirarucu é apresentado como um grande guerreiro, filho do chefe de uma tribo indígena. Entretanto, ele tinha um coração ruim, egoísta e constantemente criticava os deuses, e seu comportamento fez com que ele fosse punido por Tupã. Ele teria sido arrastado por uma enxurrada enquanto caçava às margens de um rio, e essa enxurrada, fruto de uma grande chuva, teria sido enviada por Tupã. Ao ser arrastado, foi lançado ao fundo do rio e lá foi transformado em um enorme peixe, o maior que existe na Bacia Amazônica.

Outra versão da lenda é que Pirarucu é um peixe gigante que é o responsável por trazer as chuvas e a fertilidade para a terra.



- **Lenda da Mandioca:**

A mandioca é um dos alimentos mais importantes da culinária indígena, e existem diferentes lendas que apresentam a origem desta planta. A versão mais popular trata da filha de um pajé que apareceu grávida repentinamente. Ao ser questionada pelo pai, ela disse que ninguém havia a engravidado. O pajé acreditou na filha apenas após receber a confirmação em sonho de que ela estava falando a verdade. Nove meses

depois, nasceu uma menina que foi chamada de Mani. Com um ano de vida, Mani faleceu repentinamente e foi enterrada no interior da oca onde vivia. Conforme a tradição do seu povo, sua sepultura foi regada e lá nasceu uma planta até então desconhecida, a mandioca. Com o tempo, os indígenas aprenderam a manusear a mandioca, tornando-a parte fundamental de sua alimentação.

Outra versão da lenda é que a Mandioca é uma planta sagrada que foi criada por uma deusa para alimentar os seres humanos.

Como vimos, a mitologia indígena-brasileira é composta por uma imensidão de lendas, das quais, possui relação com temas morais comuns à época e que se tornaram comuns até nos dias atuais, tais como, desrespeito e proteção à natureza, sedução feminina, criação solo de filhos, castigo pela maldade humana, gravidez na adolescência e tantos outros.

Atividades:

1) Em sua opinião, ao se tratar de nossa mitologia, deveríamos falar mitologia indígena-brasileira, mitologia indígena ou mitologia brasileira? Comente.

2) Para além da lenda, o que sabe sobre o boto-cor-de-rosa?

3) Provavelmente você percebeu que as lendas possuem versões diferentes. Por qual razão isto acontece? Justifique.

4) Ligue a 1ª coluna de acordo com a 2ª.

- | | |
|------------------------------|-----------------------------------|
| a) Lenda da Mandioca | Castigo para a maldade humana |
| b) Lenda do Pirarucu | Gravidez na adolescência |
| c) Lenda do Boto-cor-de-rosa | Desrespeito e proteção à natureza |
| d) Lenda do Boitatá | Criação solo de filhos |

5) Pesquise e escreva aqui, uma outra lenda da mitologia indígena-brasileira e faça um desenho que a represente.

Referências:

SILVA, Daniel Neves. "Lendas indígenas"; Brasil Escola. Conteúdo e imagens disponíveis em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/lendas-indigenas.htm>. Acesso em 28 de maio de 2025.

❖ **Aula 19:** A lenda da Vitória Régia e sua relação com o amor doentio



A lenda da Vitória Régia. Disponível em: <https://www.kwai.com/discover/como-%C3%A9-a-vitoria-regia>. Acesso em 29 de mai. 2025.



Lenda da Vitória Régia. Imagens extraídas do vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-f0SItzZ3Ik>. Acesso em 29 de mai. 2025.

Essa lenda do Norte do Brasil diz que a indígena Naiá se apaixonou pela Lua (Jaci). Periodicamente, Jaci descia e escolhia uma virgem para ser uma estrela e lhe fazer companhia, e Naiá queria muito virar estrela para ficar junto de Jaci. Por isso, ela

dizia não para todos os seus pretendentes. Durante a noite, vivia com os olhos postos no céu, apaixonada por Jaci. A jovem até adoeceu de tanta tristeza, já que Jaci parecia não se importar com ela. Uma noite, estava perto de um rio e viu o reflexo da Lua na água. Para tocar a Lua, pulou na água e acabou morrendo afogada. Jaci então se compadeceu da jovem indígena e a transformou em uma flor, a vitória-régia, a estrela das águas. Por isso, a vitória-régia apenas se abre durante as noites de luar.

Esta lenda mostra bem o que foi ensinado na aula 11: um mito (história inventada), contada por alguém (poeta rapsodo – neste caso o pajé que tinha a credibilidade na aldeia) para explicar a origem de algo (planta aquática Vitória Régia – *Victoria amazônica* –, nome dado em homenagem à rainha Vitória do Reino Unido, no século XIX), contando com a presença de um deus (neste caso, Jaci – Lua).

Se por um lado esta lenda nos ensina a sermos pessoas perseverantes e focadas em nossos objetivos (de estudar, por exemplo), por outro lado, nos ensina a não investirmos em um amor platônico ou mesmo, doentio. Amor platônico faz referência a um mito chamado de *Alegoria da Caverna*, do filósofo Platão. Significa que a pessoa amada está muito distante da pessoa que a ama, mesmo estando perto fisicamente, ou seja, o amor é impossível, como por exemplo, o aluno da Educação Infantil que se apaixona por sua professora. Certamente este amor nunca será correspondido, por razões óbvias. Quando a pessoa que ama insiste em viver este amor, o mesmo se torna doentio e pode causar vários prejuízos aos envolvidos.

Existem pessoas que fazem de tudo para conquistarem o amor de alguém, inclusive loucuras. A jovem Naiá fez a loucura de se afogar para tentar se aproximar de seu amor e acabou perdendo a vida. Muitos estudantes, ainda muito jovens, investem muito em uma tentativa de relacionamento e acabam se frustrando, perdendo a atenção nos estudos, a possibilidade de brincar com os colegas e correndo o risco de serem reprovados no final do ano letivo. Que a perseverança da jovem indígena Naiá, possa nos inspirar para os estudos e que deixemos para namorar quando estivermos mais velhos e maduros, mas sem cometer loucuras, é claro.

Atividades:

1) É comum vermos imagens da planta Vitória Régia por cima. Você já viu a estrutura abaixo desta planta? Faça uma pesquisa (na internet) e descubra porque ela consegue flutuar na água para que possa contar para a turma.

- 2) Porque esta planta recebeu este nome?
- 3) Quando um amor pode se tornar doentio? Comente.
- 4) Cite 3 prejuízos possíveis que uma criança pode ter ao iniciar precocemente um namoro.
- 5) Faça um desenho que retrate o amor de uma pessoa pela natureza.

Referências:

Brasil Escola A lenda da Vitória Régia.. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/lendas-e-personagens-do-folclore-brasileiro.htm>. Acesso em 29 de mai. 2025.

Curiosidades sobre a Vitória Régia. Disponível em: <https://www.westwing.com.br/guiar/vitoria-regia/#:~:text=O%20nome%20%E2%80%9CVit%C3%B3ria%20R%C3%A9gia%E2%80%9D%20foi,foi%20descoberta%20pelos%20bot%C3%A2nicos%20europeus>. Acesso em 29 de mai. 2025.

❖ **Aula 20:** A lenda da Iara e o ideal de beleza



Imagens da Iara, lenda. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/iara.htm>. Acesso em 29 de maio de 2025.

Depois de conhecer tantas lendas que compõe a mitologia brasileira, finalizamos esta sequência de histórias folclóricas apresentando a lenda da Iara e a sua relação com o ideal de beleza em nossa sociedade.

Na lenda, diz-se que a Iara é uma sereia, sendo parte mulher e parte peixe. Ela mora dentro de um rio e possui grande beleza física, uma bela voz e muitas riquezas. Ela usa esses atributos (a beleza, a voz e a riqueza) para seduzir homens que estão navegando no rio ou que estão às margens dele. Os homens, encantados, vão para junto de Iara, que os leva para sua residência debaixo d'água. Aqueles que são seduzidos não

são vistos novamente, ou seja, provavelmente são mortos. De acordo com a narrativa, ela era filha de um pajé e possuía grandes habilidades como guerreira. Essas habilidades eram motivo de inveja para os irmãos dela, que decidiram se reunir para matá-la em certa ocasião, mas ela resistiu, lutou e matou todos eles. Temerosa da reação do seu pai, ela fugiu, mas foi encontrada, e seu pai decidiu lançá-la entre os rios Negro e Solimões. Ela teria sido salva pelos peixes e se transformado em Iara durante uma noite de lua cheia.

Após a apresentação da lenda, podemos analisá-la a fim de a conhecermos melhor. O termo *Iara* tem origem no idioma tupi, sendo a mistura de duas palavras: *ig*, que significa água, e *iara*, que significa senhor. Iara, portanto, seria a *senhora das águas*. Esta lenda, muito conhecida principalmente na região Norte de Brasil, possui muitos elementos indígenas, no entanto, surgiu a partir do folclore europeu, sobretudo, dos portugueses e foi adaptada ao folclore brasileiro. Um dos primeiros traços são as sereias gregas, seres que possuíam uma bela voz e que seduziam homens. No entanto, para os gregos, as sereias eram parte mulher, parte pássaro. A forma de peixe que a sereia assumiu teria surgido em Portugal por volta do século XV. O folclorista Câmara Cascudo associa Iara como uma adaptação portuguesa a uma visão de mundo indígena que via todas as coisas da Terra como tendo uma mãe, por esse motivo Iara também é conhecida como *mãe d'água*. O folclorista também associa Iara com Iemanjá, um orixá da cultura africana que é considerado como a *rainha das águas*.

A bela voz, mas sobretudo, o belo corpo de Iara faz uma associação direta e explícita sobre a beleza física, um atributo muito perseguido tanto pelas mulheres quanto pelos homens na maioria das sociedades modernas. No entanto, a beleza não é um valor moderno, pois, não raro encontramos esculturas e imagens antigas nas quais os corpos eram bem definidos, sem falta e sem excesso. Estes corpos bem definidos, criaram como que uma espécie de “padrão de beleza” social, muitas vezes difícil e em alguns casos, impossível de se alcançar.

Acredita-se que seja do poeta romano Juvenal, a expressão mente sã (sadia), corpo são, enfatiza o equilíbrio entre mente e corpo e, mas percebe-se que nossa sociedade se preocupa mais com a saúde do corpo do que da mente. Tanto é que a depressão, considerada a doença do século, não é uma doença do corpo, mas da mente. Neste sentido, existe uma expressão muito famosa que diz que “os olhos são as janelas da alma”. Tal expressão é uma metáfora que significa que nosso olhar é capaz de refletir

o que estamos sentindo, ou seja, nossas emoções. No entanto, nossa sociedade parece estar mais preocupada com as aparências (o que é exterior e que os olhos conseguem enxergar) do que com o interior (nossos sentimentos), por isso, tanta importância com a estética. Tanto é que os deuses a, tanto os deuses africanos quanto os gregos, sempre são apresentados com um corpo escultural. Esses são apenas alguns argumentos para dizer que a preocupação com a estética corporal, criou entre os seres humanos um padrão, no entanto, este padrão sempre foi branco, onde destacava-se os modelos de cabelos loiros e olhos azuis ou verdes. As principais apresentadoras de programas infantis das TVs abertas tinham este perfil: Xuxa, Angélica e Eliana.

De um tempo para cá, essa realidade tem se modificado e se tem destinado às pessoas negras, papéis de destaque em filmes, séries, novelas e campanhas publicitárias. A pergunta é: essa modificação se deu apenas pelo reconhecimento do valioso trabalho e competência das pessoas negras por parte das pessoas brancas? A resposta é não. Diversos projetos de lei propõem a inclusão de negros em campanhas publicitárias, especialmente nas campanhas oficiais do governo. Temos como exemplo a Lei 12.288/2010 que institui o Estatuto da Igualdade Racial, visa garantir a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação racial, incluindo a inclusão em campanhas publicitárias; em São Paulo, a Lei 16.758/2018 estabelece medidas para garantir a representatividade negra na publicidade oficial; o projeto de Lei 4370/98, aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, propõe a criação de cotas para negros em filmes, anúncios e programas de TV; o projeto de Lei 4403/2020, do Senador Fabiano Contarato, determina que a União deve incluir mulheres e negros em seus anúncios e campanhas publicitárias. O objetivo principal é garantir que a população negra seja representada de forma justa e adequada em todas as áreas da sociedade, inclusive na publicidade. Isso visa combater o racismo e a desigualdade racial, promovendo a diversidade e a inclusão social. Ou seja, o padrão continua branco e os negros só foram inseridos por força da lei. Apenas as pessoas brancas são bonitas? Defendemos que não. Mas antigamente, alguns artistas negros precisaram se adequar ao padrão para se estabelecerem no mercado, exemplo disso foi o cantor Michael Jackson onde fica visível nas fotos abaixo a sua adaptação.



Imagem disponível em: <https://radiopeaobrasil.com.br/nascido-ha-60-anos-michael-jackson-representou-o-submundo-e-a-fina-nata-da-industria-pop/>. Acesso em 29 de mai. 2025.

Mesmo que por força da lei, esta realidade está se modificando, mas nossa sociedade ainda impõe uma espécie de ditadura da beleza, por isso é comum ver pessoas lutando e investindo seu dinheiro para ter a boca igual ao de fulana, o sorriso do fulano, a barriga da beltrana, os músculos do beltrano e assim por diante. Esta doença contaminou até as crianças, algumas por interesse próprio, outras forçadas a se adequar ao padrão. Na foto abaixo, um fisiculturista mirim dos anos 90 revelou anos mais tarde que foi submetido à treinos exaustivos, sobretudo, para crianças. Com exagero, o que seria uma simples atividade física, pode se transformar em uma opressão para a criança.



Busca não saudável por um ideal de beleza. Imagem disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2025/02/fisiculturista-mirim-dos-anos-1990-revela-que-era-agredido-e-forcado-a-treinos-exaustivos.shtml>. Acesso em 29 de mai. 2025.

Já as meninas podem se contaminar com a busca exagerada pela beleza que inicia com doses cada vez maiores de maquiagem, regimes exagerados até chegar ao ponto de cirurgias plásticas arriscadíssimas.



Barbie humana australiana. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/o-que-esta-por-tras-do-caso-da-barbie-humana-australiana/>. Acesso em 29 de mai. 2025.

É preciso ter cuidado com os exageros e lembrar sempre que a beleza é algo natural, individual e sem padrões. Não que os cuidados com o corpo não sejam importantes, pois, são sim: caminhar, andar de bicicleta, praticar esportes coletivos, ir ao médico periodicamente, dentre outros cuidados, no entanto, o maior investimento deve ser na saúde mental, social, psicológica, emocional. Até porque...



Imagem disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTI1NTUz/>. Acesso em 29 de mai. 2025.

Atividades:

- 1) Você conhece a obra *O pequeno Príncipe*? De que maneira é possível interpretar a frase da última imagem desta aula?
- 2) Pense em uma pessoa bonita. Em quem você pensou? Em sua opinião, quais características uma pessoa precisa ter para ser considerada bonita?
- 3) Você se considera uma pessoa bonita? Justifique.
- 4) Observe a imagem abaixo.



a) Você acha que a empresa de roupa íntima contataria qual dos modelos? Por qual motivo?

b) A beleza do modelo interfere na venda do produto? Comente.

5) Observe a imagem abaixo. Se tivesse de escolher apenas uma delas para realizar a campanha publicitária da marca de sua empresa, qual delas você escolheria? Justifique.



A diversidade de corpos no padrão de beleza brasileiro. Imagem disponível em: <https://www.secirurgioplastica.com.br/artigo/padrao-de-beleza-brasileiro>. Acesso em 29 de mai. 2025.

Referências:

A diversidade de corpos no padrão de beleza brasileiro. Imagem disponível em: <https://www.secirurgioplastica.com.br/artigo/padrao-de-beleza-brasileiro>. Acesso em 29 de mai. 2025.

SILVA, Daniel Neves. "Lenda da Iara"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/folclore/iara.htm>. Acesso em 29 de maio de 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO APÊNDICE

ADICHIE, C. N. O Perigo de Uma História Única. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

ANDRADE, M. F. F. de.; REIS, M. de. N. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, n. 202, p. 1-11, mar. 2018.

APPLE, M. W.; BURAS, K. L. Currículo, poder e lutas educacionais: com a palavra, os subalternos. Tradução de Ronaldo Catado Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

AVILA, M. A. Colonialidade e Decolonialidade: você conhece esses conceitos? Politize! 19 mar. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/colonialidade-e-decolonialidade/>. Acesso em: 01 out. 2025.

BASTOS, E. C. A. C. et al. **Legislação educacional da Província do Rio Grande do Norte (1835-1889)**. Brasília, DF: INEP: SBHE, 2004.

BRASIL, Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827** – primeira parte, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878.

BRASIL. **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: jun. 2015.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (De 25 de Março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: jun. 2015.
» http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

CANAL OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUEIMADOS. Currículos decoloniais. Entrevista com Nágla Oliveira dos Santos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=snymBhpoPC0>. Acesso em 21 de jul. 2025.

CANAL OFICIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUEIMADOS. Currículos decoloniais. Entrevista com Katiuscia Lucas Severino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KolWFyleKEo>. Acesso em 21 de jul. 2025.

CARNEIRO, A. S. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTANHA, A. P. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 169-195, jan./abr. 2006.

CASTRO, C. A. **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão império: (1835-1889)**. São Luis: Edefma, 2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 01 de out. 2025.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 de out. 2025.

DECRETO 1331-A de 1854. Interdição dos negros a educação formal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 23 de jul. 2025.

Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 01 de out. 2025.

MUNANGA, K. (Org.). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e Educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África de Africanidades, Ano 3, n. 11, novembro, 2010. Disponível em: http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_02.pdf. Acesso em 15 de out. 2025.

NOVA ESCOLA. Currículo decolonial. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21707/como-construir-um-curriculo-decolonial>. Acesso em 21 de jul. 2025.

FACENF UERJ. Webinar: o currículo na perspectiva decolonial: subsídios para o ensino de Enfermagem. Entrevista com Janaína de Azevedo Corenza. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/jxYuwIYnxMI>. Acesso em 22 de jul. 2025.

FANON, F. Pele Negra, Máscaras Brancas. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

PORTAL DE NOTÍCIAS UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/10/professora-do-rio-cria-uma-rede-de-professores-antirracistas.htm>. Acesso em 21 de jul. 2025.

PORTAL MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pcn>. Acesso em 01 de out. 2025.

PORTAL MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em 01 de out. 2025.

O currículo decolonial e o combate ao racismo epistêmico. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021038, 2021. DOI: [10.20396/rho.v21i00.8657131](https://doi.org/10.20396/rho.v21i00.8657131). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657131>. Acesso em: 22 jul. 2025.